

A ASCENSÃO DA CHINA COMO
POTÊNCIA:
FUNDAMENTOS POLÍTICOS INTERNOS

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

Instituto Rio Branco - IRBr

Diretor-Geral Embaixador Georges Lamazière

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

MAURICIO CARVALHO LYRIO

**A ascensão da China como potência:
fundamentos políticos internos**



Brasília, 2010

Copyright ©, Fundação Alexandre de Gusmão

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Capa:

Eva Struble - Drenagem Ácida de Mina 1
2006 - Óleo e acrílica sobre tela - 241,3 x 411,5 cm

Equipe Técnica:

Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Juliana Corrêa de Freitas
Fabio Fonseca Rodrigues
Júlia Lima Thomaz de Godoy

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem Design Gráfico

Impresso no Brasil 2010

L998a Lyrio, Mauricio Carvalho.

A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos / Mauricio Carvalho Lyrio. – Brasília : FUNAG, 2010. 252p.

LIV Curso de Altos Estudos

ISBN: 978.85.7631.227-7

1. China - Política interna. 2. Comunismo. 3. Socialismo.
I. Título.

CDU: 323(529)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Introdução, 7

Capítulo 1 - A caracterização da China como potência em ascensão, 15

- 1.1 O enigma do declínio chinês, 16
- 1.2 Civilização e poder internacional, 24
- 1.3 Definição e fatores de ascensão de uma “grande potência”, 28

Capítulo 2 - Fundamentos materiais para a ascensão da China, 35

- 2.1 O crescimento da economia, 36
- 2.2 O desenvolvimento científico e tecnológico, 52
- 2.3 O acesso à energia, 60
- 2.4 A questão ambiental, 66
- 2.5 Balanço das condições materiais para a ascensão da China como potência, 73

Capítulo 3 - Fundamentos políticos internos para a ascensão da China: autocracia e reformas, 77

- 3.1 Longevidade e instabilidade na China, 79
- 3.2 A relativa estabilidade pós-Mao, 88
- 3.3 O processo de reformas políticas, 97
- 3.4 Tradição autocrática e democracia, 104
- 3.5 Forças rivais ao PCC, 122

Capítulo 4 - Fundamentos políticos internos para a ascensão da China: o PCC e a legitimação ideológica, 135

- 4.1 O PCC e a ordem estabelecida, 136
- 4.2 O PCC pós-comunista e a legitimação ideológica: o socialismo, 143
- 4.3 O PCC pós-comunista e a legitimação ideológica: o nacionalismo, 164
- 4.4 O PCC pós-comunista e a legitimação ideológica: o Confucionismo, 181
- 4.5 Balanço das condições políticas para a ascensão da China como potência, 189

Capítulo 5 - Algumas reflexões sobre a visão do Estado chinês acerca da ascensão da China, 193

- 5.1 China: visão histórica do entorno e do mundo, 194
- 5.2 Autossuficiência, universalismo, 201
- 5.3 Pacifismo, militarismo, 204
- 5.4 Diplomacia e circunstância geográfica, 218

Conclusão, 235

Bibliografia, 243

Introdução

“No victory of arms or tyranny of alien finance, can long suppress a nation so rich in resources and vitality. The invader will lose funds or patience before the loins of China will lose virility; within a century China will have absorbed and civilized her conquerors, and will have learned all the technique of what transiently bears the name of modern industry; roads and communications will give her unity, economy and thrift will give her funds, and a strong government will give her order and peace. Every chaos is a transition. In the end disorder cures and balances itself with dictatorship (...). Revolution, like death and style, is the removal of rubbish, the surgery of the superfluous; it comes only when there are many things ready to die. China has died many times before; and many times she has been reborn.”

Will Durant¹

¹ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 823.

Depois de mais de trinta anos de contínuo e elevado crescimento econômico chinês, e de quase um século de uma expectativa difusa de que o regime republicano concretizaria um alegado potencial de grandeza internacional do país, tornou-se corrente prever a ascensão da China como grande potência. Proliferam as projeções sobre o agigantamento da economia chinesa, que ultrapassaria a norte-americana no espaço de alguns anos ou décadas (com variações de prazos conforme a metodologia de cálculo de produto interno), bem como as avaliações de que a esta primazia econômica corresponderá um fortalecimento político-militar no sentido de projetar a China como potência de alcance mundial, com caráter benigno ou ameaçador da ordem internacional vigente, conforme a escola do analista.

Na contracorrente dos que preveem a ascensão – ou reascensão – da China, não são poucos os que alertam para a alegada fragilidade de certos fundamentos do crescimento econômico ou do regime político chinês, como fatores que apontariam para a insustentabilidade do êxito do país. Taxas excessivamente elevadas de investimento, sistema financeiro com alto percentual de insolvência, ineficiência do setor estatal da economia, dependência de mercados externos, aumento da desigualdade social, atraso e insatisfação no campo, precariedade dos sistemas de previdência e assistência social, corrupção em larga escala, grande passivo ambiental e escassez de recursos naturais e energéticos são os exemplos mais invocados quando se procura demonstrar que a China estaria crescendo sobre pés de barro.

O objetivo deste trabalho é analisar as condições políticas domésticas na China para a ascensão do país como potência mundial. Uma das hipóteses principais que se pretende verificar é a de que, por mais relevantes que sejam algumas das fragilidades econômicas apontadas por analistas céticos ante a continuidade do crescimento chinês, e por mais temerário e redutor que seja distinguir elementos políticos e econômicos na avaliação do sucesso ou do insucesso de qualquer país, a chave da sustentabilidade da atual ascensão da China é sobretudo política. Procura-se mostrar que, do ponto de vista propriamente econômico, estariam dadas, em boa medida, as condições para a manutenção do crescimento chinês, se não nos impressionantes níveis das últimas três décadas, ao menos a taxas superiores à média mundial, e que os principais riscos de desvio do caminho do desenvolvimento estão relacionados a questões de governabilidade. O processo chinês de modernização econômica parece ter adquirido massa crítica e velocidade suficientes para que o país

possa explorar ao menos de forma parcial suas largas potencialidades de desenvolvimento e de projeção internacional, e somente uma crise política e institucional das proporções das disputas intestinas de poder que afligiram o final da dinastia Qing (1644-1912) e as duas primeiras décadas do período republicano tenderia a interromper a ascensão chinesa. Parte-se do duplo pressuposto, examinado nos Capítulos 1 e 2, de que as fragilidades de natureza estritamente econômicas, tecnológicas ou ambientais poderiam, se tanto e *per se*, levar a uma desaceleração do ritmo da ascensão chinesa, e de que a chave para o êxito ou o malogro da China continua a ser a mesma dos dois últimos séculos: a capacidade/incapacidade do Estado de promover o desenvolvimento num país que, por razões históricas, demográficas e territoriais, reúne vasto potencial de crescimento, mas impõe ao mesmo tempo um enorme desafio de administração de suas próprias potencialidades.

Após um longo período de instabilidade política – pelo menos da primeira Guerra do Ópio, em 1839-1842, ao fim da Revolução Cultural, em 1976 – em que o Estado chinês pareceu estar aquém da tarefa complexa de governar cerca de 1/4 da população mundial, o enigma da China continua a ser o de modos, não o de meios, o de administração no sentido amplo, não o de potencialidades. Como ficou evidente no correr das três últimas décadas – marcadas por apenas uma crise política, de proporções não mais do que moderadas para os padrões chineses, a crise de Tiananmen, em 1989 – a condição essencial para o desenvolvimento da China parece ser o de lograr um período relativamente contínuo de estabilidade política. Quando se examinam os recursos humanos e materiais, a dimensão territorial e, sobretudo, a história e o legado de uma longa e sofisticada civilização na China, o que chama a atenção não é a ascensão recente do país, mas o estado de desordem política, declínio econômico e subordinação externa que o caracterizou desde meados da dinastia Qing até a Revolução de 1949, num processo de decadência cuja origem remonta ao período Ming (1368-1644), quando a Europa começava a despertar da era medieval. Em lugar de falar da ascensão da China como potência em fins do século XX e começos do XXI, futuros historiadores poderão referir-se ao interregno de cem a cento e cinquenta anos – da primeira metade do século XIX à segunda metade do século XX – como um período atípico, em que a China deixou temporariamente de estar entre as nações mais avançadas do mundo do ponto de vista social, econômico e tecnológico, contra o pano de fundo de uma história de mais três mil anos em que esteve, muitas vezes, na vanguarda do desenvolvimento.

Com base numa comparação histórica do contexto político atual da China com os dois períodos acima mencionados (fim da dinastia Qing e começos do período republicano), busca-se verificar se as condições fundamentais para as graves crises chinesas de então – a erosão de legitimidade do poder central e sua fragilização diante não apenas de potências externas colonialistas, mas também de movimentos insurrecionais e de forças provinciais centrífugas – estariam ou não reunidas ou em vias de reunir-se a ponto de provocar novas crises internas em futuro próximo. Como será visto no Capítulo 3, o ponto de partida desta análise é a hipótese de que o Partido Comunista Chinês (PCC), embora sofra dilemas de identidade pelo abandono prático do comunismo e de uma busca de um “socialismo de mercado” de contornos ainda ambíguos, parece dispor de controle político interno suficiente para manter-se no poder central pelo menos a curto e a médio prazo. Procura-se avaliar em que medida as iniciativas adotadas pelo PCC nas últimas três décadas no sentido de incorporar alguma dose de pluralismo ao sistema político – a realização de eleições em âmbito local/distrital, a incorporação de setores antes marginalizados, como os empresários e os estudantes, a institucionalização de um sistema de renovação geracional, com prazos e limites de idade para as lideranças máximas e intermediárias do país – contribuiriam para conferir ao Partido, aos olhos da sociedade chinesa, suficiente capacidade de gestão do Estado e legitimidade para manter-se no poder.

Em meio aos dilemas ideológicos do PCC sobre a reinvenção ou o abandono do conceito de socialismo, e a eventual reincorporação de elementos do Confucionismo, ambos analisados no Capítulo 4, a ideia-força que mais pareceria agregar hoje tanto o Partido quanto a sociedade chinesa como um todo seria uma fórmula ampla e vaga de nacionalismo, inspirada no êxito da economia e no crescente poder internacional da China. Para além das reformas políticas e institucionais que o PCC vem realizando de maneira gradual e tentativa, as conquistas de que o partido pode valer-se internamente como instrumentos de legitimação no poder são a rápida elevação da renda de grandes parcelas da população e o aumento da projeção externa da China. Tais instrumentos respondem, respectivamente, a dois grandes desafios – um milenar, outro recente – da história chinesa: a possibilidade de melhor alimentar, vestir e abrigar uma população cronicamente afetada por crises periódicas de desabastecimento e fome, e a oportunidade de redimir um orgulho nacional ferido por mais de 150 anos de humilhações ante o jugo estrangeiro. O

sentimento de redenção material e simbólica da nacionalidade chinesa parece hoje tão central na vida do país, que seria sensato supor que, mesmo na eventualidade de que venha a emergir nos próximos anos uma força política concorrente ao PCC dentro ou fora do Estado chinês (como o Exército Popular de Libertação ou um movimento em favor da democracia ao estilo ocidental), ou de que o próprio Partido volte a padecer de graves dissensões internas, dificilmente a nova força ou corrente política poderia negligenciar os mesmos objetivos que ajudam hoje a sustentar o PCC e impulsionam a ascensão chinesa: a ênfase no acelerado crescimento econômico e a valorização de uma ideologia nacionalista de promoção da China como ator de proeminência internacional.

É nesse contexto de êxito econômico e de restauração da autoimagem de dignidade como nação e civilização que a China passa a desenvolver uma atuação internacional mais intensa e prepara-se para o papel de grande potência. Após uma longuíssima história marcada, inicialmente, pelo isolamento e pelas flutuações das relações entre o “Império do Meio” autorreferente e um entorno de povos considerados bárbaros, e seguida, desde a década de 1830, por uma trágica interação no sistema internacional, a China emergiu, nas três últimas décadas, como um ator internacional cada vez mais central e ativo, a ponto de suscitar dúvidas e debates internos e externos sobre a própria natureza desta ascensão, se pacífica ou ameaçadora da ordem regional e mundial, como se examina no Capítulo 5. Na sequência de um processo histórico de rejeição e trauma do internacional, em que o país sofreu o choque e os efeitos de ocupações recorrentes e de tratados desiguais impostos por potências estrangeiras, o país lançou-se a desenvolver, nos últimos anos, não sem certo grau de ironia histórica, uma diplomacia hiperativa, pela qual Pequim passa não apenas a integrar e a cultivar importantes órgãos e organizações internacionais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas ou a Organização Mundial de Comércio, mas também a protagonizar o lançamento de uma série de iniciativas próprias, multilaterais, regionais ou bilaterais, de que são exemplos a Organização para Cooperação de Xangai ou a Cúpula Sino-Africana. Como lembra o acadêmico Lanxin Xiang, “Beijing has stepped out of its ‘Middle Kingdom’ world-view and has started to participate in and even initiate multilateral organizations.”²

² Xiang, Lanxin. “China’s Eurasian Experiment”, in *Survival*, vol.46, n.2, Summer 2004, pg. 117.

O processo de projeção internacional da China é duplamente complexo, não apenas porque se fundamenta, em termos práticos, numa diplomacia – como a entendemos modernamente – de história relativamente recente (o estabelecimento do Waijiaobu e do sistema chinês de Embaixadas data da segunda metade do século XIX, e a modalidade básica de interação externa nas dinastias Ming (1368-1644) e Qing (1644-1912) havia sido a de recolhimento de tributos de povos vassalos no entorno), mas também porque os seus dilemas estratégicos são sumamente intrincados. Embora também seja um país de dimensões continentais, a China não desfruta, como os EUA ou o Brasil, o privilégio da distância de outras potências nem da segurança de uma plataforma continental indisputada: cercada ao norte e ao sul por duas potências nucleares – Rússia e Índia – e a leste por seu maior rival histórico, o Japão, e por uma espécie de cordão sanitário marítimo, sobretudo norte-americano, a China tem ainda como objetivos estratégicos fundamentais a busca da invulnerabilidade do território e a reconquista de Taiwan. Ressonâncias dos traumas passados de violação ou conquista do espaço chinês – por mongóis, manchus, ingleses, russos, japoneses – ainda se percebem no discurso diplomático de Pequim, voltado para a reiteração do papel da China antes como vítima do que como ameaça. Algumas reflexões gerais sobre os objetivos da política externa chinesa num contexto ambíguo de transição da vitimização para a afirmação como potência são apresentadas no Capítulo 5.

Como se depreende das observações acima e da divisão de capítulos, o foco deste trabalho é triplo. Uma primeira parte (Capítulos 1 e 2) é dedicada a um exame do conceito de “grande potência” e a uma análise de caráter histórico e conjuntural dos fundamentos materiais do processo de ascensão da China, com ênfase na natureza do crescimento econômico chinês ocorrido nas últimas décadas e em alegadas fragilidades em áreas como ciência e tecnologia, energia e meio ambiente. Uma segunda parte (Capítulos 3 e 4) procura avaliar os fatores da instabilidade política vivida no país desde começos do século XIX e as condições políticas internas da China de hoje para a manutenção do desenvolvimento econômico e da ascensão internacional do país, com especial atenção nos esforços do PCC para renovar-se e legitimar-se no poder em meio à sua crise de identidade ideológica. Uma terceira e última parte (Capítulo 5) examina, em linhas gerais, aspectos históricos da visão da China sobre sua própria inserção internacional, alguns dos dilemas estratégicos do país em meio à sua complexa circunstância geográfica e a

INTRODUÇÃO

atual transição do discurso e da ação externa de uma China que antes cultivava a autoimagem de país vitimizado por intervenções estrangeiras e agora pretende desempenhar um papel mais protagonístico e atuante no sistema internacional.



Capítulo 1 - A caracterização da China como potência em ascensão

“Nous nous écrivons, du miracle de l’invention de notre artillerie, de notre impression: d’autres hommes, un autre bout du monde à la Chine, en jouissait mille ans auparavant.”

Michel de Montaigne³

Nenhuma tentativa de análise do processo atual de ascensão da China deveria desconsiderar o fato de que, ao longo dos três últimos milênios, a civilização chinesa esteve, quase sempre, entre as mais avançadas do mundo. Reconhecer o caráter de vanguarda ou de progresso de uma dada civilização não é o mesmo que falar em ascensão de um Estado como “potência” ou como “grande potência”. Tais conceitos parecem mais comodamente aplicáveis às relações internacionais pós-Westphalia, com a consolidação dos Estados-nacionais modernos, mas há evidentes paralelos entre o grau de desenvolvimento de uma nação e a sua capacidade de exercer poder com relação às demais. Neste capítulo e no seguinte, após uma discussão sobre o declínio da China como civilização ao longo dos últimos cinco séculos e de um exame do conceito de “grande potência”, pretende-se avaliar em que

³ Montaigne, Michel de. *Les Essais*. Paris, Le Livre de Poche, 2001 (1595), pg. 1422.

medida o país reuniria hoje as condições materiais em sentido amplo para tornar-se de fato uma grande potência e manter-se como tal. Conforme a distinção estabelecida na Introdução entre meios e modos, entre potencialidade e capacidade, os Capítulos 1 e 2 dedicam-se a avaliar o primeiro aspecto: se a China dispõe de fatores objetivos – físicos, humanos e econômicos – para ascender como grande potência. Nos Capítulos 3 e 4, será analisado o segundo aspecto, complementar ao primeiro: se o país parece ou não contar hoje com a capacidade e a estabilidade necessárias para transformar suas potencialidades em êxito como nação.

1.1 O enigma do declínio chinês

Alguns dos principais historiadores da China, tanto chineses como ocidentais, tendem a convergir na avaliação de que a civilização chinesa, entendida como o *continuum* espacial e temporal de práticas e valores associados ao povo chinês, impressiona não apenas por sua longevidade, mas também e principalmente por sua grandeza econômica e política ao longo de boa parte da história, quando comparada a outras civilizações antigas e modernas. John King Fairbank, professor de Harvard falecido em 1991 e espécie de decano, nos Estados Unidos, dos estudos modernos sobre a China, recordava, em seu livro-síntese, que já os chineses da dinastia Han (206 a.C. a 220 d.C.) “had been contemporary with and bigger than the Roman. Indeed, China was once the superior civilization of the world, not only the equal of Rome but far ahead of medieval Europe.”⁴ Também Will Durant, filósofo e historiador norte-americano, considerava a civilização chinesa superior a outras grandes civilizações, por apresentar uma organização social que manteve coesos mais homens, e por mais tempo, do que qualquer outra sociedade; um sistema moral de eficiência inigualável a qualquer tempo; uma longa tradição poética (que remonta a 1700 a.C.) e filosófica (idealista e prática ao mesmo tempo, profunda e inteligível); e uma forma de Governo que, antes da adoção do modelo republicano, era, nas palavras de Durant, “quase o ideal dos filósofos”. Para ele, “behind this dark surface that now appears to the alien eye is one of the oldest and richest civilizations: (...) a society that was civilized when Greece was inhabited by barbarians, that saw the rise and fall of Babylonia and Assyria, Persia and Judea, Athens and Rome, Venice and Spain,

⁴ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 2.

and may yet survive when those Balkans called Europe have reverted to darkness and savagery.”⁵

Fairbank, que tendia a singularizar o período da dinastia Song (969-1279) como o auge da civilização chinesa, gostava de lembrar que Francis Bacon, quando observou, por volta de 1620, que o mundo estava sendo recriado pela pólvora, pela imprensa e pelo ímã, não mencionou o fato simples de que todos os três haviam aparecido primeiramente na China, séculos antes. Albert Feuerwerker, historiador econômico, dizia, por sua vez, que, entre os séculos XI e XVI, “no comparison of agricultural productivity, industrial skill, commercial complexity, urban wealth, or standard of living (not to mention bureaucratic sophistication and cultural achievement) would place Europe on a par with the Chinese Empire.”⁶ Também Jonathan Spence afirma que, “in the year A.D. 1600, the empire of China was the largest and most sophisticated of all the unified realms on earth.”⁷

Além de ter sido a maior economia do mundo ao longo da maior parte da história dos últimos três mil anos, a China detinha, até o século XV, a maior renda *per capita* do mundo e a liderança em termos de inovação tecnológica. Embora a renda *per capita* do continente europeu tenha superado a chinesa por volta de 1500, a China continuou a deter o maior produto nacional até começos do século XIX. Em 1820, por exemplo, o produto chinês correspondia ainda a 30% do produto mundial⁸, mas já se mostravam os primeiros sinais da queda abrupta que apequenaria a economia chinesa diante das europeias no século seguinte. Os dados compilados por Paul Bairoch são impressionantes por mostrarem a supremacia chinesa original e a velocidade da queda: enquanto a China detinha em 1750, 32,8% da produção manufatureira mundial, contra 5,0% da Rússia, 4,0% da França, 3,8% do Japão, 1,9% do Reino Unido, e 0,1% dos EUA (ainda colônia), a produção manufatureira chinesa caiu, em 1900, para apenas 6,2% da produção mundial, contra 23,6% dos EUA, 18,5% do Reino Unido, 13,2% da Alemanha, 8,8% da Rússia, e 6,8% da França⁹, numa reversão

⁵ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 640.

⁶ Feuerwerker, Albert. “Chinese Economic History in Comparative Perspective”, in Ropp, Paul (ed.). *Heritage of China: Contemporary Perspectives on Chinese Civilization*. Berkeley, University of California Press, 1990, pg. 224-241.

⁷ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 7.

⁸ “The real great leap forward”, in *The Economist*, 2 de outubro de 2004.

⁹ Tabelas de Bairoch reproduzidas por Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 149.

vertiginosa de papéis na economia internacional que só pode ser compreendida pela transformação das estruturas de produção decorrentes das aceleradas mudanças tecnológicas da primeira (fins do século XVIII) e da segunda (fins do século XIX) Revolução Industrial. Como lembra Fairbank, após dois séculos de declínio relativo, a produção industrial chinesa era, nos anos 1930, menor do que a da Bélgica, e a produção de aparelhos e equipamentos no país não ultrapassava a de um estado do meio-oeste norte-americano.

Historiadores e sinólogos parecem compartilhar, em linhas gerais, tanto a visão do alcance e da grandeza do passado chinês quanto a avaliação de que foi no período Míng (1368-1644) que apareceram os primeiros sinais do processo de declínio como civilização que desencadearia, no século XIX, as convulsões internas e a fragilização internacional da China e, no século XX, a própria dissolução do sistema dinástico. Um dos grandes enigmas da história chinesa diz respeito às possíveis razões que teriam levado a civilização mais avançada do mundo por volta de 1500 a iniciar uma decadência que a transformaria, quatro séculos depois, em uma nação pobre do ponto de vista econômico, atrasada do ponto de vista social e instável do ponto de vista político. Ou seja, meramente um país em desenvolvimento, menos avançado não somente do que outras nações antigas, como as europeias e o Japão, mas também do que algumas nações jovens, como os EUA, que lograram progressos significativos nos três domínios acima mencionados. Que fatores teriam levado aquela que Paul Kennedy considerou a civilização mais habilitada, no começo da era moderna, a dar o salto como grande potência mundial¹⁰ a perder vitalidade, estagnar e até mesmo subjugar-se a um continente europeu que se desenvolvera tão tardiamente, após o longo e obscuro período medieval? Em outros termos, por que a China pareceu seguir, até meados do século passado, um percurso em grande medida semelhante ao de ascensão e queda de civilizações como a grega e a romana, que atravessaram, sucessivamente, uma era de grandes filósofos e guerra civil (no caso chinês, da dinastia Xia, em 2000 a.C., até o fim da dinastia Zhou, em 256 a.C.), uma era de unidade e império (da unificação na dinastia Qin, em 200 a.C., até meados da dinastia Qing, no século XVIII), e uma era de desintegração e colapso do poder central (com o fim da dinastia Qing e o

¹⁰ “Of all the civilizations of premodern times, none appeared more advanced, none felt more superior, than that of China.” Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 4.

histórico de comoções internas e humilhações externas dos últimos duzentos anos)?

A ironia dos cursos invertidos da história da China e do Ocidente rico nos últimos quinhentos anos está no fato de que, houvessem tido motivação econômica e política suficiente, os chineses, já no período Song (969-1279) ou no período Ming (1368-1644), poderiam ter levado adiante uma ampla expansão marítima e eventualmente colonizado a própria América, em lugar dos europeus. Compreender por que uma nação enviou, em meados do século XV, na era Ming, a regiões tão distantes quanto a África, frotas de centenas de navios, alguns com 400 pés, e tripulações na casa de dezenas de milhares¹¹, muitas décadas antes que as mais modestas expedições marítimas europeias iniciassem a sua exploração além-mar, e mais do que isso, compreender por que esta mesma nação interrompeu subitamente, em 1433, a expansão externa, por razões domésticas não materiais, talvez ajude a entender o enigma da curva de ascensão e queda da China. Como será visto no Capítulo 5, que trata da natureza, pacífica ou expansionista, do atual processo de ascensão ou reascensão do país, as opções feitas naquele momento crucial da história – de meados tanto do Renascimento europeu como da introspecção chinesa – foram centrais para determinar os destinos opostos da China e da Europa nos séculos seguintes.

O enigma do declínio da civilização chinesa, em germe naquele momento específico, é respondido de várias maneiras pelos historiadores. Fairbank, por exemplo, não dá uma resposta única; procura combinar elementos da organização sócio-econômica e valores prevaletentes na elite política, sem estabelecer uma clara relação de causalidade entre uma coisa e outra. Destaca, como um dos fatores principais, decorrente da peculiaridade da hipertrofia demográfica da China, a necessidade de utilização extensiva, máxima, da imensa mão-de-obra disponível, o que retardou tanto a utilização da máquina, liberadora do trabalho, como a incorporação prática dos avanços tecnológicos de maneira geral, ambas típicas da Revolução Industrial que permitiria o salto europeu. O imperativo de não incorporar a mecanização numa sociedade em que privilegiar o uso do labor físico, humano, era indispensável acabou por

¹¹ Jared Diamond fala de frotas de “hundreds of ships up to 400 feet long and with total crews of up to 28,000” e pergunta-se por que os chineses não contornaram a África antes de Vasco da Gama e por que não colonizaram as Américas. Diamond, Jared. *Guns, Germs and Steel, the Fate of Human Societies*. New York, W.W. Norton & Company, 1999, pg. 411-412.

retardar o progresso econômico no contexto de industrialização e de aumento exponencial da produtividade em muitos países. Como diz Fairbank, na China, seja na agricultura, seja na manufatura ou no transporte, “there was no premium upon labor-saving invention”.

O historiador refere-se a certa reserva, entre o mandarinato, ante o desenvolvimento científico, e à sobrevivência de um sistema tradicionalista de pensamento mais voltado para a compilação dos clássicos do que para a composição de novos textos e ideias. Inexistia, ademais, uma classe comercial, burguesa, fora do controle da nobreza fundiária e do mandarinato estatal, mesmo porque a elite encontrava refúgio e recompensa na terra e no Estado, não no comércio e na indústria, em boa medida pelo desprezo confuciano pela ideia do lucro e do empreendimento privado, individualista. O Neoconfucionismo, que ganhou força na China a partir dos séculos X e XI, parece ter retardado a modernização do país pela desvalorização do comércio; para os neoconfucianos, era moralmente aviltante que os comerciantes apenas fizessem circular os bens em busca do objetivo ignóbil do lucro, não produzindo o que faziam circular.¹²

Fairbank menciona ainda a rigidez da autocracia imperial, infensa ao moderno, cultuadora da tradição e, portanto, fragilizada em sua capacidade de liderar justamente no período em que mais se tornara essencial o exercício da liderança e do bom governo, como nos séculos XVIII e XIX, de mais frequentes entrechoques de nações. Essa rigidez autocrática degeneraria em paralisia política já no final do período Qing (1644-1912), da dinastia manchú, estrangeira, que parecia correr na contramão da história, uma vez que o jugo pela etnia forasteira na China contradizia os rumos gerais de afirmação do nacionalismo no século XIX.¹³ A necessidade de consolidação da dinastia exterior, ilegítima, operou-se por meio de um conservadorismo que visava a aplacar sua própria insegurança, o que impediu qualquer esforço ousado de modernização, como ocorreria em outras nações, como o Japão do período Meiji, num mundo que se desenvolvia a grande velocidade e com elevado

¹² Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 100.

¹³ Como diz Fairbank, “Manchu rule was trapped by history into opposing in China the sentiment of ethnic nationalism that was obviously becoming a major motivation among states in the rest of the world.” Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 154.

grau de coerção externa, a exigir, portanto, adaptações de países antes recolhidos em sua autossuficiência.

Se Fairbank combina um elemento estrutural – o tamanho da população chinesa – com traços e valores do sistema político para explicar o declínio da China, um biogeógrafo como Jared Diamond tende a ver as razões da queda em um fator geográfico, também estrutural, que considera ao mesmo tempo bênção e maldição da civilização chinesa: a relativa conectividade física do seu largo território. Essa característica favoreceu a unidade política precoce e os avanços iniciais nas mais diversas áreas, mas acabou, por meio desta mesma unidade política, por retardar o desenvolvimento econômico em fases posteriores. Para Diamond, o declínio chinês é quase inexplicável, pois a civilização na China dispunha de vantagens materiais óbvias: tradição de produção agrícola quase tão precoce quanto a do “Crescente Fértil” (Mesopotâmia e vale do Nilo); diversidade ecológica de norte a sul, da costa ao platô tibetano, o que favoreceu a variedade de cultivos, rebanhos e tecnologias; território amplo e produtivo, capaz de alimentar a maior população do mundo; um meio ambiente menos seco e menos frágil ecologicamente do que o do “Crescente Fértil”, o que permitiu à China o cultivo agrícola de modo intensivo por mais de 10 mil anos sem interrupção. Tais vantagens, que, segundo Diamond, fizeram da China a nação mais avançada do ponto de vista tecnológico no século XV, foram neutralizadas, no entanto, pela centralização política precoce, que desestimulou a competição entre regiões e a utilização dos avanços tecnológicos fora da alçada do Estado. Para Diamond, “geographic connectedness and only modest internal barriers gave China an initial advantage. (...) But China’s connectedness eventually became a disadvantage, because a decision by one despot could and repeatedly did halt innovation. In contrast, Europe’s geographic balkanization resulted in dozens of hundreds of independent, competing statelets and centers of innovation.”¹⁴

Como será discutido no Capítulo 5, o exemplo da interrupção das navegações chinesas parece mais típico do que excepcional naquele momento da história da China: enquanto Colombo pôde beneficiar-se da fragmentação europeia, que lhe permitiu buscar apoio em várias casas dinásticas até lograr o que desejava (Duque de Anjou na França, Rei de Portugal, Duque de Medina-Sedonia, Conde de

¹⁴ Diamond, Jared. *Guns, Germs and Steel, the Fate of Human Societies*. New York, W.W. Norton & Company, 1999, pg. 411-412, 414 e 416.

Medina-Celi, e finalmente o Rei da Espanha, que também o rechaçou de início, mas ao cabo acolheu seu projeto), o eunuco Zheng He, meio século antes, viu-se impedido de realizar novas expedições marítimas, em 1433, pela decisão inapelável da dinastia Ming de dismantelar a construção naval e de proibir as navegações oceânicas, o que foi aplicado a todo o vasto território chinês. Para Diamond, se a Europa estivesse unida à época sob qualquer um dos cétricos governantes acima mencionados, o projeto de colonização da América talvez tivesse sido abortado no nascedouro. Mas a fragmentação europeia contrastava com a forte unidade política da China, a ponto de que aquela e tantas outras decisões da autocracia Ming, disfuncionais do ponto de vista econômico, sobrevivessem sem contestação. Lembra Diamond que decisões dessa natureza não são incomuns na história da China; vão desde a interrupção do desenvolvimento de instrumentos mecânicos no período Ming ao abandono do sistema educacional escolar durante a Revolução Cultural, no fim dos anos 1960.¹⁵

Paul Kennedy segue linha próxima à de Diamond, ao identificar na unidade territorial e política um impedimento às inovações. Para ele, em que pese à organização superior à época dos impérios orientais como o chinês, suas autoridades centralizadoras acabaram por insistir numa uniformidade de crenças e práticas não somente no que se refere aos cultos da religião oficial, mas também em matéria de comércio e produção de armas. A Europa, em contrapartida, acabou por beneficiar-se das rivalidades decorrentes da fragmentação política, que estimularam a busca de avanços na área militar, intimamente relacionados a inovações tecnológicas e comerciais. Daí resultou o que ele chama de “espiral ascendente de crescimento econômico e eficiência militar”, que, com o tempo, acabou por arrastar todas as demais regiões do globo, apesar dos ritmos distintos de adaptação. Mesmo nos casos em que a grande capacidade de inovação tecnológica dos chineses suplantou a mentalidade proibitiva e os entraves impostos pela autocracia dinástica, a desconfiança diante do comércio e da indústria pelo mandarinato confuciano desestimulou a aplicação prática dos avanços obtidos, em áreas tão diversas como a construção naval ou a metalurgia.¹⁶

¹⁵ Ibid., pg. 411-413. Para uma exame da questão educacional e outras durante a Revolução Cultural, ver Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 602-617.

¹⁶ Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. xvi-xvii e 8-9.

O sociólogo norte-americano John Hall também identifica no Estado chinês a origem do declínio econômico da China no período, mas inversamente à visão de Diamond e Kennedy, considera que o grande pecado do Governo central chinês não foi a sua força, mas a sua fraqueza, não a sua natureza autocrática, mas a sua captura e feudalização pela burocracia confuciana. Hall parte da hipótese weberiana de que foram as burocracias dos impérios pré-industriais que impediram o salto industrial e capitalista naqueles países. No caso específico da China, Hall atribui ao mandarinato, à burocracia originária dos concursos públicos e associada direta ou indiretamente à aristocracia agrária, a forte oposição ao desenvolvimento de uma classe mercantil e urbana. Conforme suas palavras, “the market was not destroyed because the imperial state was so strong but rather, at least in part, because it was so feeble. It was in essence a place, an area, and the mandarins often captured it, instituted policies to suit themselves, and thereby prevented any historically autonomous rise of the East.” Hall tende a adotar linha de interpretação frequente entre historiadores anglo-saxões, especialmente os ingleses *et pour cause*, no sentido de reduzir a importância do imperialismo europeu do século XIX como fator da desconstrução caótica do sistema político e econômico ao fim da dinastia Qing (1644-1912). Para ele, as potências ocidentais de então tiveram mero papel de enterrar um Estado chinês já moribundo e incapaz de qualquer renovação ou impulso de dinamismo político ou econômico.¹⁷ Outro sociólogo norte-americano, Barrington Morre Jr., também identifica na estrutura de classes sociais chinesas e, em particular, no sequestro do Estado chinês pela aristocracia fundiária, a origem do atraso do país: “China remained preindustrial largely because the successors of the gentry retained the substance of political control.”¹⁸

Tais interpretações sociológicas do declínio chinês como decorrência do aprisionamento do Estado por classes ou grupos com interesses exclusivos parecem ajustar-se à teoria defendida por Mancur Olson sobre a ascensão e queda das nações.¹⁹ Em “The Rise and Decline of Nations”, Olson argumenta

¹⁷ Hall, John. *Power & Liberties: The causes and Consequences of the Rise of the West*. London, Penguin Books, 1986, pgs. 46, 57-58 e 35.

¹⁸ Moore, Jr, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. New York, Penguin, 1966, pg. 196.

¹⁹ Olson, Mancur. *The Rise and Decline of Nations: Economic Growth, Stagflation, and Social Rigidities*. Yale, Yale University Press, 1984.

que sociedades estáveis tendem, com o passar do tempo, a enrijecer-se por conta do crescimento de grupos de interesse dedicados a obter parcelas desproporcionalmente altas dos recursos da sociedade, o que afeta diretamente o ritmo de crescimento econômico. Períodos longos, livres de guerras ou de turbulências internas, alimentam o nascimento e o fortalecimento dos grupos de interesse, ao passo que períodos de desordem e conflitos externos, tendem a desestruturá-los, a obrigá-los a se reconstituírem, o que reduz sua capacidade, de curto e médio prazo, de se apoderarem de bens e recursos coletivos. Um dos efeitos do aumento da influência dos grupos é, naturalmente, o sacrifício da visão pública e da eficiência do Estado em países marcados pela estabilidade política. Dito de outra maneira, independentemente do regime político que tenham, as sociedades são governadas de modo mais eficiente quando o Estado é menos vulnerável ao assédio e ao poder de minorias e grupos de interesses estreitos. Nesse sentido, a estabilidade do período Ming pode ser vista, ao mesmo tempo, como fator e resultado da consolidação e do encastelamento de um mandarinato mais interessado em preservar seus privilégios de classe do que em fazer as escolhas adequadas do ponto de vista econômico e tecnológico que teriam evitado ou retardado o começo de decadência chinesa. *A contrario sensu*, a hipótese de Olson de que sérias crises internas tendem a minar ou mesmo a eliminar grupos de interesse exclusivistas, arrancados do centro do poder, poderia ser aplicada, por exemplo, ao traumático período da Revolução Cultural, nos anos 1960 e 1970, em que, ironicamente, a supressão de quadros médios do PCC teria aberto espaço para a ousadia do programa de reformas deslanchado em fins dos anos 1970.

1.2 Civilização e poder internacional

Embora guardem semelhanças e paralelos importantes, o ciclo de florescimento e declínio civilizacional de uma determinada nação não corresponde necessariamente à sua curva de ascensão e queda como potência internacional. Em linhas gerais, e sem entrar na discussão sobre os riscos de etnocentrismo em tentativas de comparar civilizações, pode-se dizer que o grau de desenvolvimento de uma dada nação diz respeito aos progressos alcançados internamente em áreas como a produção material e simbólica, a qualidade das relações sociais ou a maturidade das instituições políticas, quando cotejadas com as características internas de outras nações. Já a

caracterização como “potência” refere-se, por sua vez, à capacidade de um Estado ou Império de exercer o poder na interação com os demais Estados e com outros atores não-estatais do sistema internacional. Por mais natural que seja estabelecer vínculos entre uma coisa e outra, principalmente pela mediação operada pela produção econômica e tecnológica, fundamento de ambas, civilização tem a ver com florescimento interno, ao passo que potência internacional tem a ver com exercício externo – potencial ou efetivo – do poder.

O caso chinês é particularmente ilustrativo de que avanço civilizacional e poder internacional frequentemente se descasam. Ao longo de sua história, a China viveu vários momentos em que, apesar do alto grau de desenvolvimento atingido, a vulnerabilidade externa foi aguda ao ponto da submissão a povos e nações menos avançados do ponto de vista econômico, social, político e cultural. A superioridade tecnológica e cultural chinesa em relação a seu entorno nem sempre se traduziu em supremacia militar ou na capacidade de exercer o poder sobre povos considerados tributários ou bárbaros. O descolamento entre progresso econômico e cultural, de um lado, e força político-militar, de outro, foi tamanho em algumas situações de confronto entre a China e os povos adjacentes, que os conquistadores externos, muito bem sucedidos sob a ótica militar, acabaram sendo, subsequentemente, absorvidos pela força gravitacional da cultura chinesa, a ponto de fundarem, na China, dinastias de etnia estrangeira que abandonavam ritos, hábitos e valores de origem e incorporavam de modo pleno as práticas locais.

Quando se analisa a história chinesa, mais do que o período Ming (1368-1644), em que riqueza cultural e artística coexistiu com decadência política e falência externa ao ponto da submissão final aos manchus, o momento que se destaca como exemplo maior do descasamento entre grau civilizacional e força internacional foi a dinastia Song (969-1279). A era Song já foi comparada, por alguns historiadores, ao período do Renascimento europeu, pela grande efervescência e criatividade do ponto de vista tecnológico, filosófico, artístico e político. Remontam ao período, entre outros avanços, o aparecimento da imprensa, o desenvolvimento do Neoconfucionismo, o ápice da pintura chinesa de paisagem, a consolidação do eficiente sistema de admissão ao serviço público por concurso. E, no entanto, poucas vezes em sua história, a China se mostrou tão vulnerável a tribos invasoras da Ásia Central, que passaram a deter o controle político e militar de áreas cada vez mais extensas do território chinês. Como diz Fairbank, “It seems a startlingly paradox that in its acme of civilization, China

should be conquered by outsiders”. Ele atribui tal fraqueza ante os invasores ao desprezo confuciano pela força e pela classe militar, ainda mais forte do que o desprezo pela classe mercantil. Como se o Confucionismo fosse um puritanismo às avessas, infenso ao lucro e à guerra, e inadequado como receita de convívio e confronto externo: “Confucianists were specially fitted for administration, not for holding ultimate imperial power.”²⁰

Embora a aparente contradição identificada por Fairbank entre progresso interno e vulnerabilidade externa na era Song possa parecer pouco paradoxal para aqueles que associam prosperidade material a enfraquecimento do espírito marcial e guerreiro de uma dada sociedade, o fato é que a incapacidade dos chineses do período de fazerem frente a necessidades de defesa e de sobrevivência mostrou-se fatal num momento em que seus avanços tecnológicos e culturais despertaram grande fascínio entre povos adjacentes. Do auge da dinastia Song, nos séculos XI e XII, à queda definitiva dos chineses diante dos mongóis, em 1269, a trajetória da China foi de progressivo enfraquecimento diante de invasores claramente inferiores do ponto de vista civilizacional, se a comparação é permitida.

Como será visto no Capítulo 4, essa contradição entre vigor interno e falência externa, verificada com alguma frequência na história da China, pareceu decorrer, em grande medida, das peculiaridades do Estado e da natureza do sentimento nacional chinês, mais assemelhado a um culturalismo, à antiga ideia da centralidade e da superioridade da cultura chinesa, do que a um nacionalismo de características ocidentais, fundado na valorização dos símbolos de um Estado-Nação particular. Lembra Fairbank que o modelo imperial chinês (com os rituais do imperador, a autodoutrinação da elite em princípios morais, os mecanismos autorregulados da burocracia, o sistema de punições) gerava uma civilização autossuficiente e autopetuada, mas não criava as condições para a formação de um Estado-Nação com um governo motivado a empreender um verdadeiro processo de modernização. Para o historiador, seria um erro considerar a China antiga como um Estado-Nação embrionário, uma vez que, pelo alcance e variedade da sua cultura, deveria ser comparada ao Ocidente cristão, no qual diversos Estados-Nações constituíam unidades próprias que compartilhavam uma herança europeia comum.²¹

²⁰ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 88, 108 e 110.

²¹ *Ibid.*, pg. xviii e 45.

Para efeitos desta dissertação e do exame da ascensão da China como potência, o ponto mais relevante no estudo da relação entre poder civilizacional e poder internacional é o fato de que, embora o primeiro não garanta ou determine o segundo – o que leva ao descasamento acima exemplificado –, uma sociedade que dispõe de um considerável desenvolvimento civilizacional pode reflorescer mesmo após longos períodos de submissão externa. A história da China é, nesse sentido, emblemática, porque é a sucessão cíclica de períodos de reflorescimento e agonia de uma grande cultura e civilização, pontuados sempre pela invasão e o jugo de origem estrangeira. Como diz Jonathan Spence, muito da história chinesa “is made up of overlapping cycles of collapse and reconciliation, of revolution and evolution, of conquest and movement for progress.”²² Da mesma maneira que a dinastia Song (969-1279) marca o reflorescimento da cultura chinesa desenvolvida ao longo do período Tang (618-907), a dinastia Ming (1368-1644) representa em grande medida o renascimento da cultura e da sociedade Song, após o interregno do controle mongol.

Como se vê pelo exemplo da China antiga, força civilizacional não garante poder internacional, ou seja, não é condição suficiente para a ascensão de uma nação como potência. Restaria saber, no entanto, em que medida uma nação pode ascender ao *status* de potência sem dispor de um legado civilizacional de peso, ou seja, restaria saber se poder civilizacional é condição, embora não suficiente, ao menos necessária para a *montée en puissance* de dada sociedade. Há exemplos históricos de nações ou povos que exerceram forte poder externo – militar ou mesmo diplomático – apesar de não figurarem no que seria a vanguarda econômica, social e política do seu tempo, como os hunos ou mesmo os mongóis, mas o fato é que, na maioria dos casos – Egito antigo, Pérsia, Império Romano, Sacro Império Romano-Germânico, Espanha, França, Inglaterra, EUA, URSS –, potências internacionais basearam sua projeção externa em um significativo desenvolvimento material e simbólico na comparação com outras sociedades da época.

Essa é uma questão importante no exame da atual ascensão da China como potência. Embora alguns analistas contemporâneos considerem que um século e meio de graves convulsões internas e de frequentes intervenções

²² Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. xx.

externas não deixaram de ter efeitos danosos sobre o legado civilizacional chinês²³, o fato é que, quando se têm em conta os longos ciclos de renascimento e decadência da história da China, a capacidade de sobrevivência e adaptação de sua cultura e, sobretudo, os recentes sinais de uma vitalidade que não é apenas econômica, parece inapropriado afirmar que a vulnerabilidade interna e externa demonstrada pelo Estado chinês ao longo dos últimos séculos seria o sintoma de um declínio civilizacional irreversível e da impossibilidade de reascensão da China como potência internacional. Se, como se discutiu anteriormente, um importante legado histórico do ponto de vista material e simbólico, apesar de não assegurar, ao menos tende a favorecer a ascensão de um Estado como potência, não seria pela falta de um passado e de uma cultura própria e de peso que a China careceria de base para a sua reascensão como potência.

1.3 Definição e fatores de ascensão de uma “grande potência”

A fim de avaliar que fatores poderiam levar à caracterização da China como “grande potência” – atual ou em gestação – é necessário antes examinar o próprio conceito de “grande potência”. Martin Wight, em seu livro “A política do poder”, enumera diversas definições, como a de Treitschke (“um Estado pode ser considerado grande potência se uma coalizão de outros Estados for necessária para levar a cabo sua total destruição”), de Toynbee (“uma grande potência pode ser definida como uma força política que exerce um efeito que se estende sobre o maior campo de ação da sociedade na qual opera”) e de Alfred Zimmern (“todo Ministro das Relações Exteriores de uma grande potência preocupa-se com o mundo todo durante todo o tempo”).²⁴ Para o historiador francês J. C. Druon, grandes potências são “Estados particularmente fortes em todos dos domínios e que, por isso mesmo, são naturalmente levados a impor efetivamente a sua vontade a outros Estados e a certas regiões desorganizadas. Essas potências, de certo modo, são ‘zonas

²³ Como diz Hélio Jaguaribe: “O impacto cultural, econômico e militar do Ocidente, a partir do fim do Século XVII e particularmente durante a segunda metade do século XIX e o começo do século XX, excedeu os recursos da civilização chinesa, que não foi capaz de enfrentar esse desafio com seus próprios meios institucionais.” Jaguaribe, Hélio. *Um Estudo Crítico da História*. São Paulo, Paz e Terra, 2001, Volume II, pg. 226.

²⁴ Definições citadas por Martin Wight, *A Política do Poder*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985 (1978), pg. 38 e 40.

de alta pressão diplomática’, que imprimem o seu movimento à história geral do mundo.”²⁵ Paul Kennedy diz basear-se no próprio Martin Wight ao cunhar uma definição mais sintética: “a state capable of holding its own against any other nation”.²⁶

O que há em comum a todas essas definições, como de resto em discussões sobre o conceito de “poder” ou potência aplicado à política em suas mais diversas formas e âmbitos, é o elemento relacional, ou seja, uma grande potência não se define por características absolutas, abstraídas de um contexto e de um tempo, e sim por sua comparação com outras nações em dada conjuntura. Poder não apenas se mede no âmbito de uma relação entre indivíduos ou entidades distintas; o próprio conceito de “poder” pressupõe a existência dessa interação. No que se refere à política, não há poder sem relacionamento, sem interação, seja ela real ou potencial. O mesmo poderia ser dito da caracterização de uma “grande potência”, a qual depende de um contexto e de uma interação particular com outras unidades do sistema internacional para ser identificada como tal.

Se as definições de “grande potência” citadas acima dão conta do elemento relacional do poder (como na ideia básica de um Estado capaz de defender-se de todos os demais ou de produzir efeitos sobre eles), não chegam a desenvolver ou sugerir que fatores geram tal capacidade. Essa caracterização de uma “grande potência” como detentora de um poder (o poder da autodefesa e da projeção) faz indagar que elementos internos, próprios permitem a um Estado desenvolver uma capacidade vedada à grande maioria das outras nações.

Entre os historiadores que discutiram os fatores de sucesso e o papel das grandes potências, Paul Kennedy vê na relação entre, de um lado, uma alta capacidade de produção econômica e, de outro, uma conversão adequada da produção em termos de desenvolvimento do aparato militar a equação fundamental que explica a ascensão das grandes potências ao longo da história. Não foram modelos e regimes políticos específicos nem formas particulares de organização social que permitiram a ascensão dos Estados – houve de tudo um pouco no que se refere à orientação política e à estrutura social dos

²⁵ Druon, J.C. “A Política Externa de 1815 a 1870”, in Néré, Jacques, *História Contemporânea*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988, pg. 51.

²⁶ Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 539.

países que se diferenciaram –, mas sim a relação entre o âmbito econômico e o militar, a capacidade de desenvolvimento econômico e tecnológico de um Estado associada, no tempo e na proporção certa, nem cedo nem tarde demais, nem pouco nem excessivamente, à montagem de um complexo militar à altura das necessidades de defesa e de projeção externa dos interesses decorrentes do desenvolvimento material do Estado.

Como diz Paul Kennedy, “once their productive capacity was enhanced, countries would normally find it easier to sustain the burdens of paying for large-scale armaments in peacetime and of maintaining and supplying armies and fleets in wartime. It sounds crudely mercantilistic to express it this way, but wealth is usually needed to underpin military power, and military power is usually needed to acquire and protect wealth.”²⁷ A hipótese parece intuitivamente natural e correta, e Kennedy procura respaldá-la estabelecendo umnexo causal, histórico, entre mudanças que ocorreram ao longo do tempo na distribuição da produção econômica entre os países e variações nas posições por eles ocupadas no balanço de forças militar e político no sistema internacional: “the historical record suggests that there is a very clear connection in the long run between an individual Great Power’s economic rise and fall and its growth and decline as an important military power.”²⁸

Após analisar processos de ascensão e declínio de grandes potências ao longo da história, Kennedy chega à conclusão de que todas as principais mudanças no equilíbrio político-militar do mundo seguiram-se a alterações no equilíbrio da produção, e que todas essas mudanças na distribuição do poder foram ratificadas pelos resultados de guerras de hegemonia entre as grandes potências, em que a vitória sempre coube ao lado que dispunha de maiores e melhores recursos materiais.

Isso não significa que seja imediata ou inevitável a conversão da pujança econômica de um Estado em projeção militar e em hegemonia no sistema internacional. Para Kennedy, há um intervalo (“a noticeable lagtime”) entre a ascensão econômica e a ampliação da influência militar e mesmo territorial, seja pela natural diferença de maturação entre os dois processos (o econômico como fator ou pré-condição do militar), seja por uma opção deliberada do Estado de retardar tal conversão, pela expectativa de que esta poderá ser tanto mais eficaz e completa quanto mais tardia: “an economically expanding

²⁷ Ibid., pg. xvi.

²⁸ Ibid., pg. xxii e 439.

power (...) may well prefer to become rich rather than to spend heavily on armaments. A half-century later, priorities may well have altered.”²⁹

Central para a tese de Kennedy é, portanto, a velocidade com que um país se desenvolve do ponto de vista econômico e tecnológico e, conseqüentemente, altera sua posição e papel na divisão internacional do trabalho. Como ele recorda, os pesos relativos entre as nações mais poderosas nunca se mantêm estáveis, principalmente pelo diferencial de taxas de crescimento econômico e de inovação organizacional e tecnológica, que favorecem determinadas sociedades em detrimento de outras.

Se, como diz o autor, a capacidade de inovação tecnológica e de produção econômica tornou-se, ao longo da história, componente cada vez mais vital do poder de uma nação (“an ever more vital component of national strength”)³⁰, o próprio poder econômico de um Estado dificilmente se mantém sem uma força militar correspondente. Para Kennedy, o triunfo de uma grande potência, ou o colapso de outra, tem sido tradicionalmente o resultado de um extenso e longo confronto entre forças armadas, com base na utilização eficiente dos recursos produtivos da nação tanto nas décadas que precedem o conflito como no período de guerra efetiva. Ou seja, eficiência econômica e eficácia militar combinaram-se ao longo da história como fatores de afirmação de uma grande potência: “how a Great Power’s position steadily alters in peacetime is as important (...) as how it fights in wartime.”³¹

Kennedy não chega a dizer, no entanto, que o desenvolvimento econômico tudo determina de maneira unívoca, automática, ou que é o único motor para a ascensão e queda das grandes potências. Cita características geográficas e populacionais, capacidade de organização política, moral nacional e costura de sistema de alianças como fatores adicionais a influenciarem o *status* de potência. O autor recorda que países com bases industriais idênticas podem alcançar posições inteiramente distintas na distribuição de poder no sistema internacional, por conta de fatores tão variados como o grau de coesão interna, a habilidade de mobilizar recursos para a ação do Estado, a localização geográfica ou a capacidade de atuação diplomática.

Essa visão mais ampla dos fatores que determinam a ascensão de uma grande potência, no sentido de englobar, entre outros aspectos, características

²⁹ Ibid., pg. xxiii.

³⁰ Ibid., pg. xv-xvi e 197.

³¹ Ibid., pg. xv.

territoriais e demográficas, parece particularmente relevante para a análise de um caso como o da China, seja pelas proporções agigantadas dos seus recursos físicos e humanos, seja porque o bem sucedido processo de desenvolvimento econômico verificado nas últimas décadas e considerado como elemento central da ascensão chinesa como potência não pode ser dissociado de tais características peculiares do país.

A valorização de fatores tradicionalmente caros a teóricos da Escola Realista de relações internacionais quando se trata da identificação dos elementos que compõem o poder de um Estado – dimensões e localização do território, disponibilidade de recursos, tamanho e formação da população – parece mais comodamente aplicável ao caso de ascensão de potências a partir do período da Revolução Industrial e da proliferação do industrialismo. Paul Kennedy argumenta que o processo de industrialização, o uso do transporte marítimo a vapor, as ferrovias e a eletricidade, embora tenham ajudado, nos séculos XVIII e XIX, a projetar uma nação pequena do ponto de vista territorial e populacional como a Grã-Bretanha, permitiriam mais tarde que países de dimensões continentais, como os EUA e a Rússia, se beneficiassem ainda mais de seu uso, uma vez que os obstáculos físicos naturais ao desenvolvimento de seu potencial interiorano (“their landlocked potential”) poderiam finalmente ser suplantados de maneira eficaz. Para Kennedy, o que a industrialização propiciou foi a equalização das possibilidades de exploração dos próprios recursos domésticos de um país e, assim, anulou algumas das vantagens até então usufruídas por Estados pequenos e navais (“smaller, peripheral, naval-cum-commercial states”), dando aos Estados de dimensões continentais (“great land-based states”) maiores e melhores condições de desenvolvimento.³²

Extensão do território e tamanho da população sempre tiveram a sua relevância na formação das grandes potências, mas se tornaram ainda mais cruciais em tempos de universalização dos processos de industrialização, especialmente após a dissolução dos grandes impérios coloniais, que de certa maneira compensavam o acanhamento de recursos dos centros metropolitanos de pequenas dimensões. Não surpreende que a dissolução dos impérios coloniais de domínio direto tenha sido defendida e, na prática, levada a cabo, por duas potências de dimensões continentais, os EUA e a URSS, que já

³² Kennedy, Id. pg. 157 e 202.

havia realizado sua expansão “interna” e prescindiam do controle direto (embora não indireto) de outros territórios. Como afirmou o geopolítico Halford Mackinder, o aumento da eficiência e o desenvolvimento das próprias potencialidades internas teriam de substituir o expansionismo como objetivos principais dos Estados modernos.³³

A China, com seus vastos recursos territoriais – possui o terceiro maior território do mundo – e, sobretudo, populacionais – a maior população do planeta –, pareceria assim, ao menos em teoria, e em tempos pós-coloniais de acelerada difusão dos meios de produção industrial, uma forte candidata ao *status* de “grande potência”.

³³ Mackinder, H.J.. “The Geographical Pivot of History”, comentado por Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 196.



Capítulo 2 - Fundamentos materiais para a ascensão da China

“As proletarians we should, and can, do better.”

Deng Xiaoping³⁴

Da inter-relação entre economia e capacidade militar, considerada anteriormente como o fundamento principal no processo de *montée en puissance* de um país, pretende-se examinar neste capítulo, o estado da economia chinesa e as perspectivas de continuidade do rápido crescimento econômico, que tem alimentado as avaliações sobre o aumento da projeção externa do país e sobre a possibilidade de sua elevação ao *status* de grande potência. Também será analisado em que medida três questões cruciais para o desenvolvimento chinês – o progresso científico e tecnológico, o acesso à energia e a preservação do meio ambiente – poderiam, de alguma maneira, lançar dúvidas sobre a manutenção do crescimento econômico no país e, por extensão, sobre sua capacidade de constituir uma base econômica suficientemente ampla para sustentar uma elevação do perfil militar condizente com o *status* de grande potência.

³⁴ Xiaoping, Deng, “Respect Knowledge, Respect Trained Personnel”, 24 de maio de 1977. *Selected Works of Deng Xiaoping (1975-1982)*. Pequim, Foreign Language Press, 1994.

2.1 O crescimento da economia

Não deixa de ser uma ironia da história o fato de que a China, que se viu subjugada há menos de duzentos anos pelo imperialismo britânico e de outras potências que embarcaram nas primeiras fases do processo de industrialização – enquanto os métodos tradicionais de produção chineses eram minados pela concorrência moderna, industrial –, acabaria por tornar-se, nas últimas décadas, um dos principais centros manufatureiros do mundo, levando ao paroxismo a competitividade derivada dos processos industriais de produção.

Não foram apenas as três últimas décadas que revelaram o enorme potencial de crescimento econômico da China. Se o produto interno chinês cresceu, desde o começo das reformas econômicas lançadas por Deng Xiaoping, em 1978, até 2008, a uma impressionante taxa média de 9,5% ao ano³⁵, três vezes a média dos EUA, não se pode negligenciar o fato de que, mesmo nos trinta anos precedentes, de 1948 a 1978, período marcado por grande instabilidade política e econômica – Revolução de 1949, “Grande Salto Adiante”, retirada da ajuda econômica e técnica da URSS após o cisma sino-soviético, Revolução Cultural –, o crescimento do produto chinês foi, em média, de 6% ao ano.³⁶ Tendo em conta que a mera ascensão do PCC ao poder, em 1949, garantindo um mínimo de unidade política ao país (em contraste com o meio século anterior de guerra civil e ocupação externa), já permitiu à China alcançar um ritmo de crescimento significativo mesmo em meio aos excessos do Maoísmo, não surpreende que a relativa estabilidade política pós-Revolução Cultural tenha criado condições favoráveis para um ritmo ainda mais espetacular de crescimento.

Alguns economistas especializados em China, como Arthur Kroeber, julgam que, nas décadas pós-Mao, se houve quinquênios ruins, associados quase sempre a momentos de instabilidade política doméstica ou crise econômica externa, foram aqueles que apresentaram crescimento médio do

³⁵ Já de 1981 a 2005, o crescimento médio anual foi ainda mais alto, de 9,8%, com tendência recente, antes da crise econômica mundial de 2008-2009, de aceleração ainda maior, com taxa média anual de 10,2% de 2003 a 2006. “Ten importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 7. Para se ter uma ideia mais concreta do crescimento da economia chinesa, estima-se que o PIB do país tenha se multiplicado por nove de 1978 a 2005. In CSIS & IIE, *China: the Balance Sheet*, BBS Publications, New York, 2006, pg. 3.

³⁶ Naughton, Barry. *The Chinese Economy: Transition and Growth*. Cambridge, MIT Press, 2007, pg.140.

produto interno de 6,0% a 6,5% ao ano, espécie de piso quinquenal da China de Deng Xiaoping. Assim teria ocorrido no período imediatamente anterior e posterior à crise de Tiananmen de 1989 (1987-1991), com crescimento médio de 6,2% ao ano, e no quinquênio que se seguiu à crise financeira asiática, de 1997 a 2001, quando o crescimento médio foi de 6,3%.³⁷ Ou seja, nas últimas décadas, mesmo nos momentos de crise, a China vem crescendo a uma taxa anual média pelo menos duas vezes superior à taxa dos países desenvolvidos em seus momentos de maior prosperidade.

O crescimento econômico chinês tem-se baseado fundamentalmente na utilização extensiva de fatores subutilizados, mais do que em ganhos de produtividade de fatores já devidamente incorporados à economia formal. Exemplo maior da incorporação crescente de fatores produtivos à economia formal chinesa é o maciço movimento, do campo para as cidades, de trabalhadores que deixam a agricultura de subsistência para trabalhar na indústria e no setor de serviços dos pequenos e grandes centros.³⁸ A combinação entre, de um lado, custos reduzidos em termos de emprego de capital para a utilização da vasta mão-de-obra disponível e, de outro, a existência de altas taxas de poupança interna e de investimentos decorrente do ainda baixo nível de consumo da população tem sido apontada como razão principal do acelerado crescimento chinês. Tendo em conta a abundância de fatores humanos e materiais ainda subutilizados do país (de que é exemplo o fato de que mais de 60% da população chinesa ainda vive no campo, proporção muito mais alta do que a de outros países em fases semelhantes de desenvolvimento, como foi o caso do Japão), essa tendência de crescimento por meio da melhor utilização de fatores de baixa produtividade poderá repetir-se por outras décadas, caso sejam mantidas as condições mínimas de estabilidade social e política.³⁹ Conforme a avaliação de uma revista antes cética com relação à sustentabilidade de curto e médio prazo do crescimento

³⁷ Dragonomics. “China quarterly economic outlook”, Segundo Quadrimestre, 2007.

³⁸ “In China the number of migrant workers is estimated at anywhere between 100m and 150m, despite a restrictive registration system (“hukou”).” “Sweatshops and technocoolies”, in *The Economist*, 5 de março de 2005.

³⁹ “China’s extreme shortage of arable land means that agricultural productivity is extremely low, as measured by output per worker – only about one sixteenth the average in manufacturing and services. Thus, as workers leave agriculture and are absorbed in either manufacturing or services, major productivity gains ensue.” CSIS & IIE, *China: the Balance Sheet*, BBS Publications, New York, 2006, pg. 22.

chinês, “even if its economy slows sharply over the next couple of years, its long-term prospects remain bright.”⁴⁰ O principal motivo da avaliação positiva é justamente a continuada disponibilidade de mão-de-obra medianamente qualificada e barata, que poderia estender-se por duas décadas: “Chinese manufacturers have access to an almost unlimited supply of cheap labour. By some estimates, there are almost 200m underemployed workers in rural areas that could move into industry. This surplus labour may take at least two decades to absorb, helping to hold down wages for low-skilled workers (...). Japan and South Korea, in contrast, absorbed their rural labour much more quickly.”⁴¹

Fatores de produção abundantes e subutilizados não bastam, no entanto, para explicar *per se* o ritmo de crescimento da economia chinesa. Muitos países em desenvolvimento também dispõem de oferta abundante de mão-de-obra e de insumos baratos, alguns dos quais, como a Índia ou determinados países africanos, com custos ainda menores e nem por isso com taxas de crescimento tão altas quanto as da China. O razoável nível de escolaridade da população e a existência de uma boa infraestrutura de transportes, comunicação e energia como base da produção industrial também contribuíram para o salto chinês.⁴² Por mais turbulentos que tenham sido os primeiros trinta anos da Revolução Comunista na China, os reformistas do começo dos anos 1980 herdaram do período sob Mao Tsé-tung um país com uma oferta abundante de mão-de-obra de qualidade do ponto de vista educacional e de saúde pública, ao menos na comparação com outros países em desenvolvimento, o que serviu de base para a rápida decolagem da economia chinesa. No caso da educação, a prioridade atribuída ao tema já pôde ser percebida nos primeiros anos da Revolução Comunista: a proporção de crianças matriculadas em escolas primárias passou de 25% para cerca de 50% no período de 1953 a 1957, segundo dados oficiais.⁴³ Mesmo com

⁴⁰ “The real great leap forward”, in *The Economist*, 2 de outubro de 2004.

⁴¹ Op.cit.

⁴² A China possuía, em 2004, por exemplo, 34.300 quilômetros de rodovias de alta velocidade, a segunda maior rede rodoviária depois da norte-americana. Naughton, Barry. *The Chinese Economy: Transition and Growth*. Cambridge, MIT Press, 2007, pg. 346. Em 2005, a rede rodoviária chinesa era dez vezes maior do que a indiana, e a China tinha seis vezes mais telefones fixos e celulares por cada mil pessoas do que a Índia. “The insidious charms of foreign investment”, in *The Economist*, 5 de março de 2005.

⁴³ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 358.

toda a desvalorização do ensino durante a Revolução Cultural, a taxa de escolarização das crianças chinesas chegou a 96% em 1976, ano da morte de Mao.⁴⁴ A taxa de alfabetização entre adultos chineses havia chegado a 66% em 1977, quase o dobro dos 36% da Índia no mesmo ano.⁴⁵

É difícil avaliar em que medida o rápido crescimento econômico na China das últimas décadas decorreu do advento de um quadro de estabilidade política proporcionado pela ascensão de Deng Xiaoping ou pelo acerto das reformas econômicas por ele empreendidas. Muito provavelmente, da mesma maneira que a estabilização política pós-Mao criou as condições para a implementação das reformas e para a maior velocidade do crescimento econômico, o crescimento em si terá favorecido a manutenção de um quadro político de relativa estabilidade. Em contraste com os solavancos e rupturas políticas e econômicas que marcaram até então a história da China ao longo do século XX, as reformas empreendidas a partir de 1978 basearam-se num modelo de gradualismo, pragmatismo, de ênfase em experiências locais de escopo limitado, de que são exemplos o uso de Guangdong como laboratório para a abertura comercial, do setor rural como *locus* inicial para a reintrodução de medidas e práticas associadas ao livre mercado, ou os começos de descentralização das decisões econômicas no sentido de conferir maior autonomia a províncias e municípios.

Segundo Wei-Wei Zhang, professor da Universidade de Tsinghua e ex-intérprete de Deng Xiaoping, o segredo do sucesso das reformas chinesas foi o seu correto sequenciamento, o acerto em estabelecer ordens e prioridades, com reformas fáceis antes das difíceis, rurais antes das urbanas, nas cidades costeiras antes das interioranas, reformas econômicas antes das políticas, tudo dentro de um quadro de experimentalismo e gradualismo com paulatina reincorporação de elementos de competição. Para ele, os demais princípios que nortearam as reformas pós-Mao foram: 1) maior atenção às aspirações da população (“people matter”); 2) pragmatismo, baseado no lema de Deng de buscar as verdades a partir dos fatos (“seek truth from facts”) e de alcançar

⁴⁴ “China Statistics, 1989”, citado por Hobsbawm, Eric, *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 470.

⁴⁵ CSIS & IIE, *China: the Balance Sheet*, BBS Publications, New York, 2006, pg. 22. “(...) unreformed China seems to have done a more impressive job than India did in educating and providing health care for its poor. Reforms benefited from what economists call “good human capital”, and from a bulge in the working-age population that India itself is now experiencing.” “The tiger in front”, in *The Economist*, 5 de março de 2005.

resultados tangíveis; 3) recusa de formulas genéricas e atenção às condições locais; 4) experimentação constante e primeiro em pequena escala; 5) gradualismo com aplicação de soluções locais antes de uso em outros contextos; 6) recusa de terapias de choque e aproveitamento das instituições existentes, embora imperfeitas, por meio de reformas e reorientação de seus objetivos e métodos; 7) ênfase do Estado nas questões relativas ao desenvolvimento e na manutenção da estabilidade macroeconômica; 8) aprendizagem seletiva de experiências estrangeiras, com base na longa tradição chinesa de “selective cultural borrowing”. Wei-Wei não julga ser preciso identificar um “Consenso de Pequim”, por oposição ao “Consenso de Washington”; para ele, “what makes the Chinese experience unique is that Beijing has safeguarded its own policy space as to when, where and how to adopt foreign ideas” O autor compara a experiência chinesa com a de outros países: “Over the past 25 years, I’ve traveled to more than 100 countries, most of them developing countries, including 18 in Africa. I have concluded that in terms of eradicating poverty and helping the poor and the marginalized, the Chinese model, however imperfect, has worked far more effectively than what can be called the American model, as represented by the IMF-designed Structural Adjustment Program (SAP) for sub-Saharan Africa and the “shock therapy” for Russia.⁴⁶

Como diz o historiador Peter Calvocoressi, a vitória de Deng em fins dos anos 70 “meant a return to traditional types of competitive examination, the rehabilitation of the intelligentsia and other victims of the radical years, the restoration of profit motive, higher prices for peasant producers (and higher wages in industry) and wider openings to the west and Japan, both in economic affairs and in the geopolitics of alliance strategies.”⁴⁷ A incorporação progressiva de elementos de competição na economia e na sociedade chinesas deu-se, no entanto, em contexto de marcada preocupação com seus efeitos sobre a estabilidade social e política, com recurso frequente a políticas de compensação e a ajustes transicionais cujo objetivo era evitar que a introdução de elementos de mercado gerasse perdas significativas de emprego ou chegasse mesmo a comprometer o crescimento econômico.

O que chama a atenção no acelerado crescimento econômico chinês é o êxito, ao menos até o momento, de um estilo de reformas sempre tentativo e

⁴⁶ Wei-Wei, Zhang. “The Allure of the Chinese Model”, in *International Herald Tribune*, 1 de novembro de 2006.

⁴⁷ Calvocoressi, Peter. *World Politics since 1945*. Londres, Longman, 1987 (5a edição), pg. 79.

incremental, que, por seu efeito cumulativo, acabou por transformar o país de maneira profunda no intervalo de apenas três décadas.⁴⁸ A mudança da China nesse período foi de tripla natureza, no sentido de operar a transição de uma economia centralmente planejada para uma economia regulada com progressiva incorporação de elementos de mercado, de reduzir a centralidade do campo e da produção rural pelo aprofundamento do processo de industrialização iniciado após a Revolução de 1949, e de renunciar a um modelo de autarquia estrita em favor de uma abertura comercial ampla, a ponto de fazer da economia chinesa hoje uma das mais abertas do mundo, com uma relação comércio exterior/produto interno superior a 70%,⁴⁹ e um estoque de investimentos diretos estrangeiros na faixa de 30% a 40% do produto interno, contra 13% nos EUA e apenas 2% no Japão.⁵⁰ O resultado é que a estrutura de produção da China por setores modificou-se de modo significativo nas últimas décadas, com a queda da participação da agricultura de cerca de 1/3 do produto interno, nos anos 70, para cerca de 15% nos últimos anos, e o aumento da participação tanto do setor industrial, de 40% do produto para quase 55%, como do setor de serviços, de cerca de 25% para 30%. O próprio desenvolvimento industrial chinês pareceu obedecer a um gradualismo e a um etapismo cuidadosamente testado e acompanhado pelo Estado, para que fossem realizadas periodicamente as necessárias correções de rumos. Após a ênfase inicial na criação de uma indústria pesada ainda no período sob Mao Tsé-tung, em que foram priorizados setores como mineração, energia, metalurgia, siderurgia e infraestrutura, a era das reformas pós-1979 conferiu maior importância à modernização do campo, com a criação das “town-village enterprises” (estimuladas por créditos a juros baixos,

⁴⁸ Segundo Miguel Santos Neves, o cronograma de reformas empreendidas por Deng pode ser dividido em três fases: 1) de 1978 a meados dos anos 1980: reforma do sistema agrícola comunal e introdução do *household responsibility system*, com crescimento significativo e aumento da produtividade; 2) de meados dos anos 1980 ao início dos 1990: reforma do setor industrial, com melhor gestão das empresas públicas e lançamento das pequenas e médias empresas controladas localmente, base do crescimento industrial; 3) de 1992 em diante: privatização de empresas públicas, admissão do setor privado e política de atração de investimentos externos e aceleração do crescimento por meio do aumento das exportações. Santos Neves, Miguel. “A China como potência global emergente: vulnerabilidade, tensões e desafios”, in *Política Externa*, volume 15, n. 1, junho/julho/agosto de 2006.

⁴⁹ “Ten importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 32.

⁵⁰ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, outubro de 2005.

incentivos fiscais e recursos orçamentários específicos), e, a partir de 1984, a grandes projetos de infraestrutura e a mecanismos de fomento às exportações. Já nos anos 1990, foram pródigos os incentivos dados num primeiro momento aos setores de energia, infraestrutura viária, indústria de materiais e outras indústrias intensivas em capital, como as de máquinas e equipamentos, a automotiva, a petroquímica e a eletrônica. A partir de 1996, a ênfase recaiu sobre setores tecnologicamente mais avançados, como a microeletrônica, a tecnologia da informação e a indústria aeronáutica, em linha com o objetivo cada vez mais central para o Estado chinês de criação de padrões tecnológicos próprios.⁵¹

Embora as diversas modalidades de projeções para o ritmo de crescimento da economia mundial ou de países particulares sejam meras aproximações que devem ser tomadas com toda a reserva, tais estimativas são mais ou menos inevitáveis quando se trata de traçar possíveis cenários para a ascensão da China como potência. Ressalvadas as diferenças nos números indicados, praticamente todas as instituições financeiras internacionais continuam a projetar para as próximas décadas um elevado crescimento econômico chinês, sempre acima da média mundial e, sobretudo, da média dos países desenvolvidos.⁵²

⁵¹ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, outubro de 2005.

⁵² O Fundo Monetário Internacional, por exemplo, considerava que, caso não ocorresse uma reversão das reformas iniciadas no setor bancário e de empresas estatais, a China poderia sustentar um crescimento anual na faixa de 7% a 8% ao ano por pelo menos uma década mais, ritmo que lhe permitiria superar o produto interno norte-americano, medido em poder de paridade de compra (PPC), antes do ano 2020. Outro estudo, do Goldman Sachs, levava em conta grau mais acentuado de desaceleração no processo de acumulação de capital e do crescimento da produtividade na economia chinesa nas próximas décadas. Ainda assim, o banco previa um crescimento econômico anual médio na China de 5.5% entre 2010 e 2020, e de 4% a partir de então, o que permitiria à China superar o produto nominal norte-americano por volta de 2040. A projeção parece excessivamente cautelosa para alguns, a começar pelo FMI, que, em outro estudo, compara o desenvolvimento da China com o do Japão e o de outros países do leste asiático no pós-Guerra, como a Coreia do Sul e Taiwan. Segundo a análise do FMI, a China teria crescido no último quarto de século a um ritmo um pouco mais rápido do que o dos outros três países em seus primeiros vinte e cinco anos de “boom”, e essas economias teriam mantido um crescimento médio de 8% nas quatro décadas seguintes, o que poderia ser tomado como possível parâmetro de comparação. Mesmo levando em conta que as condições favoráveis da economia internacional que permitiram a relativa bonança do leste asiático após a Segunda Guerra Mundial não necessariamente se repetiriam nas décadas à frente, o estudo do FMI considera que a China poderia continuar a crescer nas próximas décadas a um ritmo não muito distinto daquele então verificado entre os chamados “Novos Países Industrializados” da região. Descontada a natural desaceleração do ritmo de crescimento econômico à medida que o país se desenvolve, o estudo

Não é incomum a comparação entre a evolução recente da economia chinesa e a ascensão econômica de outras potências no passado, especialmente os EUA da segunda metade do século XIX, com sua capacidade de aproveitamento de vastos recursos disponíveis em território de dimensões continentais. Como analisou a revista *The Economist*, “much of the exuberance about China is rational. The country’s recent ups and downs are reminiscent of America’s booms and busts during the period of industrialisation in the late 19th century. These did not prevent America becoming the world’s economic giant.”⁵³ A verdade é que o tamanho da economia chinesa, ao menos em poder de paridade de compra (PPC), já habilita a China de hoje a ser considerada uma grande potência econômica. Se, em 2004, o produto interno bruto chinês correspondia, a taxas de câmbio então correntes, a apenas 4% do produto mundial, o que fazia da economia chinesa não mais do que a sétima do mundo, a participação chinesa subia a 13% quando se usava o critério de PPC, alçando a China à condição de segunda maior economia do mundo já naquele ano.⁵⁴ Embora seja comumente considerada apenas como uma entre as grandes economias emergentes, a China detém um produto interno medido por PPC que é, com base em dados relativos a 2007, maior do que o dobro do indiano e maior do que a soma dos produtos internos de Brasil, Índia e Rússia.⁵⁵ Mesmo nas mensurações por produto nominal, a China já se tornou uma das economias centrais do mundo. O produto interno bruto chinês foi, em 2007, de 24,7 trilhões de yuans, cerca de US\$ 3,28 trilhões, valor muito próximo dos US\$ 3,32 trilhões do produto interno da Alemanha,⁵⁶ que perdeu para a China, já em 2008, o posto de terceira maior economia do planeta.⁵⁷

Ainda que a maioria dos analistas aposte na continuidade do crescimento da China, há elementos de vulnerabilidade estritamente econômicos no modelo de desenvolvimento do país que merecem exame e recomendam certa dose

chama a atenção para o fato de que a renda *per capita* na China continuava a estar abaixo de 1/3 da renda *per capita* sul-coreana ou de 1/5 da renda *per capita* japonesa, o que indicaria haver ainda muito espaço para um crescimento em ritmo acelerado. “The real great leap forward”, in *The Economist*, 2 de outubro de 2004.

⁵³ “The dragon and the eagle”, in *The Economist*, 2 de outubro de 2004.

⁵⁴ “Economic weight-watching”, in *The Economist*, 2 de outubro de 2004.

⁵⁵ International Monetary Fund. *World Economic Outlook Database*. October 2008.

⁵⁶ Op.cit.

⁵⁷ “China revisa PIB e se torna 3ª maior economia do mundo”, Agência BBC, 16 de janeiro de 2009.

de cautela quando se trata de estimar o desempenho da economia nos próximos anos e décadas. A principal preocupação deriva do fato de que o modelo chinês de crescimento continua a basear-se mais nos investimentos e no comércio exterior do que no consumo interno, o que torna a China sensível a uma recessão mundial, como a ocorrida a partir do segundo semestre de 2008, ou mesmo a uma desaceleração do crescimento nas principais economias importadoras do mundo.

O índice de investimento na China tem sido desproporcionalmente alto quando comparado não apenas ao de países de fora do continente asiático, mas também aos da própria região, que apresentam tradicionalmente números acima da média mundial. A taxa de investimento fixo (“gross fixed investment”) na China já era de aproximadamente 30% do PIB no final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980, mas passou para uma média de 35% nos anos 1990 e atingiu os 40% em 2004.⁵⁸ Em 2005, foi de 41,5% do PIB, taxa muito superior às da Índia (28%), da Malásia (20%) e das Filipinas (15%), embora não totalmente fora dos padrões regionais em momentos de acelerado crescimento, como foi o caso da própria Malásia em meados dos anos 1990, quando a taxa de investimento atingiu os 44%.⁵⁹ Embora taxas anormalmente altas de investimento facilitem a transferência de mão-de-obra da agricultura para setores modernos, contribuindo para um rápido crescimento da economia,⁶⁰ os riscos daí decorrentes dizem respeito a possíveis quedas na lucratividade da produção, a problemas sociais e políticos causados por descontrole na ocupação de áreas rurais adjacentes a centros urbanos (principal motivo de tensões e protestos no campo chinês) e, sobretudo, à geração de uma excessiva capacidade produtiva que pode tornar-se traumáticamente ociosa em momentos de crise.

Por conta desta peculiaridade da economia chinesa, economistas mais pessimistas, hoje minoritários, preveem uma queda brusca na produção da China em futuro não muito distante.⁶¹ Alegam que uma acumulação de capital da escala como a que tem ocorrido no país não pode ser senão uma bolha de

⁵⁸ Naughton, Barry. *The Chinese Economy: Transition and Growth*. Cambridge, MIT Press, 2007, pg.144.

⁵⁹ “Ten importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 7.

⁶⁰ CSIS & IIE, *China: the Balance Sheet*, BBS Publications, New York, 2006, pg. 21.

⁶¹ Para uma avaliação das correntes na literatura econômica sobre China, ver Lu, Ding e Chong, Kwek Bin, “Trends in Publications of Chinese Economic Studies: Authors, Journals and Research Fields, 1991-2003.” *Asian-Pacific Economic Literature*, Vol. 20, No. 1, pp. 57-67, May 2006.

investimentos, pronta a estourar, e apontam para o fato de que o consumo doméstico não conseguiu acompanhar, nos últimos cinco anos, o ritmo muito acelerado de crescimento dos investimentos e das exportações. Lembrem, por exemplo, que, enquanto o PIB nominal *per capita* chinês foi 138% maior do que o da Índia em 2006, o consumo *per capita* foi apenas 53% maior no mesmo ano,⁶² o que indicaria um nível ainda muito baixo de demanda doméstica, insuficiente para neutralizar, pelo mercado interno, quedas de consumo externo decorrentes de crises internacionais. Sobretudo, consideram um equívoco a adoção de um modelo de crescimento que relega o consumo doméstico a segundo plano, especialmente num país em desenvolvimento das dimensões da China, com uma população pobre ainda numerosa.

Economistas menos céticos contra-argumentam que não há razões para esperar uma súbita estiagem de investimentos. Embora a China seja o país que mais tenha atraído investimento direto estrangeiro nos últimos anos (US\$ 750 bilhões de 1978 a meados de 2007, segundo dados oficiais chineses), o investimento agregado no país ainda é maciçamente doméstico. As margens de lucros em alguns setores específicos caíram nos últimos anos, mas o nível geral de lucratividade das empresas na China elevou-se na média⁶³, como atesta um estudo recente do Banco Mundial.⁶⁴ Já o consumo doméstico estaria, pela primeira vez nos últimos 20 anos, descasando-se do nível de investimento e crescendo de maneira forte, a ponto de alimentar a expectativa de que poderia compensar eventual queda no nível de investimento.⁶⁵

Entre céticos e otimistas, o Governo chinês parece preocupado em reequilibrar a economia em favor do consumo interno e tem atuado no sentido de aumentar a demanda dos setores menos favorecidos da sociedade, especialmente no meio rural. Em linha com as teses apregoadas pelo Governo Hu Jintao em favor de um crescimento econômico mais equânime e

⁶² “Ten importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 6.

⁶³ Exemplo de análise recente e positiva das margens de lucro chinesas: “Industrial profits remain strong and inventory growth has slackened substantially from 2004 peak. (...) Excess capacity exists, but is only a severe problem in a few industries (e.g. steel). Aggregate industrial profits grew 31.0% in 2006, up from 26% in 2005. (...) Midstream processing industries (e.g. steel and some metals smelting; oil refining) faced margin pressure in 2005 but are now recovering; in most manufacturing sectors margin pressure is not very evident.” Dragonomics. “China quarterly economic outlook”, Segundo Quadrimestre, 2007.

⁶⁴ “Ten importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 7.

⁶⁵ “The insidious charms of foreign investment”, in *The Economist*, 5 de março de 2005.

harmonioso,⁶⁶ cresceram de modo significativo as transferências de recursos para o campo e os incentivos fiscais e creditícios para investimentos privados em regiões menos desenvolvidas do interior⁶⁷, com o objetivo de elevar o padrão de vida e o consumo rural.⁶⁸ Sabe-se, no entanto, que um dos fatores principais do alto índice de investimento na China é justamente a altíssima propensão da população chinesa à poupança, como resultado da deterioração, ao longo das últimas décadas, do acesso aos serviços públicos de educação, saúde e previdência social.⁶⁹ Analistas consideram que será necessário um esforço muito concentrado do Estado chinês no sentido de voltar a privilegiar os gastos com serviços básicos (em detrimento da alta prioridade atribuída nos últimos anos à modernização da infraestrutura física do país) para que se criem incentivos mais efetivos para a elevação do consumo doméstico nas cidades e no campo.⁷⁰

O aumento do consumo doméstico na China não apenas reduziria o peso dos investimentos no crescimento chinês, mas também atenuaria a alta dependência do país em relação às exportações, um dos fatores de impulso da economia chinesa nas últimas décadas. Com um crescimento médio de 15% ao ano desde 1978, e um peso significativo da produção das Zonas

⁶⁶ O conceito de “sociedade harmoniosa” (*Heshie Shehui*), atribuído a Hu Jintao, é, um contraponto ao modelo de ênfase no crescimento econômico a todo custo, de Jiang Zemin, que teria gerado elevado crescimento, mas também aumentado a descentralização política (autonomia provincial) e tensões decorrentes da desigualdade social. Enquanto Jiang Zemin falava em atingir, até 2020, uma “sociedade modestamente próspera” (“Xiaokang Shehui”), Hu Jintao fala de atingir, no mesmo ano, uma “sociedade harmoniosa”.

⁶⁷ Ao programa original de desenvolvimento das províncias do oeste somaram-se iniciativas de apoio a outras áreas retardatárias, como os antigos distritos industriais do nordeste chinês e as províncias agrícolas centrais altamente povoadas, como Henan. “Ten importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 11.

⁶⁸ O reconhecimento do problema pelo PCC é evidente: “as early as December 2004, at its annual Central Economic Work Conference, the Chinese Communist Party recognized the need to readjust the relationship between investment and consumption as sources of economic growth.” CSIS & IIE, *China: the Balance Sheet*, BBS Publications, New York, 2006, pg. 26.

⁶⁹ Os gastos em saúde, educação, assistência e previdência social do Governo chinês somavam apenas 3,5% do PIB em 2006. CSIS & IIE, *China: the Balance Sheet*, BBS Publications, New York, 2006, pg. 27.

⁷⁰ Há quem diga que a tendência da economia chinesa será de elevação do consumo interno por conta do envelhecimento da população, independentemente de uma política deliberada do Governo no sentido de promover o consumo: “high levels of household savings are likely to persist for another decade, but may fall thereafter as the population begins to age and the share of citizens in the dissaving retirement years rises.” CSIS & IIE, *China: the Balance Sheet*, BBS Publications, New York, 2006, pg. 22.

Econômicas Especiais, especialmente com investimentos de origem estrangeira voltados para a exportação, o comércio exterior chinês passou a desempenhar um papel central na economia do país. Se a promoção das exportações começou a figurar entre os objetivos prioritários do Governo chinês a partir de começos dos anos 1990, foi a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro de 2001, que impulsionou de vez a participação chinesa no comércio mundial. As tarifas médias de importação no país caíram de 41%, em 1992, para 6% após a acessão à OMC, o que fez da China um dos países em desenvolvimento com as tarifas médias mais baixas no mundo.⁷¹ A combinação entre, de um lado, uma política de considerável abertura às importações e, de outro, uma agressiva promoção das exportações em contexto de elevadíssima competitividade por razões de custo e escala fez com que o volume total do comércio exterior chinês passasse a corresponder a uma proporção muito alta do PIB do país, em contraste com os percentuais nos demais países de grandes dimensões territoriais. No caso dos EUA, do Brasil ou da Índia, o volume total do comércio exterior tradicionalmente não ultrapassa o equivalente a cerca de 30% do PIB, e mesmo num país de dimensões pequenas e dependente de mercados e insumos externos, como o Japão, tal proporção atingiu em seu momento mais alto o equivalente a apenas 32%. No caso da China, no entanto, o comércio exterior de bens e serviços tem representado nos últimos anos um montante correspondente a nada menos do que 70% a 75% do produto interno, o que faz da China um país anômalo, desproporcionalmente aberto ao comércio exterior.⁷²

Culminando um processo vertiginoso de crescimento ao longo do último decênio, as exportações chinesas superaram as exportações dos EUA em 2007, e a China tornou-se o segundo maior país exportador do mundo, atrás apenas da Alemanha. De acordo com a Alfândega chinesa, o volume de exportações de bens da China atingiu, naquele ano, o valor de US\$ 1,220 trilhões, 25,7% a mais do que em 2006, ao passo que as exportações norte-

⁷¹ Naughton, Barry. *The Chinese Economy: Transition and Growth*. Cambridge, MIT Press, 2007, pg. 377-400.

⁷² Somente a Rússia aproximava-se um pouco do perfil chinês; a relação comércio exterior/produto interno russo teria chegado a 55% em 2006. Ocorre que os elevados montantes de exportação na Rússia derivam em grande medida das vendas de algumas poucas *commodities*, como petróleo e gás, ao contrário do perfil diversificado e manufatureiro das exportações chinesas.

americanas alcançaram, segundo o Departamento de Comércio dos EUA, o valor de US\$ 1,148 trilhões, 12,2% a mais do que no ano anterior.⁷³

Embora tanto as exportações como as importações chinesas tenham continuado a crescer em ritmo muito acelerado, o que se verificou nos últimos anos foi o descolamento do ritmo de crescimento das exportações, que passaram a aumentar a uma taxa de mais de 25% ao ano nos últimos seis anos⁷⁴ e provocaram o crescimento súbito e exponencial dos saldos comerciais chineses.⁷⁵ O superávit do país subiu quase 50% em 2007 com relação ao ano anterior, atingindo o valor recorde de US\$ 262,2 bilhões, mesmo em contexto de denúncias sobre os riscos para a saúde humana de alguns produtos provenientes da China e de esforços de Pequim no sentido de impor restrições às exportações chinesas de aço e de outros produtos com o objetivo de evitar reações protecionistas.⁷⁶

O que impressiona na evolução do comércio exterior chinês não é apenas o ritmo de crescimento das exportações e das importações, mas também e principalmente o grau cada vez maior de agregação de valor à produção voltada para a exportação. Produtos tradicionais como têxteis, roupas e acessórios continuam a gerar somas impressionantes – foram US\$ 115 bilhões só em 2007 –, mas representam uma proporção cada vez menor na pauta exportadora chinesa (9,4% em 2007). Em contrapartida, bens como máquinas e produtos eletrônicos correspondem a fatias crescentes das vendas do país, tendo atingido o valor de US\$ 701 bilhões em 2007 ou o equivalente a 57,6% das exportações totais de bens da China naquele ano. Somente os produtos de alta tecnologia proporcionaram o equivalente a US\$ 347,8 bilhões de dólares em 2007, mais de sete vezes o valor de 2001. O percentual de tais

⁷³ Tong, Tiger. “China on track to become world’s largest exporter”, *Bangkok Post*, 19 de janeiro de 2008.

⁷⁴ “Ten importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 32.

⁷⁵ Foi inegável o papel das zonas especiais no fomento às exportações. Em 2005, havia 53 Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, 15 Zonas de Processamento Exportador, 12 Zonas de Livre Comércio e 6 Zonas de Desenvolvimento “High-Tech”, que ofereciam condições preferenciais aos investidores, incluindo menores custos dos terrenos de instalação e devoluções significativas de impostos.

⁷⁶ As pressões são especialmente fortes nos EUA, por conta do agigantamento do *superávit* bilateral, que atingiu, em 2007, o valor recorde de US\$ 163,3 bilhões, 19% a mais do que em 2006. McDonald, Joe. “China’s trade surplus surges to record”, in *AP Business Writer*, 11 de janeiro de 2008.

produtos nas exportações totais da China subiu de 17,5% em 2001 para 28,6% em 2007, ou seja, para cada quatro dólares vendidos pela China, mais de um dólar provém da exportação de produtos de alta tecnologia. A esse crescimento na agregação de valor tem correspondido também uma participação cada vez maior no comércio exterior de empresas de capital estrangeiro instaladas em território chinês. Em 2007, as multinacionais estrangeiras foram responsáveis por 57% do total das exportações chinesas e, no caso de produtos de alta tecnologia, por quase 90% das vendas ao exterior.⁷⁷

O grande risco associado ao sucesso comercial da China é a possibilidade de uma retração súbita no ritmo de crescimento econômico em função da perda de mercados de exportação seja pela ocorrência de uma recessão mundial, como a de 2008-2009, seja pelo recrudescimento do protecionismo como reação à elevada competitividade chinesa. Estima-se que o setor exportador chinês, além de considerável empregador de mão-de-obra e principal fator de dinamismo em muitas regiões litorâneas, foi responsável por cerca de 1/4 do crescimento do PIB do país em 2005 e 2006.⁷⁸

Particularmente grave seria uma retração nos mercados norte-americano e europeu, que absorveram, em 2006, respectivamente, 21% e 19% do total exportado pela China.⁷⁹ Da mesma maneira que o neoprotecionismo nos EUA e na Europa do começo dos anos 1970, período de proliferação de barreiras não-tarifárias, erigiu-se em reação à competitividade e ao crescimento das exportações do Japão, visto como um gigante comercial a consumir empregos do mundo desenvolvido, a China é considerada uma séria ameaça comercial a muitos outros países, desenvolvidos ou em desenvolvimento. Intensificaram-se nos últimos anos as pressões de Washington sobre Pequim pela valorização do *yuan*⁸⁰, ao mesmo tempo em que foram ressuscitados os acordos de restrição voluntária às exportações, usados à época e aplicados agora contra as exportações chinesas de têxteis e outros produtos. É nesse contexto de renascimento de um protecionismo seletivo que se enquadram

⁷⁷ Tong, Tiger. “China on track to become world’s largest exporter”, *Bangkok Post*, 19 de janeiro de 2008.

⁷⁸ “Ten importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 32.

⁷⁹ Op.cit., pg. 33.

⁸⁰ Exemplo maior é o projeto de lei dos senadores Charles Schumer e Lindsey Graham com a ameaça de imposição de um tarifa de 27,5% sobre os produtos chineses.

as medidas de caráter excepcional e discriminatório previstas no acordo de acesso da China à OMC, como a possibilidade de aplicação de salvaguardas especiais contra as exportações chinesas ou de prorrogação da não aplicação do *status* de “economia de mercado” em processos *antidumping*.

Analistas como Arthur Kroeber parecem relativizar, no entanto, os riscos de uma reação generalizada contra a China ou mesmo os seus efeitos sobre o ritmo de crescimento da economia chinesa. Para ele, o processo de substituição de importações se intensifica na China, e juntamente com a diversificação e a crescente sofisticação das exportações chinesas tornam mais sustentável a manutenção das vendas externas em patamares altos: “about half of the surplus comes from processing which is not vulnerable to a slowdown in global demand. Increasingly the surplus derives from import substitution in basic materials and capital goods.”⁸¹

O fato é que o vertiginoso crescimento da economia chinesa tem gerado mudanças importantes na economia internacional, em sua grande maioria consideradas benignas pelos economistas, mas cujos efeitos podem provocar movimentos de reação nos principais centros de poder, tanto na vertente comercial como em outras áreas, a começar pela financeira ou mesmo a trabalhista. De maneira crescente decisões tomadas em Pequim, e não apenas em Washington, Tóquio, Berlim ou Londres, afetam parcela significativa de países, mercados, empresas e trabalhadores em todo o mundo. A contribuição da China, por exemplo, para o crescimento da economia mundial desde 2000 foi o dobro da contribuição somada das três outras maiores economias emergentes, Brasil, Índia e Rússia. Mais importante do que o peso da economia chinesa no crescimento da economia mundial é, no entanto, a mudança significativa no equilíbrio da oferta dos fatores de produção no mundo, em função da maior participação da China (e de sua vasta mão-de-obra antes dedicada à subsistência) no comércio e nas finanças internacionais. Estimativas dão conta de que o maior envolvimento da China, da Índia e da Rússia nos fluxos internacionais de comércio e finanças fez com que houvesse dobrado a oferta global de mão-de-obra, e a China responderia por metade desse novo contingente de trabalhadores que se integraram à economia internacional.⁸²

⁸¹ Dragonomics. “China quarterly economic outlook”, Segundo Quadrimestre, 2007.

⁸² “China and the world economy. From T-shirts to T-bonds”, in *The Economist*, 28 de julho de 2005.

Além de elevar o potencial de crescimento econômico mundial, o principal efeito dessa mudança na oferta dos fatores é a alteração dos preços relativos não apenas de bens e serviços (preços mais altos de *commodities*, preços mais baixos de produtos industriais), mas também e principalmente do trabalho e do capital. Como descrito pela revista *The Economist*, “the new entrants to the global economy [China, Índia e Rússia] brought with them little capital of economic value. So, with twice as many workers and little change in the size of the global capital stock, the ratio of global capital to labour has fallen by almost half in a matter of years: probably the biggest such shift in history. And, since this ratio determines the relative returns to labour and capital, it goes a long way to explain recent trends in wages and profits.”⁸³

Tal alteração na oferta da mão-de-obra e do capital ajudaria a explicar o crescimento lento dos salários nos EUA, Europa e Japão nos últimos anos, onde os salários reais médios não acompanharam os ganhos de produtividade do trabalho, e onde a proporção dos salários no produto interno caiu a níveis inferiores ao observado ao longo das últimas décadas. O próprio aumento da oferta de produtos chineses nos mercados desenvolvidos, com o espectro do aumento do desemprego em muitos setores industriais, pode ter contribuído para reduzir o poder de barganha de trabalhadores de alguns setores, enfraquecidos ainda mais pela possibilidade de transferência de parte da produção de muitas matrizes de empresas do mundo desenvolvido para subsidiárias na China e em outras economias emergentes. A contrapartida deste fenômeno foi o aumento das margens médias de lucro das empresas, como se verificou pelo fato de que, no caso dos EUA, a fatia dos lucros no total do produto interno atingiu seu ponto mais alto nos últimos 75 anos, e no caso da zona do euro e Japão, o ponto mais alto nos últimos 25 anos. Em outras palavras, a “entrada” da China na economia mundial tornou mais abundante a oferta de mão-de-obra e, relativamente, mais escassa a oferta de capital, permitindo uma remuneração mais alta deste último em detrimento do primeiro. Como diz a revista *The Economist*, “it is ironic that western capitalists can thank the world’s biggest communist country for their good fortune.”⁸⁴

⁸³ “China and the world economy. From T-shirts to T-bonds”, in *The Economist*, 28 de julho de 2005.

⁸⁴ Op. cit.

Em que medida os efeitos julgados positivos da “entrada” da China na economia mundial – como a redução dos preços, excetuadas as *commodities*, nas economias centrais e a possibilidade de adoção de políticas monetárias mais expansivas – tendem a neutralizar as pressões, nesses mesmos países, em favor de maior protecionismo contra as exportações chinesas é algo de difícil previsão, mas o fato é que, enquanto o crescimento chinês depender da ampliação das vendas externas do país, os riscos permanecerão de uma maior ou menor desaceleração do crescimento da China em decorrência de eventual fechamento dos mercados para as suas exportações.

2.2 O desenvolvimento científico e tecnológico

Como já foi analisado por diversos autores, Joseph Schumpeter e Thorstein Veblen em especial⁸⁵, há uma relação de mútua dependência entre desenvolvimento científico-tecnológico e desenvolvimento econômico. Uma das questões centrais na avaliação das perspectivas para a manutenção do crescimento econômico chinês é justamente a sustentabilidade do progresso tecnológico na China, com base seja num modelo anglo-saxão, fundado principalmente na inovação, seja num modelo japonês e leste asiático, baseado em grande medida na incorporação e aperfeiçoamento de tecnologias importadas.

A supremacia tecnológica da China revelou-se em diversos momentos de sua longa história, ao menos até começos do Renascimento europeu. À preponderância do período Song (969-1279), considerado por Fairbank e por outros autores como o auge da civilização chinesa, seguiram-se outros momentos de intensa atividade nos campos cultural e tecnológico durante as dinastias Yuan (1280-1368) e Ming (1368-1644), que mantiveram a China como um dos principais centros de inovação do mundo. Para Jared Diamond, a impressionante relação de invenções chinesas que se mostraram cruciais para o desenvolvimento científico e tecnológico em todo o globo comprovaria que a China medieval detinha a liderança mundial em tecnologia: “the long list of its major technological firsts includes cast iron, the compass, gunpowder, paper, printing, and many other mentioned earlier. It also led the world in political power, navigation, and control of the seas.”⁸⁶

⁸⁵ Para a visão de Schumpeter sobre o tema, ver por exemplo *The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle*. New York, OUP, 1961. Para a visão de Veblen, *Theory of Business Enterprise*. New York, Mentor Books, 1958.

⁸⁶ Diamond, Jared. *Guns, Germs and Steel, the Fate of Human Societies*. New York, W.W. Norton & Company, 1999, pg. 411-412.

A primazia da China nesses diversos domínios aponta para uma tradição de desenvolvimento tecnológico baseada na inovação, como já foi examinada na obra monumental de Joseph Needham.⁸⁷ Na contracorrente dos que enfatizam historicamente a valorização pelos chineses da cópia e da reprodução de modelos e padrões, também Will Durant, a exemplo de Needham, considera que a tradição chinesa sempre foi a do invento, embora julgue que a essa capacidade de invenção não correspondia uma habilidade ou o interesse em aplicar suas próprias invenções. A pólvora, inventada no período Tang (618-907), foi usada durante muito tempo na produção de fogos de artifícios, mas somente muito mais tarde, já na dinastia Song (969-1279), seria empregada como instrumento de guerra: “Despite the contribution of the compass and gunpowder, of paper and silk, of printing and porcelain, we cannot speak of the Chinese as an industrially inventive people. They were inventive in art, developing their own forms, and reaching a degree of sensitive perfection not surpassed in any other place or time; but before 1912 they were content with ancient economic ways, and had a perhaps prophetic scorn of labor-saving devices that hectically accelerate the pace of human toil and throw half the population out of work in order to enrich the rest.”⁸⁸

Grande parte dos autores contemporâneos adota posição diametralmente oposta à de Durant. O discurso dominante entre os analistas ocidentais reproduz a visão de que, para usar as palavras de um influente jornalista norte-americano, a China não dispõe de capacidade tecnológica autônoma nem de uma indústria sofisticada e inovativa para aproveitá-la.⁸⁹ Mesmo um historiador marxista como Eric Hobsbawm considera reduzida a capacidade chinesa de inovar, de gerar tecnologia ou de desenvolver uma tradição de

⁸⁷ Needham, Joseph. *Science and Civilisation in China* (7 volumes). Cambridge, Cambridge University Press, 1954 em diante.

⁸⁸ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 780-781.

⁸⁹ Segundo William Pfaff, “(...) what it takes to become a modern industrial superpower? It requires a very high level of autonomous technological capacity, to begin with, as well as sophisticated and innovative industry to make use of it, both of which China today lacks. The country is urgently educating the generation of scientists and technicians essential to its future development, but they come back from studies abroad to an industrial base too limited to put them to proper use. China is a manufacturer of unsophisticated goods designed abroad. Its technology is derivative. Will this continue to be so? Possibly.” In “China: The pretend superpower”, Tribune Media Services Sunday, August 26, 2007.

pensamento filosófico e matemático.⁹⁰ Ele questiona a capacidade da China de tornar-se uma grande potência, por conta de uma suposta incompatibilidade entre Confucionismo e mentalidade científico-tecnológica e por uma ancestral recusa do externo. Vê perspectivas melhores para a Índia, em contraste com a China: “In some ways, India has an extremely promising future principally because it has an asset that China does not have: a degree of true originality in the fields of technology and intellectual research, which for historical reasons, is not easy to find in the Far East in the Confucian area.” No entanto, mesmo Hobsbawn reconhece, em outro livro, ao se referir à China imperial, que a inferioridade tecnológica da China, tornada evidente no século XIX por traduzir-se em inferioridade militar, não se deveu a uma incapacidade educacional, cultural ou técnica, mas a um sentido de autossuficiência e de autoconfiança da civilização chinesa que a impediu de fazer o que os japoneses fizeram após a Restauração Meiji de 1868, ou seja, “mergulhar na modernização pela adoção pura e simples de padrões europeus.”⁹¹

Teria ocorrido uma inversão de habilidades na passagem da antiga China imperial para a China moderna, no sentido de que houve tanto uma redução da capacidade de inovação autóctone como um fortalecimento da capacidade de absorver inovações alheias e de aplicá-las ou de reproduzi-las industrialmente de maneira mais eficiente do que outras nações? Tendo em conta que Needham e Durant escreveram em começos e meados do século XX referindo-se fundamentalmente a uma China pré-decadência Qing, e que Hobsbawn escreveu ao final do século XX referindo-se aos estertores da China imperial e à China moderna, uma possível explicação para visões tão antagônicas sobre a capacidade de inovação dos chineses seria o fato de que os autores se referem a duas Chinas marcadamente distintas, e de que a longa transição do final do período Ming, no século XVII, a começos da China republicana, no século XX, foi efetivamente a passagem de uma China que mais inovava do que aplicava as inovações autóctones a uma China contemporânea que mais aplica inovações estrangeiras do que inova.

De fato, a história recente da China, dos últimos duzentos anos, parece revelar antes aspectos de subdesenvolvimento científico e tecnológico do que ecos de uma antiga liderança na capacidade de inovar. O final da dinastia

⁹⁰ Hobsbawn Eric. *On the Edge of the New Century*. New York, The New Press, 1999, pg. 56.

⁹¹ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 463.

Qing – da Guerra do Ópio à Revolução de 1911 – e as seis primeiras décadas do período republicano foram marcados por profunda instabilidade política e econômica, em que a China foi fundamentalmente uma consumidora tímida de tecnologia externa e uma ainda mais tímida produtora de tecnologia doméstica. O paroxismo do atraso científico e tecnológico da China do período foi atingido durante a Revolução Cultural (1966-1976), em que um dos elementos centrais da atuação do Estado chinês e do PCC foi um anti-intelectualismo militante.⁹² O virtual fechamento por dez anos do ensino médio e universitário, a perseguição indiscriminada de professores e pesquisadores, a desvalorização da educação nos mais diversos níveis e a repressão a muitas formas de produção e manifestação cultural, reduzidas em boa medida a propaganda, foram algumas das marcas da Revolução Cultural. De certa maneira, o solapamento da educação no período, praticado deliberadamente por facções extremas do PCC, como a Gangue dos Quatro, constituiu um feito quase sem precedentes na história chinesa. Para Hobsbawn, a Revolução Cultural foi uma “campanha contra a cultura, a educação e a inteligência sem paralelo na história do século XX.”⁹³

O alcance do anti-intelectualismo do período torna ainda mais impressionante a guinada reformista liderada por Deng Xiaoping em 1978, que tinha na ideia da valorização da ciência e da tecnologia um dos seus pilares. Do abismo intelectual a que desceu a sociedade chinesa surgiu o imperativo de desenvolvimento educacional, científico e acadêmico como base do progresso material e tecnológico e da modernização do país. Nas palavras do próprio Deng Xiaoping, “the key to achieving modernization is the development of science and technology (...) Empty talk will get our modernization programme nowhere; we must have knowledge and trained personnel... Now it appears that China is fully twenty years behind the developed countries in science, technology and education... As early as the

⁹² Com relação à desconfiança de Mao Tsé-tung ante os intelectuais e a tecnologia, Fairbank afirma que “from 1957 on he (Mao) remained vindictively opposed to them, regarding them with disdain as mere word users and, with some fear, as people he could not control. This reaction led him to many wild statements: that the intellectuals were the most ignorant of the people, that all great intellectual achievements had been made by relatively uneducated youth, that worship of technology was a fetish.” In Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 366.

⁹³ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 505.

Meiji Restoration the Japanese began to expend a great deal of effort on science, technology and education. The Meiji Restoration was a kind of modernization drive undertaken by the emerging Japanese bourgeoisie. As proletarians we should, and can, do better.”⁹⁴

Crescentemente cético ante os modelos de perfeita autossuficiência tecnológica e produtiva que, de certa maneira, dominaram e frustraram o Maoísmo, Deng Xiaoping recusou a ideia de produção e controle de tecnologias puramente autóctones e fundamentou suas reformas na incorporação e difusão interna de tecnologia importada. Como diz Arthur Kroeber, graças em parte à insistência de Deng em associar a ideia de reforma (*gaige*) à ideia de abertura (*kaifang*), a chave do desempenho chinês, desde 1979, tem sido não a inovação tecnológica, mas a difusão tecnológica. Para Kroeber, o princípio básico da economia chinesa tem sido o de “importar tecnologia de forma barata (...), e então produzi-la pelo menor custo possível para o maior número possível de pessoas”. Essa seria a razão pela qual, na China, a taxa de penetração e uso da maioria dos bens de consumo duráveis (e de serviços dependentes de tecnologia, como o acesso à *internet*) seria substancialmente mais alta do que na maioria dos países com nível de renda comparável.⁹⁵

O Estado chinês tem adotado estratégia agressiva nas áreas de produção, importação e difusão de tecnologia. O apoio governamental segue as formas clássicas de intervenção e fomento, com base em financiamentos diretos, incentivos fiscais, calibragem das tarifas de importação, créditos bancários a muito baixo custo, compras governamentais, vantagens setoriais por meio de preferências regulatórias e, recentemente, fixação de padrões tecnológicos próprios, o que já faz antever o propósito de Pequim de produzir, cada vez mais, tecnologias concebidas por e para chineses.⁹⁶ Empresas qualificadas com o status de “empresas tecnologicamente avançadas” recebem isenção de impostos por cinco anos, com a possibilidade de cortes adicionais por mais oito anos. O governo também tem apoiado o estabelecimento de parques tecnológicos em quase todas as maiores

⁹⁴ Xiaoping, Deng, “Respect Knowledge, Respect Trained Personnel”, 24 de maio de 1977. *Selected Works of Deng Xiaoping (1975-1982)*. Pequim, Foreign Language Press, 1994.

⁹⁵ Kroeber, Arthur, “Inovação: todo o errado” palestra no painel “Caracterização da competitividade asiática”. “II Conferência Internacional: Desafios Emergentes”, 17 de abril de 2007.

⁹⁶ Naughton, Barry. *The Chinese Economy: Transition and Growth*. Cambridge, MIT Press, 2007, pg. 366 e 367.

idades chinesas e a criação de empresas privadas de pequeno porte fundadas por cientistas provenientes de instituições governamentais de pesquisa. Tem investido ainda na formação de novas gerações de pesquisadores e cientistas, com ênfase nas áreas de ciências e engenharia, que recebem cerca de 30% dos quase 4 milhões de alunos que entram a cada ano nas universidades.

Kroeber considera que muito da difusão tecnológica na China ocorreu pela não observância de normas de propriedade intelectual. Ele contesta a visão amplamente reproduzida nos países desenvolvidos de que a falta de proteção à propriedade intelectual seria um obstáculo à inovação na China e de que as empresas inovadoras teriam a percepção de que é impossível obter recompensa financeira por suas inovações. Como diz o economista, isso somente parece verdadeiro “se alguém enxergar o mundo através de lentes muito estreitas e assumir que o processo que ocorre no Vale do Silício é a única realidade em inovação. (...) Uma quantidade enorme de processos de inovação em pequena escala ocorre todos os dias na China, geralmente em discretas indústrias de base, que geralmente não ocupam a primeira página do *Wall Street Journal*. A proteção à propriedade intelectual tem pouco a ver com isso e, na verdade, os processos de difusão e inovação estão fortemente interligados.”⁹⁷ Ou seja, a difusão tecnológica é fator de inovação e será tanto maior quanto menos estrita for a observância de monopólios patentários.

O autor julga que, mesmo sem a adoção de padrões rígidos de propriedade intelectual, os produtores chineses menos eficientes têm sido eliminados, e a indústria na China começa a consolidar-se com uma importante base tecnológica. Como em outras partes do mundo, as empresas que sobreviveram tendem a evoluir para atividades mais complexas. Kroeber toma como exemplo a trajetória bem sucedida dos produtores de autopeças fabricadas à base de magnésio: “multiplique essa história por mais ou menos um milhão, e você terá a China de hoje: um país que sistematicamente adota e aperfeiçoa tecnologia importada; e explora sua economia de escala única para obter lucro em operações que, em qualquer outro lugar, não seriam eficientes do ponto de vista de custo.”⁹⁸

⁹⁷ Kroeber, Arthur, “Inovação: todo o errado” palestra no painel “Caracterização da competitividade asiática”. “II Conferência Internacional: Desafios Emergentes”, 17 de abril de 2007.

⁹⁸ Kroeber, Arthur, “Inovação: todo o errado” palestra no painel “Caracterização da competitividade asiática”. “II Conferência Internacional: Desafios Emergentes”, 17 de abril de 2007.

Para Kroeber, se há um gargalo do progresso tecnológico da China ainda é a questão, tratada mais acima, da falta de escala de consumo doméstico, ou seja, o fato de que, no caso dos setores tecnologicamente mais avançados, a China consegue sustentar economias de escala numa produção ainda fundamentalmente voltada para a exportação, mas não para o mercado interno. A fragilidade neste caso deriva, segundo Kroeber, de que, em geral, a inovação é guiada pelas necessidades dos consumidores, não pelos desejos dos produtores, o que faz com que sejam quase exclusivamente empresas com acesso a grandes mercados consumidores nos Estados Unidos, Europa e Japão as que logram hoje triunfar no setor de alta tecnologia da economia chinesa. Somente daqui a alguns anos, pela própria reorientação, aparentemente em curso, da economia chinesa no sentido de privilegiar o consumo doméstico, poderá a China criar economias de escala para a produção especificamente voltada para o mercado consumidor chinês, e sua vasta gama de potenciais consumidores poderá orientar a direção das inovações da mesma maneira que os consumidores norte-americanos e europeus o fazem hoje. Ainda que, por um bom tempo, a escala de consumo venha a ser mais acanhada do que a das economias centrais, pelo menor poder aquisitivo dos chineses, Kroeber acredita que, em uma década, a China poderá tornar-se o maior mercado do mundo para uma grande variedade de bens de consumo. Se e quando os consumidores chineses começarem a consumir em larga escala não somente produtos baratos, mas também produtos de médio e alto valor, como já ocorre em pequena escala, a inovação autóctone tenderá a crescer para suprir essa demanda específica, e as empresas chinesas, com conhecimento mais íntimo do mercado local, poderão competir em melhores condições com as empresas multinacionais hoje instaladas no país.

Na linha das reformas iniciadas por Deng Xiaoping, os últimos governos da China transformaram o desenvolvimento científico e tecnológico do país na mais absoluta prioridade.⁹⁹ Entre as metas de Pequim, figura o objetivo de

⁹⁹ A prioridade atribuída pelo Governo chinês ao setor pode ser avaliada pela leitura do documento estratégico sobre “Inovação Tecnológica para as Zonas de Desenvolvimento Industrial de Alta Tecnologia”, promulgado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O documento estipula metas para as empresas situadas em tais zonas, entre as quais a qualificação acadêmica do pessoal de gestão e percentual mínimo de 10% de pessoal engajado em atividades de P&D. As empresas devem destinar inicialmente 5% de seus recursos a atividades de C&T, e 10% em 2010; o custeio de atividades de P&D não pode ser inferior a 5% das vendas totais anuais. Já as

reduzir a distância ante os países ocidentais em sete áreas de tecnologia de ponta: espacial; biológica; informática; raios laser; automação; energia e novos materiais. Um estudo da OCDE estima que a China já seria o segundo país que mais investe em inovação, com gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de US\$ 136 bilhões, em 2006, contra US\$ 330 bilhões nos EUA, líder ainda distante no setor. No intervalo de uma década, os chineses teriam multiplicado por cinco os recursos investidos em inovação, com ritmo anual de crescimento dos gastos na casa dos 20%, bem acima, portanto, da própria média, já bastante elevada, de cerca de 10% ao ano, do crescimento do PIB no período. A título de comparação, o crescimento dos gastos com P&D no Brasil tem oscilado em torno de 3% ao ano.¹⁰⁰

O contraste entre a China medieval – líder em inovação, mas autocrática e pouco capaz de aplicar as novas tecnologias em escalas mais amplas – e a China de hoje – dependente de tecnologia externa, mas muito eficiente em difundir-la e aplicá-la industrialmente para fins de consumo sobretudo externo – relaciona-se de maneira íntima à diferença de *status* do país no mundo nos dois momentos. Do “Império do Meio”, sofisticado e autorreferencial, operou-se a longa transição para uma China subjugada pelo imperialismo e minada por conflitos civis, de onde parece emergir nas últimas décadas uma China pragmática, gradualista, nacionalista, em que a progressiva recuperação da capacidade de inovação passa antes pelo reconhecimento da necessidade de incorporação de tecnologia estrangeira. Se o país logrará voltar a estar na vanguarda do progresso científico e tecnológico, preservando ao mesmo tempo sua enorme capacidade atual de valer-se, de maneira muito competitiva, das inovações disponíveis, é ainda um tanto cedo para dizê-lo, mas a julgar pela prioridade e pelos recursos atribuídos pelo Governo ao setor de ciência e tecnologia, não parece correto afirmar, por ora, que a questão tecnológica tenderá a ser um obstáculo a eventual ascensão da China como grande potência.

“Incubadoras tecnológicas” devem destinar pelo menos 60% da área total a atividades de P&D. Estima-se que o número de empresas nas Zonas de Alta Tecnologia poderá chegar a 40 mil em 2010, o que duplicaria o rendimento do setor para cerca de 2 trilhões de yuans, ou cerca de US\$ 250 bilhões, e o número de patentes concedidas a cerca de 20.000. As áreas consideradas prioritárias são microeletrônica, programas de computador, bioengenharia, medicina, nanotecnologia, informática e comunicação e novos materiais. Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, outubro de 2005.

¹⁰⁰ “Corrida pela inovação”, in *Folha de São Paulo*, 9 de dezembro de 2006.

2.3 O acesso à energia

Uma das incógnitas do desenvolvimento da China é a questão da manutenção do suprimento de energia em contexto de crescimento econômico acelerado e de uma escassa disponibilidade de recursos energéticos próprios, em território chinês. Para um país como a China, que atravessa um estágio de desenvolvimento particularmente intensivo em energia – pela alta concentração da produção no setor industrial, pela superprodução e pela ineficiência energética em muitos ramos, como o químico e o siderúrgico – o acesso crescente a fontes e supridores de energia é um imperativo para a continuidade do crescimento e para a estabilidade política do regime.

Historicamente, nos países que se lançam em processo acelerado de desenvolvimento, o aumento anual médio do consumo de energia tende a ser mais alto do que o próprio ritmo de crescimento econômico. As etapas iniciais e intermediárias de industrialização e de urbanização costumam privilegiar a produção em setores como construção civil, infraestrutura e siderurgia, atividades altamente intensivas no uso de energia e matérias-primas. Com o tempo, o crescimento das classes urbanas, médias, tende a provocar uma mudança na estrutura de produção, no sentido de valorizar o setor de serviços, menos intensivo em energia, e de levar a uma transição no setor industrial, antes mais centrado nas indústrias de base, pesadas, e posteriormente mais voltado para a produção de bens de consumo, que consome menos recursos energéticos e matérias primas.

O caso da China tem seguido padrão semelhante. O elevado consumo de energia decorre da alta concentração (cerca de 55%) da produção no setor secundário, industrial, em detrimento dos setores agrícola e de serviços.¹⁰¹ O peso do setor de serviços na China (cerca de 30%) é bem menor não apenas do que o observado nos países desenvolvidos, mas também do que se observa em muitos países em desenvolvimento. O setor de serviços na Índia, por exemplo, equivalia a cerca de 54% do produto interno indiano em 2005. Por esta razão, mesmo na comparação com países em estágio semelhante de desenvolvimento, a chamada “intensidade energética” na China é consideravelmente alta.

¹⁰¹ Jiang Lin, “A ponte para a sustentabilidade”. Conselho Empresarial Brasil-China, *Carta da China*, n.26, 27 de março de 2007.

A China já é o segundo país consumidor de energia do mundo, de petróleo inclusive, atrás apenas dos EUA. Estima-se que o país foi responsável por 1/3 do aumento da demanda global de petróleo desde o ano 2000, o que torna inevitável a associação entre o aumento do consumo chinês e a elevação dos preços internacionais do petróleo até 2007/2008. O consumo total de energia na China aumentou em média 11% ao ano de 2002 a 2007, mas, dada a dimensão da população chinesa, o consumo *per capita* ainda é relativamente baixo, cerca de 1/3 do consumo no Japão e de 1/7 do consumo nos EUA.¹⁰² O potencial de crescimento do consumo de energia na China é considerável quando se tem em conta que parcelas cada vez maiores da população chinesa poderão adotar um estilo de consumo assemelhado ao do Ocidente rico. Uma vez que apenas 1 em cada 70 chineses possuía automóvel em 2005, contra 1 em cada 2 norte-americanos,¹⁰³ a perspectiva de universalização de modelos de consumo do mundo desenvolvido implicaria uma demanda de petróleo ou de outras fontes de energia insustentável pelos padrões atuais de produção de energia.¹⁰⁴

As reservas domésticas de petróleo e de outros recursos energéticos na China são largamente insuficientes para as necessidades de consumo do país. A única fonte de energia abundante é o carvão, que responde por cerca de 70% do consumo de energia dos chineses, com todos os inconvenientes que o caracterizam: baixa eficiência energética, efeitos nocivos ao meio ambiente, condições de produção muitas vezes precárias para os trabalhadores, dificuldades de transporte.

A fim de manter o ritmo acelerado de crescimento econômico, Pequim reconhece a necessidade dupla de aumentar a oferta de energia (doméstica e importada) e de elevar a eficiência do seu consumo. O Governo chinês lançou, em 2004, um programa ambicioso de investimentos na exploração e na produção doméstica no setor.¹⁰⁵ Exemplo do êxito de tais esforços foi a descoberta do campo de petróleo

¹⁰² “Ten Importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 36.

¹⁰³ “China and the world economy. From T-shirts to T-bonds”, in *The Economist*, 28 de julho de 2005.

¹⁰⁴ “If car ownership were eventually to rise to American levels, there would be 650m cars on Chinese roads—more than all the cars in the world today.” “A hungry dragon”, in *The Economist*, 2 de outubro de 2004.

¹⁰⁵ Naughton, Barry. *The Chinese Economy: Transition and Growth*. Cambridge, MIT Press, 2007, pg. 341-343.

na plataforma continental da Baía de Bohai, com reservas de aproximadamente 1 bilhão de toneladas, as quais, caso sejam efetivamente exploráveis na sua totalidade, poderão elevar as reservas do país em cerca de 50%.¹⁰⁶

Uma das estratégias do Governo chinês é diversificar. As principais fontes alternativas ao petróleo e ao carvão privilegiadas por Pequim são a hidroeletricidade, a energia nuclear e o gás natural. No caso da geração hidrelétrica, novas usinas estão sendo construídas nos rios Amarelo e Jinsha. A meta de gerar 240 gigawatts adicionais até 2020 parece complexa, para dizer o mínimo, pois sua concretização pressupõe a construção do equivalente a uma usina de Três Gargantas, a maior usina do mundo, a cada dois anos. Na área nuclear, oito usinas estão em construção, e há projeto de construção de outras 22. A meta na geração de energia nuclear também é ambiciosa, pois implica gastos de US\$ 3 bilhões ao ano pelos próximos 20 anos.¹⁰⁷ No caso do gás natural, o Governo tem como objetivo aumentar a participação do gás na matriz energética chinesa de 2,9% em 2005 para 10% em 2020, embora a China possua apenas 1,3% das reservas mundiais de gás natural. O carvão tenderá a continuar a ser a base da matriz energética chinesa. Da meta de aumento total de 1000 gigawatts na oferta de energia na China entre 2007 e 2012, a previsão é de que 600 gigawatts provenham do carvão.

Difícilmente a China conseguirá expandir a produção doméstica de energia no ritmo do crescimento do consumo interno, o que tenderá a agravar a dependência chinesa das importações no setor. Segundo a “United States Energy Information Administration”, as importações de petróleo da China deverão corresponder, em 2025, a 77% do total de petróleo consumido pelo país, contra os menos de 50% atuais. Pequim tem buscado assegurar maior volume e previsibilidade no suprimento externo de energia por meio da compra de empresas estrangeiras do setor,¹⁰⁸ da assinatura de contratos de longo prazo com fornecedores tradicionais e da busca de novas alianças com países que dispõem de amplos recursos energéticos.¹⁰⁹

¹⁰⁶ “Ten Importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 37.

¹⁰⁷ Op.cit., pg.17.

¹⁰⁸ A tentativa frustrada de aquisição da empresa norte-americana Unocal pela chinesa CNOOC em 2005, por resistências do Congresso norte-americano, foi mais um exemplo da busca pelos chineses no exterior de ativos físicos na área de energia.

¹⁰⁹ Exemplo recente foi o acordo de US\$ 3,5 bilhões entre a estatal chinesa CNPC e a North Oil, do Iraque, para exploração de petróleo em território iraquiano. “Iraq Signs \$3.5 Billion Deal for China to Develop Oil Field”, in *The New York Times*, 11 de novembro de 2008.

Tendo em conta que a projeção internacional da China em termos de presença comercial e de investimentos em países fora do entorno chinês é relativamente recente, e que as próprias empresas chinesas de energia apenas começam a atuar no exterior, Pequim tem procurado superar as opções limitadas decorrentes de sua entrada tardia no complexo tabuleiro energético mundial por meio de alianças as mais variadas e da forma mais abertamente pragmática, mesmo ao custo de certo desgaste político-diplomático, como no caso do envolvimento chinês no Sudão ou do apoio ao Irã, maior supridor de petróleo da China. A linha geral de atuação chinesa é a da diversificação, com a busca de oportunidades e novos parceiros em todas as regiões ricas em recursos energéticos: Oriente Médio, Ásia Central, África, Sudeste Asiático e América Latina.

A necessidade de assegurar uma oferta crescente de energia também tem condicionado o tratamento das controvérsias territoriais que envolvem Pequim. Não bastasse o significado histórico e diplomático das disputas, quase todas envolvem regiões com potencial de produção energética, especialmente as controvérsias com o Japão no Mar do Leste da China e com oito países do Sudeste Asiático, no Mar do Sul da China.

Se há limites à ampliação significativa da oferta tanto doméstica como importada de recursos energéticos, o esforço complementar do Governo chinês de elevar a eficiência no uso da energia para reduzir o consumo interno também implica dilemas delicados. As medidas mais eficazes para a redução da demanda seriam o corte dos subsídios ao setor e a liberalização dos preços, mas ambas trazem riscos políticos. Pequim já iniciou de forma gradual um processo de normalização do mercado doméstico de energia, por meio da progressiva eliminação de tetos de preços, do corte de alguns subsídios e da abertura do mercado de varejo de combustíveis, o que tem permitido maior convergência entre os preços domésticos e internacionais de energia. Persiste, no entanto, o temor do Governo de que uma elevação mais brusca ou persistente dos preços dos combustíveis possa reacender protestos sociais – frequentes em contexto de escassez ou carestia de energia – ou agravar o problema da pobreza no campo, pela redução do consumo de combustíveis para aquecimento ou transporte, o que aceleraria o êxodo rural.

O fato é que as metas do Governo de redução da chamada “intensidade energética” devem ser frustradas: o objetivo previsto no XI Plano Quinquenal de reduzir em 20%, de 2005 a 2010, a energia utilizada por cada unidade do PIB dificilmente será alcançado se for mantido o ritmo dos dois primeiros

anos do quinquênio, de redução anual média de apenas 1,2%.¹¹⁰ A definição, pela primeira vez, de metas quantitativas de redução do consumo de energia por unidade do PIB demonstra a preocupação de Pequim com o tema, mas a verdade é que o imperativo de manter o elevado crescimento econômico, fundamento da estabilidade social e da legitimidade política do PCC, torna extremamente ambicioso qualquer propósito de elevar os custos da energia. Para Jiang Li, as metas estabelecidas já denotam uma “crença amplamente consolidada de que o atual paradigma chinês de expansão industrial e crescimento energético é insustentável”, pois combina dois elementos inconciliáveis: carência e uso ineficiente dos recursos energéticos.¹¹¹

Embora países em estágio de desenvolvimento semelhante ao da China de hoje (semelhança estabelecida pelo PIB *per capita*) dificilmente logrem reduzir a intensidade energética, a própria China de décadas anteriores, em período de maior peso do setor agrícola, havia conseguido uma diminuição significativa no consumo de energia por unidade do PIB. De 1980 a 2000, a intensidade energética no país caiu cerca de 20% a cada cinco anos, exatamente a meta estabelecida para o atual quinquênio (2005-2010). O que preocupa o Governo chinês, e que o levou a estabelecer as metas do XI Plano Quinquenal, foi o repique da intensidade energética a partir de 2001, com crescimento do consumo médio anual de 11% (conforme visto mais acima), superior, portanto, ao próprio ritmo de crescimento da economia, o que compromete o plano original de Pequim de quadruplicar o PIB, e apenas dobrar o consumo de energia, no período de 2000 a 2020. Parte do aumento da intensidade energética nesse período deu-se pelo crescimento relativo – nesta fase de desenvolvimento chinês, em que se esperaria peso crescente de indústrias leves e menos intensivas em energia – da indústria pesada, especialmente dos setores de aço, ferro, cimento e químicos.¹¹²

É natural prever o crescimento do consumo de energia na China, pela provável continuação do processo de elevação da renda da população pelos próximos anos e pelo simples fato de que o consumo *per capita* no país ainda é muito baixo, como no caso do petróleo, em que um chinês consumia,

¹¹⁰ “Ten Importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 38.

¹¹¹ Jiang Lin, “A ponte para a sustentabilidade”. Conselho Empresarial Brasil-China, *Carta da China*, n.26, 27 de março de 2007.

¹¹² Ibid.

em 2005, o equivalente a 1/15 do que consumia um norte-americano.¹¹³ O que se espera, no entanto, é que o ritmo de crescimento do uso da energia em relação ao crescimento do PIB diminua a longo prazo por conta do amadurecimento da economia, no sentido da expansão do setor de serviços¹¹⁴ e da maior eficiência e sofisticação das empresas do setor industrial.

A complexidade do dilema de Pequim no tratamento da questão energética não decorre somente da dúvida sobre a capacidade do mundo de produzir energia em quantidade suficiente para sustentar o crescimento acelerado de economias emergentes com populações bilionárias, como a China e a Índia, mas também da certeza de que, mesmo que a oferta mundial seja suficiente, a China não terá como escapar da dependência externa do suprimento de energia. Para um país historicamente tão cioso da sua autossuficiência simbólica e material e que, nos últimos duzentos anos, foi presa relativamente fácil de bloqueios navais em contexto de guerras, impostos seja pela Inglaterra no século XIX, seja pelo Japão no século XX, a perspectiva de que sua economia dependa da regularidade do fornecimento, principalmente por via marítima, de energia proveniente de regiões mais ou menos remotas do globo é matéria de preocupação do Governo chinês. A estabilidade política no país é, em boa medida, dependente da manutenção do crescimento econômico, e a perspectiva de eventual colapso, por razões externas ou internas, do suprimento de energia e, conseqüentemente, da própria economia chinesa, é um cenário que o Governo procura evitar a todo custo.

A China não deverá chegar a um grau extremo de dependência externa como a de um país como o Japão, que, no final dos anos 1980, importava 99% do petróleo, 92% do ferro e 100% do cobre que consumia,¹¹⁵ mas tenderá a caminhar sim para um regime de maior dependência externa do que o atual (quando já importa metade do petróleo que consome), ao menos enquanto não houver grandes mudanças na matriz energética do mundo. Esse constrangimento externo deverá ter efeitos sobre o perfil de atuação da China como potência mundial e sobre o tratamento que Pequim poderá dar a questões

¹¹³ “China and the world economy. From T-shirts to T-bonds”, in *The Economist*, 28 de julho de 2005.

¹¹⁴ Caso a participação do setor de serviços na China fosse equivalente à da Índia, a intensidade energética da China cairia cerca de 22%. Jiang Lin, “A ponte para a sustentabilidade”. Conselho Empresarial Brasil-China, *Carta da China*, n.26, 27 de março de 2007.

¹¹⁵ Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 461.

específicas da política externa chinesa, seja no sentido de certa moderação diplomática em questões estratégicas em que uma linha de atuação mais confrontacionista colocaria em risco a regularidade da oferta de combustíveis para o país, seja em sentido contrário, de adoção de posições mais agressivas na busca do controle de territórios em disputa ou de alianças com países que possam garantir suprimento regular de energia, especialmente em condições de invulnerabilidade a bloqueios marítimos, como na possibilidade de construção de gasodutos e oleodutos a partir de países da Ásia Central ou do Sudeste Asiático.¹¹⁶

2.4 A questão ambiental

Para o desenvolvimento da China e suas perspectivas de ascensão como grande potência, tão ou mais grave do que os desafios enfrentados por Pequim na área de ciência e tecnologia ou de acesso a recursos energéticos é a questão da degradação do meio ambiente e dos altos custos econômicos, sociais e políticos que acarreta. A gravidade do problema ambiental na China motivou o depoimento entre irônico e apocalíptico do historiador John Fairbank: “The twentieth century has already seen more man-made suffering, death, and assault on the environment than all previous centuries combined. Perhaps the Chinese have finally joined the great outside world just in time to participate in its collapse.”¹¹⁷

Há uma percepção mais ou menos generalizada, especialmente nos meios de comunicação ocidentais, de que a China é um país incapaz de conviver de maneira harmoniosa ou neutra com seu meio ambiente. A frase de Mao Tsé-tung, segundo a qual “o homem deve conquistar a natureza e assim libertar-se dela” é frequentemente citada como evidência de que os governantes chineses são guiados pelo propósito de enfrentar e subjugar um ambiente hostil. No entanto, quando se considera que os chineses lograram desenvolver, por um período ininterrupto de mais de cinco mil anos, uma agricultura intensiva

¹¹⁶ Exemplo de risco evidente à manutenção dos suprimentos de energia e de outros recursos indispensáveis à China é o fato de que a maior parte das importações chinesas de petróleo passa pelo Estreito de Malacca, entre a Indonésia e a Malásia, alvo provável de eventuais tentativas de impor o estrangulamento de carregamentos para a China por meio de bloqueio marítimo.

¹¹⁷ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. xix.

em um território majoritariamente formado por desertos e regiões montanhosas,¹¹⁸ e alimentaram de modo autossuficiente a maior população do planeta, a percepção corrente sobre uma suposta inclinação chinesa a destruir o meio ambiente soa um tanto estreita ao menos do ponto de vista histórico.

Parte desta visão negativa deriva, e com certa justiça, do custo ambiental do recente desenvolvimento econômico na China. Mesmo levando-se em conta que nenhum país logrou desenvolver-se sem um grau considerável de destruição de paisagens naturais e de poluição do meio ambiente, o fato é que a degradação ambiental na China nas últimas duas décadas parece ter ocorrido numa proporção e numa velocidade exageradas até mesmo para os padrões acelerados de crescimento econômico que o país teve no período. Há aqueles que julgam que se trata apenas de um problema de escala do país, como sugerido na frase de um relatório sobre os problemas ecológicos na China: “China’s environmental problems are in many ways similar to those of developing countries. They are unusual because of China’s size.”¹¹⁹ Mas o alcance dos danos ambientais são desproporcionalmente altos quando cotejados com os de outros países e regiões. Um estudo do Banco Mundial indica que a China abriga 20 das 30 cidades mais poluídas do mundo e que os custos da degradação ambiental no país já chegariam a algo entre 8% e 12% do produto interno bruto, em termos de impacto da chuva ácida nas colheitas, gastos médicos e hospitalares, horas não trabalhadas por conta de licenças médicas, recursos desviados para fazer frente a desastres ambientais como enchentes e custos associados à deterioração de recursos naturais.¹²⁰ Em seu livro sobre o meio ambiente na China, “The River Runs Black”, a Diretora de Estudos Asiáticos do “Council on Foreign Relations”, Elizabeth Economy, considera que os problemas ambientais no país, “ignorados por décadas, ou mesmo séculos, têm o potencial de colocar a economia do país de joelhos.”¹²¹

¹¹⁸ Como diz Spence, “in its amount of agricultural land *per capita*, China compared unfavorably with many other parts of the world (...). China’s land area was larger than the United States’ (960 million hectares compared to 930 million), but comprised only around half as much cultivated land (99 million hectares against 186 million in the late 1970s).” Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 687.

¹¹⁹ “Ten Importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg.16.

¹²⁰ “China’s environment: A great wall of waste”, in *The Economist*, 21 de agosto de 2004.

¹²¹ Economy, Elizabeth, *The River Runs Black: The Environmental Challenge to China’s Future*. Ithaca, Cornell University Press, 2004.

A poluição das águas é considerada o problema ambiental mais grave ou, nas palavras de Pan Yue, ex-vice-presidente da “Administração Estatal da Proteção Ambiental” (SEPA), espécie de ministério do meio ambiente, “o gargalo que constringe o crescimento econômico na China”.¹²² Apesar de contar com aproximadamente 1/5 da população mundial, o país possui apenas 6,5% das águas frescas renováveis internas do mundo, o que faz com que seja um dos países de menor disponibilidade de água *per capita*, com o agravante da alta concentração hidrográfica ao sul do país. Não bastasse a escassez, a qualidade da água é inadequada. Embora haja grande divergência dos dados, oficiais e não oficiais, todos parecem indicar uma situação-limite: o Governo chinês estima que 1/6 da população chinesa corre risco de contaminação por toque ou ingestão das águas dos rios a seu alcance, conforme divulgado pelo jornal oficioso *China Daily*.¹²³ Já a empresa de consultoria Frost & Sullivan estima que metade da população chinesa estaria exposta a reservas de água contaminadas por dejetos humanos ou animais, e que a China precisa de 10 mil novas usinas de tratamento de águas, ao custo de US\$ 48 bilhões, para chegar a uma taxa de 50% de esgoto tratado.¹²⁴ Outro estudo, realizado por institutos acadêmicos norte-americanos, estima que mais de 3/4 da água de superfície dos centros urbanos chineses são impróprios para o consumo como bebida ou para a pesca.¹²⁵ A própria SEPA admite que mais de 70% das águas em cinco das sete maiores bacias hidrográficas da China são inadequadas para contato humano, problema que se agrava pela baixa taxa de tratamento do lixo nas cidades, onde somente 20% dos 168 milhões de toneladas de lixo sólido produzido ao ano são eliminados de forma adequada.¹²⁶

Também a poluição do ar é particularmente crítica na China, em grande medida pela estrutura da matriz energética chinesa, altamente concentrada em carvão (70% como mencionado anteriormente), pelo peso substancial da

¹²² “Ten Importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 15

¹²³ ““The rivers posed a “threat to the water safety of one sixth of the country’s 1.3 billion population,” the China Daily said.” “Polluted China rivers threaten “sixth” of population”, Reuters, 27 de agosto de 2007.

¹²⁴ Ao fim de 2005, 278 das 661 maiores cidades da China não possuíam usinas de tratamento de esgoto. “Ten Importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg. 15.

¹²⁵ CSIS & IIE. *China: the Balance Sheet*, BBS Publications, New York, 2006, pg. 6.

¹²⁶ “China’s environment: A great wall of waste”, in *The Economist*, 21 de Agosto de 2004.

construção civil e da indústria pesada na economia chinesa e pelo aumento vertiginoso no uso de automóveis individuais. O ex-Primeiro-Ministro Zhu Rongji, apreciado por seus interlocutores estrangeiros pela franqueza com que se manifestava, declarou, em 1999, que, se trabalhasse em Pequim, morreria cinco anos antes do que o destino lhe teria reservado originalmente. Ele chegou a cogitar a realocação da capital do país.¹²⁷ Em 2002, a SEPA avaliou que a qualidade do ar em quase 2/3 das 300 cidades chinesas examinadas não correspondia aos padrões julgados adequados pela Organização Mundial de Saúde.¹²⁸ Segundo dados da “U.S. Energy Information Administration”, contestados por Pequim, a China já era, em 2007, o segundo maior emissor de dióxido de carbono (CO₂) do mundo, com 17% das emissões mundiais, e poderia ultrapassar os EUA como maior emissor por volta de 2017. O país é também o maior emissor de dióxido de enxofre, e 1/4 do seu território sofre os efeitos da chuva ácida, que atinge outros países, como o Japão e a Coreia do Sul, o que tem sido matéria de controvérsia entre Pequim, Tóquio e Seul. Estima-se que 300 mil bebês chineses morrem prematuros a cada ano por conta de doenças respiratórias.¹²⁹

A relativa descentralização política levada a cabo por Deng Xiaoping, com maior autonomia conferida às províncias, é apontada com um dos principais fatores da negligência no tratamento dos temas ambientais na China. Autoridades locais, premidas pela necessidade de alcançar metas ambiciosas de crescimento econômico, operam com bastante liberdade, em contexto de escassa fiscalização do Governo central ou de organizações populares, e tendem a sacrificar considerações e preocupações ambientais que entram em choque com a implementação de grandes projetos. Somente os efeitos ambientais mais imediatos e desastrosos, como vazamentos de grandes proporções, inibem o apetite dos governos provinciais por gerar empregos e renda a todo custo, o que, de resto, não destoa fundamentalmente do

¹²⁷ “Farmland erosion and desertification resulted in Beijing being hit with 11 sandstorms in 2000, prompting Mr. Zhu to wonder whether the advancing desert might force him to relocate the capital. A year later, the yellow dust clouds were so extensive that they raised complaints in South Korea and Japan and travelled as far as America. A partial logging ban and massive replanting appear to have reversed China’s deforestation, but its grass and agricultural land continue to shrink.” “China’s environment: A great wall of waste”, in *The Economist*, 21 de Agosto de 2004.

¹²⁸ “China’s environment: A great wall of waste”, in *The Economist*, 21 de Agosto de 2004.

¹²⁹ “Ten Importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg.16.

processo de desenvolvimento de muitas das nações industrializadas, a começar pela Inglaterra do século XIX.

As pressões sobre os governos locais têm crescido tanto pelo alto, como resultado das preocupações da cúpula do Governo central e do próprio PCC com as implicações sociais do dilema crescimento versus preservação do meio ambiente, como por baixo, por meio da atuação cada vez mais importante de ONGs chinesas na área ambiental, o que pode ser observado pelo aumento do número de protestos em decorrência de desastres e processos de degradação ambiental. Problemas relacionados ao meio ambiente seriam a segunda maior causa de manifestações populares na China, atrás apenas dos conflitos em torno de desapropriações de terras. Pequim começa a dar maior atenção ao tema pela percepção crescente de que os custos ambientais não são apenas sociais, mas também e cada vez mais econômicos, a ponto de o Governo central ter desenvolvido uma metodologia de cálculo de PIB ambiental (“Green GDP Indicator”) para avaliar os custos da degradação ecológica. A dicotomia entre crescer e preservar tornou-se menos claramente marcada com a conscientização, ao menos pela cúpula do Governo e do Partido, de que a proporção dos danos ambientais pode ter atingido tamanha dimensão, que estaria inviabilizando não somente projetos e metas específicas na área de produção, mas a própria continuidade, a médio e a longo prazo, do crescimento econômico em patamares altos.

O XI Plano Quinquenal (2006-2010) já considerava central o propósito da sustentabilidade do crescimento do PIB, bem como a ideia, ainda que um tanto vaga, de que a produção econômica do país deve enfatizar qualidade, não apenas quantidade. Para o período, as metas de redução do consumo de energia por unidade do PIB, de redução do total de emissão de poluentes, de aumento da cobertura florestal no país e de aumento da eficiência no uso agrícola e industrial da água foram relativamente ambiciosas e, embora lançassem dúvidas sobre a capacidade do Governo de fazê-las cumprir, indicavam o reconhecimento de Pequim de que o enfrentamento da questão ambiental exigia ações drásticas.¹³⁰

Uma das dificuldades para uma atuação mais eficaz do Governo central é o entrelaçamento de posições desenvolvimentistas e ambientalistas entre os ministérios e a fragmentação, entre várias agências governamentais, do

¹³⁰ “Ten Importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg.17.

tratamento do tema ambiental, em especial no que se refere à fiscalização e à regulação.¹³¹ A SEPA, relativamente pouco aquinhoadada em número de funcionários para os padrões chineses, tem uma agenda conflitante com a dos ministérios ligados à produção e não dispõe de peso político suficiente para fazer avançar suas posições e interesses. Tampouco no âmbito das províncias a SEPA demonstra ter capacidade política e institucional para enfrentar as resistências dos Governos locais, como se evidencia pela atuação dos chamados “Escritórios de Proteção Ambiental”, braços provinciais do SEPA encarregados de monitorar níveis de poluição, impor padrões e especificações ambientais e arrecadar impostos. Os funcionários dos escritórios não são contratados diretamente pela SEPA, mas sim pelos Governos das províncias, que pagam suas pensões e salários e têm, portanto, grande poder de influência sobre suas decisões.

O Governo central chegou a elevar o status da SEPA em 1998, mas a agência ainda não é vista nem atua como um ministério pleno. Ainda que o discurso de Hu Jintao e de Wen Jiabao, em contraste com a retórica de Jiang Zemin, enfatize a necessidade de um desenvolvimento mais harmonioso e equilibrado e traia uma crítica velada ao crescimento a qualquer preço do período anterior (por suas consequências em termos de aumento das desigualdades sociais e de deterioração do meio ambiente), a SEPA e os defensores de uma visão ambientalista dentro do Governo não logram bloquear projetos de peso que tenham altos riscos ambientais nem tampouco confrontar a orientação geral do Governo de procurar manter o ritmo de crescimento anual do PIB perto dos dois dígitos.

O peso político da SEPA e a importância atribuída ao tema ambiental podem ser avaliados pelo valor das multas impostas às empresas por infrações na área de meio ambiente. Até 2004, o valor máximo de uma multa imposta a uma empresa poluente de Xangai era de apenas 100 mil renmimbis, cerca de US\$ 12 mil. Para alguns analistas, prevalece na China a mentalidade de que a água ou a energia são bens livres e de que não caberiam na área ambiental punições ou multas pesadas por práticas de poluição ou mau uso. As próprias empresas do setor de serviços públicos como água e energia resistem a adotar padrões ambientais mais elevados com o argumento de que as restrições impostas pelo Governo central ao aumento dos preços dos

¹³¹ O Ministério da Construção, por exemplo, é responsável pelo tratamento de águas e esgotos.

serviços básicos impedem a incorporação de novos custos no processo de produção.¹³²

O principal indicador do grau de engajamento do Governo central no combate aos problemas ecológicos é o montante de gastos federais destinados a esse fim. Nos últimos anos, mesmo no contexto de acelerado crescimento do PIB chinês, tem havido uma elevação constante da proporção do PIB dedicada à proteção do meio ambiente, embora ainda numa velocidade julgada insuficiente por instituições como o Banco Mundial. De acordo com dados do Governo, os gastos chineses com proteção ambiental passaram de 0,8% do PIB em meados dos anos 1990 para 1% em 2001 e 1,3% em 2005, cifra inferior aos 2% recomendados pelo BIRD em relatório produzido em 2001.¹³³

O grande obstáculo a avanços no setor é, de fato, a impossibilidade de conciliar, nas condições atuais, uma política de crescimento muito acelerado, julgada necessária pelo PCC para evitar crises sociais e políticas no país, com um grau razoável de proteção do meio ambiente chinês. Expectativas de que a China possa adotar a curto prazo tecnologias majoritariamente limpas na área industrial ou levar a cabo uma ampliação do consumo baseada num salto direto para a universalização de bens ambientalmente adequados, como carros “ecológicos” pouco poluentes, parecem subestimar a natureza e o alcance do desenvolvimento econômico chinês de hoje. A necessidade de tirar da pobreza centenas de milhões de cidadãos num país em que a renda *per capita* ainda é pouco maior que US\$ 1 mil anula em grande medida estratégias que implicam um horizonte de preocupações de mais longo prazo, como um projeto de desenvolvimento efetivamente sustentável com um ritmo de crescimento menos acelerado.

Embora o quadro ambiental na China pareça apontar hoje para o desastre, a dinâmica do desenvolvimento chinês e a imprevisibilidade do progresso tecnológico na China e no mundo recomendam certa cautela no desenho de um cenário ambiental tão sombrio para as próximas décadas que inviabilizaria

¹³² Segundo a revista “The Economist”, os baixos preços da água na China seriam um bom exemplo das dificuldades de conter o desperdício ou a poluição. A água para a agricultura, que corresponde a $\frac{3}{4}$ da água consumida no país, custava cerca de 40% do seu custo. Mais da metade era desperdiçada em vazamentos do sistema de irrigação. “China’s environment: A great wall of waste”, in *The Economist*, 21 de Agosto de 2004.

¹³³ “Ten Importances: critical challenges facing China”, Economist Intelligence Unit, 2007, pg.17.

a continuidade da ascensão econômica e política da China. O aprofundamento do processo de desenvolvimento chinês e a superação das etapas iniciais de formação de um parque industrial diversificado e próprio deverão reduzir, como em outros países no passado, o peso relativo na economia chinesa da indústria pesada e de outros setores tradicionalmente mais poluentes e consumidores de recursos naturais. Já se verificam, por exemplo, melhoras em alguns índices de aferição da contaminação ambiental em território chinês: queda nas descargas de oxigênio químico e nas emissões de dióxido de enxofre e estabilização das emissões de poeira industrial. Ainda que, em muitas regiões do país, a situação continue a se deteriorar, em outras “China may have passed its nadir”.¹³⁴

Um dos grandes desafios do Governo chinês é a incorporação de critérios ambientais na avaliação do desempenho de autoridades federais e provinciais, ainda examinados com base em critérios de desempenho econômico. O crescimento expressivo da classe média chinesa nas últimas décadas poderá ajudar a gerar mais pressão dentro do Governo em favor de maior empenho e eficácia dos setores da burocracia chinesa encarregados de fazer cumprir as leis ambientais e as metas ambiciosas de redução da poluição dos planos quinquenais.

2.5 Balanço das condições materiais para a ascensão da China como potência

Fragilidades na área de ciência e tecnologia, insuficiência na oferta interna de recursos energéticos e deterioração das condições ambientais são três dos principais obstáculos que a China enfrenta em seu processo de desenvolvimento econômico e de ascensão como grande potência. Embora indiquem haver sérios desafios a serem enfrentados pelo Governo chinês, que precisará atuar com o mesmo pragmatismo e capacidade de adaptação demonstrados desde o começo do processo de reformas econômicas, em fins da década de 1970, não parecem constituir, a um exame preliminar, impedimentos incontornáveis ao progresso chinês. Muito provavelmente, implicarão custos sociais e humanos altos, como no caso do agravamento do quadro ambiental antes de uma eventual estabilização, ou forçarão uma

¹³⁴ “China’s environment: A great wall of waste”, in *The Economist*, 21 de Agosto de 2004.

redução no ritmo acelerado de crescimento econômico, mas não parece razoável supor que, *per se*, venham a sustar o desenvolvimento chinês. A China de começos do século XXI não parece inteiramente distinta, por exemplo, da Inglaterra de começos do século XIX, em que a deterioração das condições de vida de boa parte da população em decorrência de grandes transformações internas – mudanças no sistema de produção, êxodo rural, aumento da poluição atmosférica nos centros urbanos, agravamento da desigualdade econômica e social – por mais graves que tenham sido, não chegaram a inviabilizar a ascensão econômica e política do país. A capacidade de mobilização e vocalização das queixas por parte dos segmentos perdedores no desenvolvimento da China ainda é relativamente limitada pelo significativo controle que o PCC continua a exercer sobre a vida política no país em geral. Da mesma maneira que a Inglaterra não deixou de ascender como potência no século XIX apesar da poluição londrina ou das condições aviltantes de trabalho a que se submetia grande parcela da população do país, tampouco parece provável que a China pare de crescer por dificuldades relacionadas a fatores estritamente materiais. Ajustará sim o ritmo de crescimento aos gargalos tecnológicos, energéticos e ambientais que se mostrarem inibidores do desenvolvimento.¹³⁵

Os maiores desafios materiais à continuidade do crescimento chinês parecem estar relacionados à própria gestão da economia chinesa, em particular à necessidade, examinada acima, de transição de uma economia ainda muito fundada no investimento e nas exportações para uma economia baseada no consumo interno. Nesse caso, o paralelo mais iluminador é com o Japão dos anos 1990, que também foi considerado à época como candidato a futura maior economia do mundo e uma grande potência em gestação, por conta de projeções feitas sobre a manutenção do crescimento econômico japonês às elevadas taxas dos anos 1960, 1970 e 1980. Não foi a carência de recursos energéticos, ainda mais grave no caso do Japão, nem dificuldades na área de desenvolvimento tecnológico ou de proteção ambiental que levaram a uma reversão, nos últimos quinze anos, da curva de crescimento japonês, mas fatores relacionados à gestão da economia, a começar pela

¹³⁵ Paul Kennedy segue essa linha em sua avaliação das perspectivas para a China: “China’s management, energy, and agricultural problems are serious, but they are the kinds of problems faced and overcome by all developing nations during the growth process.” Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 454.

sobrevalorização cambial,¹³⁶ erro em que o Governo chinês tem evitado incorrer, apesar das pressões de autoridades norte-americanas a respeito de suposta prática de *dumping* cambial por Pequim.

De certa maneira, a incógnita sobre o desenvolvimento da China continua a ser a mesma verificada ao longo dos últimos duzentos anos. Não parece haver muita dúvida quanto ao fato de que o país reúne condições favoráveis à ascensão como grande potência – território amplo, população vasta e laboriosa, importante legado civilizacional, capacidade de crescimento econômico, ausência de graves cisões culturais, raciais e religiosas. O que tem impedido a ascensão chinesa nos últimos séculos é a incapacidade de conversão desse potencial em desenvolvimento efetivo, por conta da recorrente instabilidade política no país desde meados da dinastia Qing (1644-1912), ou seja, desde o ocaso da China dinástica, imperial. Por não haver paralelo possível para o caso chinês, e tendo em conta que o grande salto demográfico na China se deu justamente durante o período Qing, seria verossímil inferir que administrar, de forma centralizada e com meios limitados, uma população de tamanho comparável à de todo um continente mostrou-se até hoje, tanto no período imperial como no período republicano, tarefa impraticável.¹³⁷ Em outras palavras, ao menos desde começos do século XIX, o Estado chinês pareceu estar aquém da tarefa monumental de governar cerca de 1/4 (hoje 1/5) da população total do planeta, e o enigma da China passou a ser o de modos, não o de meios, o de gerenciamento, não o de potencialidades.

O que se verificou no correr das três últimas décadas na China, em que houve apenas uma crise política interna mais relevante, a de “Tiananmen”, em 1989, é que, em contexto de manutenção de alguma estabilidade política por um período minimamente contínuo, o país consegue valer-se de suas potencialidades materiais e humanas e crescer. Nesse sentido, o que deveria chamar a atenção não é a ascensão recente do país, mas o estado de desordem

¹³⁶ Acadêmicos como Herman Kahn e Ezra Vogel estiveram entre os arautos da primazia japonesa, da ideia de que o Japão seria “number one economically in the early twenty-first century.” Citado por Kennedy, Paul, *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 467.

¹³⁷ O paralelo mais próximo é o caso da Índia, cujo grande salto demográfico também se deu nos últimos dois séculos, período igualmente marcado por forte instabilidade política no país. Como diz Jonathan Spence, “governing 1 billion citizens inside a single political entity is also something no state has attempted before.” A população chinesa chegou a 1 bilhão em 1982. Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. xxi e 621.

política, declínio econômico e subordinação externa que o vinha caracterizando nos últimos séculos. Daí a importância de se avaliar se a China de hoje ainda correria os riscos de instabilidade política ou padeceria de uma incapacidade de administrar, com os meios de que dispõe, sua população de dimensões virtualmente planetárias. A população da China de hoje, cerca de 1,335 bilhão de pessoas, corresponde a toda a população mundial na década de 1860.

O que se pretende examinar nos Capítulos 3 e 4 são justamente os fatores da instabilidade política vivida no país desde começos do século XIX e as condições políticas internas da China de hoje para a manutenção do desenvolvimento econômico e da ascensão do país como potência mundial. Pretende-se avaliar em que medida a China atual já seria essencialmente distinta da China do século XIX ou da primeira metade do século XX, momentos em que a própria sobrevivência do país como tal ainda era uma incógnita, com sérios riscos de fragmentação e o espectro constante da intervenção externa. Se há riscos hoje ao curso da ascensão chinesa, parecem derivar mais da conjuntura interna do que da externa, e dizem respeito principalmente à capacidade de sobrevivência de um sistema político que seja infenso a crises civis como as que afligiram a China nos últimos dois séculos.

Capítulo 3 - Fundamentos políticos internos para a ascensão da China: autocracia e reformas

“The lesser grandeur of China’s city architecture and religious centers represented not any absence of civic pride or disesteem of religion, but rather a political fact: the Chinese state was more effectively centralized than those elsewhere in the world; its religions were more effectively controlled; and the growth of powerful, independent cities was prevented by a watchful government that would not tolerate rival centers of authority.”

Jonathan Spence¹³⁸

A história da China dos dois últimos séculos foi marcada por convulsões recorrentes de ordem política. Desde o começo do século XIX, quando se iniciou a decadência da dinastia Qing, o quadro político chinês caracterizou-se fundamentalmente por crises de legitimidade e de ineficiência do poder central, como na lenta falência do império de origem manchu ou do próprio Kuomintang; por movimentos insurrecionais e revoluções, como a Rebelião do Lótus Branco, a Rebelião Taiping, a Rebelião Nian, a Revolta dos Boxers, a Revolução Nacionalista, a Revolução Comunista; por fragmentação do

¹³⁸ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 8-9.

poder entre províncias e riscos de separatismos, especialmente no período dos chamados “senhores da guerra” (“warlords”), na década de 1920; e por extrema vulnerabilidade externa, evidenciada pelas invasões inglesa, francesa, russa, alemã e japonesa. Mesmo as primeiras décadas após a Revolução de 1949 continuaram a ser sacudidas por agudas comoções internas, avanços e recuos, que culminaram na Revolução Cultural e em nova divisão da sociedade chinesa. Qualquer cronologia que se faça da China contemporânea entre a Rebelião do Lótus Branco, em 1796, e o fim da Revolução Cultural, em 1976, será uma coleção de fraturas civis e externas, e é difícil imaginar outro país que tenha sofrido tamanho terremoto de oscilações e transformações políticas num intervalo tão curto de tempo.

Em contraste com esse histórico de turbulência, a China tem vivido, desde o fim da Revolução Cultural, um período anormalmente sereno para os padrões contemporâneos do país. À exceção dos protestos, em 1989, que culminaram na repressão dos manifestantes na Praça da Paz Celestial (“Tiananmen”), que na verdade tiveram pouca envergadura e alcance quando comparados às grandes insurreições chinesas do passado, a China logrou manter uma considerável estabilidade política por um período de praticamente trinta anos, o que não ocorria desde o reinado de Qianlong (1735-1796).

A questão que vem à mente quando se contrastam as três últimas décadas da vida política chinesa com os dois conturbados séculos que as precederam é em que medida os últimos trinta anos devem ser vistos como um breve interregno de estabilidade, com riscos de logo encerrar-se pelo retorno aos padrões de ruptura da história contemporânea do país, ou, ao contrário, como uma tendência à normalização do quadro político chinês em decorrência do sucesso cumulativo da reunificação nacional levada a cabo por Mao Tsé-tung, do êxito das reformas econômicas e, em menor grau, também políticas, adotadas pelo Governo chinês após a morte de Mao, em 1976, e do controle efetivo que o PCC pós-Revolução Cultural, menos dividido e mais pragmático, passou a exercer sobre o país como um todo.

Para tratar dessa questão, serão examinados inicialmente, neste capítulo, os fatores da instabilidade na China desde começos do século XIX, contra o pano de fundo da impressionante longevidade e continuidade da civilização chinesa tal como a conhecemos hoje. Que razões explicariam tanto a sobrevivência da China em sua longa história de mais de três mil anos, período em que várias nações e impérios nasceram e pereceram, quanto a instabilidade que a marcou nos dois últimos séculos, em que a própria integridade territorial

da China pareceu estar em risco por conta de conflitos civis e intervenções externas? Também serão avaliados os possíveis fatores da estabilidade política observada desde o final dos anos 1970 e as perspectivas de que se mantenha pelas próximas décadas, condição para a continuidade do processo de ascensão da China como grande potência.

3.1 Longevidade e instabilidade na China

“Never has a government governed so many people, or governed them so little, so long.”¹³⁹ A frase de Will Durant, com seu toque de ironia, resume ao mesmo tempo a longevidade sem paralelo da civilização chinesa e a sabedoria política que a teria favorecido: a sobrevivência do Estado chinês e a continuidade das instituições políticas estariam associadas, em alguma medida, ao fato de que o Governo pouco pôde governar e controlar uma população tão numerosa. Para o filósofo e historiador norte-americano, a solidez do império chinês decorreu em boa medida do considerável grau de autonomia conferida ao mandarinato de origem e interesses locais.

A visão de Durant não é compartilhada por muitos sinólogos. Ao analisar a longa sucessão de dinastias da China, John King Fairbank ressalta características opostas do sistema político chinês. Para ele, o fato de que, conforme suas palavras, “nunca tão poucos governaram tantos por tanto tempo” (“never have so few ruled for so long over so many”) pode ser atribuído ao extraordinário controle exercido por uma elite política eficiente, que manteve unida e expandiu uma civilização tão variada e vasta como a europeia. Esse controle fundamentou-se na força da ideia confuciana de hierarquia e subordinação, que ensejou o aparecimento do “mais exitoso sistema de controle e conservação social.” A autoridade do poder central sobre o país como um todo também teria sido favorecida pela fragmentação do campo chinês, em decorrência da não-observância do princípio da primogenitura, o que praticamente impediu a formação de uma nobreza rural forte que rivalizasse com a burocracia do império. A baixa concentração da propriedade da terra e, conseqüentemente, a ausência de uma aristocracia fundiária de peso teriam dado curso livre ao exercício do poder central, que estruturou desde cedo

¹³⁹ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 796.

um sistema administrativo eficiente, baseado em concursos públicos, muitos séculos antes que um Estado europeu viesse a fazê-lo, como a França do século XVII.¹⁴⁰ Nas palavras de Jonathan Spence, “China’s massive bureaucracy was already firmly in place, harmonized by a millennium of tradition and bonded by an immense body of statutory laws and provisions.”¹⁴¹

A combinação entre a formação confuciana, hierarquizante, e o recrutamento impessoal, baseado no mérito escolar, da administração pública é a explicação dada também por Arnold Toynbee para a continuidade do Estado chinês. Para ele, o império encontrava na elite educada nos textos clássicos e imbuída de uma mentalidade disciplinada e estoica à maneira de Confúcio, uma fonte permanente de fiéis servidores. O historiador inglês via, no entanto, mais continuidade cultural do que política na história da China, uma vez que o que ele chamava de “série de concretizações sucessivas do ideal do Estado universal” teria sido pontuada por “mergulhos intermediários na desunião e na desordem”:¹⁴² à união Qin e Han, à união Tang, à união Song, à união Yuan, Ming e Qing, seguiram-se sempre intervalos mais curtos ou mais longos de fragmentação e caos político.

A verdadeira unidade da China seria, na visão de Toynbee, essencialmente cultural, já amadurecida por volta do século IX ou VIII a.C., seis ou cinco séculos antes da unificação política liderada por Ch’in Shih Huang-Ti, o Qin fundador do Império chinês no século III a.C. Essa relativa homogeneidade cultural da China teria sobrevivido sem maiores quebras aos vários momentos em que se desfez a unidade política do país, ou mesmo nos períodos em que a unidade política foi restaurada pela mão estrangeira, como na unificação operada pelos mongóis da dinastia Yuan (1280-1368) ou pelos manchus da dinastia Qing (1644-1912). Em lugar de impor uma cultura própria, típica do invasor estrangeiro, tanto os mongóis como os manchus acabaram por sucumbir e adaptar-se à cultura local, de forte apelo e capacidade de absorção. Curiosamente, períodos de aguda fragmentação política, como o dos “Estados Beligerantes” (“Contending States”) (475–221 a.C.), foram, como lembrava Toynbee, alguns dos períodos mais ricos da história chinesa do ponto de vista cultural, com o aparecimento de grandes sábios e sistemas de

¹⁴⁰ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006.

¹⁴¹ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 7.

¹⁴² Toynbee, Arnold. *A Study of History*. Londres, Thames and Hudson, 1971 (1995), pg. 58 e 59.

pensamento, a começar pelo Taoísmo e pelo Confucionismo. Para realçar o vínculo entre descentralização política e efervescência cultural, Toynbee falava, de forma um tanto hiperbólica, em “estupidez intelectual” (“intellectual torpidity”) dos períodos de unidade política na China e comparava o caso chinês ao da Grécia antiga, em que a fragmentação do poder entre as cidades-estados também teria gerado campo fértil para o desenvolvimento intelectual e artístico da civilização helênica.¹⁴³

Toynbee deu uma explicação econômica para o que chamava de “quebra do Estado universal”, ou seja, para os períodos de instabilidade e fragmentação política: “A universal state is a heavy charge on the economy of a civilization”. Requer, para a sua manutenção, um serviço público profissional e bem pago, bem como um exército igualmente profissional, cujos custos subirão com o tempo, seja pelo aumento do número de seus integrantes, seja pela deterioração da qualidade dos seus serviços, seja ainda pela pressão crescente dos povos bárbaros do entorno. Para arcar com custos mais altos, o “Estado universal” e a sociedade que o sustenta precisam elevar permanentemente a produtividade do trabalho, algo irrealizável durante o que chamava, também de forma um tanto grandiloquente, de “Era das Civilizações”, em que “a economia havia sido, quase sempre, mais ou menos estática na maior parte da *Oikoumene*.”¹⁴⁴ O historiador chegava a duvidar da possibilidade de que as sociedades pós-Revolução Industrial pudessem ser diferentes das anteriores, pois via uma tendência à estabilização nos níveis de produtividade econômica por conta dos ganhos estáticos de uma agricultura não muito distinta da que apareceu com a revolução agrícola, por volta do quarto milênio antes de Cristo.

Se a longa história da China alterna períodos de maior ou menor estabilidade política, o fato é que os dois últimos séculos podem ser caracterizados como uma das fases de mais aguda instabilidade e contestação do poder do Estado. Alguns dos possíveis fatores que levaram a tal quadro político já foram mencionados anteriormente, como a inépcia administrativa herdada da dinastia Ming (1368-1644) e neutralizada apenas nos primeiros reinados da dinastia Qing (1644-1912); o aumento exponencial da população e o fardo crescente para a sociedade chinesa em termos de geração de trabalho

¹⁴³ Toynbee, Arnold. *A Study of History*. Londres, Thames and Hudson, 1971 (1995), pg. 59.

¹⁴⁴ Toynbee, Arnold. *A Study of History*. Londres, Thames and Hudson, 1971 (1995), pg. 62.

e alimentos; e a incapacidade política dos últimos governantes Qing de se adaptarem, em pleno século XIX, ao espírito de nacionalismo da época, pela própria condição da dinastia estrangeira, de origem manchu. As marcas do período são a traumática dissolução do sistema imperial de Governo, que havia sobrevivido, de uma maneira ou de outra, por mais de dois milênios, e a lenta afirmação de um sistema republicano de Governo que, por sua juventude e pelos cataclismas internos e externos que acompanharam sua origem, ainda está por encontrar um padrão definido e estável de organização e funcionamento.

Fator crucial da turbulência política do período foi também a violência com que as potências ocidentais e o Japão invadiram e humilharam a China, em contexto de flagrante incompetência da dinastia Qing, já em processo de decadência, para compreender e enfrentar a presença estrangeira. Embalado ainda pela ideia da centralidade do “Império do Meio”, pela autoimagem de superioridade cultural e de autossuficiência tecnológica e produtiva, o Estado chinês foi incapaz, no século XIX, de avaliar o tamanho da ameaça do Ocidente e de incorporar e utilizar os meios desenvolvidos fora da China de maneira a fazer frente ao assédio estrangeiro. Toynbee estabelece franco contraste com o caso do Japão: “the Japanese Westernizers were more alert, more prompt and more efficient than the Chinese. Within fifteen years of the first appearance of Commodore Perry’s squadron in Japanese territorial waters in 1853, the Japanese Westernizers had not only overthrown the Tokugawa régime when it failed to rise to the urgent occasion; they had achieved the far more difficult feat of installing in its place a new régime capable of putting into operation a comprehensive Westernizing movement from above downwards.” Já os chineses levariam 118 anos para alcançar “even the negative political result that the Japanese had achieved in fifteen.” A chegada da missão de Lord Macartney a Pequim em 1793 não havia sido demonstração menos clara da força crescente da Civilização Ocidental do que a chegada de Perry à Baía de Yedo 60 anos depois, mas ainda assim os chineses esperariam mais de um século para derrubar o *ancien régime*, com a Revolução Nacionalista de 1911. Ato tardio e incompleto, porque o “Estado universal” de que falava Toynbee não foi substituído por um novo ordenamento político moderno, mas sim por uma anarquia de natureza familiar, feudal, que o nascente *Kuomintang* foi incapaz de suplantar.¹⁴⁵

¹⁴⁵ Toynbee, Arnold. *A Study of History*. Londres, Thames and Hudson, 1971 (1995), pg. 412.

A comparação com o caso do Japão deve ser tomada com certa cautela, quando menos pelo fato de que os japoneses tiveram o privilégio de beneficiar-se do (mau) exemplo da China, que havia sido humilhada pelas potências estrangeiras com as derrotas nas Guerras do Ópio e com a imposição dos tratados desiguais, justamente por Pequim não se ter preparado nem encontrado os meios para enfrentar as intervenções estrangeiras. Ademais das veleidades paralisantes de uma mentalidade que punha o país como centro do mundo e impedia a adoção de instrumentos de culturas estrangeiras julgadas inferiores, a China tivera em passado remoto experiências mais brandas de acolhimento de grupos ocidentais em seu território, quando a presença de missões comerciais ou religiosas não chegou a ter caráter e resultados verdadeiramente ameaçadores da integridade territorial e da soberania do país. Como o próprio Toynbee reconhece, referindo-se à chegada dos navegadores europeus do século XVI e seguintes, “for China, the still unmechanized early modern Western sea-raiders were not potential conquerors, however annoying they might be.”¹⁴⁶

As ameaças de invasão que pairavam sobre o imaginário chinês ainda derivavam das experiências prévias de incursões e ocupações por povos vizinhos que desciam do Norte por terra, pelas estepes eurasiáticas, como foi a conquista mongol varando a Grande Muralha no século XIII ou a conquista manchu atravessando a floresta da Manchúria, na primeira metade do século XVII. A passividade da China diante dos ocidentais que chegavam dos mares e desembarcavam em seus portos em pleno século XIX, vindos de terras distantes, não-contíguas, tinha muito que ver com a incredulidade diante de povos julgados não apenas subalternos culturalmente, mas também incapazes de dobrar uma China imensa, interiorana, munidos apenas de barcos e canhões, sem a efetiva ocupação do território.

O custo das humilhações sofridas pelas derrotas da China nas guerras contra as potências estrangeiras no século XIX foram muito altos para a dinastia Qing em termos de erosão de legitimidade e de perda do controle político doméstico. Isso explica muito da instabilidade que se seguiria na segunda metade daquele século, com a deflagração de rebeliões e movimentos de contestação do poder central. Aos olhos dos chineses, a China foi duplamente humilhada, primeiro pelas potências ocidentais, como a Inglaterra e a França, e depois, ironicamente, pelo vizinho asiático que, embora

¹⁴⁶ Ibid., pg. 410.

considerado caudatário da civilização chinesa, soube adaptar-se à lógica e aos meios do Ocidente. A derrota da China diante do Japão na guerra pelo controle da Coreia, em 1894-1895, foi não apenas um prenúncio das pesadas humilhações que os chineses voltariam a sofrer na mão dos japoneses na primeira metade do século XX, mas também um golpe considerável na autoestima da dinastia Qing e um fator de aceleração da sua queda.¹⁴⁷

O confronto entre o vigor e a violência da ocupação estrangeira e a passividade e a inépcia do Império chinês explicariam, em parte, a espiral de rupturas e transformações, bem como o alcance e a radicalidade das mudanças, que marcariam a China a partir de meados do século XIX. Como disse Will Durant, referindo-se ao ainda mais conturbado século XX chinês e, em particular, à eclosão da revolução proletária, comunista, no país que vivera dois milênios de império autocrático, “once everything changed except the East; now there is nothing in the East that does not change. The most conservative nation in history has suddenly become, after Russia, the most radical, and is destroying with a will customs and institutions once held inviolate.”¹⁴⁸

Intervenção externa e guerra civil estiveram intimamente imbricadas na vida política chinesa tanto da segunda metade do século XIX como da primeira do século XX. No primeiro caso, a presença das potências ocidentais, especialmente da Inglaterra, potencializou o descontentamento interno e assim fermentou rebeliões como a Taiping (1851-1864), que dividiram o país e quase precipitaram a queda da dinastia Qing. No segundo, após a queda do Império, em 1911, e o longo interregno de acefalia política e de conflitos entre os “warlords” provinciais, o destino do conflito entre o Kuomintang e os comunistas a partir do massacre de Xangai, de 1927, foi profundamente afetado pelas invasões japonesas de 1931 e 1932 e pela longa ocupação de 1937 a 1945, que, indiretamente, por revelarem a incapacidade de resistência do Governo do Kuomintang e sua crescente incompetência administrativa, deram impulso ao crescimento do movimento comunista. Na avaliação de Jonathan Spence, o legado do colapso dinástico não foi uma república confiante,

¹⁴⁷ A derrota chinesa levou à independência da Coreia ante a China, à cessão de Formosa ao Japão e à previsão do pagamento de uma pesada indenização aos japoneses. Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 918.

¹⁴⁸ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 814.

mas um período de guerra civil e de caos intelectual ainda mais grave do que o difícil período que se seguiu à queda da dinastia Ming, 268 anos antes: “foreign pressure was intense, the possibility of invasion imminent. In the macroregions of central, western, and southern China, there was a strong chance that independent separatist regimes would emerge, further weakening central authority.”¹⁴⁹ Em poucos momentos de sua história, a China terá sido, como nos cem anos que vão de 1850 a 1950, tão fortemente marcada pelo espectro seja da fragmentação territorial por conta de guerras civis, seja da transformação do país em colônia estrangeira pelo assédio de potências que aproveitaram e fomentaram as divisões internas. Para Spence, nunca foi tão forte entre os chineses o medo de que a China se desmembrasse, deixasse de existir como nação e encerrasse a sua história de quatro mil anos.¹⁵⁰

O fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória da Revolução Comunista em 1949 inauguraram um período de restabelecimento da soberania nacional pelo Governo chinês. Descontados o separatismo *de facto* de Taiwan e a ameaça norte-americana de ataque à China durante a Guerra da Coreia, de 1950 a 1954, o país passou a viver um período de reafirmação de sua independência e do controle de seu território, em contexto de fortalecimento do orgulho da nacionalidade chinesa.

A essa estabilização no *front* externo, não correspondeu, no entanto, uma maior estabilidade política da China, uma vez que a Revolução Comunista deslanchou, principalmente a partir de meados dos anos 1950, um processo de transformação profunda da sociedade chinesa, que implicaria novos conflitos entre o PCC e setores aliados do poder, mas principalmente entre facções do próprio PCC. O alcance das mudanças propostas e a natureza da liderança do Partido, particularmente de Mao Tsé-tung, gerariam novas divisões internas e impediriam a sedimentação de uma ordem política previsível e estável. Ao pragmatismo dos sete ou oito primeiros anos logo após a tomada do poder, em 1949, de que foram exemplos o controle da inflação e a bem sucedida reforma agrária, seguiram-se duas décadas de grandes saltos, grandes campanhas e grandes atos, numa mobilização permanente que, na prática, reproduzia o estado de excepcionalidade do período anterior de libertação nacional e revolução. A “Campanha das Cem Flores”, a “Campanha dos Três Anti-”, a “Campanha dos Cinco Anti-”, a

¹⁴⁹ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 141 e 247.

¹⁵⁰ *Ibid.*, pg. 300.

“Campanha Antidireitista”, a rápida coletivização das terras, o “Grande Salto Adiante” e a “Revolução Cultural” são apenas os exemplos mais óbvios do espírito de revolução permanente, de radicalização e retificação periódicas, que passaram a marcar a política chinesa de meados dos anos 1950 a meados dos anos 1970, período que, mesmo reconhecendo todos os acertos comunistas na expansão do ensino básico e da saúde pública, John King Fairbank chamaria de “os vinte anos perdidos” da China moderna (1957-1977).¹⁵¹

A instabilidade do regime comunista chinês no período resultou em grande medida do caráter genuinamente revolucionário, contraditório e sôfrego de Mao Tsé-tung, à estranha combinação, em sua personalidade, do líder rebelde e do imperador restaurado. Para Spence, as raízes do pensamento radical de Mao “had always lain in the voluntaristic, heroic workings of the human will and the power of the masses that he had celebrated in his earliest writings.”¹⁵² A constante instabilidade de Mao era parte de sua natureza revolucionária, a imprevisibilidade de um revolucionário permanente, muito mais próximo em temperamento e visão de mundo de Trotsky do que de Stálin.¹⁵³ Como lembra Fairbank, Mao foi capaz de lançar, em 1956, a “Campanha das Cem Flores”, como um convite aberto e autêntico às críticas e às ideias (“Let a hundred flowers bloom”), para, no ano seguinte, deflagrar a “Campanha Antidireitista”, que, a exemplo da Revolução Cultural dez anos mais tarde, seria marcada pelo anti-intelectualismo, pelo patrulhamento e pela miopia ideológica, a ponto de quase destruir o partido que Mao mesmo ajudara a criar. Nas palavras de Paul Johnson, “Mao (...) wanted to speed up history. (...) He always heard time’s winged chariots at his back, and his impetuosity found expression in his complementary and insatiable love of drama. In a sense, Mao never made the transition from revolution to administration.”¹⁵⁴

¹⁵¹ “Mao and his colleagues subsequently committed error after error that trained and experienced intellectuals, if used as any staff members and collaborators, could have saved them from. The year 1957 was the first of China’s “twenty lost years” – lost in the sense that patriotic talent was stultified and not allowed to help the nation’s development. The phrase “ten lost years” later used to characterize Mao’s Cultural Revolution from 1966 to 1976 was only a continuation of what began in 1957.” In Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 366.

¹⁵² Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 576.

¹⁵³ Na visão de Spence, Mao tentou readaptar o conceito de “revolução permanente” de Trotsky ao comunismo chinês, no que chamou de “revolução contínua”. Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 576.

¹⁵⁴ Johnson, Paul. *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 547-548.

Na categorização estabelecida por Fairbank, em que divide em quatro fases o período que vai da vitória comunista em 1949 ao fim da Revolução Cultural em 1976, as duas únicas fases de relativa calma – os anos iniciais pós-1949 e o breve interregno de recuperação econômica de 1961 a 1965 – são justamente aquelas que não foram inteiramente dominadas pela figura política de Mao.¹⁵⁵ Do voluntarismo inicial, canalizado para questões relacionadas à produção, que desaguardaria no processo de coletivização das terras e no “Grande Salto Adiante”, Mao acabou voltando-se, após ser relativamente marginalizado da condução da economia, para a área cultural e educacional, o que o levaria a deslanchar o maior dos turbilhões do período e um dos possíveis fatores de sua própria falência e morte, a Revolução Cultural.¹⁵⁶ Talvez nenhum outro momento da China pós-1949 seja tão emblemático quanto a Revolução Cultural do caráter ao mesmo tempo voluntarista e iconoclasta do líder chinês e dos efeitos desastrosos do personalismo sobre o funcionamento da sociedade chinesa e para a garantia de um mínimo de estabilidade e previsibilidade do sistema político. Fairbank revela a impotência dos historiadores ao tentar compreender o significado de uma revolução que subverteu tanto a lógica da hierarquia partidária e militar quanto o senso comum mais trivial, como a ideia de que um país deve valorizar a educação formal, escolar: “Why he (Mao) should practically destroy the party he had built up and so endanger the whole revolution is a complex question calling for several lines of analysis. (...) Only if we regard him as a monarch in a succession to scores of emperors can we imagine why the leadership of the CCP, trained to be loyal, went along with his piecemeal assault on and destruction of them.”¹⁵⁷ A combinação entre, de um lado, uma preocupação genuína ante o ressurgimento da burocratização e da dominação de classe em função do crescimento da elite urbana do PCC¹⁵⁸ e, de outro, o interesse

¹⁵⁵ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 343.

¹⁵⁶ Johnson, Paul. *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 551.

¹⁵⁷ Estima-se que 60% dos quadros do PCC foram expurgados do Partido durante a Revolução Cultural. Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 384, 386 e 387.

¹⁵⁸ A extensão do caráter revolucionário do período pode ser medida pelo fato de que o igualitarismo e o anti-burocratismo pregados por Mao contradiziam o princípio básico e milenar da vida política chinesa de que, nas palavras de Fairbank, “the masses must be governed by a carefully trained and loyal elite of ministers and subordinate officials, of army officers with commanding rank, and party organizers with special prerogatives.” In Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 386.

em retomar o controle absoluto do partido em meio ao revisionismo crítico ao “Grande Salto Adiante” levou Mao a deflagrar o período mais conturbado da história recente da China e a provocar, como reação, uma ânsia por estabilidade política e ortodoxia econômica.¹⁵⁹

3.2 A relativa estabilidade pós-Mao

A morte de Mao Tsé-tung e o fim da Revolução Cultural, em 1976, abriram caminho para uma transição política que levaria à reascensão ao poder, em fins de 1978, de um grupo mais pragmático dentro do PCC, herdeiro de Chu En-lai e liderado por Deng Xiaoping. Central entre os objetivos da nova liderança era o propósito duplo e complementar de rever o voluntarismo e os excessos ideológicos do período anterior e de empreender uma modernização pragmática da China, cristalizada no lema das “Quatro Modernizações” (da agricultura, da indústria, da ciência & tecnologia e da defesa), lançado pelo próprio Chu En-lai em 1976, ano de sua morte. Na visão de Deng, o processo de modernização da China apontava para a adoção de reformas econômicas e para uma relativa abertura ao exterior, em função da necessidade de incorporação de tecnologias e de capitais.¹⁶⁰ Deng e seu grupo passaram a rejeitar não apenas o igualitarismo utópico de Mao, mas também os elementos de xenofobia, autossuficiência e controle absoluto da produção pelo Estado, em processo de reavaliação crítica do modelo soviético e de emulação parcial de algumas experiências econômicas bem sucedidas nos países do entorno, em especial do Sudeste asiático. Para caracterizar o novo modelo chinês, que passava a incorporar, de forma experimental e paulatina, alguns características de economias de mercado, Deng passou a chamá-lo de “socialismo com características chinesas”, como será visto no Capítulo 4.

¹⁵⁹ Embora bastante crítico de Mao Tsé-tung, Fairbank concede o benefício da dúvida a seus defensores ao afirmar que “future historians may conclude that Mao’s role was to try to destroy the age-old bifurcation of China between a small educated ruling stratum and the vast mass of common people. We do not yet know how far he succeeded.” Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 405.

¹⁶⁰ A impossibilidade de exploração dos campos petrolíferos de Daqing com tecnologia chinesa ao longo dos anos 70 evidenciou os limites do modelo de autossuficiência econômica e tecnológica defendido por Mao durante a Revolução Cultural. Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 628-629.

A estabilidade política tornou-se um fim e um meio para a nova liderança. De um lado, as incertezas e flutuações das quase três décadas sob Mao Tsé-tung geraram insegurança e conflitos recorrentes na elite política chinesa, no seio do próprio PCC, o que provocou uma erosão de legitimidade e de credibilidade do Partido junto à sociedade ao longo dos anos 70, especialmente por conta do episódio do súbito rompimento entre Mao e o General Lin Biao, incensado como seu sucessor.¹⁶¹ De outro, certa previsibilidade política passou a ser reconhecida pela liderança do PCC como condição para a retomada do crescimento econômico e para o projeto de modernização da China, essenciais, por sua vez, para a elevação dos padrões de vida da sociedade chinesa e, por extensão, para a relegitimação do Partido. Em outras palavras, a sobrevivência do PCC no poder passou a ser associada a uma desenfaturização do político, ou a uma despolitização do cotidiano, que se manifestava na rejeição do ímpeto revolucionário e da atmosfera de campanhas e mobilização permanentes, tão características das três décadas anteriores. O pragmatismo do grupo de Deng Xiaoping implicou uma revitalização do discurso em torno de objetivos econômicos e uma desideologização e desteatralização da vida política, da qual a própria discrição e o gosto pelos bastidores do novo líder máximo eram os exemplos maiores.¹⁶² Somente de forma gradual, e depois do êxito das reformas econômicas iniciais, é que o PCC introduziria algumas reformas políticas de escopo modesto no sentido de melhor canalizar as demandas de grupos da sociedade chinesa, como as eleições para os comitês de povoados no campo e para os comitês de bairros nas cidades.

O projeto da liderança chinesa pós-Mao de combinar previsibilidade política e reformas econômicas foi tão bem-sucedido que a China viveu, a partir de 1978, o seu período mais longo, nos últimos dois séculos, de continuidade do crescimento da economia e de manutenção da estabilidade institucional. Embora a China tenha sofrido, nesses últimos trinta anos,

¹⁶¹ As circunstâncias do aparecimento das críticas de Mao a Lin Biao, da suposta conspiração de Lin para tomar o poder e de sua morte em desastre de avião quando fugia para a URSS parecem cercadas ainda de dúvidas a serem esclarecidas pelos historiadores. Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 400-401.

¹⁶² O contraste entre os tipos de liderança exercidos por Mao e por Deng pode ser atestado pelo fato de que Deng somente assumiu, formalmente, um dos três cargos acumulados pelos líderes máximos na China comunista, o de Presidente da Comissão Militar Central, tendo recusado os demais, o de Secretário-Geral do PCC e o de Presidente da RPC.

transformações profundas tanto materiais quanto simbólicas, as quais configuram, para muitos historiadores, como Merle Goldman, uma revolução em si, as mudanças no período ocorreram em contexto relativamente estável, sem repressão de larga escala nem as frequentes turbulências político-ideológicas e sociais que caracterizaram o período anterior. Mesmo levando em conta os sérios efeitos colaterais gerados pela natureza e pelo ritmo do processo de modernização chinesa das três últimas décadas – desigualdade sócio-econômica crescente, disparidades regionais, corrupção, êxodo rural, degradação ambiental – o período pode ser considerado, nas palavras de Goldman, “the longest stretch of domestic and foreign tranquility in China’s modern history.”¹⁶³

Não que não que tenha havido, no período, dissidências internas e externas ao PCC. A direção e o alcance das reformas econômicas e políticas foram objeto de críticas e resistências importantes de setores tradicionais do Partido, mais fiéis ao legado maoísta, especialmente de revolucionários de primeira hora, como Chen Yun, antigo ideólogo e planejador econômico de Mao, ou Deng Liqun, um dos propagandistas da era Mao.¹⁶⁴ A resistência foi particularmente aguda ao lançamento das Zonas Econômicas Especiais e, durante as décadas de 1980 e 1990, à expansão, de forma geral, do setor privado da economia e à abertura ao exterior. Se não foram efetivos no bloqueio das reformas econômicas, tais setores mais ideologicamente fiéis ao projeto de comunismo ao estilo soviético lograram, no entanto, retardar e diminuir o escopo das reformas políticas. O pragmatismo de Deng e de seu grupo revelou-se na concentração de esforços e de capital político na implementação das reformas da economia, objetivo considerado prioritário. Para o novo grupo no poder, superada a questão da desmontagem do sistema de liderança virtualmente vitalícia que marcou o período Mao, o interesse por reformas institucionais e políticas adicionais manifestava-se somente como último recurso para aplacar crises de insatisfação popular ou para combater males, como a corrupção em níveis provincial e municipal, que ameaçavam corroer ainda mais a credibilidade do Partido. Em contraste com as reformas econômicas, consideradas essenciais para o processo de modernização da China, as reformas políticas nunca chegaram a ser uma prioridade para a

¹⁶³ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 451.

¹⁶⁴ *Ibid.*, pg. 420.

liderança do PCC pós-Mao, o que permitiu uma acomodação maior no tratamento do tema entre os reformistas e os defensores de uma volta ao Maoísmo. O ostracismo, em 1987, de Hu Yaobang, então Secretário-Geral do PCC, e de seu grupo de revisão do Marxismo, pode ser interpretado como uma concessão de Deng Xiaoping à linha mais dura do Partido, como forma de aplacar os ânimos dos quadros tradicionais diante da onda revisionista e de preservar o essencial, ou seja, o curso das mudanças na economia.

As divisões internas do PCC revelaram-se mais agudas no único momento das últimas três décadas em que pareceu estar sob ameaça a continuidade da estabilidade institucional e política na China: a crise, em 1989, em torno das manifestações na Praça da Paz Celestial (“Tiananmen”). O pleito por maior abertura política e o começo de contestação do próprio poder do PCC pelos manifestantes provocaram cisão interna no Partido sobre a maneira de interpretar e reprimir o movimento. Iniciadas como um tributo a Hu Yaobang, que morreu em 15 de abril de 1989, dois anos depois de ter sido destituído do cargo de Secretário-Geral do PCC, as manifestações em Tiananmen transformaram-se, nas semanas seguintes, em protestos cada vez mais vocais contra a elevação dos preços em meio a surto de inflação decorrente das tentativas de liberalização em alguns setores, contra a corrupção crescente de quadros do Partido e em favor de maior abertura política. Os protestos ocorreram em meio a uma crise econômica decorrente de uma vulnerabilidade tripla: inflação alta, crise fiscal do Estado e elevado déficit externo, inclusive na área comercial.¹⁶⁵ Enquanto estudantes e intelectuais enfatizavam a importância das reformas políticas, os trabalhadores que participaram do movimento pareciam, em grande medida, voltados para os efeitos negativos das reformas econômicas, como a elevação dos preços e as demissões provocadas pela dissolução de empresas estatais.

Zhao Ziyang, sucessor de Hu na direção do PCC e então defensor da separação entre Estado e Partido e de maior ousadia nas reformas econômicas e políticas, recusou-se a impor a Lei Marcial defendida por setores mais tradicionais do PCC e acabou por ser destituído também, em 20 de maio, do cargo de Secretário-Geral do PCC, em uma fase dos protestos em que os manifestantes já começavam a pedir a destituição de Deng Xiaoping e do Primeiro-Ministro Li Peng.¹⁶⁶ Uma vez mais, Deng, por pragmatismo, e

¹⁶⁵ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 737.

¹⁶⁶ *Ibid.*, pg. 741.

possivelmente também por convicção, interveio no sentido de satisfazer a linha dura do PCC e ordenou, em 4 de junho, o envio de tropas militares para reprimir as manifestações.¹⁶⁷ Setores mais conservadores do Partido terão identificado no movimento uma ameaça, senão ao PCC como um todo, ao menos às facções contrárias ao reformismo de Hu Yaobang e Zhao Ziyang. Na avaliação de Goldman, a velha guarda do Partido, “recalling the Red Guard rampage against them twenty years earlier, feared another Cultural Revolution or an even worse nightmare, a Chinese Solidarity Movement.”¹⁶⁸ A repressão militar foi um sinal inequívoco da liderança chinesa de que o processo de transformação por que passava a China não implicaria a reforma abrangente do sistema político nem a abdicação pelo PCC dos meios de reprimir qualquer forma, ainda que remota e incipiente, de contestação ao seu virtual monopólio de poder.¹⁶⁹ Como lembra ainda Goldman, “June 4 demonstrated that though weakened, the Leninist structure still functioned, and party leaders could suppress any challenge they saw as a political threat.”¹⁷⁰

Descontados o simbolismo interno e a repercussão internacional dos protestos, Tiananmen representou para os padrões chineses de convulsão política dos dois últimos séculos, um movimento relativamente pequeno em termos de mobilização e repressão popular. Embora tenha gerado manifestações em algumas outras cidades além de Pequim, mobilizado trabalhadores e estudantes e amealhado a simpatia cautelosa de parcela importante da população, o movimento não chegou a constituir um embrião de rebelião para a derrubada do Governo nem uma ameaça efetiva ao PCC como um todo. O saldo da repressão de 4 de junho de 1989 ainda é objeto de estimativas diversas, mas a avaliação de historiadores

¹⁶⁷ Spence identifica um papel de Deng mais ativo do que passivo na repressão aos manifestantes: “enraged by the students’ intransigence and the mounting disorder in the streets, which surely reminded him of the Cultural Revolution, Deng Xiaoping lobbied for hard-line support and ordered each of the regional PLA commanders to send a certain number of their seasoned troops to the capital.” Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 742.

¹⁶⁸ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”. In Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 428.

¹⁶⁹ Oficialmente a China possui oito partidos políticos além do PCC, embora a maioria dos analistas os considerem meros apêndices ao PCC que apenas disfarçam o sistema monopartidário. Hutchings, Graham, *Modern China: A Guide to a Century of Change*. Cambridge, Harvard University Press, 2001, pg. 103.

¹⁷⁰ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”. In Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 429.

ocidentais parece rondar a faixa de 800 a 1.300 mortos e de 10 mil a 30 mil presos,¹⁷¹ números que, por mais trágicos que sejam, empalidecem diante do montante de perdas humanas decorrentes de rebeliões como a Taipung ou a Boxer, ou de movimentos revolucionários como o que levou à queda da dinastia Qing, o movimento nacionalista do Quatro de Maio de 1919, a Revolução Comunista ou a Revolução Cultural. Para Jia Qingguo, professor de estudos internacionais da Universidade de Pequim, Tiananmen não significou, com o benefício do tempo, mais do que uma “minor interruption” do período de estabilidade política inaugurado pela ascensão de Deng ao poder.¹⁷²

Apesar do número relativamente pequeno de manifestantes em Tiananmen como parcela da população chinesa e do caráter pouco estruturado do movimento, a repressão violenta levada a cabo pelo Governo chinês teve que ver provavelmente com o caráter simbólico e o potencial de crescimento dos protestos, ou seja, com a possibilidade de que viessem a gerar um movimento organizado de oposição ao Governo. Tiananmen ocorreu num momento, o ano de 1989, em que foram derrubados, um após o outro, diversos governos comunistas da Europa Central, pela mão de movimentos oposicionistas e de manifestações escassa ou nulamente aparelhadas do ponto de vista partidário ou militar. Conforme comenta Eric Hobsbawn, referindo-se de forma genérica aos movimentos populares do período, “what counted was not sheer numbers, but numbers acting in a situation which made them operationally effective.”¹⁷³

Por menos estruturado e amadurecido que estivesse, um movimento de contestação da ordem como o de Tiananmen, na capital do país, mais precisamente na praça que representa o centro do poder político na China, tinha, no contexto de relativa crise econômica, um óbvio apelo político-ideológico e potencial de crescimento como força alternativa ao *status quo*. Se, para Hobsbawn, a dura repressão a Tiananmen, ordenada pelo pragmático Deng Xiaoping, retirou parte da legitimidade do PCC junto à juventude e à intelectualidade chinesa, ao mesmo tempo “it left the Chinese regime free to continue the policy of successful economic liberalization without immediate

¹⁷¹ Ibid., pg. 410.

¹⁷² Citado em “Two concepts of liberty?”, in *The Economist*, 5 de março de 2005.

¹⁷³ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 458.

political problems.”¹⁷⁴ Da mesma maneira que a lenta autodissolução do regime soviético criou as condições para a derrocada em cadeia dos regimes comunistas da Europa do Leste, a repressão chinesa a Tiananmen estabeleceu, em certa medida, um paradigma de continuidade dos regimes comunistas asiáticos ou, ao menos, de sobrevivência no poder dos partidos comunistas, como no caso do Vietnã e da Coreia do Norte, o que marcou uma clara dissociação de destinos entre o comunismo europeu e o asiático.

Superada a crise de Tiananmen, a China retomou o processo de crescimento econômico em contexto de relativa estabilidade político-institucional, com a ascensão de lideranças de formação mais tecnocrática, que não chegaram a participar da Longa Marcha ou a atuar nos primeiros anos da Revolução Comunista. Deng Xiaoping prepararia a sua sucessão tendo como objetivo a ascensão de líderes que combinassem boa formação técnica e uma capacidade de adequação ao novo sistema de poder na China, menos personalista e mais institucionalizado, com renovação periódica dos cargos mais altos do Estado e do Partido e um processo decisório mais fundado na busca de consensos entre um pequeno colegiado do que na vontade de um líder incontestável.

Jiang Zemin assumiu a Secretaria-Geral do PCC após a destituição de Zhao Ziyang, em plena crise de Tiananmen, em maio de 1989. Como ex-Prefeito de Xangai, apresentava a dupla credencial de ter promovido o impressionante crescimento econômico da região e reprimido com sucesso manifestações locais de oposição ao PCC.¹⁷⁵ Certo conservadorismo e cautela do ponto de vista político eram compensados por maior ousadia no campo econômico, em que aprofundou as reformas iniciadas por Deng Xiaoping. A centralidade do objetivo de acelerar a modernização econômica durante sua administração revelou-se na elevação do *status* dos empresários na sociedade e na vida política da China, já que, de antigos inimigos do comunismo chinês, os expoentes do capitalismo passavam a ter o direito de aderir ao PCC.¹⁷⁶ Embora tenha adotado oficialmente o lema “emancipate the mind”, de autoria do reformista Hu Yaobang, e mencionado a importância de reformas políticas em diversas ocasiões, como no XV

¹⁷⁴ Ibid., pg. 487.

¹⁷⁵ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 744.

¹⁷⁶ A teoria das “Três Representações”, de Jiang Zemin, e as suas implicações para o grau de representatividade do PCC em relação à sociedade chinesa serão discutidas no Capítulo 4.

Congresso do PCC, em 1997,¹⁷⁷ Jiang Zemin não empreendeu mudanças significativas na estrutura político-partidária e no embrionário sistema eleitoral. Na verdade, chegou a forçar, em 1998, a destituição do Presidente do Congresso Nacional do Povo, Qiao Shi, que pregava reformas mais profundas do sistema político e do ordenamento jurídico e legal. Para Merle Goldman, a destituição de Qiao Shi acentuou a dicotomia entre uma economia dinâmica e reformada e uma estrutura político-institucional ainda rígida e autoritária.¹⁷⁸

Deng Xiaoping foi o principal responsável pela escolha não apenas de Jiang Zemin, mas também do sucessor deste, Hu Jintao, que assumiria o poder em 2002. De comum entre os novos líderes havia a formação tecnocrática, a moderação ideológica, certo conservadorismo político e a capacidade de compromisso dentro do Partido. As indicações de Jiang e Hu por Deng pareciam demonstrar a intenção de privilegiar sucessores capazes de trilhar uma linha intermediária entre dois extremos, de um lado, a chamada “nova esquerda”, que criticava a abertura econômica e o privatismo, e chegou a clamar, nos anos 1990, pela volta à coletivização do “Grande Salto Adiante” e à democracia direta da “Revolução Cultural”, e, de outro, os intelectuais liberais, na sua maioria fora do PCC, que defendiam reformas políticas mais ousadas.¹⁷⁹

Deng logrou consolidar a estabilidade institucional da China no período ao consagrar um sistema sucessório de mandatos definidos (no máximo dois mandatos de cinco anos) com idade limite para os líderes máximos, como meio de desencorajar o renascimento de uma tradição ultrapersonalista típica da história do país, tanto no período imperial como no período republicano e comunista. Como lembra Spence, “the absence of any effective mechanism for the peaceful and enduring installation of successors to the highest leadership positions in China was one that plagued the republic after the death of Yuan Shikai, had gravely weakened the late Qing regime, and had brought even the otherwise astute emperor Kangxi to

¹⁷⁷ Nas palavras de Jiang Zemin durante o XV Congresso do PCC, a China deveria esforçar-se por continuar a “press ahead with the reform of the political structure, further extend the scope of socialist democracy and improve the socialist legal system, governing the country according to law and making it a socialist country ruled by law”.

¹⁷⁸ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”. In Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 432.

¹⁷⁹ *Ibid.*, pg. 444.

the edge of despair.”¹⁸⁰ Sintoma maior de que a estratégia de Deng teve êxito foi o fato de que, em 2002, cinco anos depois de sua morte, ocorreu, pela primeira vez na história do período republicano, um processo sucessório na China relativamente ordeiro e previsível, com a transição da terceira geração de líderes comunistas, a de Jiang Zemin, para a quarta geração, a de Hu Jintao.

O relativo compromisso entre os grupos de Hu Jintao e de Jiang Zemin durante o XVII Congresso do PCC, realizado em 2007, que confirmou o segundo e último mandato quinquenal de Hu Jintao e alçou ao Comitê Permanente do Politburo os líderes da quinta geração, que assumirá em 2012, indica que há um grau razoável de probabilidade de consolidação, nas próximas décadas, do sistema concebido por Deng, como base para processos sucessórios mais previsíveis e institucionalizados do que tem sido a praxe na política chinesa.

A avaliação de alguns historiadores, como Merle Goldman, de que a morte de Deng, em 1997, teria enfraquecido o PCC, parece, nesse sentido, um tanto prematura. Para Goldman, “the procedures and norms that Deng and his disciples had attempted to introduce were not sufficiently institutionalized to replace the personal rule that Deng never relinquished.” Daí que o legado de Deng compreenderia, nas palavras de Goldman, não somente “um sistema econômico transformado, uma sociedade pluralista, os começos de mudanças políticas pela base e um Congresso Nacional do Povo que vota periodicamente contra as diretivas do Partido”, mas, também e sobretudo, “um Partido Comunista enfraquecido”.¹⁸¹ Se a avaliação de Deng era de que o exercício do poder por lideranças carismáticas e imperiais à maneira de Mao gerava mais instabilidade política do que êxito econômico e de que se tornava necessário, portanto, institucionalizar um sistema de poder que prescindisse, ou prevenisse a ascensão, de lideranças absolutas, os primeiros doze anos após a sua morte, marcados por crescimento econômico e estabilidade política, mais validaram do que refutaram os propósitos de Deng.¹⁸² A

¹⁸⁰ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 745.

¹⁸¹ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”. In Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 429.

¹⁸² Roderick MacFarquhar considera que Deng será visto como o homem que encontrou o caminho da modernização da China, apesar de suas próprias hesitações. MacFarquhar, Roderick, “Demolition man”, in *New York Review of Books*, March 27, 1997. Já Paul Kennedy considera que o período sob a liderança de Deng Xiaoping pode ser visto um dia “in the way that historians view Colbert’s France, or the early stages of Frederick the Great’s reign, or Japan in the post-Meiji Restoration decades.” Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 448.

possibilidade de que o PCC possa continuar a prescindir de lideranças fortes, que, por seu voluntarismo, chegam, em certos momentos, a minar o próprio poder do Partido, como foi o caso de Mao durante a Revolução Cultural, lança dúvidas sobre a tese de que uma das heranças de Deng é um PCC fraco e tendencialmente incapaz de sustentar-se no poder.

Tanto a possível ascensão de forças políticas que venham a ameaçar o monopólio do poder do PCC nas próximas décadas quanto o grau de coesão interna e de representatividade do Partido serão examinados mais adiante. O que importa sublinhar por ora numa avaliação da questão da estabilidade política na história recente da China é que, nos últimos trinta anos, em contexto em que a grande maioria dos antigos países comunistas, especialmente os europeus, atravessaram, em linhas gerais, um período de turbulência política e de paralisia ou depressão econômica, que levaram à *débâcle* do *ancien régime*, a China viveu no mesmo período o momento de maior crescimento econômico e de maior estabilidade política dos últimos dois séculos de sua história. Da mesma maneira que o restabelecimento de um mínimo de previsibilidade institucional após a Revolução Cultural gerou condições favoráveis para o lançamento de reformas econômicas, o sucesso das mudanças graduais na economia chinesa, no sentido da introdução de elementos de economia de mercado e de abertura ao exterior, também contribuiu, por sua vez, para a manutenção da estabilidade política e para a preservação do PCC no poder, mesmo em contexto de desaparecimento de praticamente toda a geração de revolucionários de 1949, Deng inclusive, e de profunda reavaliação ideológica do comunismo chinês em decorrência do abandono de práticas e princípios tradicionalmente associados ao socialismo. Em que medida a China já superou definitivamente a condição de Estado em permanente convulsão política que a caracterizou em sua história moderna, e poderá reproduzir, a curto e a médio prazo pelo menos, o círculo virtuoso de desenvolvimento econômico-social e de estabilidade político-institucional que marcou suas últimas décadas é uma das grandes incógnitas a determinar o futuro da China como grande potência e matéria a ser examinada adiante.

3.3 O processo de reformas políticas

Além de não terem sido tão profundas quanto as reformas econômicas implementadas no período, as reformas políticas empreendidas pelo Governo chinês e pelo PCC ao longo das três últimas décadas não parecem ter

decorrido de uma convicção da cúpula do Estado e do Partido de que eram instrumentais para o processo de modernização da China. As mudanças no sistema de eleições locais, na estrutura do Partido e na definição de mandatos e idades máximas para os ocupantes dos mais altos cargos do país parecem ter surgido mais como reações tentativas a crises de legitimidade do Governo e do PCC do que como etapas de um projeto de longo prazo de reestruturação do sistema político chinês. Ainda que algumas delas apontassem na direção de um processo de liberalização política ao estilo ocidental, as reformas em geral não se enquadraram numa estratégia mais ampla de estabelecimento, a longo prazo, de um modelo importado de democracia, de defesa de direitos políticos e civis individuais ou de separação e equilíbrio entre os poderes. Ressalvado o esquematismo da distinção, se as reformas econômicas constituíram meio e fim dentro do projeto do PCC de impulsionar o desenvolvimento de uma China moderna e crescentemente autoconfiante no sistema internacional, as reformas políticas decorreram do objetivo do PCC de relegitimar-se junto à sociedade e de sobreviver no poder. Em outras palavras, se no campo econômico o objetivo do PCC era reformar para mudar, no campo político seria mais adequado falar, à maneira de Lampedusa, no propósito de reformar para não mudar.

O ritmo de formulação e implementação das reformas políticas tem sido bastante irregular desde o final da década de 1970. A ressaca da Revolução Cultural, com todos os seus excessos e riscos para o PCC, foi o grande motor das mudanças institucionais realizadas ao longo dos anos 1980,¹⁸³ mas tanto os receios causados pela *débâcle* dos regimes comunistas europeus no final daquela década como o impacto decorrente da crise de Tiananmen, em 1989, tiveram o efeito de retardar ou mesmo congelar a adoção de algumas das mudanças originalmente propostas. Estimulado por Deng Xiaoping, Zhao Ziyang, então Secretário-Geral do PCC, apresentou, durante o XIII Congresso do Partido, em 1987, um conjunto amplo de reformas que incluíam a separação de atribuições entre o Estado e o Partido, o aperfeiçoamento do sistema legal, a reforma do funcionalismo e a modernização do aparelho de Estado. Menos de dois anos depois, antes mesmo de que tais reformas pudessem ter sido implementadas, a eclosão das manifestações de Tiananmen, a destituição de Zhao Ziyang e a falência

¹⁸³ Oficialmente, o processo de reformas políticas inicia-se com o discurso chamado “On the Reform of the System of Party and State Leadership”, apresentado por Deng Xiaoping em reunião do Politburo do Comitê Central do PCC, em agosto de 1980.

em cadeia dos partidos comunistas na Europa acabaram inaugurando um novo período de conservadorismo e receio no PCC, que levou a uma desaceleração no ritmo e a uma redução do alcance das reformas. Sintoma do recuo, já no Congresso seguinte do PCC, o XIV, realizado em 1992, as antigas propostas de separação entre Estado e Partido e de descentralização do poder do Estado sequer foram mencionadas pela elite do PCC.¹⁸⁴ O notável crescimento da economia desde então, embora tenha gerado alguns novos problemas de natureza social, acabou por aplacar ainda mais o ímpeto de reformismo político, uma vez que o tipo de insatisfação popular com a carestia e o desemprego que havia fomentado as manifestações de Tiananmen perderia força nos momentos de maior prosperidade na China, como a década de 1990.

Na avaliação de Kenneth Lieberthal, ainda que limitadas em escopo, as mudanças político-institucionais que foram efetivamente implementadas pelo PCC atenderam, de forma geral, ao propósito de reduzir o nível de coerção política, difundir o uso de processos legais/rationais, valorizar a meritocracia, reforçar o pragmatismo e o bom senso no processo decisório e restaurar a legitimidade da política.¹⁸⁵ Foram introduzidas paulatinamente como forma de melhor responder a demandas sociais e, mais especificamente, como já se viu, de desmontar o sistema de liderança pessoal e ultracentralizado que caracterizou o período sob Mao Tsé-tung. Deng Xiaoping imputava à estrutura anterior de organização do Partido e do Governo, que dava curso livre à vontade de um único líder, a responsabilidade pelos desastres do período da Revolução Cultural, dos quais Mao teria sido, em sua visão, ao mesmo tempo agente e vítima. Conforme as palavras de Deng, “even so great a man as Comrade Mao Zedong was influenced to a serious degree by certain unsound systems and institutions, which resulted in grave misfortunes for the party, state and himself.”¹⁸⁶ Para Deng, os males do sistema político chinês eram “a burocratização, a concentração excessiva do poder, o patriarcalismo, o caráter vitalício dos altos cargos e os privilégios de todo tipo.”¹⁸⁷

¹⁸⁴ Lai To, Lee. “Political Reforms in Post-Deng China” Papel apresentado no simpósio “Asian Perspectives on the Challenges of China”. Washington, Institute for National Security Studies, National Defense University, março de 2000.

¹⁸⁵ Lieberthal, Kenneth. “China’s Political Reforms: A Net Assessment” *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 476, 1984, pg. 19-34.

¹⁸⁶ Citado por Merle Goldman, “The Post-Mao Reform Era”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 421.

¹⁸⁷ Xiaoping, Deng, *Selected Works of Deng Xiaoping (1975-1982)*. Pequim, Foreign Language Press, 1994, p. 309.

Os sucessores de Deng Xiaoping têm sido mais cautelosos no lançamento de reformas políticas, embora menos reservados na realização de mudanças puramente administrativas e organizacionais. Desde a morte de Deng, em 1997, as reformas mais importantes ocorreram no próprio aparelho do Estado e do Partido, não na relação entre o Estado e a sociedade. Prevaleceu na terceira geração, e ainda prevalece na quarta geração de líderes comunistas, a visão de que a base das mudanças deve ser a própria transformação, de dentro para fora, das estruturas governamentais e partidárias, e de que um processo controlado e medido de reformas institucionais permitirá o aperfeiçoamento do PCC e do Estado chinês, à maneira de uma máquina que se autorreforma e prescinde de estímulos externos na forma de eleições amplas ou da convivência em pé de igualdade entre os poderes. Embora ambos tenham sido indicados por Deng Xiaoping, tanto Jiang Zemin como Hu Jintao adotaram linha mais cautelosa do que a práxis de seu padrinho político, uma vez que a teoria legada por Deng, ainda que crítica da burocratização e do personalismo, dava amplo respaldo a uma atuação conservadora no que se refere à abertura política à sociedade como um todo. Em 1979, após assumir o poder e ao pregar as mudanças que transformariam a China ao longo das décadas seguintes, Deng apresentou os quatro princípios fundamentais que deveriam nortear o processo de reformas políticas, deixando pouca margem, ao menos em teoria, para transformações profundas do sistema político chinês: 1) seguir o caminho do socialismo; 2) manter a ditadura do proletariado; 3) manter a liderança do PCC; e 4) manter o pensamento marxista-leninista e maoísta.¹⁸⁸

O que se convencionou chamar aqui de “reformas políticas” pode ser dividido em duas categorias principais. De um lado, as mudanças que ocorreram na organização do Governo e do Partido, quase sempre no sentido de institucionalizar procedimentos, estimular a meritocracia, estabelecer normas tendencialmente impessoais e favorecer decisões em colegiado. De outro, as mudanças na relação entre o Estado/Partido e a sociedade, especialmente no sentido de melhor atender às demandas populares e de tornar os governos locais e os representantes do Partido mais responsáveis junto ao nascente eleitorado e ao próprio Governo central.

No que se refere à reforma do Partido e do Estado, a questão mais crítica era, como já se viu acima, a imprevisibilidade e a irregularidade do processo

¹⁸⁸ Ibid., p. 324.

sucessório, fonte frequente de divisões e conflitos dentro do PCC. O estabelecimento de mandatos fixos e de idades máximas para o exercício dos cargos mais altos do Estado e do Partido parece ter eliminado, ao menos até o momento, certo grau de insegurança nos quadros do PCC decorrente da ausência de regras e reduzido os incentivos a um mandonismo vitalício. Embora ele mesmo tenha permanecido no topo ou nos arredores do poder por quase cinco décadas, Deng Xiaoping defendeu, ao fim de sua vida, uma efetiva renovação da cúpula do PCC, por meio da incorporação periódica de lideranças jovens e da assimilação de alguma dose de pluralismo no Partido. Ironicamente, a fórmula encontrada para a sucessão, ainda que tenha limitado a dois mandatos de cinco anos o período de exercício no poder do líder máximo, acabou por concentrar mais poderes em suas mãos, uma vez que o novo líder passava a acumular os três cargos mais altos do Partido e do Estado (a Secretaria-Geral do Partido, a Presidência da RPC e a Presidência da Comissão Militar Central do PCC). Inaugurada por Jiang Zemin em 1992, momento em que a autoridade máxima na China ainda era, embora não oficialmente, Deng Xiaoping, tal concentração de cargos não tem deixado de gerar tensões dentro do PCC, como se viu na resistência de Jiang Zemin a transferir a seu sucessor, Hu Jintao, a Presidência da Comissão Militar Central do PCC, em 2002, ou na tentativa frustrada de Zeng Qinhong, então Vice-Presidente e um dos homens fortes do PCC, de ser nomeado Presidente da RPC, em 2007, no começo do segundo mandato de Hu Jintao.¹⁸⁹ Se a concentração dos três cargos e a estrita observância da idade máxima de 60 anos para o início do primeiro mandato do novo líder serão consagradas como regras é incógnita que o tradicional pragmatismo dos chineses responderá com o tempo. O próprio Jiang Zemin iniciou seu segundo mandato de cinco anos, em 1997, aos 71 anos, seis a mais do que preveria a norma. Adaptações à parte, o fato é que a transição da terceira para a quarta geração de líderes, em 2002, operou-se em níveis relativamente ordeiros e previsíveis para os padrões da China contemporânea e mesmo a preparação para a transição da quarta para a quinta geração, em 2012, parece relativamente avançada, tendo-se em conta o compromisso dos grupos de Hu Jintao e de Jiang Zemin, durante o XVII Congresso do PCC em 2007, de elevarem a altas funções Xi Jinping e Li Kexiang, dois jovens e possíveis sucessores de Hu Jintao e do Primeiro-Ministro Wen Jiabao.¹⁹⁰

¹⁸⁹ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, fevereiro de 2007.

¹⁹⁰ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, novembro de 2007.

Outra mudança importante na organização do Estado foi a atribuição ao Congresso Nacional do Povo (CNP) de poderes mais efetivos. No passado, o CNP tinha fundamentalmente a tarefa de endossar as propostas discutidas nos Congressos quinquenais do PCC. Por iniciativa de Deng Xiaoping, passou-se a conferir ao CNP uma capacidade crescente de discutir as iniciativas do Partido e mesmo de vetá-las. Líderes de peso do PCC, como Peng Zhen, Wan Li, Qiao Shi and Li Peng, passaram a ser nomeados para a Presidência do Congresso, e não raro ocorreram choques de atribuições e visões entre os dois poderes, como no conflito entre Jiang Zemin e Qiao Shi, que levou à queda deste último. Qiao Shi chegou a defender a supremacia do Congresso e da lei sobre o Partido e seus membros.¹⁹¹ Nem mesmo sua destituição reverteria o fortalecimento paulatino do Congresso Nacional do Povo como instância cada vez mais autônoma e crítica na avaliação das atividades e políticas de governo. Exemplo maior de que o CNP se tornou uma instância real de discussão e deliberação parlamentar foi a longuíssima e acirrada aprovação da nova Lei da Propriedade, em 2006. Desde o início de sua discussão, no ano anterior, o tema foi objeto de um duro debate entre reformistas e tradicionalistas e de mais de 14 mil petições enviadas ao CNP, a mais famosa das quais, assinada por três mil pessoas, incluía ex-ministros e professores e afirmava que o projeto do Governo era inconstitucional, aumentava as disparidades de renda e favorecia o enriquecimento ainda maior de empresários e de funcionários governamentais corruptos.

Ademais do papel crescente do Congresso Nacional do Povo, no que se refere à relação entre o Estado e a sociedade, a principal mudança ocorrida nas últimas décadas foi a introdução de eleições em nível local. A primeira e curta experiência nesse sentido ocorreu em 1980, logo após a reascensão de Deng, quando foram realizadas eleições efetivamente competitivas e diretas para as assembleias locais. A eleição de militantes pró-democracia em Pequim e Hunan levou a que o PCC anulasse os resultados, e o processo de escolha dos representantes nos congressos locais voltou a ser estritamente controlado pelo Partido.¹⁹² Nova tentativa ocorreu em 1987, sob Zhao Ziyang, com a

¹⁹¹ Lai To, Lee. "Political Reforms in Post-Deng China" Papel apresentado no simpósio "Asian Perspectives on the Challenges of China". Washington, Institute for National Security Studies, National Defense University, março de 2000.

¹⁹² Na China, os congressos locais elegem representantes para os congressos dos condados e cidades, que elegem os representantes das províncias, que por sua vez elegem os 2.400 representantes do Congresso Nacional do Povo.

aprovação da lei de autogoverno dos povoados no campo. Estabeleciam-se eleições competitivas e diretas para os chamados “comitês” de povoados, com a possibilidade de participação de candidatos de fora do PCC. A lei começou a ser efetivamente implementada em meados dos anos 1990, em função do interesse do PCC de reverter o enfraquecimento político de seus representantes locais, que perdiam espaço para clãs, máfias e grupos religiosos, em contexto de dissolução das comunas e de toda a estrutura de serviços básicos, como educação e saúde, antes oferecidos pelo Estado por meio das comunas.¹⁹³ Uma década depois da aprovação da lei, mais de 60% dos povoados já tinham estabelecido seus sistemas locais de eleições, e em alguns casos já haviam ocorrido três ou quatro rodadas de eleições diretas.¹⁹⁴

Em que medida a iniciativa de introduzir eleições locais era mera resposta aos crescentes problemas de governabilidade no campo ou enquadrava-se também em projeto mais amplo de preparação para a universalização de processos eleitorais, inclusive em nível federal, é algo ainda objeto de divergências entre analistas e historiadores. Deng Xiaoping teria dito, em 1987, que talvez fossem necessários cinquenta anos para a realização de eleições diretas no país, o que parecia indicar antes uma possibilidade do que uma direção inescapável.¹⁹⁵ O fato é que, da mesma maneira que a discussão do conceito de democracia na China é, como será visto mais adiante, extremamente complexa, o ritmo de introdução do voto direto tem sido lento e errático. Em 1998, Pequim condenou como ilegal a iniciativa da província de Sichuan de realizar eleições para as cidades, e as menções, nos últimos anos, por autoridades do Governo e do Partido, à possibilidade de extensão do voto direto a esse tipo de eleições um nível acima das eleições nos povoados são ainda crípticas.¹⁹⁶

Ainda que tenham andado em ritmo muito mais vagaroso do que as reformas econômicas, as reformas políticas levadas a cabo nas últimas décadas não podem ser menosprezadas tendo em conta os padrões chineses de

¹⁹³ Hutchings, Graham, *Modern China: A Guide to a Century of Change*. Cambridge, Harvard University Press, 2001, pg. 101.

¹⁹⁴ Lai To, Lee. “Political Reforms in Post-Deng China” Papel apresentado no simpósio “Asian Perspectives on the Challenges of China”. Washington, Institute for National Security Studies, National Defense University, março de 2000.

¹⁹⁵ Hutchings, Graham, *Modern China: A Guide to a Century of Change*. Cambridge, Harvard University Press, 2001, pg. 101.

¹⁹⁶ “Aphorisms and Suspicions”, in *The Economist*, 19 de novembro de 2005, pg. 23.

tradição autocrática e lenta maturação dos tempos. A dificuldade no caso da China de preservação, ainda que de maneira aperfeiçoada, do *status quo* político deriva do fato de que os valores autocráticos do país e a longa maturação do tempo histórico chinês parecem em crescente desacordo não apenas com a considerável expansão, inclusive no entorno asiático, de valores liberais e democráticos ao estilo ocidental, mas também com a velocidade das mudanças materiais e simbólicas das últimas décadas tanto no mundo como um todo quanto na própria China. Os últimos séculos, marcados pela traumática interação entre a China e o resto do mundo, acabaram, de certa maneira, por comprimir o tempo histórico chinês e por aproximá-lo do tempo externo, o que pôde ser comprovado pela maneira como as intervenções estrangeiras na China desde o século XIX convulsionaram a história do país, ajudaram a romper uma tradição imperial e dinástica de dois mil anos e facilitaram o surgimento do modelo republicano e do regime comunista de organização de Estado, sistemas cuja matriz ideológica é originalmente muito mais ocidental do que chinesa ou asiática.

A questão da natureza e do alcance das reformas políticas na China relaciona-se não apenas ao problema evidente do grau de legitimidade e eficácia do PCC como partido que detém o virtual monopólio do poder no país, mas também ao tema mais complexo das dificuldades cada vez maiores para qualquer Estado contemporâneo de enfrentar o dilema entre demandas crescentes de uma população mais urbanizada, educada e informada e uma decrescente capacidade do Estado de controlar os meios materiais e imateriais de atendimento das demandas, especialmente na área econômica e social, pela maior integração e interdependência entre as economias nacionais e pela maior permeabilidade dos países a valores, hábitos e informações originados no exterior.

3.4 Tradição autocrática e democracia

Quando se analisa a longa história da China – os quase três mil anos de relativa unidade cultural e política no país –, um dos traços recorrentes do que se poderia chamar de “civilização chinesa” foi a sobrevivência do regime autocrático, entendido como o governo de um soberano com poderes tendencialmente absolutos. O sistema imperial e dinástico chinês, que sobreviveu por mais de dois mil anos, desde a unificação Qin, no século III a.C., foi substituído, no século XX, por um sistema republicano que não

chegou a romper a tradição autocrática, personificada na primeira metade do século pela figura de Chiang Kai-shek e, na segunda, pela de Mao Tsé-tung. Para os historiadores e sinólogos, a democracia, entendida como o regime político derivado da vontade popular expressa principalmente por meio do voto, não ocorreu em momento algum da história da China, e nem mesmo movimentos insurrecionais anti-imperiais, como a Rebelião Taiping, chegaram a praticar ou a defender a instauração de uma democracia no país. A possibilidade de que a queda do regime imperial em 1911 e o estabelecimento do sistema republicano levassem à dissolução da autocracia chinesa logo se frustrou com a ditadura instaurada pelo primeiro presidente, Yuan Shikai, e sua tentativa de restaurar a monarquia, a que se seguiu um longo período de guerra civil e conflitos interprovinciais. Nem mesmo Sun Yat-sen parecia acreditar no projeto de uma China governada de forma democrática: para ele, a democracia deveria ser implantada somente depois de um período de estabilização militar e de tutela do povo.¹⁹⁷ Como recorda Jonathan Spence, o sonho de uma “estrutura revitalizada de governo” desmoronou-se poucos meses depois das primeiras eleições nacionais da história da China, em 1912¹⁹⁸: o líder do partido majoritário, Song Jiaoren, foi assassinado, e seu partido, proscrito pelo Presidente provisório, Yuan Shikai.¹⁹⁹ Já para Fairbank, somente num país com uma tradição de centralização absoluta do poder e de estrita hierarquização e subserviência na vida política poderiam ocorrer, por exemplo, iniciativas como o “Grande Salto Adiante” ou a “Revolução Cultural”, que tiveram um saldo impressionante de perdas humanas decorrentes de um grau inusitadamente alto de arbitrariedade no poder.²⁰⁰

Da mesma maneira que o autoritarismo no socialismo soviético, ao romper de certo modo com a tradição democrática e democratizante dos movimentos socialistas europeus, deu continuidade à longa tradição autocrática do czarismo,

¹⁹⁷ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 294.

¹⁹⁸ O voto era censitário e exclusivo para os homens: podiam votar apenas chineses com propriedade equivalente ao mínimo de \$500 ou que pagassem um mínimo de \$2 como impostos, com formação educacional de primário. Aproximadamente 40 milhões de chineses habilitavam-se ao voto, cerca de 10% da população. Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 280.

¹⁹⁹ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 181 e 280.

²⁰⁰ Fairbank chega a afirmar que “we are therefore obliged to imagine a society that can be run by a Great Leader and a party dictatorship simply because the citizenry are passive in politics and obedient to authority.” Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 383.

o despotismo e o culto à personalidade no comunismo chinês também parecem ter dado perfeita continuidade à tradição autocrática e imperial na China. Embora o pensamento anarquista tenha tido, como na Rússia, alguma influência entre os socialistas chineses antes da eclosão da Revolução Russa de 1917 – Proudhon, Bakunin e Kropotkin foram muito lidos pelos exilados chineses em Paris e Tóquio, e o próprio Mao Tsé-tung foi um seguidor do anarquismo de inspiração kropotkiniana, antes de aproximar-se do nacionalismo do movimento do Quatro de Maio ou de juntar-se ao PCC²⁰¹ –, as revoluções soviética e chinesa tiveram em comum a valorização não apenas do Estado como agente da eliminação da luta de classes e de construção de uma sociedade comunista, mas também da concentração de poderes em torno de uma pequena vanguarda ditatorial dentro do Estado. A ideia vaga e escassamente desenvolvida por Marx de uma “ditadura do proletariado” ganhou conteúdo prático com a continuidade da tradição autocrática de ambos os países.

Muitos historiadores atribuem a sobrevivência da autocracia na China ao alegado caráter antidemocrático do Confucionismo e, em particular, a três conjuntos de ideias presentes nos escritos de Confúcio e de seus seguidores. O primeiro deles é a forte valorização da hierarquia e da obediência, fundada na supremacia do grupo sobre o indivíduo e no respeito à família e à autoridade política como bases da sociedade chinesa, no que Jonathan Spence chamou de “direitos absolutos do pai sobre os filhos, dos maridos sobre as mulheres, e dos governantes sobre os governados”.²⁰² Como diz o historiador John Fairbank, “the family, not the individual, was the social unit and the responsible element in the political life of its locality. The filial piety and obedience inculcated in family life were the training ground for loyalty to the ruler and obedience to the constituted authority in the state.” O pai representava o autocrata supremo, fortalecido pelo grande respeito conferido à idade, no que Max Weber chamaria de “Estado familístico” (“familistic state”).²⁰³ Já na formulação de Vera Schwarcz, haveria uma tradição confuciana e neoconfuciana do “culto à subordinação ritualizada”, de uma “ética da subserviência”.²⁰⁴

²⁰¹ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 275 e 277.

²⁰² Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 60.

²⁰³ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 18 e 20.

²⁰⁴ Citado por Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 259.

Associado à ênfase na obediência familiar, na prevalência do grupo, o segundo conjunto de ideias relaciona-se à ilegitimidade do interesse individual e à inconveniência do conflito de interesses, como se as vontades particulares dissociadas das vontades coletivas fossem intrinsecamente negativas por quebrarem uma harmonia e uma convergência do todo. Para os confucionistas, os interesses são, por definição, derivações de uma vontade egoísta, e a moral confuciana condenava o egoísmo e a autoabsorção individual como sentimentos anti-sociais que impediam a convivência harmoniosa. O terceiro e último conjunto presente no Confucionismo refere-se à ideia de que a disciplina e o estudo produzem homens superiores aos demais, o que é dificilmente conciliável com o pressuposto da igualdade entre os indivíduos e da supremacia da vontade da maioria como bases para o sistema democrático. Fairbank ironiza ao afirmar que “no Confucian had ever believed in simply counting heads.”²⁰⁵

Reduzir a origem ideológica da tradição autocrática chinesa ao Confucionismo implica, no entanto, negligenciar outras importantes correntes de pensamento na China que também teriam tido forte influência na criação de um imaginário coletivista e anti-individualista no país. Enquanto o Budismo, que teve rápida proliferação na China desde sua importação da Índia, no século I, pregava, entre outros preceitos, a renúncia ao desejo e à vontade como formas de transcender a individualidade, o Taoísmo, mais popular e menos elitista do que o Confucionismo, pregava diretamente o conformismo político e a supressão do desejo individual. A receita de Lao Tsé não dava muita margem a sutilezas, pela recomendação explícita de que o monarca, espécie de encarnação do “Caminho”, do “Tao”, mantivesse o povo alimentado e ignorante. Nas palavras de Lao-Tsé, “in governing the people, the sage empties their minds but fills their bellies, weakens their wills but strengthens their bones. He always keeps them innocent of knowledge and free from desire, and ensures that the clever never dare to act.”²⁰⁶ Para o Taoísmo, como o rei é uma derivação do “Caminho”, o indivíduo deve a ele se submeter e subordinar.²⁰⁷ Daí o elogio da passividade e do conformismo diante do “Tao” como ideias centrais para os taoístas.

²⁰⁵ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 259.

²⁰⁶ Lao Tzu, *Tao Te Ching*. Londres, Penguin Books, 1963, Capítulo III, pg. 7.

²⁰⁷ *Ibid.*, Capítulo XXV, pg. 30.

Tendo em conta a difusão significativa e relativamente ecumênica entre os chineses dessas três correntes filosófico-religiosas – o Confucionismo, o Budismo e o Taoísmo –, com forte componente de conservadorismo e de valorização da passividade individual, não surpreende que também a cultura política no país, intimamente associada ao pensamento moral e religioso, tenha sido impregnada tanto pela ideia da prevalência do interesse coletivo sobre o individual,²⁰⁸ quanto por um forte respeito à hierarquização e à concentração de poderes em torno da figura do soberano e do próprio Estado.

Segundo John Fairbank, muitos teóricos chineses pensavam e pensam como o jurista suíço Bluntschli: “people are born for the state, not the state for the people.”²⁰⁹ Desse ponto de partida corrente entre os confucionistas, derivava a ideia de que os direitos da sociedade ou do indivíduo deveriam ser concedidos pelo Estado e por ele suprimidos sempre que o interesse do Estado ou da coletividade o recomendasse. Não é por outra razão que as constituições chinesas, embora relacionem muitos direitos, fazem-no apenas em caráter genérico, programático, não como normas estritas a serem cumpridas. Como diz Fairbank, “Chinese constitutions did not become sacred fonts of law, (...) but rather expressed ideals and hopes, more like American party platforms.”²¹⁰ Na verdade, nunca houve na teoria política chinesa uma doutrina de direitos, muito menos uma tradição assemelhada ao jusnaturalismo ocidental.

Não se deve, no entanto, atribuir apenas à difusão de um pensamento conservador e coletivista de origem filosófico-religiosa a longuíssima sobrevivência da autocracia na China. O Estado centralizador e personificado na figura do autocrata atravessou mais de dois milênios da história do país também em grande medida pelo seu sucesso prático como instituição, no que Fairbank chamou de “a mais longa e bem-sucedida tradição de autocracia no mundo”.²¹¹ O historiador norte-americano considera que a instauração do

²⁰⁸ Exemplo da precedência na China da coletividade sobre o indivíduo era a praxe do *baojia*, segundo a qual, na explicação de Spence, “members of a given community were all responsible for the good order of that community and (...) neighbors or friends of guilty parties might be held equally liable for illegal acts and penalized for them.” Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 126.

²⁰⁹ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 259.

²¹⁰ *Ibid.*, pg. 68.

²¹¹ *Ibid.*, pg. 1.

Estado chinês não se deu por obra da unificação Qin, no século III a.C., mas bem antes, pela derrota da dinastia Shang diante da dinastia Zhou, um milênio antes de Cristo.²¹² Prover a ordem numa nação em que o fechamento de um entreposto, o roubo de uma carga de sementes ou o banditismo em geral implicavam, na visão de Spence, muitas vezes não a simples desordem, mas o caos, na forma de deslocamentos massivos de milhões de andarilhos pobres, era uma tarefa quase sagrada do Estado, bem mais importante do que a forma como o Estado era constituído.²¹³

Se a democracia ocidental como a entendemos hoje é uma criação relativamente moderna e jovem, com não mais do que 250 anos de existência e alguns modelos remotos de inspiração (como a democracia parcial da Grécia clássica), a autocracia chinesa, mais com sucessos do que insucessos, sobreviveu por mais de dois mil anos como um sistema organizado de instituições burocráticas, registro de atos, seleção de funcionários por mérito com base em exames e controle central sobre a economia, a sociedade, a literatura e o pensamento.²¹⁴ Haveria, portanto, uma diferença abissal entre o tempo histórico chinês e o europeu, como lembra Jacques Gernet: quando o primeiro Estado ocidental moderno, o francês, estava sendo organizado, no século XVII, a China já tinha, havia milênios, um império grande, centralizado e regido por um sistema unificado de administração.²¹⁵

Uma das principais indicações da eficiência do Estado chinês foi a sua capacidade de manter a unidade política sobre uma população e um território vastos e de grande variedade, ao passo que outras regiões de dimensões continentais, como a própria Europa, acabaram por organizar-se fragmentariamente, em diversas unidades políticas distintas. Em país de tão difícil governabilidade como a China, especialmente pela relação desfavorável entre população agigantada e meios escassos, o Estado, beneficiado pela relativa unidade cultural entre os chineses, logrou ser o grande disciplinador

²¹² “By the beginning of the era of written history, the Chinese people had already achieved a degree of cultural homogeneity and isolated continuity hard to match elsewhere in the world. They had begun to create a society dominated by state power.” Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 45.

²¹³ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 15.

²¹⁴ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 3.

²¹⁵ Citado por Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 46.

não apenas da economia e da vida social, mas também da moral e da religião. Como lembra Stuart Schram, “the state was the central power in Chinese society from the start, and exemplary behavior, rites, morality and indoctrinations have always been considered in China as means of government.”²¹⁶

À onipresença do Estado somava-se a onipotência do autocrata, como se o imperador tivesse o direito à última palavra em todos os aspectos da vida chinesa. Ao comparar o poder dos imperadores chineses com o dos monarcas europeus, Fairbank afirma que “no European rulers governed self-sufficient lands or held the final word on law and justice, moral thought, religion, art, the military, and public works that was claimed by and for China’s Sons of Heaven.”²¹⁷

Mao Tsé-tung valeu-se dessa tradição personalista, imperial, para fazer triunfar a revolução e construir o comunismo chinês, como já indicava a sua ascensão no PCC. Durante a Longa Marcha, Mao já se distanciava dos demais colegas revolucionários, não tinha pares nem confidentes, nem mesmo Chu En-lai, o mais próximo, entre outras razões, por seu caráter suave e modesto: “he was already caught in the trammels that beset a unifier of China”, diz Fairbank, que compara a ascensão de Mao à fundação dos impérios Han, Tang ou Ming, em que um grupo de líderes se formava e atuava disciplinadamente sob o comando do chefe supremo. Não surpreende que Mao viesse a estabelecer para si, após a Revolução de 1949, um cargo que não havia existido nem no regime soviético, o da Presidência do Estado (“State Chairmanship”), que de certa maneira parecia ecoar o modelo imperial-autocrático. O culto à personalidade em torno da figura de Mao começava a ser alimentado a fim de atender aos supostos anseios chineses pela encarnação da autoridade numa figura única e máxima. A exemplo do que ocorrera com Chiang Kai-shek, Mao passaria a controlar, sob a sua chefia direta, a trindade do poder na China composta pelo Governo, pelo Partido e pelas Forças Armadas. Na síntese de Fairbank, “because authority in China came from the top down, (...) once the CCP had taken power its leader became sacrosanct, above all the rest of mankind, not only the object of a cult

²¹⁶ Schram, Stuart (ed.), *Foundations and Limits of State Power in China*. Hong Kong, The Chinese University Press, 1987.

²¹⁷ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 47.

eneration but also the acknowledged superior of everyone in the organization.”²¹⁸

Em que medida o caráter autocrático dos regimes comunistas da Rússia e da China derivou de uma certa inevitabilidade do recurso ao autoritarismo como meio de realizar as profundas transformações necessárias para estabelecer um sistema comunista de produção e de organização social ou do fato mais simples de que a revolução comunista, ao contrário do que previa Marx, triunfou em dois países economicamente empobrecidos e de tradição autoritária, é questão que transcende o escopo deste trabalho.²¹⁹ O que importa destacar aqui é que, como lembra Geoffrey Barraclough, as formas de organização política que vieram a ser conhecidas como regimes comunistas “have marked affinities with the traditional Asian system of an authoritarian state which is the incarnation of absolute law.”²²⁰ Isso explicaria a adaptação relativamente fácil do que se convencionou considerar como práticas do Marxismo-Leninismo ao continente asiático de influência confuciana. Alguns historiadores chamam a atenção para o fato de que certas iniciativas associadas ao comunismo, como a coletivização do campo, sofreram menor resistência e tiveram uma implantação mais rápida e menos traumática na China do que em outros países, como a própria Rússia. Hobsbawn comenta que “the mere fact that 84 per cent of the Chinese peasant households had allowed themselves to be quietly collectivised within a single year (1956), apparently without any of the consequences of Soviet collectivisation, speaks for itself.”²²¹

²¹⁸ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 307, 350, 351 e 385.

²¹⁹ Se a revolução comunista tivesse ocorrido nos países economicamente mais avançados (como profetizara Marx), os quais já tinham alguma experiência de democracia, talvez a história do comunismo tivesse sido outra, ou ao menos a severidade do autoritarismo político dos regimes comunistas como o viemos a conhecer não fosse tão aguda. A questão a saber é se o processo de transformação profunda da estrutura do sistema produtivo, do modelo de propriedade, e da industrialização à *outrance*, plataforma de muitos movimentos comunistas, já implicava a necessidade de estabelecimento de um regime autoritário. Como lembra Hobsbawn, a ideia de construção de um regime como o stalinista, com o culto à personalidade e características de uma monarquia não-hereditária (que se tornou modelo para outras revoluções comunistas, especialmente na Ásia), “would not have crossed the mind of any leading socialist before 1917.” Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 388.

²²⁰ Barraclough, Geoffrey. *An Introduction to Contemporary History*. New York, Penguin Books, 1987 (1964), pg. 225.

²²¹ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 469.

Apesar de toda a independência de Mao em relação aos líderes soviéticos (e da difícil relação com Stálin, que apoiou Chiang Kai-shek até os estertores do Governo do Kuomintang), o comunismo chinês incorporou diversos elementos inaugurados pelo comunismo soviético, como o sistema de partido único com estrutura altamente centralizada, o estabelecimento de uma economia baseada no planejamento central do Estado, a sacralização dos líderes supremos e a fundamentação ideológica do regime determinada pela autoridade política na forma de verdades oficiais. Ainda assim, alguns autores, como Stuart Schram, consideram que, na comparação com o Leninismo, o Maoísmo continha uma ênfase maior em elementos de participação democrática. Para Schram, uma das contribuições de Mao ao Marxismo foi o conceito de “linha de massa” (“mass line”), “which did not mean, even in theory, let alone in practice, handing the revolutionary struggle (before 1949) or the running of the country (after 1949) over to the people themselves, but which nevertheless introduced an element of democratic participation from below (within strict limits, and under party guidance) almost wholly absent from the Leninist and Soviet tradition.”²²² De fato, aspectos de voluntarismo e antielitismo presentes no pensamento de Mao, que se evidenciaram, ainda que de forma convulsionada e violenta, em iniciativas como a Revolução Cultural, apontam para a ideia de um poder emanado das massas em contraposição a formas oligárquicas de dominação.²²³

A especificidade asiática do regime comunista chinês tem sido invocada com alguma frequência pela elite do PCC, muitas vezes como justificativa para a continuidade de um modelo centralizador de poder. Em fins dos anos 1980, ganhou força a escola do chamado “Neo-autoritarismo”, defendido por um grupo de intelectuais associados ao então Secretário-Geral do Partido, Zhao Ziyang. Atraídos por estudos neoconfucianos e pelo sucesso do modelo

²²² Schram, Stuart, “Mao Tsé-tung”, in *A Dictionary of Marxist Thought*. Oxford, Blackwell, 1983, pg. 300.

²²³ Também Hannah Arendt chegou a identificar no pensamento de Mao uma leitura mais complexa do Marxismo, embora ainda fosse o Mao de meados dos anos 50, antes do “Grande Salto Adiante” e da Revolução Cultural: “Mao’s famous speech in 1957, ‘On the Correct Handling of Contradictions among the People’, usually known under the misleading title ‘Let a Hundred Flowers Bloom’, was certainly no plea for freedom, but it did recognize non-antagonistic contradictions between classes and, more importantly, between the people and the government even under a Communist dictatorship.” Arendt, Hannah. *The Origins of Totalitarianism*. Londres, André Deutsch, 1986, pg. xxvi.

político autoritário de países vizinhos do Leste da Ásia, cujas economias cresciam a um ritmo muito acelerado, os Neo-autoritários defendiam a realização de reformas econômicas por várias décadas sob um regime centralizado em torno da figura de um líder forte, até que o desenvolvimento de uma classe média informada pudesse conduzir o país a um processo de democratização. Zhao Ziyang foi destituído de suas funções em plena crise de Tiananmen, em 1989, mas a história chinesa das décadas seguintes confirmou, como já se viu, a combinação entre reformismo econômico e autoritarismo político. O movimento neo-autoritário ganhou contornos distintos nos anos 1990, com o surgimento dos chamados “Neoconservadores”, que, em crítica implícita a Deng Xiaoping, condenavam o processo de descentralização política derivada da concessão, em paralelo à realização das reformas econômicas, de excessivos poderes e atribuições aos governos provinciais. Os Neoconservadores, cujas ideias foram sintetizadas no livro *Looking at China through a Third Eye*, de Wang Shan, em 1994, pregavam o restabelecimento da capacidade fiscal e do poder de mando do Governo central como instrumentos para lidar com as crescentes demandas sociais que decorriam das mudanças no campo econômico.²²⁴ Embora dissociado do movimento neoconservador, o então Secretário-Geral do PCC, Jiang Zemin, também valorizaria o modelo asiático de organização política, que considerava superior ao modelo ocidental porque baseado na prevalência dos direitos coletivos sobre os direitos de um indivíduo autocentrado, individualismo que Zemin afirmou ser um dos fatores do que chamou de “falência moral” do Ocidente.²²⁵

O argumento da especificidade do modelo político asiático perderia apelo ao longo da década de 1990, pelo simples fato de que muitos dos vizinhos da China bem-sucedidos do ponto de vista econômico acabaram, por pressões externas ou internas, abandonando sistemas políticos autoritários e adotando modalidades de voto direto e de separação entre os poderes que os aproximavam do modelo ocidental de democracia. Embora também compartilhassem a herança do pensamento confucionista – predominante na China –, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan de certa maneira provaram, em

²²⁴ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 443 e 445.

²²⁵ Citado por Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”. In Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 431.

seus processos de democratização, não haver uma incompatibilidade estrutural entre democracia e Confucionismo. Não deixou de ser uma forma de legitimar os confucionistas que procuravam enfatizar os aspectos democráticos do pensamento de Confúcio, como a ideia de responsabilidade do Governo para com seus cidadãos. Mesmo na China imperial, com a sua tradição de governo legitimado pelos céus, prevalecia o princípio confuciano de que o mandato dos céus podia ser perdido caso o governante deixasse de fazer um bom governo para o povo e de entender e traduzir os interesses dos seus súditos. Lembra Spence que Confúcio “stated that worthy men should not serve unworthy rulers and must be ready to sacrifice their lives, if necessary, in defense of this principle.”²²⁶ Na avaliação de Fairbank, “so great was the dynasty’s dependence on its moral prestige that its loss of “face” in certain instances might set in motion a process whereby the ideology, as it were, turned against the regime and hastened its downfall. Once the literati who set the tone of ruling-class opinion became convinced that a dynasty had lost its moral claim to the throne, little could save it.”²²⁷ Não surpreende que diversas dinastias chinesas em processo de decadência tenham sofrido golpes consideráveis de legitimidade após a ocorrência de grandes catástrofes naturais, como se fossem sinais pouco sutis da ira dos céus. Spence avalia que “in traditional Chinese historiography the imminence of profound political upheavals leading to dynastic collapse was usually heralded by a cataclysmic natural event such as an earthquake or flood, or by some celestial portent.”²²⁸ O grande terremoto de julho de 1976, em Tangshan, nas proximidades de Pequim, com 665 mil mortos, foi interpretado por muitos, inclusive dentro do PCC e talvez pelo próprio Mao Tsé-tung, líder de um comunismo oficialmente secular e anti-obscurantista, como um sinal dos descaminhos tomados pelo comunismo chinês em plena Revolução Cultural. Mao Tsé-tung morreria dois meses depois, em setembro de 1976.

Enfraquecido o argumento da especificidade do modelo político asiático, o discurso de justificação do regime político chinês pela elite do PCC passou a alternar a crítica da democracia ao estilo ocidental e a valorização da especificidade do estágio de desenvolvimento da China. O Secretário-Geral

²²⁶ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 59.

²²⁷ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 48.

²²⁸ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 650.

do PCC, Hu Jintao, afirmou, em 2005, que a China não copiaria as instituições políticas do Ocidente, o que a seu juízo seria o mesmo que entrar num “beco sem saída”.²²⁹ Para Goldman, os objetivos políticos de Hu Jintao têm sido os de “reforçar o monopólio de poder do PCC, revigorar a doutrinação ideológica e tornar mais estrita a disciplina do Partido a fim de conter os efeitos nefastos da corrupção.”²³⁰ De qualquer modo, o conceito de “democracia”, embora não explicitamente definido, tem sido valorizado em seu discurso. Durante o XVII Congresso do PCC, em 2007, Hu Jintao usou a palavra “democracia” 61 vezes em seu pronunciamento, e a agência oficial Xinhua chamou de “eleição competitiva” o processo de escolha dos 204 integrantes do Comitê Central do Partido, entre os 221 candidatos originalmente elegíveis. A ambiguidade e a relatividade do conceito de “democracia” têm sido exploradas pela elite do PCC, como na elaboração do “Livro Branco” sobre democracia, divulgado em outubro de 2005, em que o regime chinês é definido como o “governo pelo Partido Comunista em nome da cidadania, com vistas a aperfeiçoar a ditadura popular democrática”.²³¹

Também o Primeiro-Ministro Wen Jiabao tem discutido o tema publicamente. Em agosto de 2006, afirmou que a democracia “é um valor perseguido por toda a humanidade”, mas, em função das diferenças de estágios históricos entre os países, não haveria maneira única de implementá-la. Segundo Wen Jiabao, os problemas enfrentados pela China decorreriam do baixo desempenho do Governo, resultado de falhas no sistema de seleção e promoção de quadros do Partido e de funcionários públicos, o que explicaria a má conduta e a corrupção frequentes no tratamento de temas como as desapropriações rurais e urbanas e a reestruturação das empresas públicas.²³² O Primeiro-Ministro foi mais ousado ao afirmar que, se o povo é capaz de administrar um povoado por meio de eleições diretas, será mais tarde capaz de administrar uma cidade, um condado e uma província, embora tenha frisado que as condições ainda não estariam dadas para eleições diretas nos níveis

²²⁹ Goldman, Merle, “Epilogue: China at the Start of the Twenty-first Century”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 458.

²³⁰ Goldman, Merle, “Epilogue: China at the Start of the Twenty-first Century”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 458.

²³¹ Dados da da Embaixada do Brasil em Pequim, outubro de 2005.

²³² Dados da da Embaixada do Brasil em Pequim, setembro de 2006.

mais altos do governo.²³³ A novidade do discurso de Wen Jiabao está em que pressupõe uma progressão histórica e um objetivo futuro de realização de eleições diretas nos mais diversos níveis, e mesmo certa superioridade do regime democrático baseado no voto, uma vez que seria desejável estabelecê-lo quando do amadurecimento do país.

Para muitos analistas, como Manuel Castells, enquanto o PCC preservar sua unidade e o Estado chinês mostrar-se eficiente na administração dos conflitos entre as esferas de Governo e entre as províncias, não se pode contar com a democratização da China ou a quebra do monopólio do poder do Partido como resultados inevitáveis do desenvolvimento chinês.²³⁴ Talvez seja mais provável a progressiva construção de um modelo político específico da China, de uma versão chinesa de regime democrático. Como diz o professor Lanxin Xiang, é um erro a percepção do mundo ocidental de que a China “will remain at the receiving end of ‘globalisation’”: “hence Washington analysts churn out books, conferences and papers asking ‘How will China democratize?’ or, exploring ‘China’s Democratic Future’. Yet the future could well be that China will not democratize.” Para Lanxin Xiang, o senso comum de que entre democracia e ditadura não há alternativa é “decisivamente uma concepção do século XX baseada numa mentalidade de conflito entre o bem e o mal”: “China is a major civilisation in its own right. It is unlikely that the terms of its entry into the twenty-first century world will be dictated by the West without China making a contribution to the meaning and content of globalization itself.”²³⁵

A ideia de que a China, reativamente, fará reformas políticas ao estilo ocidental da mesma maneira que o fez do ponto de vista econômico elide o fato de que a China não promoveu reformas econômicas por pressões internacionais ou por um efeito demonstração em decorrência de movimentos semelhantes em outros países, mesmo porque as reformas iniciadas por Deng Xiaoping em fins dos anos 1970 antecederam as próprias mudanças na URSS e na Europa comunista, ocorridas a partir de meados dos anos 1980. Como

²³³ Dados da da Embaixada do Brasil em Pequim, setembro de 2006.

²³⁴ Citado por Oliveira, Amaury Porto de. “Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.46 (1), 2003, pg. 154.

²³⁵ Xiang, Lanxin. “China’s Eurasian Experiment”, in *Survival*, vol.46, n.2, Summer 2004, pg. 115.

diz Amaury Porto de Oliveira, o processo de reforma e abertura chinesa antecedeu em dez anos a queda do Muro de Berlim e a explosão democrática no Leste Europeu. Não foi, portanto, um movimento defensivo diante da derrocada do “socialismo real” na área soviética, tendo refletido “visões e ansiedades propriamente chinesas”, que “vinham sendo pensadas, há anos, por Chu En-lai e Deng Xiaoping”.²³⁶

A afirmação de Eric Hobsbawn de que os comunistas chineses “had seen what had happened in the Soviet Union and they did everything they could to avoid it. This, in my opinion, is the real significance of Tiananmen Square”²³⁷ parece, nesse sentido, indicar antes uma justificativa *post-factum* do que uma causa efetiva da repressão aos manifestantes, uma vez que tanto a queda do Muro de Berlim quanto a verdadeira *débâcle* soviética ocorreram depois de Tiananmen, momento em que ainda se podia acreditar, senão numa redenção tardia do socialismo na URSS, ao menos no casamento teórico entre abertura política e econômica. O espectro da derrocada do socialismo soviético e europeu será sentido na China ao longo dos anos 1990, principalmente pela interpretação de que a realização simultânea da abertura econômica e da abertura política (o casamento entre *perestroika* e *glasnost*) representou, ao fim, um verdadeiro suicídio político dos partidos comunistas no poder. A maneira como o comunismo europeu ruiu terá servido como mais um elemento a reforçar na elite chinesa a ideia de que a abertura e a modernização econômicas continuariam a ser implementadas em contexto de preservação do efetivo controle da vida política chinesa pelo PCC. O erro soviético teria sido o da desmontagem de um sistema de produção centralizado e necessariamente hierárquico no mesmo momento em que se quebravam as estruturas de mando e as cadeias decisórias do sistema político. Como diz Hobsbawn, “the country (URSS) moved towards a pluralist electoral politics at the very moment that it subsided into economic anarchy”.²³⁸

Em entrevista concedida em 1998, Hobsbawn afirmou que “os chineses estavam perfeitamente conscientes da necessidade de organizar a transição”,

²³⁶ Oliveira, Amaury Banhos Porto de. “A China desponta como alternativa”, mimeo, pg. 2, sem data.

²³⁷ Hobsbawn Eric. *On the Edge of the New Century*. New York, The New Press, 1999, pg. 75-76.

²³⁸ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 483.

ou seja, “de que as partes ineficientes da economia não podiam simplesmente ser abandonadas ao livre mercado, sem que se cuidasse de alguma maneira do futuro das grandes empresas estatais.” Como o Estado chinês manteve o controle do processo, pôde de uma maneira ou de outra responsabilizar-se por enfrentar os problemas da transição: “dez anos depois de Tiananmen, o país tem uma economia poderosa, que cresce, e em muitos sentidos uma economia formidável, (...) nada nem remotamente comparável ao estado atual da antiga URSS.”²³⁹

Quando se avalia a possibilidade da adoção de um regime democrático na China, uma das questões examinadas pelos analistas é a relação entre desenvolvimento e democracia. Entre os que atribuem a sobrevivência de regimes autoritários na China não somente à força das correntes filosófico-religiosas de caráter conservador, mas também à própria persistência do atraso econômico e social no país, John Fairbank considera que o desenvolvimento chinês poderá, de fato, levar a uma pressão maior em favor da abertura política do regime: “a higher standard of living was a prerequisite for any democratic processes of a Western type. Improvements in living standards in turn depended upon social change”.²⁴⁰ Alguns autores adotam linha determinista de argumentação e estabelecem uma relação de inevitabilidade histórica entre progresso econômico-social e reivindicações por maiores direitos individuais e democracia. O economista John Kenneth Galbraith, por exemplo, afirma que “a partir de um determinado nível de desenvolvimento econômico, direitos humanos tornam-se não apenas um direito, mas uma inevitabilidade”. Para Galbraith, eles são o produto não de uma “virtude original”, mas de uma “necessidade inescapável”: “nowhere does economic determinism, the controlling role of economics in human affairs, work more relentlessly and with so little recognition.” Ainda para o economista norte-americano, o progresso econômico, por sua natureza, produz mais homens educados do que poderiam ser mantidos quietos e excluídos de um papel na vida pública: “so, without exception, it has been in all countries as they have developed economically.”²⁴¹

²³⁹ Hobsbawm Eric. *On the Edge of the New Century*. New York, The New Press, 1999, pg. 76.

²⁴⁰ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 300.

²⁴¹ Galbraith, John Kenneth. *A Journey Through Economic Time*. Boston, Houghton Mifflin, 1994, pg. 224.

A ironia no caso chinês é o fato de que, se, por um lado, o desenvolvimento econômico-social da segunda metade do século passado e começos deste tende a gerar uma sociedade mais participativa e reivindicadora de direitos individuais e coletivos, por outro, é justamente o crescimento econômico acelerado que tem conferido ao PCC uma legitimidade política que já não deriva mais do cimento ideológico do Maoísmo. Em meio aos dilemas ideológicos do PCC, que serão examinados mais adiante, a principal fonte de legitimidade do Partido tem sido o sucesso econômico e uma crescente respeitabilidade internacional que satisfaz os anseios de uma nacionalidade marcada durante quase 150 anos por humilhações externas. Não surpreende que as principais manifestações de âmbito nacional contrárias ao regime, como Tiananmen, tenham ocorrido em momentos de dificuldades na economia chinesa, como o fim da década de 1980, período marcado pela alta de preços e por demissões em empresas estatais. Nos momentos de maior crescimento e prosperidade, pareceu reforçar-se a popularidade do PCC e a sua capacidade de manter inquestionado o monopólio do poder, como nos anos 1990 e começos da primeira década do século XXI.

Parecem observar-se assim duas tendências antagônicas na relação entre desenvolvimento econômico-social e democracia na China. A curto e a médio prazo, a continuidade do crescimento econômico a taxas altas e a possibilidade de que o crescimento continue a traduzir-se em avanços sociais tenderiam a fortalecer uma imagem de eficiência do PCC e a desencorajar as pressões populares por abertura política, eleições em níveis mais altos que o de povoados ou o fim do monopólio do Partido no poder. A longo prazo, no entanto, o desenvolvimento econômico continuará a elevar os padrões de vida e de acesso à educação e à informação entre os chineses, o que deverá permitir o crescimento de segmentos ou grupos sociais mais participativos e atuantes na vida política chinesa, provavelmente no sentido de reivindicar direitos individuais e poderes cada vez maiores de escolha de seus representantes na vida pública. Quando se confrontam essas duas tendências de médio e de longo prazo, o que se infere é que, muito provavelmente, o PCC, por mais que venha incorporando elementos de pluralidade e de renovação em sua estrutura (como será visto adiante), poderá ver-se às voltas com o problema do questionamento da legitimidade do seu monopólio do poder quando houver uma desaceleração importante do crescimento econômico e correspondentes reflexos na área social. Se o crescimento econômico tornou-se a principal fonte de credibilidade e de reputação do

Partido, uma reversão do processo de desenvolvimento poderá gerar pressões políticas significativas, dessa vez de uma população mais urbanizada, informada e participativa do que a de vinte anos atrás, em plena crise de Tiananmen.

As estimativas do que seria uma desaceleração econômica tolerável ou intolerável do ponto de vista do quadro político chinês são muito variadas e não parecem ser muito mais do que bons e esforçados palpites. Henry Kissinger, por exemplo, diz que uma média de 7,5% de crescimento anual da economia na China seria o que “os especialistas sempre definiram como a linha que delimita a estabilidade política”, mas nem ele parece convencido de que há um número mágico a determinar o futuro do PCC e da China.²⁴² Diversas outras variáveis são cruciais e não podem deixar de ser levadas em conta como atenuantes de uma eventual crise econômica, como o maior grau de envolvimento da sociedade no PCC em decorrência da abertura do Partido a adesões dos mais diversos tipos, como foi o caso da incorporação de empresários privados; a capacidade do Governo de usar sua relativa folga na área fiscal para prover uma rede de segurança social e de investimentos públicos que neutralizem os efeitos das demissões e da queda na oferta de empregos; ou mesmo a disposição do PCC e do Exército Popular de Libertação de usar a força para garantir a manutenção do *status quo* político em caso de manifestações abertas contra o regime.

Nesse contexto, o papel de uma classe média em crescimento como a chinesa, dos quadros técnicos e dos profissionais urbanos pode ser importante.²⁴³ Ao analisar o caso soviético, Hobsbawn considerou que o pleito de *glasnost* na URSS partiu do alto para baixo, ou seja, nasceu na cúpula do Partido Comunista, mas ainda assim derivou em grande medida de aspirações de extratos intermediários e profissionais soviéticos, dos quais Mikhail Gorbachev era uma expressão. Para Hobsbawn, a massa da população soviética não estava insatisfeita com o regime, que atendia às suas necessidades básicas, num amplo sistema de segurança social e educação: “wherever the pressure to change came from in the USSR, it was not from the grass-roots.”²⁴⁴

²⁴² Kissinger, Henry. “EUA não resolverão crise sozinhos”, in *O Estado de São Paulo*, 18 de Janeiro de 2009, pg. A-18 e A-19.

²⁴³ Em 2004, calculava-se que a classe média chinesa abrangia 70 milhões de pessoas, em sua grande maioria profissionais liberais ou donos de pequenas empresas. Goldman, Merle, “Epilogue: China at the Start of the Twenty-first Century”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 465.

²⁴⁴ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 478.

Uma das peculiaridades do caso chinês é o fato de que, embora o país tenha crescido nas últimas décadas de maneira vertiginosa, permitindo a ampliação da renda da população, ocorreu também no mesmo período uma relativa desmontagem do sistema de segurança social (principalmente de educação e saúde gratuitas) que havia no país antes do início das reformas econômicas e que beneficiava principalmente os setores mais pobres e rurais da sociedade chinesa.²⁴⁵ Como consequência, se a classe média, que tem sido a grande beneficiária do crescimento econômico, começar a negar o apoio implícito que hoje presta ao PCC em caso de uma grave crise na economia ou mesmo de uma desaceleração do crescimento, não se pode esperar, necessariamente, que os setores mais pobres do campo ou das cidades tenderão a defender o regime e a sobrevivência do PCC no poder, por mais que originalmente tenham sido, tanto no período revolucionário como nas primeiras décadas da Revolução de 1949, os principais defensores do Partido.

O tema da democracia na China deve ser visto, sim, sobre o pano de fundo da longa tradição chinesa de pensamento coletivista e de regimes autocráticos, mas não se pode deixar de levar em conta que, como se viu anteriormente, a China dos dois últimos séculos tornou-se cada vez mais integrada ao resto do mundo, no mesmo momento em que, no resto do mundo, de forma geral, fortaleceu-se no período a ideia de que os Governos nacionais deveriam ser uma expressão dos anseios da população, sujeitos à alternância do poder e a julgamentos regulares por meio de um sistema eleitoral. Em outras palavras, desde a eclosão de algumas das grandes revoluções políticas do mundo ocidental (a Revolução Gloriosa inglesa, a Independência dos EUA, a Revolução Francesa) e em que pese aos momentos de recaída (como a Restauração dinástica europeia no século XIX ou o fascismo no século XX), consolidou-se uma tendência geral no mundo de considerar que o regime político de um Estado nacional deve assentar sua legitimidade fundamentalmente no desejo da população como um todo. Como lembra Hobsbawn em sua história do século XX, “even the most ruthless and brutal

²⁴⁵ Exemplos de desequilíbrios derivados da desmontagem do sistema de proteção social do período sob Mao são o aumento dos gastos com educação nas áreas urbanas com queda nas áreas rurais, pelo dismantelamento das comunas, que eram responsáveis por boa parte da educação e saúde prestadas à população local; e o aumento dos gastos com universidades, com redução de recursos para a educação pública básica, especialmente no campo. Com a descentralização política, o Governo central tinha menos para gastar e decidiu privilegiar a infraestrutura física.

rulers were well aware that unlimited power alone could not supplant the political assets and skills of authority: a public sense of the regime's legitimacy, a degree of active popular support, the ability to divide and rule, and – especially in times of crisis – the citizens' willing obedience.” Para Hobsbawn, quando, em 1989, as populações do Leste Europeu pararam de obedecer aos regimes comunistas, os Governos simplesmente abdicaram do poder, embora ainda contassem com o apoio pleno dos seus funcionários, exércitos e serviços de segurança. Hobsbawn conclui que, “contrary to appearances, the twentieth century showed that one can rule against all the people for some of the time, some of the people all the time, but not all the people all the time.”²⁴⁶

Do ponto de vista ideológico, o comunismo chinês reforçou e refletiu, de certa maneira, esta mesma lógica contemporânea da representatividade política. Por mais autoritária que tenha sido a sua organização político-institucional ao longo das seis décadas de sua história, o comunismo chinês triunfou em 1949 e legitimou-se ao longo do tempo com base na tradicional bandeira da esquerda de defesa dos anseios da maioria pobre e oprimida e na ideia de que estavam sendo quebrados os grilhões da opressão histórica no país, de governos imperiais ou republicanos que não respondiam à vontade popular. Essa legitimação pelo grau de representatividade do Governo, tão difundida pelos revolucionários de 1949 e tão frequentemente repetida nos discursos do PCC, não terá deixado de influenciar o pensamento político dos chineses. Ainda que um tanto rarefeita ao longo da história da China, a vaga ideia confuciana de que o governante não deve trair os interesses do povo terá sido reforçada de alguma maneira pela reivindicação de supremacia moral e política dos comunistas chineses, como defensores dos interesses de uma maioria excluída, o que torna o desafio de legitimidade do Governo atual ainda mais complexo para os padrões da história chinesa.

3.5 Forças rivais ao PCC

Um dos pontos centrais de qualquer análise do tema da democracia na China é o exame do que representa a ideia de oposição política no país. Ao longo de sua história, a China não conviveu comodamente com os conceitos de interesses parciais e divergentes (partidos, portanto) e de oposição ao

²⁴⁶ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 582.

governo. Se o Confucionismo, como se viu antes, já considerava espúrio e desarmônico o entrechoque de vontades particulares, individuais, a práxis política chinesa por mais de dois mil anos foi também a da ilegitimidade e a da ilegalidade da divergência em relação ao governo. Não chega a surpreender que a oposição na China se tenha manifestado tradicionalmente sob a forma de organizações secretas, uma vez que não se criaram instituições e procedimentos para incorporar e administrar o dissenso.²⁴⁷ Como diz Fairbank, “since no dynasty tolerated an organized opposition, its opponents had recourse to secret cults or societies.” Se as instituições dissonantes haviam de ser secretas, suas formas de atuação não podiam ser outras senão as da conspiração e do golpe: “conspiracy seems to have been a principal mode of operation and a primal source of fear. (...) It has been a Chinese specialty in the absence of loyal opposition (...). Dissent was disharmonious and so a dissenter feigned loyalty to protect himself. Sensing his deceit, a ruler easily became suspicious if not actually paranoid.”²⁴⁸

Um dos efeitos políticos gerados por essa tradição de ilegitimidade do dissenso é a dificuldade de vocalização, discussão e solução de problemas de âmbito local ou nacional. Levando-se em conta, como se viu anteriormente, que as transformações políticas no mundo contemporâneo caminharam no sentido de reforçar a responsabilidade dos Governos de não apenas compreender as demandas crescentes de uma população mais urbanizada e informada, mas também de atendê-las da maneira mais completa, o tradicional paradigma chinês de desencorajar ou mesmo estigmatizar a crítica e a oposição política pode constituir, segundo alguns analistas, um obstáculo à continuidade do processo de modernização econômica e social do país. São comuns as análises que consideram que, se os estágios iniciais de desenvolvimento de uma nação podem, eventualmente, beneficiar-se de certa unidade de propósito e de ação característica de um regime político fechado e não sujeito à alternância do poder – no que se convencionou chamar de “modernização conservadora” de países como a Alemanha ou o Japão –, em fases mais avançadas de desenvolvimento, no entanto, o autoritarismo e a perpetuação

²⁴⁷ Entre os diversos autores que profetizam a ruína da China, Gordon G. Chang considera que a inexistência de um arcabouço institucional para regular a oposição política e a rigidez das estruturas políticas do país levarão a uma possível implosão da China. Chang, Gordon G., *The Coming Collapse of China*. New York, Random House, 2001.

²⁴⁸ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 403.

de grupos no poder tornam-se mais um óbice do que um instrumento de arregimentação de esforços para o progresso. Tais análises apontam, portanto, para a necessidade de uma transição política para regimes mais abertos e democráticos como forma de manter a capacidade de desenvolvimento de um país.

Ao longo de seis décadas no poder, o PCC não rompeu com a tradição chinesa de rejeição da oposição organizada. Os principais conflitos políticos do período ocorreram por divisões internas do Partido, que se manifestavam por vezes pela arregimentação de escritores, intelectuais ou mesmo de grupos de protesto, embora nunca com propósitos ou grau de organização suficientes para constituírem uma força política organizada rival ou paralela ao PCC. Nos poucos momentos da história recente da China em que se esboçava a constituição – espontânea e externa ao PCC – de grupos organizados de oposição ao *status quo*, como foi o caso do “Movimento do Mural da Democracia” (“Democracy Wall Movement”), em 1978-1979,²⁴⁹ ou de Tiananmen, em 1989, o regime comunista atuou de forma repressiva e impediu a formação de partidos políticos ou mesmo a sobrevivência dos movimentos como oposição apartidária e não institucionalizada. Mais recentemente, em 1998, quando veteranos tanto do Movimento do Mural da Democracia quanto de Tiananmen tentaram criar um partido de oposição ao PCC, o “Partido da Democracia da China” (“China Democracy Party”), a iniciativa foi reprimida uma vez mais e seus líderes julgados culpados e presos.²⁵⁰

Mesmo alguns movimentos e grupos não originalmente voltados para a política, mas que buscam organizar-se com uma perspectiva crítica em relação ao Governo, têm sido reprimidos. Foi o caso do Falun Gong, grupo semi-religioso, budista-taoísta, que, segundo uma estimativa, tinha em fins dos anos 1990 cerca de 2,1 milhões de seguidores²⁵¹ e organizou, em abril de 1999, sem aviso prévio ao Governo e por meio da *internet*, uma grande manifestação em torno do complexo residencial

²⁴⁹ Para uma análise do “Democracy Wall Movement”, ver Hutchings, Graham, *Modern China: A Guide to a Century of Change*. Cambridge, Harvard University Press, 2001, pg. 102-104.

²⁵⁰ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 448.

²⁵¹ A estimativa é de Goldman, Merle, in “The Post-Mao Reform Era”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 439.

da cúpula do PCC, Zhongnanhai, no centro político de Pequim, o que gerou uma pronta e dura reação do Governo de Jiang Zemin, surpreendido com a rapidez e o alcance da mobilização.²⁵²

Se inexistem, na China atual, forças de oposição política institucionalizadas e com peso importante, não quer dizer que não existam organizações sociais de âmbito local nem que não sejam muitas as razões de descontentamento e as expressões quase sempre locais também, raramente nacionais, de insatisfação. As estatísticas sobre organizações civis na China são poucas e precárias, mas dados do Ministério de Assuntos Cíveis (“Ministry of Civil Affairs”) revelam que, em 1996, havia 186.666 organizações registradas no país,²⁵³ dedicadas, entre outros temas, a questões sociais, ambientais e acadêmicas. A crescente mobilização popular na forma de organizações sociais e grupos temáticos ou religiosos é um sintoma da maior pluralidade da sociedade chinesa, mas a sobrevivência das associações tem dependido fundamentalmente de que se mantenham afastadas de temáticas e questões mais diretamente voltadas para a política em sentido estrito ou para o questionamento e a crítica do regime de Governo ou dos líderes do Partido. Segundo Merle Goldman, “Chinese at the beginning of the twenty-first century could change jobs, travel abroad, complain on talk radio about potholes in the streets, and vote their village leaders out of office, but they still could not publicly criticize the party-state and its leaders.”²⁵⁴ De maneira geral, o Estado é relativamente tolerante com associações apolíticas, inclusive aquelas de caráter religioso que não se manifestam abertamente contra o Governo, como tem ocorrido na crescente aproximação entre o regime e

²⁵² Segundo Susan Shirk, “Jiang Zemin and the other Chinese leaders already felt a sense of heightened tension because just two weeks before the Belgrade embassy bombing they had awakened to the alarming sight of more than ten thousand members of the Falun Gong sitting silently on the pavement outside their windows. (...) The protestors, mostly middle-aged, white-collar professionals, quite a few of them Communist Party members and government officials, had mysteriously appeared overnight without any forewarning from the police or internal security agencies. They silently surrounded Zhongnanhai, the compound where the Communist Party leaders live and work. Using cell phones and the Internet, the group had stealthily organized the sit-in to petition the Party for recognition as a legitimate organization.” Shirk, Susan L., *China: Fragile Superpower*. Oxford, Oxford University Press, 2007, pg. 215.

²⁵³ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”. In Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 432.

²⁵⁴ *Ibid.*, pg. 432-33.

grupos cristãos.²⁵⁵ A reação do Estado dá-se no momento em que tais associações começam a participar criticamente da vida política nacional.

O número de manifestações e protestos que ocorrem anualmente na China, com o consentimento tácito do Governo, não deixa de impressionar. Segundo dados oficiais, foram 8,7 mil em 1993, 10 mil em 1994, 32 mil em 1999, 58 mil em 2003, 74 mil em 2004 e 87 mil em 2005, e a média mais recente é de quase 300 por dia. Só em 2004, 3,76 milhões de chineses tomaram parte em manifestações e protestos, contra uma média anual de 730 mil na década de 1990.²⁵⁶ Na sua grande maioria, são protestos localizados, de curta duração e com objetivos de alcance local, algumas vezes organizados por associações criadas pelo próprio PCC para combater problemas que tendem a minar a imagem do Partido, como a corrupção de funcionários ou o favoritismo em desapropriações e no uso de recursos dos governos locais.²⁵⁷

As causas mais comuns dos protestos seriam, de fato, as desapropriações de terras rurais para trabalhos de construção civil sem compensação adequada e a má conduta de funcionários públicos. São também frequentes as manifestações decorrentes de desastres ambientais, acidentes industriais, falta de água, demissões e desemprego, impostos e taxas locais, e falta de um sistema de amparo social aos trabalhadores migrantes. A impressionante evolução no número de protestos parece relacionar-se tanto aos efeitos das reformas econômicas e do crescimento acelerado – maior mobilidade e insegurança no emprego, danos ecológicos, expansão das áreas urbanas sobre áreas originalmente rurais, corrupção, abusos de poder – quanto ao crescente

²⁵⁵ Como relata o jornalista Edward Cody, em matéria sobre evento de fim de ano de 2007, do PCC, “There was Hu Jintao, head of the Chinese Communist Party, warmly shaking hands at a party-sponsored New Year’s tea party with one of the country’s main Christian leaders. To make sure the message got through to China’s 68 million party faithful, a large photograph of the moment was splashed across the front page of the official party newspaper, People’s Daily.” Edward Cody, “China’s Leader Puts Faith in Religions: Hu Sees Growing Spiritual Ranks as Helpful in Achieving Social Goals”, Washington Post Foreign Service, 20 de Janeiro de 2008.

²⁵⁶ Shirk, Susan L., *China: Fragile Superpower*. Oxford, Oxford University Press, 2007, pg. 56.

²⁵⁷ Para uma avaliação do alcance dos movimentos de base popular na China de hoje, ver Perry, Elizabeth J. e Goldman, Merle (editores), *Grassroots Political Reform in Contemporary China*. Cambridge, Harvard Contemporary China Series, 2007. O livro analisa uma série de movimentos de base, iniciados pelo Governo ou pela sociedade com o objetivo de conter a corrupção oficial e reforçar a responsabilidade das autoridades locais.

engajamento político e social de alguns segmentos da sociedade chinesa, em decorrência dos melhores níveis de escolarização e informação. Apesar do aumento generalizado do nível de renda dos chineses nas últimas décadas, não têm sido poucos os setores perdedores do processo de reformas econômicas implementadas no período, no que se convencionou chamar de “doença dos olhos vermelhos” (“red-eye disease”), especialmente entre as mulheres e os idosos no campo, desamparados num contexto de desmontagem do sistema de serviços básicos de educação, saúde e previdência social.²⁵⁸

A estratégia do Governo central em relação aos protestos de âmbito local tem sido a de simpatizar com as causas apresentadas e de impedir que os governos locais usem a força para reprimi-los, no que alguns autores consideram ser mero expediente para descolar a imagem do PCC da raiz dos problemas em discussão. Susan Shirk, ex-funcionária do Departamento de Estado dos EUA, em um dos muitos livros recentes que profetizam o colapso iminente do regime comunista chinês, afirma que “Beijing has a neat formula for protecting itself from uprisings. When protests by workers or farmers break out, the central government publicly sympathizes with the protestors and blames local officials for causing the problems – then, after perfunctorily trials it throws the protest leaders in jail. The central government forbids the use of force against demonstrators, but leaves it to local officials to figure out how to resolve popular dissatisfactions peacefully.”²⁵⁹ Em linha de pensamento um pouco mais sutil, o Professor Wang Hui, da Universidade de Tsinghua, em entrevista concedida ao autor em maio de 2007, em Pequim, disse que o PCC busca desempenhar na vida política chinesa um papel importante como contrapeso ao Estado, como agente fiscalizador e corretor, ainda que os integrantes do Estado tenham origem no próprio Partido. Como se o PCC quisesse personificar a vontade e o interesse público com independência ante o Governo que ele mesmo controla.

Embora o PCC tenha sim o objetivo de dissociar-se, do ponto de vista de imagem pública, dos problemas que vêm gerando protestos localizados, é um erro negligenciar que o PCC e o Governo como um todo têm um genuíno interesse em atacar suas causas e em superá-los, e não parece mera coincidência que o próprio PCC esteja na origem de alguns dos grupos sociais

²⁵⁸ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 439.

²⁵⁹ Shirk, Susan L., *China: Fragile Superpower*. Oxford, Oxford University Press, 2007, pg. 66.

que vêm organizando protestos sobre temas como corrupção ou desmandos políticos. A elite do PCC tem demonstrado frequente preocupação com os efeitos do crescimento da corrupção e do mandonismo local sobre a credibilidade e a respeitabilidade do Partido como um todo, pois o quadro de corrupção generalizada, considerado alarmante pelo Governo, tem sido um dos principais fatores de críticas ao PCC e ao monopólio do poder que exerce. Não é por outra razão que é do interesse do Partido um combate às práticas de corrupção e ao favorecimento político por meio de uma crescente fiscalização popular nos povoados e cidades. Como se viu mais acima, inclusive em afirmações do Primeiro-Ministro Wen Jiabao, a cúpula do PCC parece julgar, com uma dose razoável de interesse próprio, que o aperfeiçoamento do sistema de Governo depende mais de reformas administrativas e de maior rigidez no cumprimento de princípios e normas pelo funcionalismo do que propriamente de uma efetiva abertura política do regime. Nesse contexto, o combate à corrupção e a outras irregularidades administrativas, tornou-se uma das grandes bandeiras do Governo central e do PCC, com naturais dividendos em termos de popularidade e apoio público.

A tolerância ou mesmo o encorajamento do PCC às manifestações de alcance local parecem ter limites, no entanto. O receio maior do Partido é de que os protestos ganhem proporções nacionais ou levem, como se viu acima, à formação de grupos politicamente engajados que possam praticar uma oposição de caráter mais permanente ao Governo central. Pequim demonstrou clara apreensão em fins dos anos 1990 com a expansão do que se poderia chamar de “resistência coletiva” às reformas econômicas, na forma de greves no setor industrial e de manifestações de rua, que, em algumas províncias, como Sichuan e Hubei, atingiram proporções de larga escala. No começo da década de 2000, também causaram certa comoção na cúpula do PCC protestos coordenados entre trabalhadores de diversas fábricas, que duraram vários dias seguidos e demonstraram uma considerável capacidade de mobilização coletiva.²⁶⁰ Para o Governo, Tiananmen ou mesmo o crescimento vertiginoso do Falun Gong mostraram como as manifestações populares podem expandir-se subitamente, o que tem levado Pequim a buscar ceifar no nascedouro grupos de oposição capazes de coordenar e costurar protestos isolados em um movimento de alcance nacional.

²⁶⁰ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 417 e 436.

É difícil avaliar o efeito dos protestos localizados em termos de erosão da credibilidade do PCC ou de risco à sua sobrevivência no poder, mas parecem um tanto exageradas as avaliações de que o forte crescimento no número de manifestações seria, por si só, um sinal de que o PCC tem cada vez menos capacidade de manter o controle político do país, como querem crer autores como Susan Shirk. O que o aumento das manifestações parece indicar, na verdade, é que o quadro político na China é um pouco mais complexo e dinâmico do que muitos autores ocidentais admitem.

Nas últimas três décadas pós-Revolução Cultural, houve um considerável crescimento do pluralismo cultural e comportamental na China, o que não deixa de ter efeitos sobre a situação política. Como forma de compensar o monolitismo político-partidário, o PCC atuou no sentido de promover maior abertura e liberdade individual no campo das artes e na vida acadêmica e intelectual do país. Mesmo autores bastante críticos do modelo político chinês, como Merle Goldman, reconhecem que a sociedade chinesa pós-Mao tornou-se “definably pluralistic in its values, religious beliefs, ideological orientation, and ways of living. (...) At the end of the twentieth century, China’s population enjoyed more personal, artistic, academic, cultural, professional, economic, and individual freedom than at any time during the Mao period.” O Estado recuou, por exemplo, do papel de ativo promotor ou censor do conteúdo de obras que não criticassem direta e abertamente o *status quo*: “the party-state tolerated and at times even encouraged apolitical culture as a diversion from political engagement.”²⁶¹ Na interpretação de Goldman, a cultura popular, ainda que alternativa à cultura oficial do PCC, foi tolerada não apenas porque o escapismo refletia o desejo do Partido de criar um público apolítico, mas também porque expressava um desejo predominante na população de manter-se alheia à política depois de Tiananmen. Essa interpretação não leva em conta, no entanto, que a valorização de uma cultura popular mais livre, individualista e não-conformista do ponto de vista comportamental, em vez de substituir indefinidamente o desejo de participação política, também pode estimular na população certa consciência dos seus interesses e de sua liberdade individual a ponto de, com o tempo, torná-la mais reivindicativa de direitos de expressão e de escolhas individuais na vida política.

Em que medida a China poderá dissociar-se de tendências no resto do mundo ou influenciá-las à sua maneira é uma das grandes questões do futuro

²⁶¹ Ibid., pg. 440, 442 e 448.

político do país, mas o fato é que, como afirma Hobsbawn, os movimentos de massa no mundo de hoje tornaram-se muito mais determinantes da sobrevivência ou da queda dos governos nacionais: “in the late twentieth century the ‘masses’ returned to the scene in major rather than supporting roles”. Hobsbawn cita a Revolução iraniana, a migração em massa entre as duas Alemanhas fazendo ruir o regime comunista na Alemanha Oriental, os protestos na Romênia contra o ditador Ceausescu, as demais revoluções na Europa do Leste e a Intifada na Palestina como exemplos do poder da mobilização popular: “What such mobilization of the masses achieved was to demonstrate a regime’s loss of legitimacy, (...) a demonstration of Lenin’s maxim that voting with citizens’ feet could be more effective than voting in elections.”²⁶²

Para Hobsbawn, um dos fatores que, nos dias de hoje, potencializam os movimentos insurrecionais é a penetração dos meios de comunicação de massa, que, além de inviabilizarem um completo isolamento de uma sociedade em relação a visões e valores múltiplos, estrangeiros, facilitam imensamente os processos de convocação popular: “modern communications like TV and tape-recorders made it hard to insulate even the most secluded from the world’s affairs. (...) As the (twentieth) century ended it became evident that the media were a more important component of the political process than parties and electoral systems, and likely to remain so.”²⁶³ Embora se possa discordar da hierarquia de papéis políticos que Hobsbawn estabelece de forma tão categórica, o fato é que, no caso da China, não parece incorreto afirmar que o contexto de crescente urbanização, de alargamento dos segmentos médios da sociedade e de universalização do acesso à educação e aos diversos meios de comunicação de massa deverá reforçar as tendências atuais de maior envolvimento político da sociedade e, conseqüentemente, do crescimento do número e do alcance das manifestações e protestos populares. Da mesma maneira que, no mundo contemporâneo, o *locus* principal de origem dos movimentos de contestação política passou do campo para as cidades,²⁶⁴ também na China é provável que o campo, berço dos principais

²⁶² Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 456-457.

²⁶³ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 581.

²⁶⁴ Segundo Hobsbawn, “in the late twentieth century, a few retrograde regions apart, revolution once more came from the city, even in the Third World.” Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 458.

movimentos insurrecionais na história do país – da Rebelião Taiping à Revolução Comunista, nascidas no campo e “importadas” pelas cidades – acabe por perder para os centros urbanos a primazia na liderança de eventual contestação à ordem estabelecida.

Ainda que a discussão de assuntos políticos continue a ser um tabu nos meios de comunicação de massa chineses, ocorreu nas duas últimas décadas uma flexibilização importante em vários aspectos do tratamento pelo Estado do conteúdo veiculado pelos meios. No caso da imprensa, por exemplo, houve um aumento da liberdade dos jornais na cobertura de temas como economia, cultura ou assuntos internacionais, embora não sejam infrequentes os recuos do Governo por receios de que a maior liberdade de expressão acabe por redundar em tratamento crítico do PCC ou numa instrumentalização da mídia para conflitos entre facções do próprio Partido. Não surpreende que haja certa sazonalidade no grau de controle da imprensa chinesa, e que a aproximação de grandes eventos políticos, como os congressos quinquenais do PCC, em que se acirram as disputas internas no Partido, sejam momentos de maior censura dos conteúdos políticos dos jornais, como ocorreu em 2002 e em 2007.²⁶⁵ Outro foco das atenções do PCC e do Governo é a rápida difusão da *internet* na China, que já contava, em 2005, com 100 milhões de usuários, sintomaticamente bem mais do que os então 69,9 milhões de membros do PCC.²⁶⁶ Conscientes do atraso do ponto de vista econômico e tecnológico que representaria qualquer tentativa de frear sua adoção, os dirigentes chineses atuaram no sentido de favorecer a expansão do uso da rede, ao mesmo tempo em que procuravam controlar o seu conteúdo político, por meio de bloqueios a sítios ou a buscas de palavras julgadas inconvenientes. O caso do cerco de Zhongnanhai pelos seguidores do Falun Gong, em 1999, convocado por meio da *Internet*, mostrou ao Governo chinês como as novas comunicações podem afetar a lógica do jogo político, por aumentar a permeabilidade do país às influências externas (o líder do Falun Gong era um guru que vivia em Nova York) e aumentar o alcance e a rapidez com que se pode mobilizar um protesto popular.²⁶⁷ Também no caso das manifestações

²⁶⁵ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, setembro de 2006.

²⁶⁶ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 440.

²⁶⁷ Shirk, Susan L., *China: Fragile Superpower*. Oxford, Oxford University Press, 2007, pg. 215.

nacionalistas anti-japonesas, em 2005, o principal meio de convocação dos manifestantes foi a *Internet*.

Dizer, como Merle Goldman, que “o Governo de Hu Jintao tornou mais estritos os controles sobre os meios de comunicação de massa”²⁶⁸ é algo ainda a ser avaliado por futuros historiadores. O que é evidente, no entanto, é que a centralidade do papel da mídia no jogo político chinês é plenamente reconhecida pelo Partido e pelo Governo, que têm investido muito, desde a década de 1990, na fiscalização do conteúdo político de todos os meios, por mais gigantesca que a tarefa se venha tornando a cada ano.

Mesmo com o impressionante crescimento do número dos protestos populares e com a rápida universalização do acesso aos meios de comunicação de massa entre uma população chinesa cada vez mais integrada entre si e com o mundo, continuam a inexistir na China forças políticas de oposição suficientemente organizadas para se apresentarem como alternativas ao PCC. Em que medida isso derivaria da vigilante capacidade de repressão do Estado chinês a qualquer esboço de mobilização política nacional ou, alternativamente, do contentamento da maioria da população chinesa com a ordem política atual, por obra e graça do sucesso econômico e da projeção internacional da China nas últimas décadas, é algo sujeito a juízos diversos, mas uma avaliação que leve em conta ambos os fatores – uma combinação de adesão espontânea e de coerção – talvez seja a mais próxima da realidade chinesa de hoje. Uma vez que falta à dissidência chinesa – em parte exilada, em parte silenciada – uma plataforma político-ideológica clara e, sobretudo, uma capacidade de mobilização e de organização como tiveram grupos como o Solidariedade, na Polônia, ou o Charter 77, na Tchecoslováquia,²⁶⁹ talvez somente uma grave crise no país – por conta de uma drástica desaceleração econômica, uma cisão dentro do PCC ou um conflito externo – permitiria vislumbrar uma mudança de regime político num futuro próximo. Como se viu acima, a China tem mudado a passos largos e nas mais diversas áreas, o que deverá levar a uma transformação da vida política chinesa em algum momento mais à frente.

²⁶⁸ Goldman, Merle, “Epilogue: China at the Start of the Twenty-first Century”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 459

²⁶⁹ *Ibid.*, pg. 468.

No entanto, no horizonte mais imediato, de uma ou duas décadas, parece muito temerário profetizar a *débâcle* do regime comunista e a interrupção no processo de ascensão da China como potência tal como se tem verificando na história recente do país.²⁷⁰

²⁷⁰ Exemplo de autor que prevê o fim próximo do regime político comunista na China é Bruce Gilley, que afirma que a China será uma democracia por volta de 2020. Gilley critica a tese de Samuel Huntington, para quem a cultura chinesa é incompatível com a democracia, e afirma que a democratização na China virá gradualmente, por meio de reformas pelo alto, pois a própria elite do país terá interesse em levar adiante a democratização. Gilley, Bruce. *China's Democratic Future: How It Will Happen and Where It Will Lead*. New York, Columbia University Press, 2005.



Capítulo 4 - Fundamentos políticos internos para a ascensão da China: o PCC e a legitimação ideológica

“If we were to implement democratic politics immediately, it would be just like giving a pair of high-heeled shoes to a girl with bound feet from the countryside and then asking her to go out dancing.”

Chiang Kai-shek²⁷¹

No capítulo anterior, foram examinados alguns elementos históricos do processo e do pensamento político chinês, com particular ênfase nas questões da estabilidade institucional e da tradição autocrática no país, em contexto de implementação de reformas políticas de caráter restrito e de crescente conscientização popular. Pretende-se, neste Capítulo 4, avaliar o alcance das transformações sofridas pelo PCC nos últimos anos no sentido de aumentar a sua capacidade de representar a sociedade chinesa e de legitimar-se ideologicamente em meio à crise de identidade decorrente do abandono prático, embora não retórico, da construção de uma sociedade socialista. Serão discutidas algumas das fragilidades do PCC, bem como o papel que o socialismo, o nacionalismo e o Confucionismo podem desempenhar na

²⁷¹ Citado por Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 416.

renovação do pensamento do Partido. Em particular, será avaliada a importância que o crescimento econômico acelerado e o fortalecimento da China no sistema internacional têm como elementos de legitimação de um PCC em busca de um novo discurso e de uma nova ideologia que o sustente no poder.

4.1 O PCC e a ordem estabelecida

A impossibilidade de estruturação de uma oposição capaz de desafiar o poder do PCC ao longo das seis décadas de domínio do Partido não significou que o regime esteve imune a riscos ou a graves conflitos políticos. A tradição mais recente da política chinesa tem sido a da mudança decorrente de cisões e rivalidades dentro do regime. Não se tratou, nesse particular, de confrontos entre o PCC e a única organização do Estado que teria peso próprio, meios e capacidade de organização para desempenhar um papel importante na política chinesa, o Exército Popular de Libertação (EPL).²⁷² Na verdade, o EPL vem cumprindo a sua missão de “defender a soberania nacional e a Revolução do Povo”, ou seja, o próprio PCC. Foi assim ao final da Revolução Cultural, em que o Exército interveio para interromper a sequência de excessos e a subversão das hierarquias militares e partidárias; foi assim quando das manifestações de Tiananmen, quando o EPL executou as ordens do PCC de reprimir o movimento. Conforme avaliação do Professor Niu Dayong, da Universidade de Pequim, a autonomia do EPL parece ser menor hoje do que foi no passado, o que se expressa numa menor participação numérica no Politburo do Comitê Central do PCC, na desmontagem de suas atividades comerciais, na venda de seu patrimônio e na maior profissionalização de seus integrantes.²⁷³

O grande poder do PCC evidencia-se pela própria relação estabelecida com os militares, distinta da observada em outros países comunistas. Ao

²⁷² Segundo Merle Goldman, “At the start of the twentieth-first century, the PLA was still the only organization, with the exception of the party, that had the potential to play a major role in China. (...) The military, with representatives at the highest level of the party-state, could wield influence in a factional struggle, but it may be unprepared to govern and too preoccupied with pressuring the government to provide additional funds for military modernization.” Goldman, Merle, “Epilogue: China at the Start of the Twenty-first Century”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 430 e 468.

²⁷³ Entrevista concedida ao autor pelo Professor Niu Dayong, Diretor do Departamento de História da Universidade de Pequim, em 22 de junho de 2007.

contrário do que ocorreu na antiga União Soviética, o Partido Comunista Chinês controlou desde o começo tanto as forças militares como as de segurança pública. Não bastasse a imbricação original entre o PCC e o EPL durante o período revolucionário, Mao encarregou-se de criar a chamada “Comissão de Assuntos Militares” do PCC, por meio da qual o Partido passou a controlar diretamente as Forças Armadas. O mesmo ocorreu na área de segurança. Como lembra John Fairbank, no caso chinês, “the secret police were not permitted to become a separate echelon of government or an independent kingdom as they did under Stalin.”²⁷⁴

As principais turbulências políticas pós-1949 decorreram de cisões dentro do PCC. Não foram infrequentes os confrontos entre facções ideológica ou politicamente antagônicas nem a autocritica aguda, quase um suicídio político-partidário por vezes, de que Mao Tsé-tung foi o ator principal, com suas críticas à burocratização e ao anti-revolucionarismo dos quadros do Partido. A ascensão da Gangue dos Quatro com a Revolução Cultural, a morte de Lin Biao em 1971, a redenção de Deng em 1978, a queda de Hu Yaobang em 1986 e de Zhao Ziyang em 1989 são apenas os exemplos mais ostensivos de que o PCC se viu às voltas, frequentemente, com conflitos internos que puseram em risco a sua sobrevivência. Mesmo o ocorrido em Tiananmen pode ser interpretado como a expressão de um confronto entre reformistas e tradicionalistas dentro do PCC, uma vez que o movimento se iniciou como um tributo ao reformista Hu Yaobang e se encerrou com a queda de outro reformista, Zhao Ziyang, e a vitória da linha dura do Partido sobre os setores moderados. Quando se olha a China dos últimos sessenta anos e se examina a principal fonte de mudanças e reacomodações no poder, o que se encontra não são forças que combatem o PCC, mas forças que se entrebatem dentro do PCC.

Para além das tradicionais disputas por cargos e posições, os embates intrapartidários mais recentes continuam a opor os defensores do aprofundamento das reformas e os chamados “esquerdistas”, como se verificou nos longos e polêmicos debates que antecederam a aprovação da nova lei da propriedade. Os esquerdistas continuam a criticar o ritmo e o alcance das reformas, a rendição ao mercado, o aumento da desigualdade social, e invocam certa pureza do passado maoísta e anticapitalista, mas os

²⁷⁴ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 350-351.

reformistas têm mantido a supremacia do Partido amparados no crescimento econômico e na estabilidade política daí derivada, embora em linha mais contemporizadora que incorpora as preocupações de Hu Jintao e de outros líderes moderados do Partido que defendem um crescimento mais harmônico. A China continua sob o signo do veredicto de Deng Xiaoping quando de sua viagem ao sul da China, em 1992. Na ocasião, em meio aos conflitos entre reformistas e maoístas, Deng arbitrou em favor de um aprofundamento das reformas e da abertura ao exterior. Conforme avaliação da Embaixada do Brasil em Pequim, feita em 2006, antes da aprovação da lei da propriedade, “apesar de o movimento anti-reformista haver ganhado corpo nos últimos dois anos (2005-2006), (...) a agenda das reformas internas chinesas continua avançando no Congresso Nacional do Povo (CNP), como o demonstram a recente aprovação da lei de falências, a reintrodução da lei de propriedade e a esperada implementação, ainda este ano, da lei anti-monopólio aprovada pelo Conselho de Estado em junho. (...) Vale notar, entretanto, que as novas regras aparecem “temperadas” por certos matizes ou cláusulas de escape que validam, em certa medida, as preocupações expressas pelo grupo mais à esquerda do espectro político chinês.”

A recorrência de fortes conflitos faccionais e programáticos dentro do PCC, a crescente cooptação pelo Partido de segmentos da sociedade antes excluídos de qualquer forma de participação política, como os empresários, e a recente indefinição e renovação ideológica do Partido (a ser examinada mais adiante) mostram que, se o regime político chinês continua a ser fechado e a basear-se num monopartidarismo na prática, o próprio partido que detém o monopólio do poder é, em si, pouco monolítico e não tão fechado à participação popular. Isso não quer dizer que o PCC seja, ironicamente, uma espécie de *locus* da democracia na China, mas tão-somente que o Partido reflete de alguma maneira as divisões da sociedade chinesa e expressa em seu seio um grau de pluralidade que análises mais simplistas do seu aparente monolitismo deixam de revelar. Uma vez que o PCC reúne um número muito expressivo de membros, com mais de 70 milhões de filiados, e continua a crescer com milhões de adesões a cada ano e número cada vez maior de jovens e mulheres,²⁷⁵ não parece exagerado dizer que, embora o regime

²⁷⁵ De acordo com dados de junho de 2007, do Departamento de Organização do Comitê Central do PCC, o Partido registrou recorde histórico naquele ano: 73 milhões de filiados. No Congresso do PCC de 2002, foram acrescidos 13,16 milhões de novos membros: 7,18 milhões substituindo

político chinês seja fechado de maneira geral, está longe de ser impermeável a algumas formas de participação política e a um debate considerável sobre a atuação do Governo e sobre os destinos da China. Não é por outra razão que o PCC tem sido, ao mesmo tempo, o principal fator de congelamento da estrutura político-institucional chinesa e o principal agente das profundas transformações econômicas, culturais e ideológicas por que a China tem passado.

Ciente dos riscos de contestação ao seu poder, o PCC tem procurado renovar-se desde o maremoto da Revolução Cultural e, sobretudo, desde o choque provocado pelas manifestações em Tiananmen. Logo no início dos anos 1980, Deng Xiaoping defendeu uma profissionalização dos quadros do Partido e favoreceu os chamados “engenheiros vermelhos”, militantes convictos, mas com formação universitária, que formavam uma espécie de tecnocracia jovem. A composição do primeiro Comitê Central do PCC da Era Deng, eleito durante o XII Congresso do Partido, em 1982, constitui, segundo Amaury Porto de Oliveira, um divisor de águas nesse sentido, e já na altura do XV Congresso do PCC, em 1997, mais da metade dos 344 membros do Comitê Central, 18 dos 20 membros do Politburo, e todos os 7 membros do Comitê Permanente do Politburo eram tecnocratas. Um dos objetivos de Deng Xiaoping era reduzir o personalismo dentro do Partido, não apenas pela recusa do culto extremado à personalidade do líder, mas também pela valorização, entre os demais quadros, da meritocracia e da inteligência, sinônimos para Deng de governos mais eficientes. Como dizia Amaury Porto de Oliveira, as relações políticas na cúpula do regime chinês ainda se equacionavam em termos de homens, mais do que princípios, mas com o tempo, os antigos líderes já não podiam invocar serviços prestados na fase heróica da Revolução, e suas posições de liderança tendiam a “apoiar-se cada vez mais numa legitimidade institucional, construída sobre consensos e compromissos no plano da elite partidária.”²⁷⁶

Outra ideia de Deng e de seu grupo que também visava à redução do personalismo e à renovação das lideranças foi o estabelecimento de uma

antigos membros e 6,42 milhões adicionais. Somente em 2006, ingressaram no PCC 2,6 milhões entre 19 milhões de candidatos, com uma taxa de rejeição de 85%. Entre 2002 e 2005, jovens e mulheres aumentaram sua presença. Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, julho de 2006 e outubro de 2007.

²⁷⁶ Oliveira, Amaury Porto de. “Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.46 (1), 2003, pg. 139 e 150.

periodicidade para a chamada “sucessão das gerações” no poder, que durariam, como tem durado, um período de 10 anos. Era uma forma institucionalizada de renovar a liderança do Partido e de conferir maior previsibilidade e limites às ambições e conflitos intrapartidários. Cada geração estaria agrupada em torno de uma figura central, que continuaria a concentrar os três cargos principais do Partido e do Governo, como visto anteriormente, mas que teria não só que se contentar com o horizonte máximo de dez anos no poder (dois mandatos de cinco anos), mas também negociar, ao longo de seu primeiro mandato, a renovação para o segundo. A periodicidade da sucessão e a delimitação do tempo para o líder introduziam um elemento de pluralidade, pois aumentavam o poder de decisão do colegiado mais alto do PCC, em detrimento do eleito, que deveria governar levando em conta as visões e os interesses dos demais. Como se analisou anteriormente, a terceira geração, de Jiang Zemin, atuou da maneira como Deng Xiaoping idealizara, a quarta também tem funcionado conforme o modelo previsto, e o processo de sucessão para a quinta geração parece avançado, o que demonstra ter havido já um grau razoável de institucionalização do projeto idealizado por Deng. Em contraste com quase todos os demais países que foram governados por partidos comunistas, o regime chinês conseguiu aperfeiçoar-se no sentido de abandonar a ideia de lideranças vitalícias e de estabelecer um mecanismo de renovação periódica, a cada dez anos, das lideranças no poder. Se não há na China uma alternância de poder entre partidos, ao menos dentro do Partido tornou-se uma regra, e pela primeira vez na longa história de quase três mil anos do país estabeleceu-se um regime político que rejeita a vitaliciedade e baseia-se na renovação periódica, com mandatos fixos, da autoridade política máxima.

O sistema de renovação periódica aplica-se igualmente aos demais membros do colegiado. Durante o XVI Congresso do PCC, em 2002, o Comitê Permanente do Politburo do Comitê Central do PCC foi inteiramente renovado, com a reeleição apenas de Hu Jintao e a sua ampliação de sete para nove membros. No espírito de evitar a perpetuação de uma gerontocracia, a idade limite para novos membros do Comitê Permanente passou a ser de aproximadamente 66 anos para o ingresso e de 70 para a aposentadoria, regra não escrita que tem sido aplicada de forma estrita a todos os seus integrantes e até mesmo aos futuros líderes máximos, alçados ao Comitê pela primeira vez com aproximadamente 50 anos. O XVII Congresso do PCC, em 2007, reforçou e consagrou de vez o princípio da

sucessão das gerações, com a aposentadoria de velhos e poderosos integrantes do Comitê Permanente, como o Vice-Presidente Zeng Qinghong, a Vice-Primeira-Ministra Wu Yi, o Ministro da Defesa Cao Gangchuan, o Chefe da Disciplina do Partido Wu Guanzheng e o Ministro da Segurança Pública Luo Gan, todos com mais de 66 anos.²⁷⁷ A aposentadoria por idade de importantes membros do Partido, especialmente do Vice-Presidente Zeng Qinghong, com 68 anos, reflete a resistência do PCC à flexibilização dos critérios de aposentadoria e indica que o líder Hu Jintao, que terá 69 anos em 2012, prepara-se para entregar o cargo ao seu sucessor naquele ano, como previsto.

O processo de profissionalização do Governo, do Partido e das Forças Armadas, idealizado por Deng, foi levado adiante por seus sucessores por meio da criação de carreiras de Estado, da descentralização do poder e do aperfeiçoamento da seleção dos quadros e dirigentes do Estado e do Partido.²⁷⁸ A ênfase no conhecimento técnico e no merecimento foi reforçada, com a introdução de provas e obstáculos estatutários e passagens pela Escola Central do Partido. Sintomaticamente, todos os nove membros eleitos, em 2002, para o Comitê Permanente eram engenheiros, e engenheiros civis.²⁷⁹

A redução do personalismo e a valorização da tecnocracia impuseram, no entanto, um novo desafio para o PCC, uma vez que o abandono da figura da liderança carismática, à maneira de Mao ou de Deng, retirava do jogo político um óbvio elemento de popularidade do Partido, algo particularmente delicado em contexto de indefinição ideológica com o fim prático do comunismo. Ao perder os líderes sagrados e a bandeira ideológica anterior, a tarefa do PCC de legitimar-se no poder tornou-se muito mais complexa e muito mais fundada na eficiência do seu governo.

A fim de fazer frente a esse desafio, a estratégia do PCC tem sido, nos últimos anos, a de ampliar a sua base de apoio. Como diz Susan Shirk, “the

²⁷⁷ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, novembro de 2007.

²⁷⁸ Oliveira, Amaury Porto de. “Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.46 (1), 2003, pg. 150.

²⁷⁹ A ascensão ao Conselho de Estado, durante o XVII Congresso, de 2007, de alguns “aparatchiks” em detrimento de certas lideranças do aparato governamental não representaria, necessariamente, uma reversão nessa tendência tecnocrática e profissionalizante das escolhas do Partido, e sim uma provável reacomodação, dentro do regime, de uma maneira de governar por colegiado, em que a necessidade de promover a paz entre facções é satisfeita por meio de um “toma lá, dá cá” à chinesa.

Communist Party has made a concerted effort to co-opt members of the social and economic elite and prevent them from leading any political opposition.”²⁸⁰ Se Deng Xiaoping havia defendido a participação crescente de intelectuais e de tecnocratas no PCC – em sua forma particular de consagrar a inteligência no poder – Jiang Zemin logrou aprovar a sua “Tese das Três Representações”, que abria caminho para a adesão dos empresários privados ao Partido. Originalmente, a Carta do PCC dizia que o Partido era “a vanguarda da classe operária chinesa; o representante legal dos interesses de todas as nacionalidades da China; e a liderança central da empresa socialista na China.” Durante o XVI Congresso do Partido, em 2002, Jiang Zemin logrou modificar a frase, que passou a dizer que o PCC “representa as exigências de desenvolvimento das forças avançadas de produção; a direção progressista da cultura de ponta da China; e os interesses fundamentais da vasta maioria do povo chinês”, conceito bastante mais amplo e mais equívoco do que o anterior.²⁸¹ No mesmo Congresso, um grupo de empresários de peso foi incluído entre os mais de 2 mil delegados,²⁸² e no Congresso seguinte, em 2007, o Partido já contava com 810 mil empresários privados filiados e com comitês organizados em 178 mil empresas privadas, incluindo-se as estrangeiras, um aumento de 80% na comparação com 2002.²⁸³ Estima-se que um terço dos empresários chineses sejam membros do PCC, com percentual bem maior entre os grandes empresários. Para Merle Goldman, “the rapidly growing sector of society was becoming increasingly wealthy. The question is whether they will be co-opted by the party or in time will attempt to change the party.”²⁸⁴ Muito provavelmente as duas respostas têm algo de correto, pois, se os empresários são cooptados para defender o Partido e as políticas do Governo,²⁸⁵ não há como negar que a sua crescente

²⁸⁰ Shirk, Susan L., *China: Fragile Superpower*. Oxford, Oxford University Press, 2007, pg. 66.

²⁸¹ O problema da contradição existente em que empresários privados integrem um Partido Comunista será visto mais adiante, no exame do tema do comunismo na China atual.

²⁸² Oliveira, Amaury Porto de. “Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.46 (1), 2003, pg. 151-152.

²⁸³ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, outubro de 2007.

²⁸⁴ Goldman, Merle, “Epilogue: China at the Start of the Twenty-first Century”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 465.

²⁸⁵ Como diz Goldman, “because the new rich either came from officialdom or were dependent on officials for their increasing wealth, they generally supported the political status quo.” *Ibid.*, pg. 434.

influência dentro do PCC leva a que também o Partido e o Governo passem a incorporar visões próprias do empresariado.

Além dos empresários, outro segmento da sociedade identificado como prioritário pelo PCC é o dos estudantes universitários, fonte potencial de manifestantes e opositores, como se verificou em Tiananmen e em quase todas as demais manifestações contrárias ao Governo. Em 1990, somente 1,2% dos universitários eram filiados ao Partido, mas, em 2003, o número já havia saltado para 8%,²⁸⁶ o que faz dos estudantes o segmento de maior crescimento dentro do PCC, e um inegável investimento político de curto e de longo prazo.

A linha adotada pelo PCC de incorporar distintos segmentos da sociedade como forma de aumentar sua base de apoio parece enquadrar-se numa estratégia mais ampla do Partido de manter-se como o centro gerador das mudanças na China antes mesmo de que sejam reivindicadas pela sociedade ou formuladas e operadas no âmbito do Estado. É de longo prazo o projeto que a elite do PCC cultiva para a sobrevivência do Partido no poder, e é dentro desse projeto que se insere a relativa democratização interna e a crescente incorporação de segmentos e lideranças que poderiam constituir uma alternativa política. O pressuposto de ação do PCC parece ser o de que a China deve democratizar-se e pluralizar-se mais pela via do Partido do que pela via do Estado ou do sistema político como um todo. No último Congresso do PCC, em 2007, Hu Jintao teria mencionado a necessidade de atrair para o Partido empresários e outros chineses influentes com potencial para liderar uma oposição nascente. Hu Jintao teria deixado claro que o controle pelo Partido do regime político na China continuaria o mesmo e que os seus 73 milhões de membros deveriam preparar-se para “unremitting efforts by several, a dozen, or even dozens of generations,” o que indica um horizonte temporal de permanência longo até mesmo para os padrões chineses.

4.2 O PCC pós-comunista e a legitimação ideológica: o socialismo

Um dos grandes desafios ao projeto de sobrevivência de longo prazo do PCC é o impasse ideológico em que o Partido se encontra. Na maior parte de sua história, a China viveu sob um mandarinato selecionado por rigorosos concursos públicos que compartilhava e pregava um sistema de valores e

²⁸⁶ Shirk, Susan L., *China: Fragile Superpower*. Oxford, Oxford University Press, 2007, pg. 66.

crenças baseado nos textos clássicos chineses e em Confúcio em particular. Embora concorresse um tanto ecumenicamente como o Budismo e o Taoísmo na formação moral e intelectual dos chineses, o Confucionismo foi a principal base ideológica de justificação e legitimação do regime político ao longo do período imperial. Com o advento da Revolução de 1949 e a rejeição oficial do Confucionismo como ideologia julgada conservadora e alienante, inaugurou-se um período de disseminação de uma derivação de Marxismo-Leninismo fundada nas ideias do líder Mao Tsé-tung. Em parte pelo carisma de Mao, em parte pelas adaptações que ele fez do Marxismo à realidade chinesa, o Maoísmo teve forte apelo ideológico nas primeiras décadas da Revolução e desempenhou um papel central na mobilização dos chineses para o processo de construção de uma sociedade socialista. No entanto, desde o desenlace desastroso da Revolução Cultural e a morte de Mao, que expuseram excessos e erros de sua liderança, o PCC foi abandonando o Maoísmo progressivamente e, na prática, a própria ideia de construção do comunismo, o que o esvaziou de sua principal fonte de legitimação ideológica e o deixou à procura de uma ideologia unificadora que justificasse tanto o monopartidarismo como a sua permanência no poder.

O comunismo como ideologia fundadora do PCC perdeu muito do seu apelo legitimador do Partido pelo simples fato de que, por mais que a cúpula do PCC continue a repetir o mote de Deng Xiaoping do “socialismo com características chinesas”, é difícil conceber uma sociedade comunista ou mesmo socialista em que a propriedade dos meios de produção é, em boa proporção, privada e mesmo estrangeira. Como será discutido adiante, malabarismos semânticos à parte, a estrutura da economia chinesa – fundada sim numa forte intervenção e planejamento estatal, mas também numa distribuição da propriedade produtiva com fortíssimo peso de agentes privados que podem, inclusive, ser membros do Partido no poder – enquadra-se mal nos conceitos usuais de comunismo, entendido aqui como o sistema econômico e social baseado na propriedade coletiva, ou mesmo de socialismo, entendido como o sistema econômico e social que privilegia os interesses da sociedade sobre os interesses de agentes privados, ou a ação coordenada da coletividade sobre a livre-iniciativa individual.

É um tanto premonitória a indagação de Toynbee sobre se o Marxismo, como ideologia estrangeira importada pela China com a Revolução de 1949, seria absorvido e desfigurado da mesma maneira que o Budismo importado da Índia o foi tantos séculos antes: “we cannot be sure that the introduction of

this alien Western ideology has not brought with it a decisive break in Chinese history and a change in its political configuration (...). It is true that China was captured by a non-Chinese philosophy or religion once before in the shape of Buddhism, and that, after seeming to have prevailed, this Indian religion was eventually overpowered by the indigenous Chinese *Weltanschauung*; but we do not know now whether this indigenous *Weltanschauung* is going to prove potent enough to reassert itself victoriously once again.²⁸⁷

De certa maneira, a questão da adequação do Marxismo à China conforme originalmente formulado por seu fundador é ainda mais intrigante do que no caso da Rússia.²⁸⁸ A ideia de Marx e dos marxistas em geral de que o socialismo triunfaria primeiro nas sociedades capitalistas avançadas – mais industrializadas e urbanizadas – frustrou-se pela eclosão da revolução comunista, em 1917, em um país semi-feudal e relativamente pouco industrializado como a Rússia, mas ainda assim a Revolução soviética foi de origem urbana e liderada por intelectuais e operários industriais. Já a segunda grande revolução comunista, a da China, de 1949, não apenas ocorreu num país então agrário e atrasado, mas teve sua origem no campo. A visão marxista de que o comunismo brotaria do acúmulo de contradições do capitalismo em seu estágio mais avançado foi refutada pelo fato de que o comunismo só triunfou em tipos de sociedades que Marx havia classificado como pré-capitalistas,²⁸⁹ algumas das quais com características ainda basicamente feudais, como a Rússia pré-1917, outras com características do que Marx chamou de “modo de produção asiático”, como a China pré-1949.²⁹⁰

²⁸⁷ Toynbee, Arnold. *A Study of History*. Londres, Thames and Hudson, 1971 (1995), pg. 59.

²⁸⁸ A primeira análise de Marx numa publicação chinesa apareceu somente em 1899, 16 anos depois de sua morte. Marx foi caracterizado erroneamente como sendo inglês. A primeira tradução para o chinês de trecho do *Manifesto Comunista* apareceu em 1906, numa versão bem mais poética e bem menos incisiva do que a original. Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 181.

²⁸⁹ É preciso reconhecer que Marx chegou a acreditar na possibilidade de uma grande e exemplar revolução chinesa na época da Rebelião Taiping, que provocaria a primeira grave crise do modelo capitalista e deflagraria outras revoluções na Ásia: “the Chinese revolution will throw the spark into the overloaded mine of the present industrial system and cause the explosion of the long-prepared general crisis, which, spreading abroad, will be closely followed by political revolutions on the continent”. Citado por Spence, Jonathan, *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 182.

²⁹⁰ Segundo Victor Kiernan, Marx mal desenvolveu seu modelo evolutivo dos quatro modos de produção (asiático ou primitivo, escravista, feudal e capitalista), apenas o mencionou no prefácio de seu livro *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Kiernan, Victor, “History”, in *Marx: the First 100 Years*. Oxford, Fontana, 1983, pg. 73.

Como lembra Eric Hobsbawn, o caso da China é particularmente emblemático por refutar a tese de Marx de evolução material das sociedades no sentido de chegar ao capitalismo e posteriormente ao socialismo. Apesar de ter sido uma das sociedades mais avançadas e longevas do mundo até o século XVIII, a China não chegou a desenvolver o capitalismo tal como conhecido no mundo ocidental em momento algum de sua longa história.²⁹¹ Segundo Victor Kiernan, os historiadores chineses de influência marxista dos anos 1920 e 1930 tiveram enorme dificuldade para “adaptar” a história chinesa ao modelo de evolução histórica marxista, seja pela inexistência de uma fase de escravidão, seja porque o feudalismo chinês “broke up exceptionally early, and yet for another couple of thousand years China failed to move on to capitalism.”²⁹²

Muito antes do início da Longa Marcha e do cerco às cidades, Mao Tsé-tung definia, em seu “Relatório de pesquisa conduzida em Hunan a propósito do movimento camponês”, de 1927, que os camponeses seriam a base da futura revolução comunista na China.²⁹³ Como diz o professor Hu Chi-His, que analisa as diferenças entre o Maoísmo e o pensamento marxista-leninista,²⁹⁴ para Mao “la révolution paysanne est donc toute la révolution. La seule décision à prendre pour tous les partis et tous les camarades révolutionnaires est de choisir entre trois possibilités: se mettre à la tête des paysans, rester derrière eux, ou se dresser devant eux pour les combattre.”²⁹⁵ Na visão de Spence, Mao impressionava-se com o poder e a consciência

²⁹¹ Hobsbawn, Eric, “Marx e História”, in *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pg. 178.

²⁹² Kiernan, Victor, “History”, in *Marx: the First 100 Years*. Oxford, Fontana, 1983, pg. 101.

²⁹³ A própria palavra “proletariado”, que no mundo ocidental acabou tendo conotação fundamentalmente urbana, foi traduzida para o chinês como “wuchan jieji”, que significa “classe sem propriedade”, que se aplicaria tanto aos pobres urbanos como aos rurais. Como na China estes eram bem mais numerosos, a palavra em chinês acabou tendo uma conotação mais camponesa. Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 321.

²⁹⁴ Outra inadequação das ideias gerais de Marx à compreensão da China diz respeito à constituição dos Estados como instrumentos de dominação de classe. Lembra David McLellan que o próprio Marx reconhecia que tal regra não era passível de aplicação à China pelo fato de que a inexistência da grande propriedade privada no campo implicava que “the despot here appears as the father of all the numerous lesser communities, thus revealing the common unity of all.” McLellan, David, “Politics”, in *Marx: the First 100 Years*. Oxford, Fontana, 1983, pg. 147.

²⁹⁵ Hu, Chi-His, “Mao Zedong, 1893-1976, Rapport sur l’enquête menée dans le Hunan à propos du mouvement paysan”, in *Dictionnaire des Oeuvres Politiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1989, pg. 514.

política dos camponeses mais pobres: “they raise their rough, blackened hands and lay them on the heads of the gentry”, escreveu Mao.²⁹⁶

Mao Tsé-tung foi muito hábil ao incorporar à sua versão de Marxismo uma série de elementos fundados na análise social e na própria história da China. Como diz Fairbank, “Mao argued that the key to succes in China’s revolution must lie, first, in the careful intellectual analysis of the various classes in the countryside and, second, in using an intensely practical tactic of identifying those classes with whom to work and those classes to work against in any given stage of the revolution.”²⁹⁷ Além da ênfase na agenda rural e na liderança da revolução pelos camponeses, Mao defendeu e desenvolveu a prática da guerra de guerrilha como instrumento revolucionário, dentro de sua visão de que a guerrilha formava parte da história do banditismo e dos conflitos sociais na China: “no classically educated Chinese would miss the similarity between the establishment of Mao’s first free guerrilla zone in Kiangsi mountains in 1927, and the mountain fortress of the *Water Margin*²⁹⁸ heroes, whom the young Mao had called upon his fellow-studentes to imitate in 1917.”²⁹⁹ A mesma guerrilha que Trotsky, no passado, considerara tão anárquica quanto inútil,³⁰⁰ Mao transformou em uma tradição quase obrigatória nos movimentos insurrecionais posteriores, da Coluna Prestes a Sierra Maestra. Para Mao, a guerrilha era como “um peixe nadando nas águas do povo”, e sua sustentação seria mais rural do que urbana, uma vez que os excluídos chineses estavam no campo, não nas cidades.³⁰¹ Daí a ideia de Mao de que o campo iria cercar a cidade antes de conquistá-la.

²⁹⁶ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 356.

²⁹⁷ Outro exemplo de adaptação à realidade chinesa foi a interpretação de Mao do conceito de “contradição”, tão central no Marxismo. Mao considerou-o como “unidade dos opostos”, algo muito mais próximo da ideia cara e antiga aos chineses de complementaridade entre os princípios *yin* e *yang* do que do modelo antitético da dialética hegeliana e marxista. Como diz Fairbank, “all in all, it was a very flexible structure of ideas, as though Marx and Engels had been seduced by Yin and Yang.” Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 303, 308 e 326.

²⁹⁸ Romance sobre banditismo na China.

²⁹⁹ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 79.

³⁰⁰ Kiernan, Victor, “War”, in *A Dictionary of Marxist Thought*. Oxford, Blackwell, 1983, pg. 523.

³⁰¹ O próprio princípio da luta de classes foi incorporado pelo Maoísmo de maneira especial, levando em conta a especificidade chinesa. Como diz Fairbank, a luta de classes “had to be approached in a gingerly fashion because North China landlords were hardly more than rich peasants but might be able to field their own local forces drawn from secret societies and mercenaries.” A luta de classes mesmo ficaria para depois; a separação entre camponeses ricos, médios e pobres, e os desempregados já mostrava um espectro variado dentro de um dos pólos da luta de classes. Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 318.

Justamente por conta das adaptações feitas por Mao, historiadores marxistas indagam se o Maoísmo foi uma forma de enriquecimento ou de violação do Marxismo-Leninismo. Para Eric Hobsbawn, o comunismo chinês pouco tem de genuinamente marxista: “Unlike Russian communism, Chinese communism had virtually no direct relations with Marx and Marxism. It was a post-October movement which came to Marx via Lenin, or more precisely Stalin’s ‘Marxism-Leninism’. Mao’s own knowledge of Marxist theory seems to have been almost entirely derived from the Stalinist History of the CPSU: Short Course of 1939. And yet below the Marxist-Leninist top-dressing, there was (...) a very Chinese utopianism. This naturally had points of contact with Marxism: all social-revolutionary utopias have something in common, and Mao, no doubt in complete sincerity, seized on those aspects of Marx and Lenin which fitted into his vision and used them to justify it.” Ainda segundo Hobsbawn, a ideia maoísta de imersão do indivíduo no coletivo, certo “misticismo coletivista” (segundo o qual o homem pode superar qualquer obstáculo material), é o oposto da ideia ao menos teórica do Marxismo de completa liberação e autorrealização do indivíduo.³⁰²

Além das diferenças evidentes entre a Europa de Marx e a China de Mao, havia, segundo Fairbank, um sentimento de orgulho entre os chineses que teria impedido a mera importação acrítica de uma ideologia estrangeira: “the final factor making for sinification (of Marxism) was the overriding sentiment of Chinese nationalism based on cultural and historical pride, which meant China could not be the tail of someone else’s dog. In effect, the Chinese people could accept only a Chinese Marxism.”³⁰³

Diferenças à parte, determinadas visões de mundo do Marxismo e do Leninismo foram muito convenientes para a interpretação da situação da China em pleno século XX. Um dos lemas centrais de Mao foi a ideia de que o atraso e a pobreza na China eram devidos à dominação de classe exercida pelos proprietários dos meios de produção, especialmente os rurais, apoiados por imperialistas estrangeiros, que impediam a formação de uma classe mercantil e urbana de inclinação nacionalista.³⁰⁴ Mao chegou a afirmar que a

³⁰² Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 467.

³⁰³ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 322.

³⁰⁴ *Ibid.*, pg. 322 e 323.

revolução socialista na China havia sido precedida pela revolução burguesa nacionalista, deflagrada pelo Movimento do Quatro de Maio, em 1919,³⁰⁵ o que gerava interpretações curiosas, como a ideia de que a China havia tido dois mil anos de feudalismo e apenas quarenta anos de capitalismo (1911-1949), antes de chegar ao socialismo. Como ironiza Fairbank, “by European Marxist standards, China was peculiarly out of shape.”³⁰⁶

Em que pese ao histórico chinês de distribuição relativamente igualitária da terra (favorecida pela inexistência da herança por primogenitura) e de algumas experiências de propriedade coletiva no campo, o socialismo como doutrina de organização econômica e social não parece ter sido uma forte tradição no pensamento e na história da China. Mesmo com todas as adaptações e especificidades do Maoísmo e todas as referências ao passado chinês, o principal ideólogo invocado por Mao Tsé Tung para falar de socialismo foi mesmo Karl Marx. Nesse sentido, o comunismo chinês não deve ser considerado como o resultado de uma marcha irresistível, cumulativa da história e do pensamento chinês, em direção à construção de uma nova China fundada na propriedade coletiva. À semelhança da Revolução soviética de 1917, a Revolução Comunista de 1949 ocorreu em condições políticas muito especialmente favoráveis para a quebra do *status quo*, sem as quais talvez não viesse mesmo a ocorrer, como o contexto de guerra contra os invasores japoneses, a inépcia do Kuomintang no poder, e o quadro de humilhação do país havia décadas. Se ambas as revoluções foram favorecidas pelo contexto de guerra, a principal diferença entre o caso soviético e o chinês foi o fato de que o socialismo na Rússia foi impulsionado pela bandeira do pacifismo, do abandono de uma guerra julgada espúria, ao passo que, na China, o socialismo de Mao ganhou impulso com a bandeira da intensificação da guerra contra a ocupação japonesa e o fim da humilhação externa.

Por maior que tenha sido o impacto das transformações produzidas pela Revolução de 1949, o fato é que pouco mais de cinquenta anos de comunismo oficial no país contrastam com um pano de fundo de três mil

³⁰⁵ Como será visto mais adiante, o Movimento de Quatro de Maio de 1919, considerado o movimento fundador do nacionalismo chinês, ocorreu em protesto à decisão de Versailles de conceder aos japoneses antigas concessões alemãs na China, como na província de Shandong. Hutchings, Graham, *Modern China: A Guide to a Century of Change*. Cambridge, Harvard University Press, 2001, pg. 306-307.

³⁰⁶ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 323.

anos de história sem experiências prévias do gênero nem referências diretas às ideias de comunismo ou de socialismo. De certa maneira, nem mesmo durante os momentos mais ideologicamente carregados da China pós-1949, a elite do PCC parece ter perdido de vista o orgulho da especificidade chinesa, recorrendo frequentemente a temas e a autores da China do passado. Ao se referir aos debates de 1959 e 1960, no Partido e na imprensa chinesas, sobre uma peça de teatro que retratava o mandarim Hai Tui, Hobsbawn afirmou não haver outro país no mundo em que “political debates within a communist system would have been conducted by reference to what a loyal mandarin said to the Ming Emperor Chia-ching in the sixteenth century.”³⁰⁷

Uma vez que o comunismo mostrou-se extremamente frágil na Europa do Leste, a ponto de ruir sem maiores resistências tão logo o espectro da intervenção externa, soviética, deixou de ser uma possibilidade, é de se perguntar qual a natureza do apoio popular na China ao discurso ainda comunista do PCC, tendo-se em conta a existência relativamente curta do comunismo no país e, sobretudo, a sua descaracterização após o início das reformas econômicas. Outra questão fundamental é em que medida o PCC pode, apesar de seu nome, prescindir da prática e mesmo da retórica comunista para sobreviver no poder.

Se o PCC não abandonou totalmente a retórica do “socialismo com características chinesas”, isto parece dever-se não só ao receio de que o abandono da bandeira comunista retire parte de sua razão de ser e a justificativa para sua sobrevivência política, mas também ao fato de que a Revolução comunista ainda conta com um capital razoável de apoio popular. Apesar dos excessos e recuos, a Revolução de 1949, liderada por Mao Tsé-tung, restaurou tanto o sentimento de dignidade nacional após um século de humilhações externas quanto a capacidade do Governo central de controlar e administrar o país, o que não significa pouco numa China que, tradicionalmente governada por regimes autocráticos, viveu quase acéfala durante a primeira metade do século XX. Justamente por ter restaurado uma tradição de autoridade e de centralização política que havia sido solapada pela falência do Império Qing e pelo jugo estrangeiro foi que o PCC conseguiu tornar-se uma espécie de herdeiro de uma tradição de governos fortes e

³⁰⁷ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 466.

respeitados interna e externamente. Em seu livro de 1994, Hobsbawn recorda-se de uma conversa que teve, quase cinquenta anos antes, sobre a importância da Revolução de 1949 para os chineses: “that is what a hard-nosed old China-watcher – the London *Times* correspondent – meant in the 1950s by the claim, shocking to those who heard it at the time, like the present writer, that there would be no communism left in the twenty-first century, except in China, where it would survive as the national ideology. For most Chinese this was a revolution which was primarily a restoration: of order and peace; of welfare; of a system of government whose civil servants found themselves appealing to precedents from the T’ang dynasty; of the greatness of a great empire and civilization.”³⁰⁸

Muitos autores atribuem o continuado apoio da sociedade chinesa ao PCC ao receio de que sua queda signifique o retorno à acefalia política e ao caos econômico e social. À lembrança de uma China pré-1949 convulsionada por conflitos externos e internos deverá ter-se somado, no imaginário chinês, a visão mais recente da desordem política e da depressão econômica que se seguiram à queda dos partidos comunistas na antiga URSS e no Leste Europeu. Dado que, na China atual, o comunismo em si deixou de ser um alvo a ser criticado ou abandonado pela população pela simples razão de já não existir na prática como sistema de organização econômica e social, a grande questão que se coloca para a maioria dos chineses é saber se, em nome de maior liberdade de escolha e de uma ideia nunca antes experimentada de democracia, valeria a pena abrir mão do Governo centralizado do PCC e correr os riscos de uma anomia política que poderia colocar a perder os ganhos econômicos e sociais do período maoísta e do período de reformas econômicas que se seguiu. O fato de que a estrutura do PCC foi a base para a Revolução de 1949 e de que o Partido, com sua disciplina e capilaridade, realizou a reconquista, literal e metaforicamente, da China como um todo e enraizou a presença do Estado em cada canto do país fez com que o PCC, mesmo com todos os excessos do Maoísmo, acumulasse uma imagem de eficiência na restauração de uma ordem e de uma estabilidade política bastante prezadas pelo povo chinês. Como diz Hobsbawn, referindo-se ao PCC, “from their experience as a Marxist-Leninist party, they were able to forge a nation-wide disciplined organization capable of bringing government

³⁰⁸ Ibid., pg. 466.

policy from the center to the remotest villages of the giant country – as, in the mind of most Chinese, a proper empire should do.”³⁰⁹

O modelo socialista de inspiração soviética acabou por servir também de base para o começo de industrialização e de modernização que a China não lograra concretizar antes. Da mesma maneira que a Rússia czarista de 1917 – atrasada e agrária – transformou-se, com todas as imperfeições e custos políticos e humanos, na superpotência URSS graças ao modelo socialista soviético,³¹⁰ também a China fraturada e atrasada de 1949³¹¹ deu um salto considerável de desenvolvimento nas décadas seguintes, mesmo com os graves erros cometidos, como o “Grande Salto Adiante” e a “Revolução Cultural”. Na avaliação de Hobsbawn, o comunismo de inspiração soviética tornou-se fundamentalmente um programa para transformar países atrasados e agrários em países avançados, pela ênfase na formação rápida, por meio do planejamento central, de uma indústria de base e de uma infraestrutura essenciais para uma sociedade industrial moderna, especialmente em países carentes de capitais privados: “the major lasting impact of the regimes inspired by the October revolution was as a powerful accelerator of the modernization of backward agrarian countries.”³¹²

No entre-Guerras e especialmente nos anos 30, a taxa de crescimento da economia soviética superou a de todos os outros países, com a exceção do Japão, e mesmo nos quinze anos após a Segunda Guerra as economias do campo socialista cresceram mais rápido do que as do mundo capitalista, “so much so that Soviet leaders like Nikita Khrushchev sincerely believed that, the curve of their growth continuing upwards at the same rate, socialism

³⁰⁹ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 465.

³¹⁰ “In 1913 the Tsarist Empire, with 9.4 per cent of the world’s population, produced 6 per cent of the world’s total of ‘national incomes’ and 3.6 per cent of its industrial output. In 1986 the USSR, with less than 6 per cent of the global population produced 14 per cent of the globe’s ‘national income’ and 14.6 per cent of its industrial output.” Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 385.

³¹¹ Sobre o atraso e a pobreza da China quando da Revolução Comunista, especialmente no campo, basta citar que, em 1949, um chinês consumia em média 500 gramas de arroz ou outros grãos por dia, e obtinha um par de calçados a cada cinco anos. “China Statistics, 1989”, citado por Hobsbawn, Eric, *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 463.

³¹² Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 9, 376, 377 e 383.

would outproduce capitalism within a foreseeable future; as indeed did the British premier Harold Macmillan.” Os sacrifícios foram enormes, no entanto, a começar por uma exploração do campo em favor da indústria, tanto na URSS como na China. A coletivização forçada e a formação de cooperativas agrícolas foram, em grande medida, equívocos do ponto de vista econômico e humanitário. São exemplos de suas graves consequências a grande fome soviética de 1932-33 e a tragédia da fome chinesa de 1959-62, em pleno “Grande Salto Adiante”, que pode ter vitimado algo como 40 milhões de pessoas.³¹³

Apesar de todos os problemas do período, houve um significativo progresso nas condições sociais da China sob a liderança de Mao Tsé-tung, como se viu no Capítulo 2. Quando da morte de Mao, em 1976, o consumo médio de calorias entre os chineses havia ultrapassado a média mundial, a média de 14 países nas Américas, 38 na África e de quase todo o Subcontinente e o Sudeste asiático, com a exceção de Malásia e Cingapura. A expectativa de vida de um chinês ao nascer passou de 35 anos em 1949 para 62 em 1982, principalmente pela queda dramática da mortalidade infantil.³¹⁴ A economia chinesa tornou-se capaz de alimentar uma população que havia passado de 540 milhões, em 1949, para 950 milhões em 1976, com refeição média acima daquela consumida em 1949.³¹⁵ O balanço geral do período foi o de transformar uma população largamente atrasada e iletrada em uma população com acesso razoável à educação e à saúde, pelo menos até a desmontagem de parte dos serviços públicos e das comunas no contexto das reformas econômicas.

Embora tenham sido inegáveis os avanços econômicos e sociais do período, o PCC de hoje tem grandes dificuldades para lidar com o passado maoísta, com o legado misto do restabelecimento da dignidade nacional e das exorbitâncias políticas e econômicas.³¹⁶ O aniversário de trinta anos da morte de Mao Tsé-tung, em 2006, quase não foi comemorado na China.

³¹³ Ibid., pg. 9, 376, 377 e 383.

³¹⁴ Ibid., pg. 470.

³¹⁵ “China Statistics, 1989”, citado por Hobsbawn, Eric, *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 470.

³¹⁶ Hobsbawn refere-se às duas décadas que vão do “Grande Salto Adiante” à “Revolução Cultural” como “two decades of largely arbitrary catastrophes provoked by the great helmsman”. Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 466.

Não houve celebrações oficiais, pronunciamentos públicos de autoridades do Estado, sessões especiais do Politburo ou do Congresso Nacional do Povo, e poucas foram as menções na mídia chinesa.³¹⁷ Como símbolo de uma Revolução e de um projeto de China ativa e respeitada, Mao ainda é uma fonte significativa de legitimidade do PCC, mas a orientação econômica e social do PCC pós-Mao, que é outra fonte de legitimidade do Partido, contradiz frontalmente o modelo proposto e implementado por ele. Mao tornou-se uma figura emblemática mais por seus traços pessoais – o amor à China, a autocrítica do Partido, a idoneidade – do que por suas ideias e políticas específicas, e não é por outra razão que seu nome é referido pelo Partido principalmente como exemplo de abnegação e de combate à corrupção, um dos males que o PCC busca combater invocando a figura do antigo líder.³¹⁸

Apesar dos avanços sociais logrados do período sob Mao, já ao final dos anos 1970 tornava-se claro para a elite do PCC que o regime comunista chinês apresentava uma série de disfuncionalidades do ponto de vista político e econômico. Mesmo um marxista como Hobsbawn chega a afirmar que “as the 1970s turned into the 1980s it was increasingly evident that something was seriously wrong with all socialist systems that claimed to have come into being.”³¹⁹ Para a China em particular, o crescente abismo entre a economia chinesa e outras economias referenciais na história do país, como a do Japão, que crescia vertiginosamente no período, provocou uma severa autocrítica do modelo maoísta. De fato, um dos estímulos para o lançamento das reformas econômicas após a morte de Mao foi o contraste entre a paralisia da China, às voltas com sua convulsão política, e o impressionante impulso que o Japão e outros países do entorno asiático ganharam nas décadas de 1960 e 1970. Por mais significativo que fosse o peso da ideologia maoísta, o atraso da China diante do maior rival de sua história fez redespertar o pragmatismo chinês.

Além do Japão, os chamados NICs asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong) não devem ter deixado de impressionar a elite chinesa nos anos 1970. Como lembra Giovanni Arrighi, junto com o Japão,

³¹⁷ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, setembro de 2006.

³¹⁸ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, setembro de 2006.

³¹⁹ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 471.

os quatro NICs asiáticos estiveram entre os poucos países em desenvolvimento que lograram uma “upward mobility in the value-added hierarchy of the capitalist world-system”. E seu crescimento deu-se justamente num momento em que a economia mundial passava por um período crítico (inclusive de recessão entre 1973 e 1975), com a desaceleração do crescimento, alta do petróleo, do desemprego e da inflação, bem como o agravamento da crise do modelo soviético e dos países socialistas europeus. Arrighi lembra, no entanto, a importância da monumental, bilionária ajuda financeira, econômica e militar prestada pelos EUA ao Japão e aos NICs asiáticos no quadro da Guerra Fria, especialmente nos anos 50 e 60, uma excepcionalidade que Immanuel Wallerstein chamou de “development by invitation”, um convite da superpotência não por caridade, mas por conta de suas preocupações de natureza estratégica.³²⁰

A exemplo do que ocorreria na URSS, a grande suspeita na elite política chinesa dos anos 1970 era a de que o modelo soviético de organização da economia, embora tivesse sido suficiente para transformar uma sociedade agrária atrasada em industrial e para formar mão-de-obra qualificada, não o seria, no entanto, para promover um novo salto de desenvolvimento do país a partir da base econômica estabelecida.³²¹ Novas demandas e novos imperativos não seriam satisfeitos pelo modelo vigente de economia centralmente planejada e fundada exclusivamente na propriedade estatal e coletiva, como o aumento e a diversificação da oferta de produtos para o consumo de uma população cada vez mais instruída e exigente, e a transição

³²⁰ Arrighi, Giovanni. *The Long Twentieth Century*. Londres, Verso, 1994, pgs. 34 a 36, 336 e 339.

³²¹ Diz Hobsbawm sobre a economia soviética, de planejamento total: “este tipo de economia socialista funcionava mal e crescentemente com problemas: e isto porque lhe faltava qualquer critério de racionalidade econômica, isto é, de custos comparativos; sem se fazer referência a como os consumidores poderiam indicar o que desejavam. Em suma, faltava-lhe o elemento de mercado. Todas as tentativas de reforma desses sistemas pretendiam introduzir esse elemento. Assim, enquanto as economias capitalistas do pós-guerra introduziram elementos que outrora, antes da Guerra, eram vistos como caracteristicamente socialistas, as economias socialistas procuraram introduzir elementos considerados caracteristicamente capitalistas. O Ocidente teve mais êxito que o Leste, mas as distinções simplistas do tipo oito ou oitenta entres os sistemas estavam tornando-se menos nítidas.” Mas como lembra ainda Hobsbawm, “uma coisa é ver o mercado como guia para a eficiência econômica. Ver o mercado como o único mecanismo de distribuição de recursos em uma economia (...) é inteiramente outra.” Hobsbawm, Eric, “Renascendo das cinzas”, in Blackburn, Robin (org.), *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1992, pg. 264.

para uma economia capaz de gerar mais inovações e maior qualidade, como ocorria em outros países do entorno chinês.

Futuros historiadores dirão se é uma ironia histórica o fato de que a introdução de elementos de economia de mercado e a abertura ao exterior, a partir das reformas econômicas lançadas no começo dos anos 1980, constituíram ao cabo uma maneira de salvar senão o comunismo chinês, que se descaracterizava como tal, ao menos o Partido comunista e uma ideia vaga de socialismo.³²² Soa um tanto curiosa a afirmação de Hobsbawn de que “the actual revolutions made in the name of communism have exhausted themselves, although it is too early for funeral orations about them, so long as the Chinese, one fifth of the human race, continue to live in a country governed by a Communist Party.” A verdade é que ser governado por um partido comunista pode não significar necessariamente viver sob um regime comunista, e é essa uma das questões fundamentais da China de hoje.³²³

A dificuldade que o PCC passou a enfrentar foi a de justificar-se como um partido comunista e a de explicar o que seria o “socialismo de mercado com características chinesas” ou a “economia de mercado com características socialistas”, lançada pela “Teoria da construção da economia de mercado com características socialistas”, de Deng Xiaoping. O Partido passou a recorrer a fórmulas vagas para definir seus próprios lemas. Durante o Terceiro Pleno do XI Comitê Central do PCC, em dezembro de 1978, quando foram endossadas as primeiras reformas propostas por Deng, inclusive as chamadas “Quatro Modernizações”, o Partido definiu que o povo chinês deveria “integrar os princípios universais do Pensamento Marxista-Leninista-Maoísta com a prática concreta da modernização socialista e desenvolvê-la sob as novas condições históricas.”³²⁴

De acordo com o Professor Liu Ji, Presidente-Executivo da “China Europe International Business School”, Deng definiu, como objetivos do

³²² A outra ironia da história, inversa, encontra-se na tese de Eric Hobsbawn que considera que a Revolução soviética e a criação da URSS, em vez de contribuir para uma suposta derrubada do capitalismo, como pretendido por seus líderes, acabaram por salvá-lo, não apenas por terem possibilitado a vitória soviética sobre as tropas de Hitler, mas também “by providing it (o capitalismo) with the incentive, fear, to reform itself after the Second World War, and by establishing the popularity of economic planning, furnishing it with some of the procedures for its reform”. Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 7-8.

³²³ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 83.

³²⁴ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 658.

socialismo, “to liberalize and develop productivity, and meanwhile to eliminate exploitation and avoid polarization, and ultimately to achieve overall prosperity”, formulação tão genérica que parece abranger todas as formas de organização econômico-social. Já Jiang Zemin afirmou que a sociedade comunista “is the one affluent in wealth, with people’s spiritual world highly enriched and improved, and every individual bestowed with the rights to develop freely in an all-round way”,³²⁵ o que soa como definição ainda mais ambígua e inesperada do que a formulação de Deng.

A verdade é que a ideia de socialismo de mercado parece contradizer o senso comum e as definições correntes de socialismo. Como afirma Maurice Dobb, “as the market mechanism has been characteristic of the capitalist system (although not exclusively so), so planning of some kind is, of course, the characteristic mechanism of a socialist system. Indeed, for fairly obvious reasons a socialist economy (by which I mean one in which the basic means of production, the land, the factories and the technical equipment therein are socially owned in some form) must necessarily be planned; since, if production is owned and operated by society as a whole, it must be coordinated and steered by some organ representing society as a whole, otherwise it will lack any mode of articulation and guidance.”³²⁶ Tampouco Hobsbawm logra reconhecer muito de socialismo no atual modelo chinês. Ao referir-se aos países socialistas asiáticos que empreenderam reformas, ele diz que “the political systems maintained themselves for the time being, though the actual economic restructuring they undertook in varying degrees amounted to a liquidation of socialism as hitherto understood by those regimes, notably in China.”³²⁷

Não parece muito simples conciliar a prática ou mesmo a retórica do PCC com a ideia de socialismo.³²⁸ Zhao Ziyang, ainda como Primeiro-Ministro e antes de se tornar Secretário-Geral do PCC, defendeu, em meados dos

³²⁵ Ji, Liu, “The Reform of Chinese Political System”. Discurso para o Fórum Europa-China. Irlanda, 5 de Setembro de 2003.

³²⁶ Dobb, Maurice. *Socialist Planning: Some Problems*. Londres, Lawrence & Wishart, 1970, pg. 7.

³²⁷ Hobsbawm, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 374.

³²⁸ É difícil associar, por exemplo, uma frase como a de Deng Xiaoping, “to get rich is glorious”, com a ideia de socialismo, a não ser que se imagine um socialismo em que todos sejam ricos e onde, portanto, ninguém o seja efetivamente, dado o elemento relacional e comparativo que há no termo.

anos 1980, a “teoria do primeiro estágio do socialismo”, formulada por economistas ligados ao então Secretário-Geral do PCC, Hu Yaobang.³²⁹ Concebida como meio de justificar as reformas econômicas que valorizavam elementos de mercado, a teoria afirmava que a China ainda se encontrava nos estágios iniciais do socialismo e que podia, portanto, recorrer a métodos capitalistas como forma de desenvolver a sua economia. Não deixava de assemelhar-se à ideia da NEP (Nova Política Econômica) de Lênin, da Rússia dos anos 1920, mas a dificuldade maior no caso chinês era que o chamado “estágio inicial do socialismo”, citado pelos reformistas, sobrevinha à desmontagem do regime comunista da propriedade coletiva tal como construído pelo Maoísmo, numa intrigante reversão de etapas do itinerário soviético. Mais propriamente, as reformas econômicas deveriam, no máximo, ser interpretadas como um recuo tático na construção do socialismo, mas não como a preparação para algo que já existia antes e que foi implodido pelas próprias reformas introduzidas. Durante o XV Congresso do PCC, em 1997, Jiang Zemin, então Secretário-Geral do Partido, voltou ao tema, e usou o longuíssimo horizonte temporal dos chineses para contornar a questão, ao dizer que a atual estratégia de desenvolvimento da China, que ainda poderia durar mais cem anos, constituía uma estratégia para um país no “primeiro estágio do socialismo”.

Dado que as ideias de socialismo e de comunismo foram, na verdade, pouco elaboradas por seus principais ideólogos, Marx e Engels inclusive, e que o comunismo real somente prosperou em países de economia relativamente atrasada e de tradição política autoritária, é difícil estabelecer critérios claros do que poderia ou deveria ser o socialismo e a sua relação com elementos tradicionalmente associados à economia capitalista, como a regulação pelo mercado da produção e dos preços. Na verdade, como lembra Eric Hobsbawn, os termos “capitalismo” e “socialismo” passaram por profundas transformações e guardam ainda certa ambiguidade. Da mesma maneira que a sociedade do *laissez-faire* foi descartada com a crescente intervenção do Estado no planejamento (o que explicaria toda a revanche neoliberal reaganiana e tatcheriana, mais ideológica do que prática, dado o enorme peso do Estado por meio dos gastos públicos, como no setor militar), o socialismo de planificação soviética

³²⁹ Hu Yaobang teria dito a graduados da escola de treinamento do PCC, em 1985, “that they must never again espouse the radical leftist nonsense of preferring socialist weeds to capitalist seedlings.” Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 716.

também foi descartado. Para o historiador inglês, “muito do que uma vez foi visto como típico de uma economia socialista tem, desde os anos 30, sido cooptado e assimilado por sistemas não-socialistas, principalmente uma economia planejada e a propriedade estatal ou pública de indústrias e serviços. (...) O fato de os ideólogos e colegas de Thatcher terem estado convictos de que era necessário retornar ao passado demonstra, na verdade, o quanto o tema havia sido promovido na maioria dos Estados capitalistas após a guerra. (...) Em suma, as economias capitalistas que emergiram da Segunda Guerra Mundial e que experimentaram o maior surto de crescimento econômico da história não eram economias de mercado puro, mas economias mistas com substancial setor público e considerável planejamento público. Isso não as transformou em economias socialistas, mas tornou mais difícil dizer exatamente o que eram economias socialistas e como diferiam estruturalmente das economias não-socialistas.”³³⁰

Há considerável literatura sobre a economia socialista de autores – como Trotsky, Bukharin, Heimann, Karl Polanyi – que buscaram conciliar, ao menos teoricamente, mercado e socialismo. A respeito da visão de Trotsky sobre socialismo e economia de mercado, Robin Blackburn comenta que o revolucionário russo, “mesmo acreditando que a economia soviética devia adotar ‘a regulamentação realista da estrutura da economia feita pelas massas’, frisava ser também necessário que a democracia soviética renascida se valesse do mercado para aferir a conveniência e a racionalidade do planejamento. Isso porque, como explicou o próprio Trotsky, ‘é inconcebível o cômputo da economia se não houver relações de mercado’.” O problema é que, como lembra Blackburn, Trotsky parecia referir-se apenas a um período de transição, como a NEP soviética: “Ainda em 1922, no Quarto Congresso do Comintern, Trotsky declara que ‘enquanto durar o período de transição, todas as empresas e todos os grupos de empresas deverão, em maior ou menor medida, orientar-se independentemente pelo mercado e testar-se por meio do mercado. É necessário que os diretores técnicos de todas as fábricas de propriedade estatal estejam sujeitos ao controle superior – pelos órgãos do Estado – e também ao controle pelo mercado, que ainda será o regulador da economia estatal’.”³³¹ Também Bukharin teria defendido

³³⁰ Hobsbawm, Eric, “Renascendo das cinzas”, in Blackburn, Robin (org.), *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1992, pg. 262-263.

³³¹ Blackburn, Robin, “O socialismo após o colapso”, in Blackburn, Robin (org.), *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1992, pg. 146-147.

a utilização do mercado numa economia socialista e afirmado ser necessária “uma aliança a longo prazo com os pequenos produtores”.³³² O economista Eduard Heimann e o historiador Karl Polanyi teriam buscado imaginar “modelos socialistas de mercado”, nos anos 1920. Já nos 1930, H. D. Dickinson, “socialista liberal” inglês, e um grupo de socialistas poloneses, do qual participava Oskar Lange e A.P.Lerner, renovaram os esforços para a adaptação dos mecanismos de mercado aos objetivos socialistas. Diz Blackburn que “os modelos econômicos propostos por Heimann e pelos socialistas poloneses preconizavam um sistema de conselhos de trabalhadores, cada um responsável por determinada indústria; caberia ao mercado coordenar as relações entre essas indústrias, que deveriam sem exceção ser organizadas em bases monopolísticas.”³³³

Apesar dos esforços teóricos de seus antecessores, os economistas socialistas contemporâneos não parecem ter chegado a uma conclusão sobre o que poderia ser um “socialismo de mercado”. Como diz Robin Blackburn, “não ficou claro se haviam proposto um modelo realmente capaz de ser levado à prática, ou apenas determinados mecanismos e conceitos de que se poderia lançar mão para modificar o funcionamento da economia, quer de mercado, quer planificada.”³³⁴ Também Hobsbawn parece incapaz de vislumbrar um socialismo de mercado. Referindo-se aos reformistas soviéticos, ele diz que “their positive alternative, a ‘socialist market economy’ of autonomous and economically viable enterprises, public, private and cooperative, macro-economically steered by ‘the center of economic decision-making’, was little more than a phrase. It simply meant that the reformers wished to have the advantages of capitalism without losing those of socialism. Nobody had the slightest idea of how, in practice, the transition from a centralized state command economy to the new system was to be made and – equally to the point – how what would inevitably remain a dual state and non-state economy for the foreseeable future would actually work.” É um tanto perplexo e cético que Hobsbawn cita a NEP soviética da década de 1920 e a experiência chinesa pós-Mao como possíveis respostas.³³⁵

Na falta de um modelo teórico convincente que concilie mercado e socialismo, torna-se difícil fugir à visão dualista corrente de que a acumulação

³³² Ibid., pg. 146.

³³³ Ibid., pg. 150-151.

³³⁴ Ibid., pg. 157.

³³⁵ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 483.

privada tal como se desenvolveu no sistema capitalista está intimamente associada à regulação pelo mercado, como ocorre cada vez mais na economia chinesa, ao passo que a estruturação das economias socialistas assenta-se no planeamento estatal e na propriedade coletiva ou estatal dos meios de produção, tal como existiam na China no período maoísta e tornaram-se cada vez menos centrais na economia chinesa desde então.³³⁶

Mesmo que fosse perfeitamente factível conciliar socialismo e mercado, ainda restaria outra questão fundamental na definição do socialismo em geral e do chinês em particular, que é a da propriedade dos meios de produção. Talvez seja possível um dia superar o enigma prático de conceber uma economia baseada na propriedade estatal ou coletiva e que seja regulada pelo mercado, mas parece ainda mais complexo superar o enigma teórico e conceitual de conceber uma economia de propriedade predominantemente privada, regulada pelo mercado e que ganhe o nome de socialismo. Essa é, no fundo, a questão mais relevante da legitimação ideológica do socialismo na China de hoje, onde o mercado, como mecanismo regulador da produção e dos preços, foi restabelecido em boa medida, mas onde também a propriedade privada dos meios de produção foi retomada em larga escala. A frase de Dobb, citada acima, em que associa mercado a capitalismo, e planeamento a socialismo, parte do princípio de que o socialismo se constrói com base na propriedade coletiva ou estatal dos meios de produção, e o capitalismo com base na propriedade privada desses mesmos meios. O problema é que a China pós-Maoísmo reintroduziu não apenas a propriedade privada de pequena escala e de subsistência, que um autor como E. F. Schumacher chamaria de “natural, fruitful and just”, mas também a propriedade privada de média e de larga escala, que o mesmo autor, com a verve dos primeiros marxistas contestadores de um capitalismo espoliador, chamaria, respectivamente,

³³⁶ Amaury Porto de Oliveira considera, no entanto, que a China “não está desbravando alguma espécie de “caminho chinês para o capitalismo”.” Diz o autor que socialismo de mercado “só parece paradoxal se se considera economia de mercado como sinónimo de capitalismo. O fato, porém, é que a economia de mercado já existia muito antes de uma coorte de homens empreendedores se apossarem do produto dela, a fim de canalizá-la sob a forma de capital, para objetivos de ganhos deles. É perfeitamente possível ter a economia de mercado administrada por uma instituição de vocação socializante (o Partido Comunista Chinês, no caso) e não por capitalistas. Capitalistas nacionais e estrangeiros atuam, hoje, na China, em condições crescentemente favorecidas, mas não são eles que puxam os cordéis do regime.” Oliveira, Amaury Banhos Porto de. “A China desponta como alternativa”, mimeo, pg. 1-2, sem data.

de “functionally unnecessary” e de “fiction for the purpose of enabling functionless owners to live parasitically on the labour of others.”³³⁷

Descontada a retórica do PCC, parece pouco provável que a China se tenha transformado numa economia de mercado com propriedade privada em larga escala como mero expediente transitório para uma recomunização ou ressocialização posterior, a médio ou mesmo a longo prazo, como sugerido pelo intervalo de cem anos defendido por Jiang Zemin. Nessa linha, e fazendo um paralelo imperfeito com o caso soviético, atravessado o período de “comunismo de guerra” (de 1917 a 1922 na URSS, e de 1949 a 1978 na China) e o período da “NEP” (de 1922 a 1928 na URSS, e de 1978 a um ponto no futuro da China), a China entraria finalmente numa etapa avançada e madura do socialismo chinês, o verdadeiro socialismo. A conjectura parece um tanto imaginosa, seja porque a China na verdade já atravessou, com resultados no mínimo mistos, o seu processo de sovietação de matriz stalinista, com a coletivização e o “Grande Salto Adiante”, seja porque o país avança hoje numa incorporação bem sucedida, ao menos em termos de crescimento econômico e de diminuição da pobreza,³³⁸ de elementos privados e de mercado que não parecem ser meros expedientes passageiros para aumentar o bolo e ressocializá-lo mais tarde. A própria inserção internacional da economia chinesa, que muito a tem beneficiado, depende em grande medida da manutenção da adoção dos preços de mercado como mecanismo básico de aferição e aumento da produtividade chinesa.

Uma das muitas hipóteses aventadas sobre o que deveria ser o socialismo, que rejeite tanto a acumulação dos meios de produção por agentes privados como a ressovietação, é a de uma espécie de “capitalismo sindicalista”, onde os trabalhadores viessem a gerir as empresas onde trabalham, como discutido por economistas como Ludwig von Mises.³³⁹

³³⁷ Schumacher, E.F. *Small is Beautiful: Economics as if People Mattered*. New York, Harper & Row, 1973, pg. 284.

³³⁸ São controvertidos os dados sobre redução da pobreza na China. O Banco Mundial, que havia estimado que, nas últimas duas décadas, 400 milhões de chineses haviam sido retirados da pobreza extrema, refez cálculos e divulgou números diferentes em janeiro de 2008, que indicam que, em lugar de 100 milhões de pobres, a China ainda teria 300 milhões. French, Howard W. “Grinding poverty defies China’s boom”. *International Herald Tribune*, 13 de janeiro de 2008. Já estudo realizado por dois institutos acadêmicos dos EUA avalia que 200 milhões de chineses foram retirados da pobreza entre 1978 e 2005. CSIS & IIE, *China: the Balance Sheet*, BBS Publications, New York, 2006, pg. 18.

³³⁹ Blackburn, Robin, “O socialismo após o colapso”, in Blackburn, Robin (org.), *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1992, pg. 148-149.

Essa parece ser, no entanto, uma hipótese ainda mais distante do caso chinês, tendo em conta a escassa tradição de sindicalização no país, a não ser que se imagine uma sindicalização via Partido, que é o que ocorre na prática na China, onde há comitês do PCC em quase todas as fábricas importantes. Nesse caso, não se trataria exatamente de um “capitalismo sindicalista”, mas, se tanto, de um “capitalismo partidário” ou mesmo estatal, dependendo do grau de superposição entre o Partido e o Estado.

Para Hélio Jaguaribe, o modelo chinês atual é uma “tentativa de adaptar as condições atuais do país à ideia alemã de uma economia de mercado regulada socialmente. Trata-se, portanto, de um projeto social democrático em versão mais estatizada – exceto no nível político, no qual mantém as características principais de um autoritarismo esclarecido.”³⁴⁰ Hobsbawn parece inclinar-se para interpretação semelhante. Para ele, o modelo chinês seria uma modalidade de economia mista, com forte presença do Estado como planejador, indutor e gerente, e participação decisiva do capital privado, atraído, induzido, guiado e direcionado pelo Estado. Essa teria sido a fórmula de sucesso de que se valeram, em maior ou menor grau, todos os países que deram saltos impressionantes desde a Segunda Guerra, como a Alemanha, o Japão, Cingapura e Coreia do Sul. Haveria uma única história de sucesso genuinamente liberal, Hong Kong, o que talvez se explique pelo fato de se tratar de um entreposto comercial, não propriamente de um país. Como diz Hobsbawn, “the great post-war economic success stories of capitalist countries, with the rarest exceptions (Hong Kong), are stories of industrialization backed, supervised, steered, and sometimes planned and managed by governments.”³⁴¹

Não é o propósito central deste trabalho discutir o que é exatamente a economia chinesa de hoje – uma economia mista enquadrada num processo do que se convencionou chamar de “modernização conservadora”, uma economia de transição para um futuro socialismo a ser definido, ou uma economia capitalista em processo de eliminação de antigos instrumentos de

³⁴⁰ Jaguaribe, Hélio. *Um Estudo Crítico da História*. São Paulo, Paz e Terra, 2001, Volume II, pg.229.

³⁴¹ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 269.

centralização e planificação econômica.³⁴² Para efeitos deste texto, o que importa é que, com base no que se viu acima, o PCC tem, do ponto de vista de sua legitimação como partido no poder, um grande desafio para preservar o que seria a sua antiga “narrativa” como partido comunista e para formular como discurso os seus propósitos de construção de um “socialismo com características chinesas”. É justamente por conta desse impasse ideológico em torno do projeto socialista, que o Partido Comunista Chinês se tem mostrado, publicamente, cada vez menos comunista e cada vez mais chinês. Para tanto, utiliza-se de dois outros referenciais ideológicos, o nacionalismo e o Confucionismo.

4.3 O PCC pós-comunista e a legitimação ideológica: o nacionalismo

Embora o nacionalismo não seja propriamente uma doutrina ou programa de organização de uma sociedade e, portanto, não possa ser comodamente sistematizado como ideologia legitimadora de um partido no poder, o PCC tem-se valido de forma crescente do sentimento de orgulho nacional chinês decorrente do crescimento econômico acelerado e da ascensão da China no cenário internacional. Uma vez que o comunismo chinês nasceu, nos anos 1920, intimamente associado à bandeira anti-imperialista e nacionalista de uma China humilhada por um século de intervenções e hostilidades estrangeiras, não é difícil para o PCC reivindicar para si o papel de defensor do interesse nacional e de restaurador de uma autoimagem de dignidade que se havia perdido em razão de fraturas internas e externas. Em grande medida, a sua legitimidade no poder deriva hoje da eficiência do Governo na manutenção do crescimento da economia e no exercício de uma altivez e sobriedade diplomáticas que satisfazem material e simbolicamente a grande maioria do povo chinês. Em meio ao processo de erosão das bases práticas e ideológicas

³⁴² A aplicação da expressão “stalinismo de mercado”, cunhada pelo russo Boris Kagarlitsky, à China de hoje também parece errar o alvo pela própria contradição entre os dois termos. Kagarlitsky referia-se ao risco de preservação, na China, do sistema autoritário soviético com a apropriação das riquezas do país por uma oligarquia. Nesse caso, nem seria exatamente stalinismo (ao menos no aspecto econômico, pelo evidente caráter estatista da propriedade sob Stálin) nem exatamente “de mercado”, já que a apropriação seria mais oligopólica e plutocrática do que propriamente o resultado do livre jogo de forças na economia. Pilger, John. *Distant Voices*. Londres, Vintage Books, 1993, pg. 193.

do comunismo, a bandeira nacionalista parece unificar até mesmo as correntes que se dividem dentro do Partido quanto à conveniência e à extensão das reformas modernizadoras na área econômica e na área política.

Na visão de Ernest Gellner, o nacionalismo, como o entendemos hoje, é produto da sociedade industrial conforme desenvolvida pelos Estados nacionais modernos, a qual depende de mobilidade ocupacional (dentro de um mesmo território nacional, entre o campo e a cidade, por exemplo), de comunicação de massa, de inovações e de educação universal em um idioma compartilhado, fatores que modificam a relação entre o Estado e a cultura ao estabelecerem o princípio de “um Estado, uma cultura”, ou seja, o de que um Estado vela por uma cultura do nacional. Curiosamente, Gellner cita o caso da história da China como exceção à regra, de um nacionalismo como manifestação pré-industrial, por conta da ligação singular e milenar entre uma cultura (o Confucionismo) e o Estado, consignada na burocracia confuciana: “In China a high culture linked more to an ethic and a state bureaucracy than to a faith and church was perhaps untypical, and in that way, but that way only, anticipated the modern linkage of state and culture.”³⁴³

Diversos fatores teriam favorecido certa homogeneidade cultural chinesa³⁴⁴ e o desenvolvimento precoce do nacionalismo na China, como a unidade da língua³⁴⁵ (quando não falada, ao menos escrita, já que os ideogramas, por não serem fonéticos, servem a diferentes dialetos³⁴⁶); a relativa homogeneidade étnica, com domínio da etnia Han, que corresponde a cerca de 90% da população chinesa; e a combinação entre uma distância significativa de outros grandes centros civilizacionais, o que reduzia a influência externa, e uma proximidade de povos considerados bárbaros e culturalmente inferiores, o que aumentava o desejo de

³⁴³ Gellner, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford, Basil Blackwell, 1983, pg. 141.

³⁴⁴ A homogeneidade cultural da China antiga foi verificada em estudos arqueológicos, e contrasta com a maior diversidade cultural e étnica dos povos da Mesopotâmia e do Oriente Médio como um todo. Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 40.

³⁴⁵ Cerca de 2/3 dos chineses falam o mandarim e suas variações, e quase todo o restante da população fala línguas relativamente próximas, embora em números igualmente surpreendentes: 7 outras línguas de grande alcance e 130 de pequeno alcance. Diamond, Jared. *Guns, Germs and Steel, the Fate of Human Societies*. New York, W.W. Norton & Company, 1999, pg. 323.

³⁴⁶ Benedict Anderson argumenta que quanto mais ideográfica uma escrita, maior o potencial de expansão e adoção em espaços distintos, pois pode servir a dialetos de diferentes pronúncias e fonéticas, o que não é tanto o caso das escritas silábicas. Anderson, Benedict. *Imagined Communities*. Londres, Verso, 1983, pg. 46-47.

afirmação da identidade cultural chinesa, sempre capaz de converter os povos invasores.³⁴⁷ De certa maneira, a China é, como afirmou Jared Diamond, uma exceção ao modelo de grandes nações que chegaram a sua configuração atual como “melting pots that achieved unification recently.” Referindo-se à unidade cultural e linguística do país, Diamond afirma que “not only China is not a melting pot, but it seems absurd to ask how China became Chinese. China has *been* Chinese, almost from the beginnings of its recorded history.”³⁴⁸

Precoce como foi, o nacionalismo chinês manifestou-se inicialmente como uma forma de culturalismo, espécie de devoção a um modo de vida chinês, mais do que um apego a um Estado nacional ao estilo moderno e ocidental. Para Fairbank, se o nacionalismo europeu nasceu do exemplo e do contato com outros Estados-nações, o culturalismo chinês nasceu de diferenças culturais entre a China e os povos considerados bárbaros do entorno. Dado que os invasores do interior da Ásia tornavam-se cada vez mais poderosos do ponto de vista militar, os chineses encontraram refúgio em instituições sociais e num sentimento de superioridade cultural e estética, algo que a invasão e a conquista por povos estrangeiros não lhes podiam roubar.³⁴⁹

O sentimento de unidade cultural na China esteve tradicionalmente associado à ideia de centralidade e de superioridade do país em relação ao resto do mundo. A autodenominação de “Império do Meio” ou de “País do Centro” (*Zhongguo* ou China) remonta à dinastia Zhou, no primeiro milênio antes de Cristo, e já dizia muito da imagem que os chineses tinham de si. Segundo Jared Diamond,³⁵⁰ escritos preservados daquela época mostram que os chineses em geral já tendiam a sentir-se superiores culturalmente em relação aos não-chineses, da mesma maneira que os chineses do Norte tendiam a menosprezar os chineses do sul como “bárbaros”.³⁵¹ Conforme a

³⁴⁷ Jaguaribe, Hélio. *Um Estudo Crítico da História*. São Paulo, Paz e Terra, 2001, Volume II, pg. 221.

³⁴⁸ Diamond, Jared. *Guns, Germs and Steel, the Fate of Human Societies*. New York, W.W. Norton & Company, 1999, pg. 323.

³⁴⁹ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 25.

³⁵⁰ Diamond, Jared. *Guns, Germs and Steel, the Fate of Human Societies*. New York, W.W. Norton & Company, 1999, pg. 331.

³⁵¹ Fairbank é um pouco cético em relação a essa precocidade do sentimento chinês de superioridade, associando-o ao período Yuan, de dominação mongol, em torno do século XIII: “the Ming claims of universal superiority would be asserted only after the Mongol empire of the thirteenth century had set an example.” Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006.

descrição do jesuíta Matteo Ricci, que viveu na China da segunda metade do século XVI, para os chineses, “the heavens are round but the earth is flat and square, and they firmly believe that their empire is right in the middle of it. They do not like the idea of our geographies pushing their China into one corner of the Orient.”³⁵² Ainda assim, tratava-se de uma autodefinição chinesa de centro muito mais cultural do que territorial, pois, como diz Fairbank, “the political unit was defined culturally more than territorially.”³⁵³ Também para Fernand Braudel, a China via a si mesma como uma grande civilização, uma cultura central: “she has always believed in her superiority over the rest of the world and in the supremacy of her civilization, outside of which, in her view, there was only barbarism.”³⁵⁴

Não foi por outra razão, lembra Braudel, que o século XIX, com as recorrentes intervenções externas e os tratados desiguais, foi duplamente cruel para os chineses e fez reavivar um nacionalismo mais reativo e crescentemente inseguro de si. A primeira humilhação foi a de fazer da China uma nação em pé de igualdade com as demais; a segunda, a de fazê-la cair diante da dominação de povos antes julgados bárbaros, que a dobraram com sua ciência e suas armas.³⁵⁵

A longa sequência de conflitos e humilhações talvez já pudesse ser vislumbrada nas primeiras investidas dos ingleses e os primeiros contatos do período, como a rejeição da embaixada de Lord Amherst, em 1816.³⁵⁶ Aceitar o pleito britânico de igualdade diplomática entre as nações destruiria o sentido de superioridade do imperador chinês em relação aos demais governantes do mundo, sentido que era parte da construção da sua credibilidade e imagem interna como líder do Império do Meio. Como recorda Fairbank, na China imperial, a legitimidade do Estado derivava em grande medida do prestígio do trono: “to an unusual degree, China was governed by prestige. Emperors might

³⁵² Citado por Boorstin, Daniel. *The Discoverers*. New York, Vintage Books, 1985, pg. 57.

³⁵³ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 44.

³⁵⁴ Braudel, Fernand. *A History of Civilizations*. New York, Penguin Books, 1987 (1993), pg. 213.

³⁵⁵ *Ibid.*, pg. 213.

³⁵⁶ Will Durant lembra que “it was the gentle custom of the Chinese, in official documents before 1860, to employ the character for “barbarian” in rendering the term “foreigner”; and the barbarians had to stipulate by treaty that this translation should be improved.” Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 639-640.

in fact be knaves or fools, but the imperial institution was sacrosanct.”³⁵⁷ A tentativa de preservação de uma autoimagem de superioridade mostrou-se, no entanto, quixotesca, uma vez que, na prática, os *diktats* e as intervenções das nações imperialistas que se iniciariam naquele momento acabaram por representar severas desmoralizações diante de forças externas e revelaram de forma traumática a inferioridade militar dos chineses. A abertura forçada da China como resultado da Primeira Guerra do Ópio e dos diversos tratados desiguais que se seguiram, a começar pelo Tratado de Nanjing, de 1842, que estabelecia a entrada praticamente livre de produtos estrangeiros, a cessão de portos e cidades, a extraterritorialidade para os ingleses e pesadas indenizações, destruía de forma violenta qualquer pretensão de centralidade e superioridade dos chineses. Invertia-se a lógica da relação milenar entre a China e os povos “bárbaros”, pois concessões significativas, em vez de serem oferecidas pelos povos tributários à China, eram extraídas dos chineses por cada uma das potências estrangeiras, primeiro pela Grã-Bretanha em 1842-43, depois pelos EUA e França em 1844, e pelos três novamente mais a Rússia em 1858. Como diz Fairbank, “anyone who ruled there (na China) had to exact tributary obeisance from outsiders as part of the job of being Son of heaven. So the unequal treaties were a defeat that grew bigger as time passed.”³⁵⁸

Os tratados de Tianjin de 1858, a Segunda Guerra do Ópio e a degradante ocupação de Pequim, em 1860, com a destruição do Palácio de Verão, somente agravaram o estado de perplexidade e falência dos chineses, envolvidos ainda com os riscos de fratura interna por conta da Rebelião Taiping, de 1851 a 1864. Como lembra Jonathan Spence, os ingleses só não destruíram a Cidade Proibida, em Pequim, por medo de que a desmoralização levasse à queda da própria dinastia Qing, o que não interessava aos ingleses pelos riscos de ascensão de um governo republicano menos passivo do que o governo dinástico.³⁵⁹ Não bastasse a sequência de derrotas e concessões diante das potências ocidentais, a China sofreria ainda a humilhação suprema da derrota para os japoneses na Guerra da Coreia, em 1894-95. Desmoralizada, às voltas com a falência da dinastia Qing, que contemporalizava com potências estrangeiras a fim de sobreviver no poder, a China não foi mais do que um espólio na década que se seguiu: em 1898, Inglaterra, França, Rússia,

³⁵⁷ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 199 e 232.

³⁵⁸ *Ibid.*, pg. 201.

³⁵⁹ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 181.

Alemanha e Japão ocupavam ou reivindicavam “áreas de influência” em território chinês, o que compunha uma humilhação múltipla, multiforme. A violência da abertura forçada da China e o sentimento geral de humilhação dos chineses podem ser medidos pela exortação do Kaiser Wilhelm II às tropas alemãs em Pequim, em reação à Revolta dos Boxers, em 1900: “Just as the Huns a thousand years ago, under the leadership of Attila, gained a reputation by virtue of which they still live in history, so may German name become known in such a manner in China that no Chinese will ever again dare to look askance at a German.”³⁶⁰

Para Sun Yat-Sen, que se tornaria o líder da revolução nacionalista-republicana de 1911, a China estava sendo esmagada pelo poder econômico das potências em grau mais severo do que qualquer outra colônia: “China is not the colony of one nation but of all, and we are not the slaves of one country but of all. I think we should be called a hypo-colony”.³⁶¹ No intervalo de apenas um século, a China passara da autoimagem de centro do mundo à condição de império invadido e humilhado (“the sick man of Asia”) e, mais grave, começava a ruir e a desaparecer como nação, pela iminência de que a divisão estrangeira em esferas de influência se transformasse numa divisão territorial de fato entre as potências invasoras. Nas palavras de Fairbank, “all in all, China seemed about to perish.”³⁶²

A China não chegou a desaparecer como nação formalmente independente, mas atravessaria três décadas adicionais de convulsões políticas e de extrema fragilidade militar e diplomática, que culminariam na invasão japonesa de 1931 e em nova ameaça de dissolução como Estado-nação durante a Segunda Guerra Mundial. Ao todo, desde começos da Primeira Guerra do Ópio, em 1839, até o fim da invasão japonesa, em 1945, o antigo Império do Meio viveu um século inteiro de fraturas internas e de humilhações externas,³⁶³ que a transformaram de um altivo e milenar império dinástico em

³⁶⁰ Citado por Arendt, Hannah. *The Origins of Totalitarianism*. Londres, André Deutsch, 1986, pg. 185.

³⁶¹ Citado por Johnson, Paul, *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 198.

³⁶² Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 221.

³⁶³ O mesmo período pode ser considerado, para os chineses, como o século dos “tratados desiguais”, pois o princípio da extraterritorialidade, arrancado dos chineses pelo ingleses pela primeira vez em 1842, no Tratado de Nanjing, só foi abandonado formalmente pelos ingleses (e pelos norte-americanos) em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial. Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 204.

uma república comunista pobre e em busca de uma soberania e de um orgulho nacional perdidos.

O nacionalismo na China contemporânea manifestou-se de diversas formas durante este longo período de desmoralizações externas. Na visão de Geoffrey Barraclough, a China atravessou as três fases do nacionalismo asiático, que no país tomaram as formas, primeiro, de um protonacionalismo ou reformismo que procurava salvar a velha ordem imperial com a combinação de elementos chineses e estrangeiros, como no movimento reformista dos “Cem dias”, de 1898; segundo, de um nacionalismo burguês, de inspiração liberal, com apelo junto a segmentos médios da sociedade e que seria capitaneado por Sun Yat-sen e seu movimento republicano, anti-dinástico; e por fim, de um nacionalismo anti-imperialista, revolucionário e de massa, preconizado pelo Partido Comunista Chinês e liderado por Mao Tsé-tung.³⁶⁴ Operou-se, portanto, a transição do nacionalismo de fundo culturalista, identificado com uma China dinástica, imperial, isolada e indiferente ao mundo, para um nacionalismo moderno, de defesa de um Estado-Nação interagindo com os demais. O Kuomintang (“Partido Nacionalista”) de Sun Yat-sen e o PCC de Mao, independentemente de suas diferentes propostas de organização econômica e social, atuaram como agentes impulsionadores do novo sentimento nacionalista.

Uma vez que Sun Yat-sen,³⁶⁵ apesar e por causa de suas qualidades pessoais, não logrou tornar-se o grande líder chinês da primeira metade do século passado, legando a Chiang Kai-shek o controle do Kuomintang e da China sob o assédio do Japão, foi Mao Tsé-tung e o PCC que melhor herdaram e deram novo impulso à tradição nacionalista chinesa. Em parte pelas circunstâncias da ocupação estrangeira, em parte pela profunda consciência da especificidade do caso chinês, Mao soube temperar a sua versão de comunismo não com o internacionalismo marxista, mas com um

³⁶⁴ Barraclough, Geoffrey. *An Introduction to Contemporary History*. New York, Penguin Books, 1987 (1964), pg. 181.

³⁶⁵ Embora tenha sido um dos pais do nacionalismo chinês e fundador do Kuomintang, Sun Yat-sen teve uma formação cosmopolita: nascido em Guangdong, perto de Macau, cresceu no Havaí, formou-se em medicina em Hong Kong, viveu em Londres (onde foi preso e depois solto pela Legação chinesa) e fomentou a revolução republicana e nacionalista a partir de Tóquio. Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 279-280. Para Spence, “Sun’s views were fundamentally nationalist and republican, although elements of socialism were present too.” Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 261.

forte pendor de anti-imperialismo leninista e de valorização da nacionalidade chinesa. Antes mesmo de entrar no PCC, Mao Tsé-tung havia sido membro do Kuomintang de Xangai e defendido o anti-imperialismo e o nacionalismo como as bandeiras principais da China. Para Paul Johnson, uma forma de patriotismo radical era a fonte do pensamento de Mao, que não precisou fazer a transição do internacionalismo para o nacionalismo, como Mussolini fez em 1914: “he was a nationalist *ab initio*, like Atatürk.” Ainda para Johnson, o nacionalismo cultural de Mao derivava não de um sentimento de opressão, mas de uma “indignada consciência da superioridade afrontada”: ele conta que, em 1924, Mao levou um amigo chinês, recém-chegado da Europa, para ver a famosa placa no parque de Xangai: “Proibida a entrada de chineses e de cães”.³⁶⁶ De fato, o nacionalismo de Mao sobrepunha-se, muitas vezes, ao seu Marxismo, como na campanha de “retificação” do PCC, em fevereiro de 1942, antes da tomada do poder, em que Mao teria procurado, na formulação de Johnson, “to cure the CCP of barren abstract Marxism and make it aware of Chinese history.”³⁶⁷

Mao Tsé-tung foi o continuador de uma tradição chinesa de nacionalismo que remontava à Rebelião Taiping (1851-1864), com seu componente anti-manchu; ao Movimento de Autofortalecimento durante a chamada “restauração Qing”, por volta de 1860;³⁶⁸ à Revolta dos Boxers (1900), cujo lema era “Support the Qing, destroy the foreign”;³⁶⁹ a todo o sentimento anti-Qing e anti-imperialista que prosperou nos suspiros finais da dinastia, como no caso do boicote de 1905, em função do tratamento discriminatório dos EUA contra os imigrantes chineses;³⁷⁰ à própria Revolução nacionalista e republicana de 1911-12, alimentada pelo sentimento anti-ocidental e anti-manchu; e, sobretudo, ao Movimento de Quatro de Maio de 1919, que é

³⁶⁶ Johnson, Paul. *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 197.

³⁶⁷ *Ibid.*, pg. 443-444.

³⁶⁸ Movimento cujo mote era “pensamento chinês como estrutura fundamental; pensamento ocidental para uso prático”, ou seja, a defesa do modo de pensar chinês com uso de instrumentos e tecnologia ocidental. Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 217.

³⁶⁹ A dinastia Qing buscou, de forma oportunista, aliar-se ao movimento dos Boxers sob a bandeira da rejeição e do rechaço do imperialismo. A Imperatriz Cixi, que se havia acomodado antes com o jugo estrangeiro, declarou guerra a todas as potências em junho de 1900. *Ibid.*, pg. 230.

³⁷⁰ *Ibid.*, pg. 245.

considerado um marco do nacionalismo chinês.³⁷¹ Na ocasião, três mil estudantes e intelectuais protestaram em Tiananmen, em Pequim, e logo em outros pontos do país (Tianjin, Xangai, Nanjing, Wuhan, Fuzhou, Guangzhou), contra o Tratado de Versailles e a aceitação pelo Governo chinês da transferência ao Japão das concessões alemãs na província de Shandong.³⁷² Os protestos dos estudantes e intelectuais duraram mais de um ano e passaram a incorporar, crescentemente, operários e sindicatos. Para Jonathan Spence, “such a concentrated outpouring of intellectual exuberance and doubt had not been seen in China for over two thousand years.”³⁷³ O espírito do “Quatro de Maio” voltaria a manifestar-se na forma do “Movimento pelo Restabelecimento dos Direitos” (“Rights Recovery Movement”), deflagrado em 30 de maio de 1925 como uma grande onda de protestos contra os privilégios previstos nos tratados desiguais. Houve graves incidentes em Xangai – onde a Inglaterra mantinha em sua concessão nada menos do que 40 mil soldados –, em Guangzhou e em Hong Kong, onde foram realizados boicotes e greves contra os ingleses.

Toda essa comoção nacionalista atingiria seu ponto mais alto e dramático com o progressivo assédio de Tóquio, como no ultimato das 22 demandas, em 1915, e a enorme violência da ocupação japonesa, que se iniciou com a invasão da Manchúria, em 1931, e de Xangai, em 1932, e foi levada a cabo de forma total a partir de 1937, o começo antecipado da Segunda Guerra Mundial para os chineses. De 1937 a 1945, grande parte da população chinesa, presente no litoral e nas grandes cidades, esteve sob o controle das tropas nipônicas. Hobsbawn considera que, no século mais assassino da história,³⁷⁴ a guerra do Japão contra a China, entre 1937 a 1939, foi superada em número de mortes apenas pelas duas guerras mundiais³⁷⁵, tendo sido

³⁷¹ Para o historiador J.A.S. Grenville, o “Quatro de Maio” seria “later seen as marking the moment when China reasserted her national identity once more in angry response to imperialism”. Grenville, J.A.S. *A World History of the 20th Century, Volume I, Western Dominance 1900-1945*. Londres, Fontana Press, 1989.

³⁷² Um telegrama tardio fez toda a diferença nesse caso. Spence conta que o Presidente chinês, preocupado com os protestos deflagrados pelo Quatro de Maio, enviou um telegrama para a delegação chinesa em Versailles com a instrução de que não aceitasse os termos do acordo. Mas o telegrama foi mandado tarde demais para chegar a Versailles antes da data-limite de 28 de junho de 1919 para a assinatura do Tratado. Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 3.

³⁷³ *Ibid.*, pg. 272.

³⁷⁴ Na expressão de Brzezinski, o século XX, o mais violento de todos, foi o das chamadas “megamortes”, que teriam vitimado 187 milhões de pessoas. Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 12.

³⁷⁵ *Ibid.*, pg. 24.

mais letal do que todas as demais guerras do período, da Coreia e do Vietnã inclusive. Somente o “Massacre de Nanjing”, ocorrido em 1938, já teria sido responsável por deixar um trauma profundo entre os chineses, pelo sentido de ultraje da nacionalidade.³⁷⁶

Foi nesse contexto de dor e revolta diante da crueldade e da extensão espacial e temporal da ocupação japonesa, que o PCC cresceu e tornou-se uma peça central na resistência ao invasor, ao lado do Governo do Kuomintang. Não é por outra razão que o nacionalismo pode ser considerado um dos fundamentos genuínos da Revolução comunista. Se a Revolução de 1911 e o Kuomintang (“Partido Nacionalista”), como o seu nome já diz, nasceram sob o signo do nacionalismo como ideologia fundadora, também o PCC, aliado do Kuomintang até 1927, quando da traição de Chiang Kai-shek e do massacre de Xangai, foi fortemente marcado pelo sentimento de afirmação de uma nacionalidade chinesa humilhada pela ocupação e ganhou impulso político em grande medida por causa da guerra. Segundo Hobsbawn, “resistance to the Japanese conquest of China is what turned the Chinese Communists from a defeated force of social agitators, which they were in the middle 1930s, into the leaders and representatives of the entire Chinese people.”³⁷⁷ Não fosse a invasão japonesa, os comunistas teriam tido dificuldades ainda maiores para derrubar o Governo do Kuomintang, de que são exemplos a Longa Marcha em direção ao noroeste, em 1934, decorrente do abandono forçado das bases do PCC no centro-sul, e a crescente extensão do domínio territorial do Kuomintang até a invasão japonesa, em 1937. Ironicamente, foi a retirada para o interior, após os contratemplos e a repressão pelo Kuomintang nas cidades, que fez com que Mao e a sua tese da revolução comunista baseada no campo e na bandeira nacionalista triunfassem dentro do PCC, do qual ele se tornou líder incontestado.

³⁷⁶ Na descrição de Paul Johnson, “for four weeks the streets of the city were given over to one of the largest-scale massacres in history. Men, women and children, said an eye-witness, ‘were hunted like rabbits. Everyone seen to move was shot.’ Some 20.000 male Chinese civilians of military age were marched out into the countryside and killed by bayoneting and machine-guns. (...) The killings went on until 6 February 1938, and by then between 200,000 and 300,000 Chinese were dead. Even an official Nazi embassy report described the scenes as ‘the work of bestial machinery’.” Johnson, Paul. *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 318.

³⁷⁷ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 463-464.

Para John Fairbank, saber se a Revolução Comunista foi bem-sucedida como resultado da bandeira nacionalista ou da doutrina comunista em si não é uma questão essencial, pelo fato de que o PCC já representava não o Comintern, mas o que o historiador chamou de “comunismo nacional”, dado que sua doutrina nascera da experiência prática em povoados do interior e conquistara os intelectuais “in a grand scheme of world salvation.”³⁷⁸ Mas não foi apenas da experiência rural, como quer Fairbank, que o nacionalismo do PCC se nutriu. Toda a simbologia do nacional usada pelo Partido valeu-se de referências e de símbolos da cultura chinesa do período imperial. Como recorda Benedict Anderson, o restabelecimento, logo após a Revolução de 1949, de Pequim como a capital, e mesmo a localização do poder político em torno da Cidade Proibida³⁷⁹ tinham um óbvio componente de referência e validação histórica: “In fact, there are very few, if any, socialist leaderships which have not clambered up into such worn, warm seats.”³⁸⁰ Não surpreende, por exemplo, a admiração de Mao Tsé-tung por Ch’in Shih Huang-Ti, o Qin fundador do Império chinês no século III a.C.. Paul Johnson, sempre crítico de Mao, não resiste à ironia: “Like the emperors, he ploughed a symbolic annual furrow, used the Imperial City for his residence and gave calligraphic instructions for monuments.”³⁸¹

Se o PCC e a Revolução de 1949 rompiam, de certa maneira, com a tradição internacionalista do comunismo, não deixavam de inaugurar, na verdade, uma tendência de mudança mais ampla, decorrente da eclosão de revoluções comunistas no Terceiro Mundo. Para Benedict Anderson, desde a Segunda Guerra Mundial, toda revolução bem-sucedida “has defined itself in *national* terms” – da Revolução comunista chinesa à vietnamita – e ao fazê-lo, “has grounded itself firmly in a territorial and social space inherited from the prerevolutionary past.”³⁸² O contraste, neste caso, é com o proclamado internacionalismo não apenas de Marx, para quem diferenças

³⁷⁸ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 317.

³⁷⁹ Como diz Spence, “the Forbidden City symbolized the majesty of the Chinese emperor.” Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 7.

³⁸⁰ Anderson, Benedict. *Imagined Communities*. Londres, Verso, 1983, pg. 145.

³⁸¹ Johnson, Paul. *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 546.

³⁸² Anderson, Benedict. *Imagined Communities*. Londres, Verso, 1983, pg. 12.

étnicas e bandeiras nacionalistas eram manipuladas pelas classes dominantes e conservadoras como forma de melhor camuflar conflitos de classe, mas das próprias revoluções anteriores à Segunda Guerra, como a russa, de 1917, que levou à criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, alegadamente um conjunto de repúblicas e, portanto, de nacionalidades. Também Hobsbawn considera que “Marxist movements and states have tended to become national not only in form but in substance, i.e., nationalist,”³⁸³ e isso porque as revoluções comunistas pós-Segunda Guerra, por ocorrerem em países invadidos em guerras ou dominados como colônias, tiveram um forte componente anticolonial, de restauração ou inauguração da nacionalidade.

Após a Revolução de 1949 e ao longo das primeiras décadas do PCC no poder, apesar das proclamações de Mao Tsé-tung em favor do Terceiro Mundo e do ativismo internacional de Chu En-lai, tampouco se viu uma atuação dos comunistas chineses na linha de um maior ecumenismo e internacionalismo.³⁸⁴ Para Hobsbawn, quão desimportante o velho ecumenismo se havia tornado foi demonstrado pela China, que, embora ainda usasse da retórica da revolução global, “seguiu uma incansável política nacional e autocentrada que a levou, nos anos 1970 e 1980, a um alinhamento com os EUA contra a URSS e a conflitos armados tanto com a URSS quanto com o Vietnã,” dois vizinhos comunistas.³⁸⁵ Não deixa de ser irônico que, apesar da tradição chinesa de introversão e até mesmo de certo pacifismo no relacionamento com o entorno (como será visto no Capítulo 5), a China comunista inaugurou uma modalidade de conflito inédito até então, a de guerras entre países de proclamação marxista: primeiro, os conflitos de fronteira entre a China e a URSS, em 1969, e, posteriormente, os conflitos entre a China e o Vietnã, em 1979, embora este tenha sido precedido e, de certa maneira, motivado pela invasão do Camboja pelo Vietnã, igualmente de inspiração

³⁸³ Citado por Anderson, Benedict. *Imagined Communities*. Londres, Verso, 1983, pg. 12.

³⁸⁴ Isso não significa que o Maoísmo não teve apelo internacional. Sua influência fez-se sentir seja em movimentos revolucionários nacionais no exterior (como o Sendero Luminoso, no Peru), seja até em correntes ou movimentos ocidentais (como na vaga inspiração de certas linhas das manifestações de Maio de 68). O que não houve foi uma significativa extroversão chinesa no sentido de fomentar revoluções no exterior (na forma de um Comintern alternativo, liderado pelos chineses) ou de considerar que a revolução em outros países seria indispensável para a sobrevivência da própria revolução chinesa.

³⁸⁵ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 447.

marxista. Na lógica do PCC, os interesses nacionais sobrepujam-se a qualquer consideração de fundo doutrinário, mesmo porque seria uma façanha teórica justificar ou explicar, à luz da doutrina marxista, um conflito entre dois países comunistas.³⁸⁶

Mesmo que o PCC tivesse, depois do sucesso da Revolução de 1949, buscado reverter sua linha de atuação original, no sentido de esvaziar o discurso nacionalista e adotar princípios mais internacionalistas, a conjuntura externa criaria obstáculos à mudança. Na verdade, nem a Revolução de 1949 interrompeu a condição da China, no século XX, de ver-se confrontada sempre e recorrentemente com a ameaça de intervenção ou ocupação por uma grande potência estrangeira. Nas palavras do historiador Peter Calvocoressi, “China used to having powerful enemies. Britain and Germany had been succeeded in this role by Japan, and Japan in 1945 by the United States – especially after the outbreak of the Korean War. The USSR, superficially a natural ally, had turned out within a decade to be an enemy, a foreign power whose goodwill China had mistakenly, if for a short space, allowed itself to become over-dependent.” Como diz Calvocoressi, num contexto como esse, os líderes chineses inclinavam-se para um nacionalismo de forma ainda mais pronunciada do que seria de esperar depois de meio século de impotência e revolução, e buscavam “reassurance in their country’s vast size and splendid history, their faith in the revolution which they had made and an optimistic view of world politics.”³⁸⁷ A ameaça de intervenção de uma grande potência estrangeira – primeiro os EUA, depois a URSS – e a atitude de Pequim de não se deter diante da ameaça – primeiro com a entrada na Guerra da Coreia, depois com o rompimento e os conflitos de fronteira com a URSS – tornavam inevitável a manutenção pelo PCC de um forte discurso de defesa do país e de valorização da nacionalidade.

A manutenção do discurso nacionalista tinha, no entanto, outra função central no projeto do PCC de construção da China comunista. Na visão de Ernest Gellner, o nacionalismo é um instrumento da sociedade que precisa crescer economicamente, que precisa mobilizar-se para o desenvolvimento nacional. Este era o caso da China pós-1949, cujas condições econômicas e sociais haviam sofrido um processo de forte degradação ao final da dinastia Qing, no período de conflitos civis do entre-Guerras e, sobretudo, durante a

³⁸⁶ Anderson, Benedict. *Imagined Communities*. Londres, Verso, 1983, pg. 11.

³⁸⁷ Calvocoressi, Peter. *World Politics since 1945*. Londres, Longman, 1987 (5a edição), pg. 75.

Segunda Guerra Mundial. A China herdada pelos comunistas era um país desestruturado economicamente, miserável socialmente e caótico politicamente. O desenvolvimento da base industrial e a incorporação de parte da população a padrões mínimos de consumo exigiam a mobilização da sociedade, e não surpreende que o PCC e Mao, em particular, se tenham valido permanentemente de campanhas de massa, como se viu no capítulo anterior. Segundo a análise geral de Gellner, o ápice do apelo nacionalista ocorre nos momentos de grande disparidade entre populações plenamente incorporadas e aquelas às portas do novo mundo: “Its (referindo-se ao nacionalismo) acute stage arose, as stated, at the time of the maximal gap between the industrially incorporated, politically and educationally enfranchised populations, and those at the gate of the new world but not yet inside it.”³⁸⁸ O caso da China é particularmente significativo a esse respeito, porque também envolve a ideia de restauração de um passado de grandeza e de reafirmação do orgulho nacional diante de antigas potências, que, para usar uma expressão tão cara aos chineses, fizeram com que a China “perdesse a face”, se desmoralizasse em função das intervenções e do domínio estrangeiro. Como diz Braudel, “Chinese nationalism today, fierce and virulent as it is, can be seen as revenge – the firm decision to become a great nation, *the* great nation, whatever the cost.”³⁸⁹

É contra esse pano de fundo histórico, de uma nação que precisa reabilitar-se, que o PCC mantém o discurso nacionalista e, mais do que isso, aproveita-se do orgulho nacional derivado do acelerado crescimento econômico e da gradual projeção internacional da China como forma de legitimar-se no poder em quadro de ambiguidade ideológica. Embora sejam elementos valorizados por qualquer sociedade, desenvolvimento econômico e ascensão internacional parecem ser elementos especialmente prezados pela população chinesa, pois, além dos efeitos óbvios sobre as condições de vida, contribuem para o sentimento de restauração de uma dignidade violada.³⁹⁰

³⁸⁸ Gellner, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford, Basil Blackwell, 1983, pg. 113.

³⁸⁹ Braudel, Fernand. *A History of Civilizations*. New York, Penguin Books, 1987 (1993), pg. 213.

³⁹⁰ Como afirma Hélio Jaguaribe, “a manutenção da presente tendência progressista da economia chinesa, e do crescente poder internacional do país, consulta os melhores interesses (...) da sociedade chinesa.” Jaguaribe, Hélio. *Um Estudo Crítico da História*. São Paulo, Paz e Terra, 2001, Volume II, pg. 231.

Para Merle Goldman, as novas gerações de líderes do PCC estão plenamente conscientes disso. Em contexto de crescente abertura da China ao exterior e de aumento da diversidade interna, por conta dos ritmos distintos de crescimento entre as províncias, os líderes pós-Deng e seus porta-vozes intelectuais têm reenfocado a necessidade de unidade política e ideológica: “em plena virada do século, eles também têm reavivado o espírito de nacionalismo que havia sido usado para forjar a unidade nacional nas primeiras décadas do século passado.”³⁹¹ A vantagem do uso da bandeira nacionalista, e uma das razões do continuado apoio dado ao PCC, é a possibilidade de unir as forças mais diversas do espectro político chinês, uma vez que o nacionalismo é valorizado por praticamente todas as correntes do Partido e pelos movimentos ideológicos e políticos mais importantes da China contemporânea, à exceção dos movimentos liberais. Como diz Goldman, “with the exception of the liberals, these schools of thought – neo-Maoist, Confucian, new left, and neo-conservative – also increasingly expressed the nationalist sentiments generally embraced by younger intellectuals and urban youth.”³⁹²

O nacionalismo tem sido um instrumento central na estratégia do PCC de angariar apoio junto aos jovens urbanos. Para Susan Shirk, “nationalist emotions run strong among college youth and sometimes erupt into mass action.”³⁹³ Os estudantes constituem o segmento mais ativo em manifestações e mobilizações políticas da história recente da China – do Movimento do Quatro de Maio de 1919 a Tiananmen –, e o enorme crescimento da população universitária, que chegou a 23 milhões de estudantes em 2007, mais do que em qualquer outro país no mundo, ao mesmo tempo em que se enquadra no projeto de modernização da China, preocupa o Governo e o PCC, pelo receio de que uma desaceleração econômica brusca crie uma massa de desempregados politicamente engajados.³⁹⁴ Depois de Tiananmen, o Governo chinês lançou uma “campanha de educação patriótica” nas escolas e nos meios de comunicação de massa, e, a partir de 1994, as escolas lançaram

³⁹¹ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 442.

³⁹² *Ibid.*, pg. 445.

³⁹³ Shirk, Susan L., *China: Fragile Superpower*. Oxford, Oxford University Press, 2007, pg. 61.

³⁹⁴ Em função desse temor, o Governo decidiu, em 2006, reduzir o antes vertiginoso aumento anual de matrículas universitárias. Shirk, Susan L., *China: Fragile Superpower*. Oxford, Oxford University Press, 2007, pg. 67.

novos cursos e concursos para estimular o sentimento de lealdade ao país, como os prêmios de avaliação dos cem livros e dos cem filmes mais patrióticos, todos escolhidos pelo PCC. Particular atenção é dada à lembrança das atrocidades cometidas durante a ocupação da China por potências estrangeiras ao longo do “século de humilhação”. É nesse contexto que se enquadra também a política deliberada do PCC de aumentar as adesões de universitários ao Partido, como se viu anteriormente, e a tentativa de canalizar a vocação oposicionista dos jovens para causas e protestos que não coloquem em risco o *status quo*. Demandas ou manifestações nacionalistas são as mais frequentes, mas o Governo sabe que tem um controle relativo do processo. Na visão de Edward Friedman, “Chinese nationalists experience themselves not as victims manipulated by political interests at the state center but as pure patriots who know the truth and will not be fooled.”³⁹⁵

Os principais protestos nacionalistas promovidos pelos jovens chineses voltam-se, sintomaticamente, contra os antigos inimigos da China, em especial o Japão e os EUA. Em 1999, estudantes protestaram em frente à Embaixada e ao Consulado norte-americanos em Pequim, por conta do bombardeio da Embaixada da China em Belgrado. Em 2001, para que não se repetisse o cerco às missões dos EUA, o Governo chinês teve de reter os estudantes nas universidades após a colisão entre um avião de espionagem norte-americano e um jato chinês sobre o território da China. Como diz Susan Shirk, o Partido trata os estudantes “more gently than any other group, coaxing them back to their campuses, because it wants at all costs to avoid another Tiananmen.”³⁹⁶ Já os protestos contra o Japão são ainda mais frequentes e atingiram proporções preocupantes para o Governo em abril de 2005, por conta das visitas do então Primeiro-Ministro Koizumi ao templo Yasukuni, onde se encontram os restos mortais de criminosos de guerra japoneses. Os estudantes exigem o reconhecimento por Tóquio das atrocidades cometidas antes e durante a Segunda Guerra, e mudanças no conteúdo dos livros didáticos das escolas japonesas, reivindicações do próprio Governo chinês.

Há, na verdade, muitas possibilidades de invocação, pelo PCC, de temas que alimentam o nacionalismo e que podem ser utilizados politicamente em caso de perda de popularidade do Partido. A recuperação de Taiwan é a

³⁹⁵ Citado por Shirk, Susan L., *China: Fragile Superpower*. Oxford, Oxford University Press, 2007, pg. 63.

³⁹⁶ *Ibid.*, pg. 61.

principal delas, e muitos julgam que, dado o grau de indignação entre os chineses pela perda da ilha – conteúdo permanente do ensino chinês –, eventual escalada no tratamento da questão de Taiwan poderia ser uma forma de arregimentar apoio interno em situações extremas, de grave crise de legitimidade do Partido. O PCC e o Governo têm, no entanto, agido com cautela no fomento ao nacionalismo mais militante, de protestos e manifestações, pelos riscos de que os movimentos acabem degenerando em uma xenofobia agressiva ou se voltem contra o próprio Governo. Para Goldman, “growing nationalism could also become an outlet for expressing anger over increasing economic disparities and rampant official corruption.”³⁹⁷

Preocupações externas têm levado Pequim a adotar uma linha moderada em seu discurso nacionalista, especialmente pela considerável dependência chinesa dos mercados internacionais e, em particular, dos mercados norte-americano e japonês. O fato de a China, que sofreu tanto na sua interação com o mundo externo nos últimos duzentos anos, ter passado a beneficiar-se significativamente do acesso a mercados e capitais externos, a ponto de ser um dos países mais favorecidos pelo processo de maior integração da economia mundial, tende a limitar o uso que Pequim costumava fazer de um nacionalismo mais vocal. Como se viu no Capítulo 2, a dependência da China em relação às fontes externas de recursos energéticos e aos mercados exportadores como fator de crescimento econômico reduzem a possibilidade de uso do discurso da autossuficiência e da negação do internacional. Segundo Goldman, “in the late 1990s and again in 2005, the leadership tried to rein in the nationalist fervor lest it turn into xenophobia, which could spin out of control. It tried to ban books with nationalistic themes for fear that they would irreparably damage foreign relations, in particular, with Japan and the United States. In addition, it tried to stop protesters from demanding reparations from Japan or damaging Japanese enterprises in China so as not to frighten off Japanese investors.”³⁹⁸

Outro fator de preocupação de Pequim é a necessidade de conter os nacionalismos não-Han, tendencialmente separatistas em território chinês. O discurso nacionalista do PCC e do Governo tem de ser suficientemente amplo e ecumênico para englobar povos de origem não-chinesa (os muçulmanos do Xinjiang, os tibetanos, os mongóis) e suficientemente moderado para não inspirar

³⁹⁷ Goldman, Merle, “Epilogue: China at the Start of the Twenty-first Century”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 464.

³⁹⁸ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 446.

ou incitar nacionalismos adversos. Para Joseph Fewsmith, os dirigentes chineses vêm-se mostrando mais moderados e “liberais” do que a maior parte dos intelectuais chineses, como demonstra a atitude cautelosa e contida de Pequim por ocasião do bombardeio da Embaixada chinesa em Belgrado ou do pouso forçado do avião espião americano em Hainan.³⁹⁹

4.4 O PCC pós-comunista e a legitimação ideológica: o Confucionismo

Para muitos analistas da China contemporânea, uma das características do atual nacionalismo chinês é a tendência, no Governo e na academia, de revalorização do passado do país e de suas principais correntes de pensamento. Entre essas correntes, o Confucionismo tem sido a mais reavaliada e difundida. Segundo o Professor Lanxin Xiang, “China is in the process of rediscovering its own history and tradition of political thought. Confucian political philosophy has many superbly humanitarian and communitarian elements. The official language and the behaviour of the current leadership in Beijing have greater echoes to an enlightened period of a Chinese dynasty than to a typical Westernising Third World country.”⁴⁰⁰

Will Durant, para quem Confúcio foi e é “o filósofo mais influente da história mundial”, considera que o pensamento do sábio chinês moldou e dominou a mentalidade chinesa por dois mil anos, da ascensão da dinastia Han, nos séculos III e II a.C., à queda dos manchus, no começo do século passado.⁴⁰¹ Como diria Fernand Braudel, o Confucionismo não é apenas uma tentativa de explicar o mundo de forma racional; é também um sistema de ética política e social. Embora não chegue a ser propriamente uma religião, o Confucionismo constitui uma “atitude filosófica” que pode adaptar-se tanto a um pensamento religioso⁴⁰²

³⁹⁹ Citado por Oliveira, Amaury Porto de. “Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.46 (1), 2003, pg. 154.

⁴⁰⁰ Xiang, Lanxin. “China’s Eurasian Experiment”, in *Survival*, vol.46, n.2, Summer 2004, pg. 115.

⁴⁰¹ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 658 e 675.

⁴⁰² Segundo Toynbee, o Neoconfucionismo já incorporava elementos do Taoísmo (como a cosmologia Ying-Yang) e do Budismo (elementos metafísicos que sempre faltaram ao Confucionismo). Toynbee, Arnold. *A Study of History*. Londres, Thames and Hudson, 1971 (1995), pg. 462 e 463.

quanto a uma visão cética e agnóstica.⁴⁰³ Em outras palavras, tem a flexibilidade de conciliar-se tanto com as religiões historicamente praticadas na China, como o Taoísmo ou o Budismo, quanto com doutrinas laicas, o que engloba, ao menos potencialmente, as versões chinesas de Marxismo.

Durant lembra que o objetivo principal de Confúcio era aplicar a filosofia à conduta pessoal e ao Governo.⁴⁰⁴ Sua filosofia serviria de modo ideal para estabelecer a ordem e manter a estabilidade, o que explicaria em boa medida a longevidade da civilização chinesa. Mais do que uma doutrina entre outras, o Confucionismo fundamentou o Estado chinês e deu coerência e unidade de pensamento à classe dirigente ao longo de todo o período.⁴⁰⁵ O concurso para recrutamento de funcionários do Estado com base nos clássicos confucianos iniciou-se no século I a.C., caiu em desuso no século IV d.C., mas foi reativado em 622, ano que marcaria, segundo Toynbee, a vitória oficial do Confucionismo sobre o Budismo.⁴⁰⁶ O exame público baseado nos clássicos confucianos só seria abolido em 1905, seis anos antes da queda da dinastia Qing e do fim do império.

De fato, muito do que Confúcio disse, e foi coligido por seus discípulos em livros como *Os Analetos*, convém a todo tipo de Governo e à manutenção do *status quo*. Confúcio pregava a ação pela virtude, como um código de ética individual do homem bom, obediente e solidário ao outro. O fundamento desse comportamento, que explica muito do funcionamento da sociedade chinesa, é o respeito à hierarquia, aos pais e à família: “Being good as a son and obedient as a young man is, perhaps, the root of a man’s character.(...) Give your father and mother no other cause for anxiety than illness”.⁴⁰⁷ Do amor à família nasce o desprendimento, que assegura a bondade e a solidariedade. No fundo é uma ética do homem que controla a si mesmo, que valoriza a frugalidade e o pudor, contra os três pecados da luxúria, da violência e da cobiça: “The gentleman seeks

⁴⁰³ Braudel, Fernand, *A History of Civilizations*. New York, Penguin Books, 1987 (1993), pg. 175.

⁴⁰⁴ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 667.

⁴⁰⁵ Toynbee, Arnold. *A Study of History*. Londres, Thames and Hudson, 1971 (1995), pg. 463.

⁴⁰⁶ De qualquer modo, apesar da predominância política do Confucionismo, o Budismo manteve-se com força expressiva na religiosidade e no pensamento chinês. Independentemente de sua legitimação ou perseguição pelo estamento político, o Budismo sobreviveu entre as massas. Toynbee, Arnold. *A Study of History*. Londres, Thames and Hudson, 1971 (1995), pg. 462.

⁴⁰⁷ Confucius, *The Analects*. Londres, Penguin Classics, 1979, pg. 59 e 64.

neither a full belly nor a comfortable home.”⁴⁰⁸ Confúcio defende a conduta pessoal fundada numa espécie de imperativo categórico, como Kant desenvolveria mais tarde. O indivíduo é a medida para o outro: “a benevolent man helps others to take their stand in so far as he himself wishes to take his stand, and gets others there in so far as he himself wishes to get there. The ability to take as analogy what is near at hand can be called the method of benevolence.(...) Do not impose in others what you yourself do not desire.”⁴⁰⁹

Também no caso da ação do governante, o fundamento maior é a virtude individual. À semelhança de Maquiavel, Confúcio ensina e julga os estadistas, mas a virtude para ele é entendida como a boa ação e o exemplo, não como a *virtu* maquiaveliana da astúcia do poder: “Guide them by the edicts, keep them in line with punishments, and the common people will stay out of trouble but will have no sense of shame. Guide them by virtue, keep them in line with the rites, and they will, besides having a sense of shame, reform themselves.”⁴¹⁰ Ou como na metáfora: “The virtue of the gentleman is like wind; the virtue of the small man is like grass. Let the wind blow over the grass and it is sure to bend.”⁴¹¹

A valorização da hierarquia e do respeito à autoridade, combinada à ideia de comedimento e frugalidade do indivíduo inserido no pequeno mundo da família, explica muito do êxito do Confucionismo em todo o período imperial. Com a aceleração do processo de urbanização no século XIX, com a inépcia de uma dinastia que perdia sua credibilidade e respeitabilidade, o Confucionismo perdeu espaço para doutrinas que davam conta do homem urbano menos dependente da família e mais diretamente inserido no mundo da economia moderna e do Estado, como o nacionalismo e o socialismo. Como diz Will Durant, “Confucionism tolerated the popular faiths on the assumption, presumably, that as long as there is poverty there will be gods; the Revolution, fondly believing that poverty can be destroyed, had no need of gods. Confucionism took agriculture and the family for granted, and formulated an ethic designed to maintain order and content within the circle of the home and the field; the

⁴⁰⁸ Ibid., pg. 61.

⁴⁰⁹ Ibid., pg. 85 e 112.

⁴¹⁰ Ibid., pg. 63.

⁴¹¹ Ibid., pg. 115-116.

Revolution is bound for industry, and needs a new morality to accord with urban and individual life.”⁴¹²

Se o Confucionismo deixou de ser a doutrina oficial com a queda do império e foi renegado como ideologia conservadora e feudal tanto pelos nacionalistas como pelos comunistas sob Mao Tsé-tung, especialmente no período da Revolução Cultural, não quer dizer que não tenha sobrevivido, de uma maneira ou de outra, na mentalidade chinesa. Para Graham Hutchings, “as an official creed of state, Confucianism collapsed with the Qing dynasty in 1911. As an intellectual orthodoxy, it was demolished eight years later by the May Fourth Movement. As a diffuse set of values which frame instincts and govern personal behaviour, it remains embedded in the hearts and minds of almost every Chinese, despite – and perhaps because of – the experience of Communism.”⁴¹³

A conciliação ideológica entre Marxismo e Confucionismo não parece, no entanto, cômoda. Enquanto o primeiro tende a enfatizar os conflitos de classe inerentes a uma sociedade e a vislumbrar a perfeição e a justiça no futuro, que seriam alcançadas por meio de rupturas com a velha ordem, o segundo valoriza a harmonia social e cósmica, a moderação e o comedimento e, sobretudo, as glórias e os exemplos do passado. A difícil acomodação teórica não impossibilitou, entretanto, fusões e combinações práticas. Diversas iniciativas do período sob Mao refletiam, de certa maneira, traços de uma mentalidade confuciana, como a valorização pelo PCC de homens exemplares – operários e soldados padrões –, que deveriam ser emulados por toda a sociedade, ou a ideia de que o instrumento central de transformação do homem é a educação, presente não apenas na ênfase dada ao ensino até a Revolução Cultural, mas também nas diversas campanhas de educação e reeducação do período maoísta.

A ascensão de Deng Xiaoping e a volta ao pragmatismo da liderança chinesa em fins dos anos 1970, embora apontassem para a necessidade de abertura ao exterior e de assimilação de visões mais modernas de condução do Governo, marcaram os começos de reavaliação deliberada do pensamento e doutrinas chinesas. Segundo Hélio Jaguaribe, “a versão humanista do

⁴¹² Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 817-818.

⁴¹³ Hutchings, Graham, *Modern China: A Guide to a Century of Change*. Cambridge, Harvard University Press, 2001, pg. 86.

Marxismo – que representa na verdade a concepção original de Marx – está mais próxima do Neoconfucionismo do que qualquer outra filosofia moderna. Nesse sentido, pode-se dizer que o Neomarxismo de Deng é uma reformulação do Neoconfucionismo, atualizado pelos chineses.⁴¹⁴ Já no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o PCC passou a adotar oficialmente uma visão mais respeitosa de Confúcio, com o argumento de que algumas de suas doutrinas, ainda que desenvolvidas no século VI a.C., tinham relevância para a China contemporânea.⁴¹⁵

A recuperação paulatina do Confucionismo e do pensamento tradicional chinês decorria tanto da perda de sustentação ideológica de um comunismo que deixava de verificar-se na prática, quanto de um crescente apelo junto à elite do Partido do chamado “modelo econômico asiático” dos países vizinhos, que cresciam a ritmo acelerado. Da mesma maneira que, na visão de Weber,⁴¹⁶ a ética protestante havia favorecido o desenvolvimento do capitalismo ocidental, na visão de alguns analistas asiáticos e ocidentais, o sucesso do Japão e dos NICs da Ásia derivava de uma ética confuciana fundada no respeito à hierarquia e ao trabalho. Conforme comenta Hobsbawn, “quando Lee Kwan Yew, de Cingapura, anuncia um “caminho asiático” e um “modelo econômico asiático”, um tema recebido com alegria por especialistas e ideólogos ocidentais do gerenciamento, não estamos diante da Ásia como um todo, mas dos efeitos econômicos geograficamente localizados na Ásia de Confúcio. (...) O protestantismo costumava ser o que abastecia o motor do capitalismo. Hoje, Calvino é *out* e Confúcio é *in*, tanto porque as virtudes protestantes não são muito identificáveis no capitalismo ocidental, quanto porque os triunfos econômicos da Ásia oriental ocorreram em países marcados pela herança confuciana – China, Japão, Coreia, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Vietnã – ou geridos por uma diáspora empresarial chinesa.”⁴¹⁷

Os confucionistas afirmavam que a modernização não significava ocidentalização, e que suas bases podiam ser encontradas na história chinesa

⁴¹⁴ Jaguaribe, Hélio. *Um Estudo Crítico da História*. São Paulo, Paz e Terra, 2001, Volume II, pg.126.

⁴¹⁵ Data também desse período a restauração da mansão Qufu, templo da família Kong, de descendentes de Confúcio, em Shandong, que havia sido destruída durante a Revolução Cultural. Hutchings, Graham, *Modern China: A Guide to a Century of Change*. Cambridge, Harvard University Press, 2001, pg. 86 e 87.

⁴¹⁶ Weber, Max, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1985.

⁴¹⁷ Hobsbawn, Eric. “Marx e História”, in *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pg. 233.

e nos preceitos confucianos, com a ênfase em educação, valores morais e comunidade. Em contraste com os ideólogos maoístas do passado, que diziam que o Confucionismo era um obstáculo à modernização, os novos defensores de Confúcio invocavam o exemplo dos vizinhos asiáticos que deram o salto de industrialização para demonstrar que seus preceitos podiam embasar uma modernização superior à ocidental. Eles alegavam, segundo Goldman, que um Confucionismo revivido “could provide the intellectual and cultural underpinnings for China’s rapid economic development while helping China avoiding the immorality and individualism of Western capitalism.”⁴¹⁸ Procuravam igualmente refutar as críticas de que o pensamento confuciano, embora instrumental para incentivar a disciplina individual e o desenvolvimento nacional em contexto de desordem política, era, nas palavras de Will Durant, “a shackle upon a country compelled by international competition to change and grow.”⁴¹⁹ Para eles, o Confucionismo não impedia a inovação e a mudança.⁴²⁰ Como diz Goldman, o Confucionismo ganhava, entre os intelectuais chineses, mais defensores do que as tentativas de ressuscitar o Maoísmo: “in the 1990s a small number of older ideologues tried to resuscitate Mao’s ideas. A larger contingent, among them a growing number of younger intellectuals, turned to the shared Confucian values and patriarchal structure that they claimed had made possible the economic miracle of East Asia’s four little dragons – Taiwan, South Korea, Singapore and Hong Kong.”⁴²¹

Os dirigentes chineses pós-Deng tornaram-se progressivamente mais tolerantes e favoráveis ao renascimento do Confucionismo. Na avaliação de Goldman, embora os defensores de Confúcio venham mais da academia do que do PCC, “the leadership found their views more in tune with their own goals.”⁴²² Nem mesmo a crise econômica asiática, em 1997, e as dúvidas que sobrevieram a respeito do êxito do modelo levaram a uma inflexão na tendência

⁴¹⁸ Goldman, Merle, “The Post-Mao Reform Era”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 444.

⁴¹⁹ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 676.

⁴²⁰ A principal tentativa de conciliar Confucionismo e modernização foi feita por Kang Youwei (1858-1927), um brilhante e excêntrico intelectual que, numa interpretação radical de Confúcio, buscou mostrar que o sábio era muito mais favorável a reformas do que à manutenção do *status quo*. Hutchings, Graham, *Modern China: A Guide to a Century of Change*. Cambridge, Harvard University Press, 2001, pg. 86 e 251.

⁴²¹ Goldman, op.cit., pg. 441.

⁴²² Goldman, op.cit., pg. 444.

de revalorização de Confúcio. Num gesto muito significativo da mudança da visão oficial sobre o sábio chinês, Pequim passou a chamar de “Institutos Confúcio” os centros de difusão da língua e da cultura chinesas no exterior.

Também a visão de Hu Jintao em favor da construção de uma “sociedade harmoniosa” enfatizava valores tradicionalmente associados ao Confucionismo, como moderação, benevolência, equilíbrio, numa tentativa de conter as tensões sociais decorrentes das reformas econômicas. O apelo ao Confucionismo parece, nesse sentido, enquadrar-se numa estratégia mais geral do PCC de incentivar determinados códigos de conduta e religiões como forma de valorizar a ordem e o bom comportamento moral. Como diz o jornalista Edward Cody, “religion, the party has decided, can also be useful in encouraging social harmony because it urges its followers to hew to a moral code.” Ele cita um discurso de Jia Qinglin, membro do Comitê Permanente do Politburo, para quem o PCC “must take full advantage of the positive role that religious figures and believers among the masses can play in promoting economic and social development.”⁴²³ O próprio Hu Jintao presidiu uma sessão especial de estudo do Politburo sobre a expansão do papel da religião na China, em que dois especialistas em religião do PCC fizeram uma apresentação sobre o tema para os 25 homens mais poderosos do Partido. Em seu discurso para o grupo, Hu Jintao teria afirmado que a força moral da religião poderia ser canalizada para o bem do Partido e incitado seus colegas a “closely unite religious figures and believers among the masses around the party and government, and struggle together with them to build an all-around moderately prosperous society while quickening the pace toward the modernization of socialism.” Também pela primeira vez, o tema foi incluído, em 2007, no Congresso do Partido, ocasião em que o Presidente chinês teria dito que a religião não mais deveria ser vista como uma sabotagem dos objetivos econômicos e sociais do PCC, mas como uma força positiva a ser usada na implementação de tais objetivos. Uma pesquisa realizada pelo Governo em 2007 teria estimado em 300 milhões o número de chineses que seguem uma ou outra religião, ou seja, aproximadamente ¼ da população total.⁴²⁴

Para o PCC, uma das preocupações centrais que vêm motivando o resgate dos preceitos morais contidos no Confucionismo e em religiões em

⁴²³ Edward Cody, “China’s Leader Puts Faith in Religious: Hu Sees Growing Spiritual Ranks as Helpful in Achieving Social Goals”, Washington Post Foreign Service, 20 de Janeiro de 2008.

⁴²⁴ Ibid.

geral é o aumento considerável da corrupção entre funcionários do Estado e do Partido. Embora seja um fenômeno que acompanhou a história da China – para Fairbank, “corruption has remained longer into modern times an accepted bureaucratic institution, unashamed and unafraid”⁴²⁵ –, a prática da corrupção teria atingido uma escala sem precedentes por conta da combinação entre acelerado crescimento econômico, desestatização e descentralização administrativa, especialmente na era Jiang Zemin, em que foi concedida maior autonomia provincial e local na regulação do mercado imobiliário e na desapropriação e confisco de terras para o desenvolvimento de grandes projetos. Estima-se que, entre 1996 e 2004, cerca de 100 mil quilômetros quadrados, algo como 5% da terra arável do país, tenham sido confiscados de camponeses para uso industrial ou comercial, ou para projetos de infraestrutura, o que teria proporcionado uma das fontes maiores de corrupção entre funcionários públicos.⁴²⁶ Reflexo da crescente preocupação do PCC com o tema é o aparecimento frequente na mídia oficial de matérias sobre casos de corrupção e prisões em nível local. A imprensa oficial divulgou, por exemplo, que somente em 2005 cerca de 45 mil filiados teriam sido expulsos do PCC por “comportamento inadequado”.⁴²⁷ Corrupção foi o tema que mereceu maior destaque no discurso de Hu Jintao por ocasião da comemoração dos 85 anos da fundação do PCC, em 2006. Na época, a Embaixada em Pequim avaliava que “a maior preocupação do PCC é com a perda de vitalidade interna gerada pela falta de coesão ideológica e pelo aumento da corrupção em seus quadros.”⁴²⁸

Entre os remédios usualmente indicados para reduzir o nível de corrupção em determinada sociedade – maior democratização do regime político, oposição e imprensa livre, pesos e contrapesos dentro do próprio Estado, maior institucionalização e impessoalização do sistema jurídico, e aumento do poder de fiscalização do Estado sobre autoridades locais – somente o último parece estar sendo adotado pelo Governo chinês. É nesse contexto que a ética confuciana – com sua ênfase na correção e na retidão pessoal – tem sido evocada como instrumento de combate a irregularidades e à má

⁴²⁵ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 182.

⁴²⁶ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, fevereiro de 2007.

⁴²⁷ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, julho de 2006.

⁴²⁸ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, julho de 2006.

conduta de funcionários. Conforme relato da Embaixada em Pequim, quadros do PCC estariam sendo obrigados a frequentar cursos de inspiração confuciana como forma de dissuadi-los de práticas de corrupção e outras irregularidades administrativas.⁴²⁹ De forma mais ampla, a revalorização da doutrina confuciana como embasamento de uma sociedade menos individualista, centrada na subordinação do interesse pessoal ao coletivo, tem sido estimulada pelo Partido e pelo Governo. O Confucionismo serviria, portanto, ao duplo propósito de “offer balm to an authoritarian state in ideological crisis”, na expressão de Hutchings,⁴³⁰ e de melhor doutrinar uma sociedade em estado de profunda transformação por conta do acelerado crescimento e das reformas econômicas.

4.5 Balanço das condições políticas para a ascensão da China como potência

Embora tenha vivido dois séculos de profunda instabilidade política, deflagrada pelo assédio de potências imperialistas e pela crise de legitimidade da dinastia Qing, a China parece ter entrado, desde o fim dos anos 1970, em período de relativa estabilidade institucional que poderá perdurar ao menos a curto e a médio prazo. Como se viu nos Capítulos 1 e 2, a China parece reunir o potencial de desenvolvimento material para tornar-se uma grande potência, mas em caso de uma reversão para o estado de crônica turbulência política que marcou sua história recente, corre o risco de não concretizar suas potencialidades. A dificuldade para a China, comum a quase todos os processos de desenvolvimento em outros países, mas particularmente aguda no caso chinês, é a íntima e mútua relação de causalidade entre sucesso econômico e estabilidade institucional. Se o êxito da economia depende, em grande medida, da normalidade da política, esta também se beneficia daquele. Assim, da mesma maneira que rupturas políticas derivadas de conflitos com o PCC ou dentro do PCC podem sustar o ciclo de crescimento econômico chinês, erros na condução da política economia, choques externos ou outros fatores que afetem gravemente a economia chinesa poderão minar a legitimidade do PCC e o *status quo* político, que se sustenta hoje,

⁴²⁹ Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, julho de 2006.

⁴³⁰ Hutchings, Graham, *Modern China: A Guide to a Century of Change*. Cambridge, Harvard University Press, 2001, pg. 86.

fundamentalmente, no acerto das políticas econômicas do Governo, mais do que no apelo de uma ideologia.

Descontados os riscos de choques por fatores exógenos ou imponderáveis (uma crise econômica mundial de proporções inéditas; uma pandemia de grave doença contagiosa, como a SARS ou a gripe aviária; uma agressão militar externa), o problema chinês continua a ser o de uma boa administração de potencialidades – bom governo e governabilidade –, que, embora possa ser considerada, até certo grau, uma tradição chinesa, haja vista a longevidade de seu Estado e de sua civilização, está longe de ser a característica predominante de sua história contemporânea, desde começos do século XIX.

Desde o ocaso do Maoísmo e a ascensão de uma liderança mais pragmática do PCC, a principal interrogação sobre o futuro da China é a dúvida sobre se o país entrou efetivamente numa fase de sustentabilidade da combinação entre êxito econômico e estabilidade política. Para Paul Kennedy, em texto publicado no final dos anos 1980, “if the PRC suffers from certain chronic hardships, its present leadership seems to be evolving a grand strategy altogether more coherent and forward-looking than that which prevails in Moscow, Washington, or Tokyo, not to mention Western Europe.” Mas Kennedy mesmo modera sua visão positiva da liderança chinesa e lança uma nota de cautela, tendo em conta a dimensão do desafio chinês: “difficulties of governing such a populous state, of reconciling the various factions (party, army, bureaucrats, farmers), and of achieving growth without social and ideological turbulence will test even the most flexible and intelligent leadership.”⁴³¹

Este capítulo procurou mostrar que, apesar da crise de identidade decorrente do esvaziamento do discurso de construção do comunismo, a liderança do PCC tem sido capaz de manter-se no poder pelo êxito de uma política de crescimento econômico acelerado e de uma gradual projeção internacional da China, política que se reveste de um discurso nacionalista moderado que tem atendido às necessidades simbólicas de um povo traumatizado pela história recente de subordinação a potências estrangeiras. O receio da população chinesa de que uma quebra do regime político – e a instabilidade daí decorrente – coloque em risco as conquistas sociais resultantes tanto do período sob Mao Tsé-tung quanto da era reformista que se seguiu é

⁴³¹ Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 447.

um fator inibidor dos segmentos sociais e dos potenciais movimentos de oposição que ousam questionar o atual *status quo* político, que, apesar de uma progressiva abertura em determinados procedimentos institucionais, continua a ser caracterizado pelo autoritarismo e pelo monopartidarismo. Como diz Goldman, o espectro das mudanças ocorridas na URSS e no Leste Europeu, “which haunts both China’s population and its leadership, has instilled a widespread belief that fundamental political change will lead to instability and will undermine the gains in livelihood and economic growth enjoyed by most Chinese in the post-Mao period.”⁴³² Os próprios esforços do PCC, no sentido de renovar-se ideologicamente com a incorporação de elementos tradicionais do pensamento chinês e de pluralizar-se por meio da cooptação de forças sociais emergentes, como os empresários e os estudantes, também contribuem para o sucesso do Partido em sua estratégia de reformar para não mudar, ou seja, em seu propósito de promover mudanças administrativas, sucessórias e eleitorais limitadas para não ter de alterar a estrutura fundamental do jogo político, em que o PCC continua a exercer o monopólio do poder na China.

⁴³² Goldman, Merle, “Epilogue: China at the Start of the Twenty-first Century”, in Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 465.



Capítulo 5: Algumas reflexões sobre a visão do Estado chinês acerca da ascensão da China

“All nations, big or small, should be equal; big nations should not bully the weak. China will never be a superpower and it opposes hegemony and power politics of any kind.”

Comunicado Conjunto EUA-China⁴³³

Independentemente das diferenças de tom das diversas expressões que as autoridades do Governo chinês já utilizaram e utilizam para caracterizar a trajetória de ascensão internacional do país – como “ascensão pacífica” (*heping jueqi*), ou “paz e desenvolvimento” (*heping yu fazhan*) –, o fato é que o projeto de elevação da China à condição de grande potência é central para o PCC. Seja por uma genuína convicção nacionalista dentro do Partido, que embasou a sua formação e a sua chegada ao poder em projeto socialista fortemente marcado pelo discurso patriótico, seja pela consciência de seus membros de que a sobrevivência política do Partido depende da apropriação do discurso da afirmação nacional, o PCC se utiliza hoje, extensamente, de instrumentos e símbolos associados à ascensão da China como potência,

⁴³³ Comunicado Conjunto EUA-China, Xangai, 27 de fevereiro de 1972 (primeira visita de Nixon à China), citado por Brown, Seyom. *The Faces of Power: United States Foreign Policy from Truman to Clinton*. New York, Columbia University Press, 1994, pg. 250.

desde a valorização do crescimento econômico e do fortalecimento militar até o desenvolvimento de uma diplomacia ativa e de um programa espacial de alta visibilidade. Coexistiriam, no entanto, diferenças de ênfase dentro do próprio Partido sobre a natureza da ascensão chinesa, entre os que defendem um enfoque mais voltado para o desenvolvimento econômico ou, alternativamente, para uma crescente ênfase na área militar, um enfoque mais pacífico ou mais assertivo, e que corresponderiam, também, a diferenças de visões no que diz respeito à alocação dos recursos do Estado. Examinados, nos capítulos anteriores, certos fundamentos materiais e de política interna da ascensão da China como potência, pretende-se neste capítulo final discutir, de forma mais genérica do que exaustiva, alguns aspectos da visão histórica da China sobre sua inserção no mundo, como forma de auxiliar a compreensão do papel que a China desempenha e desempenhará como potência no sistema internacional.

5.1 China: visão histórica do entorno e do mundo

Como se viu no Capítulo 3, um dos elementos centrais na visão chinesa sobre a relação entre a China e o mundo foi, historicamente, a questão da centralidade do império e da periferização – cultural e geográfica – do mundo externo, ou seja, a autoimagem da China como centro do mundo. Esta visão quase sempre foi acompanhada de um sentimento de relativa indiferença ao estrangeiro, julgado “bárbaro” na comparação com os chineses, sentimento que se traduzia frequentemente numa tendência ao isolacionismo, como se verificou em situações tão diversas quanto a interrupção do processo de exploração marítima extracontinental no século XV,⁴³⁴ a incapacidade de reação à ameaça e ao assédio das potências ocidentais no século XIX, ou o

⁴³⁴ Sobre o abandono (a proibição na verdade) das expedições marítimas no período Ming, Daniel Boorstin comenta: “Fully equipped with the technology, the intelligence, and the national resources to become discoverers, the Chinese doomed themselves to be the discovered.” Boorstin, Daniel. *The Discoverers*. New York, Vintage Books, 1985, pg. 201. Também Fairbank adota visão negativa do período: “anticommmercialism and xenophobia won out, and China retired from the world scene.” Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 139. O próprio itinerário das sete viagens de Zheng He já indica o desinteresse pelo diverso, pelo descobrimento. Como diz Fairbank, “these official expeditions were not voyages of exploration in the Vasco da Gama or Columbian sense. They followed established routes of Arab and Chinese trade in the seas east of Africa.” Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 138.

ensimesmamento político e diplomático do período da Revolução Cultural. Ao lado de uma tradição comercialista regional muito intensa, que se manifestou no desenvolvimento precoce de uma “Rota da Seda” pelo interior do continente, nos caminhos marítimos que levavam ao Sudeste Asiático e na diáspora econômico-comercial chinesa pela região, a China alimentou-se, paradoxalmente, ao longo de sua história, de um sentimento de superioridade e de autossuficiência que a fez mais ignorar do que cultivar o relacionamento com o externo.⁴³⁵

Em parte, essa tradição de autossuficiência política e cultural foi favorecida, segundo Will Durant, pelo relativo isolamento geográfico da China, sua localização entre o oceano a leste, o Himalaia ao sul e o deserto a oeste e ao norte, circunstância que lhe facilitou a segurança e a imutabilidade: “Hemmed in, through most of its history, by the largest ocean, the highest mountains, and one of the most extensive deserts in the world, China enjoyed an isolation that gave her comparative security and permanence, immutability and stagnation.”⁴³⁶ A circunstância do relativo “distanciamento” geográfico do resto do mundo, somou-se uma fácil comunicabilidade interna entre o norte e o sul, também derivada da geografia, e que contribuiu para a unidade política do país. Como lembra Jared Diamond, a China não é cortada por deserto, como a África, e foi beneficiada pela existência de dois grandes rios de comunicação, o Amarelo ao norte e o Yang-Tse ao sul, que puderam ser conectados por meio de canais: “All these geographic factors contributed to the early cultural and political unification of China, whereas Western Europe, with a similar area but a more rugged terrain and no such unifying rivers, has resisted cultural and political unification to this day.”⁴³⁷ Para Diamond, a desvantagem nesse caso é que, como visto no Capítulo 1, se a geografia facilitou a unidade, a unidade precoce, por sua vez, mostrou-se, mais tarde, um fator de rigidez política e de atraso, como na interrupção das grandes navegações do período Ming ou no bloqueio aos avanços tecnológicos na área mecânica.

⁴³⁵ A Grande Muralha talvez seja o símbolo mais gráfico da ideia de isolamento chinês, do projeto de hierarquização e separação entre o império central e o entorno bárbaro. Talvez nenhum outro povo tenha construído obra tão impressionante e grandiosa de isolamento e proteção, embora com resultados questionáveis, como demonstram as incursões mongóis e manchus.

⁴³⁶ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 640-641.

⁴³⁷ Diamond, Jared. *Guns, Germs and Steel, the Fate of Human Societies*. New York, W.W. Norton & Company, 1999, pg. 331.

A tradicional aversão dos confucionistas ao comércio e ao contato com o exterior tampouco ajudou a China a voltar-se para o mundo, e foi sentida particularmente durante as dinastias Ming (1368-1644) e Qing (1644-1912), em que o isolacionismo chinês atingiu seu ponto mais alto. Fora o frutífero contato inicial com os jesuítas,⁴³⁸ ao longo do século XVII, não houve entusiasmo pelo contato com estrangeiros. Os chineses proibiram a presença na China de missionários cristãos de 1724 a 1846. Para Fairbank, apesar do proveitoso período de presença dos jesuítas ao final da dinastia Ming, “to most Chinese, Christian missionaries seemed to be the ideological arm of foreign aggression.”⁴³⁹ Ao comentar, de forma mais geral, a relação de ódio e dependência dos chineses diante dos estrangeiros, Durant, que escrevia nos anos 1930, chegou a afirmar que “the disunity of China reflects and follows from the division that lies in the Chinese soul. The most powerful feeling in China today is hatred of foreigners; the most powerful process in China today is imitation of foreigners.”⁴⁴⁰

As descrições que os chineses faziam dos outros países continham, nas palavras de Jonathan Spence, “an exotic blend of mystical tales and fantasy in which foreigners were often likened to animals or birds and were described in patronizing or deliberately belittling language”.⁴⁴¹ Até mesmo a longa tradição de comércio exterior da história chinesa sofreu uma forte inflexão no período. Como conta Fairbank, “Chinese life from the start had had a maritime wing more or less equal and opposite to the Inner Asia wing. (...) sea-faring had developed in Neolithic times long before written history, a fact that accounts for Neolithic type-sites being found in Taiwan.” A navegação marítima havia facilitado, por exemplo, a conquista da região de Guangzhou e do norte do Vietnã já nas dinastias Qin e Han nos dois últimos séculos a.C.. O contato frequente com os muçulmanos sob a dinastia Yuan (1280-1368), de origem mongol, era feito tanto por terra, pela “Rota da Seda”, que cruzava a Ásia

⁴³⁸ Em tom um tanto anedótico, Jonathan Spence conta como um leão doado pelos jesuítas em Pequim ao então Imperador Kangxi, em 1678, contribuiu para o propósito da coroa de Portugal de reter Macau como colônia portuguesa. Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 65.

⁴³⁹ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 221.

⁴⁴⁰ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 817.

⁴⁴¹ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 119.

central, como por mar: “Chinese merchant junks began by at least the tenth century to trade at ports along the peninsulas of Southeast Asia and the islands of the East Indies.”⁴⁴² Já na época das expedições marítimas de Zheng He, entre 1405 e 1433, os bens chineses eram comercializados por todo o Sudeste e o Sul da Ásia, e mesmo na costa leste da África.

Segundo Fairbank, “as Inner Asians themselves, the Manchus (da dinastia Qing) also shared the Ming lack of interest in maritime trade and relations.”⁴⁴³ De maneira geral, havia, entre os líderes chineses, uma desconfiança diante do comércio, visto como “conducive to unrest and disorder”, nas palavras de Spence. Eles temiam que o comércio facilitasse a “disseminação para as potências estrangeiras de informações secretas sobre as defesas da China”, causasse uma evasão de metais preciosos e encorajasse a pirataria e outras formas de crime.⁴⁴⁴ As dinastias Ming e Qing dependiam mais do imposto sobre a terra do que do imposto sobre o comércio, numa sociedade em que a classe mercantil era inteiramente subordinada ao funcionalismo confuciano e à aristocracia fundiária. O declínio do poder naval da China no período Ming, por conta da proibição de construção de grandes navios, levou a um aumento da pirataria no Mar do sul da China, praticado por japoneses e chineses, mas a reação do império não foi o aumento da repressão, e sim o abandono total da navegação oceânica, com a expectativa de fazer secar a fonte dos piratas. “This defensive posture included restricting foreign trade by demanding that it all be in the guise of tributary trade. (...) The tribute system reached its high point under the Ming as a form of defense connoting not power but weakness.”⁴⁴⁵

O curioso sistema de relacionamento da China com os povos tributários do entorno foi um reflexo da autoimagem chinesa de superioridade civilizacional e autossuficiência econômica. Nas palavras de Fairbank, o sistema caracterizava-se por uma “reciprocal foreign relationship between superior and inferior.”⁴⁴⁶ Os emissários dos países tributários deviam reconhecer a superioridade chinesa por meio de uma linguagem subserviente nos documentos diplomáticos e da prática de prostrar-se, na forma de *kowtow*, diante do Imperador chinês em

⁴⁴² Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 191, 192-193.

⁴⁴³ *Ibid.*, pg. 150.

⁴⁴⁴ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 57.

⁴⁴⁵ Fairbank, John King. *Ibid.*, pg. 181 e 139.

⁴⁴⁶ *Ibid.*, pg. 112.

audiências imperiais.⁴⁴⁷ Comentando as expedições marítimas de Zheng He no período Ming, Daniel Boorstin lembra que o sistema tributário que dominou as relações da China com seus vizinhos asiáticos foi espantosamente diferente de qualquer outro a que estivesse acostumada uma mente ocidental: “a state bringing tribute to China was not submitting to a conqueror. Rather, it was acknowledging that China, by definition the only truly civilized state, was beyond the need of assistance. Tributes therefore were less economic than symbolic.” Um Estado tributário declarava sua disposição de desfrutar a benevolência da cultura chinesa, e, em troca, a China demonstrava “the generosity and abundance of the Central Kingdom”. Dessa perspectiva, somente a China era plenamente soberana na interação com os vizinhos, porque somente a China merecia, por razões civilizacionais, exercer a soberania plena.⁴⁴⁸

O relativo isolamento chinês também foi alimentado, em alguma medida, pelo trauma das ocupações externas, das permanentes invasões estrangeiras, de mongóis, manchus, e, mais tarde, já durante a dinastia Qing, de ingleses, franceses, russos, alemães e japoneses. O ensimesmamento histórico da China a fez muito mais vítima do que expoente do imperialismo, o que, como será visto mais adiante, talvez tenha decorrido tanto do sentimento de autossuficiência e relativa indiferença de um centro diante de um mundo periférico e culturalmente inferior quanto, na análise de alguns historiadores e sinólogos, de alguns elementos, presentes no Confucionismo, no Budismo e no Taoísmo, de negação da violência e de rejeição da mentalidade aquisitiva.

O desinteresse chinês pelas coisas estrangeiras ficaria evidente na dinastia Qing. A resposta do Imperador Qianlong à missão de Lord Macartney a Pequim, em 1793, já era sintomática da visão chinesa: “There is nothing we lack, as your principal envoy and others have themselves observed. We have never set much store on strange or ingenious objects, nor do we need any more of your country’s manufactures.”⁴⁴⁹ Não demoraria para que os ingleses encontrassem no ópio produzido na Índia um produto a ser introduzido em grande escala no mercado chinês, por meio do contrabando e das Guerras do Ópio, a fim de que pudessem reverter o déficit que mantinham com a China por conta das importações de chá e sedas e ainda arrancar uma série de concessões territoriais, financeiras e jurídicas de Pequim.⁴⁵⁰

⁴⁴⁷ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 118.

⁴⁴⁸ Boorstin, Daniel. *The Discoverers*. New York, Vintage Books, 1985, pg. 192-193.

⁴⁴⁹ Citado por Boorstin, Daniel. *The Discoverers*. New York, Vintage Books, 1985, pg. 196.

⁴⁵⁰ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 128-132.

Outra expressão da recusa do externo foi o estabelecimento muito tardio do Ministério das Relações Exteriores da China, criado somente nos anos 1860, após o trauma da ocupação de Pequim durante a Segunda Guerra do Ópio.⁴⁵¹ Não havia antes, propriamente, um ministério para tratar das relações com outros países, mesmo porque o pressuposto era de que, como comenta Jonathan Spence, os demais povos eram culturalmente inferiores e geograficamente marginais.⁴⁵² Ao descrever a administração imperial chinesa, Will Durant explica que havia um “Colonial Office, for managing such distant territories as Mongolia, Sinkiang, and Tibet; but there was no Foreign Office: China recognized no other nations as its equals, and made no provisions for dealing with them beyond arrangements for the reception of tribute-bearing embassies.”⁴⁵³

A China republicana, e em particular a China comunista sob Mao Tsé-tung, não reverteria essa tendência do país à autossuficiência e à introversão. O PCC do período esteve profundamente mergulhado no processo interno de reconstrução do país para dar atenção ao mundo exterior. Isso se fez sentir desde o começo, na própria ascensão do Partido Comunista Chinês, cujo principal relacionamento externo, com a URSS, foi marcado pelo interesse soviético em prestar apoio simultâneo ao PCC e ao Kuomintang de Chiang Kai-shek. Como afirma Spence, “Stalin insisted that the leadership provided by Chiang Kai-shek and his troops was critical in the “bourgeois-democratic” phase of the Chinese revolution.”⁴⁵⁴ Mesmo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, Stálin continuaria a privilegiar o KMT e chegou a recomendar a dissolução da guerrilha comunista chinesa sob Mao.⁴⁵⁵ A Longa Marcha, por exemplo, só havia contado com a participação de um estrangeiro, Otto Braun, professor alemão e especialista militar do Comintern, em contraste com o apelo internacional e o caráter um tanto cosmopolita de muitas das

⁴⁵¹ O “Waijiaobu” foi criado inicialmente como Comitê Especial, chamado de “Zongli Yamen”, sob o Grande Conselho do Império. Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 213.

⁴⁵² Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 117.

⁴⁵³ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 798.

⁴⁵⁴ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 352.

⁴⁵⁵ Também na questão da China e do apoio ao Kuomintang em detrimento do PCC, Trotsky foi um grande crítico de Stálin e teria dito que a revolução chinesa “cannot be stuffed into a bottle and sealed from above with a signet.” Citado por Spence, Jonathan, *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 357.

revoluções e movimentos comunistas em outros países.⁴⁵⁶ Os anos que se seguiram à Revolução de 1949 foram marcados por uma orientação um tanto xenofóbica do PCC, com campanhas de espionagem contra estrangeiros e colaboradores chineses e perseguição a missionários. Spence afirma que “by late 1950 almost all foreigners had left the country.”⁴⁵⁷ Ao contrário de alguns de seus companheiros de PCC, como Deng Xiaoping e Chu En-lai, que haviam vivido na França, Mao Tsé-tung pouco saiu do país, mesmo depois da Revolução de 1949.⁴⁵⁸ A atitude autorreferencial e a tendência ao isolacionismo não foram, portanto, marcas exclusivas do período da Revolução Cultural, momento de profunda introversão e repúdio às coisas estrangeiras, mas de certa maneira deram a tônica da China maoísta na sua interação com o mundo.

Nem a retórica terceiro-mundista de Mao Tsé-tung, traduzida no diligente trabalho diplomático de Chu En-lai no Movimento dos não-Alinhados ou no continente africano, chegou a converter-se, em termos práticos, em uma significativa projeção externa da China. Houve ensaios de liderança própria e gestos em momentos particulares, como o apoio à Albânia de Hoxha durante a Revolução Cultural, contra o chamado “revisonismo soviético” de Khrushchev, o que seria logo revisto por Deng após a queda da “Gangue dos Quatro”. Como disse Peter Calvocoressi, “Albania, one of China’s few friends, received little more than the rhetorical support which the Russians could be expected to put up with”⁴⁵⁹. Nas palavras de Eric Hobsbawn, embora o regime comunista chinês tenha passado a acusar a URSS de trair os movimentos revolucionários depois do cisma sino-soviético,⁴⁶⁰ a China não dispunha de “histórico comparável de apoio prático aos movimentos de libertação no Terceiro Mundo.”

Segundo Fred Halliday, a verdadeira razão para o cisma sino-soviético encontra-se no desejo de Khrushchev de alinhar a política externa chinesa à intenção russa de distensão e acomodação com o mundo ocidental, bem

⁴⁵⁶ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 73-74.

⁴⁵⁷ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 534.

⁴⁵⁸ Segundo Spence, a exemplo de Chu e Deng nos anos 1920, Mao “might well have gone to France had he had the contacts or the money, but he had little of either.” Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 322.

⁴⁵⁹ Calvocoressi, Peter. *World Politics since 1945*. Londres, Longman, 1987 (5a edição), pg. 75.

⁴⁶⁰ Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 372.

como na resistência russa ante o programa chinês da bomba atômica, demonstrada pela recusa soviética de honrar um acordo de 1957, pelo qual a URSS se havia comprometido a passar ao lado chinês dados que ajudariam na produção da bomba.⁴⁶¹ De certa maneira a revolução comunista em ambos os países não modificou fundamentalmente o tipo de relacionamento entre os dois impérios antigos que viveram uma história mais conflituosa do que amistosa, por razões geopolíticas acima de qualquer ideologia. Se, como lembra Hobsbawn, o império russo ortodoxo foi o único dos antigos impérios dinásticos-cum-religiosos a sobreviver à Primeira Guerra Mundial (já que caíram o Otomano e o Habsburgo), sob a forma agora de um império bolchevique, a revolução comunista não apagou da mente dos chineses a imagem de grandeza nem as humilhações do passado, incluídas aí aquelas derivadas das rivalidades com potências como a Rússia. Nesse sentido, tanto o cisma sino-soviético como a aproximação sino-americana de 1972, contra o inimigo soviético comum, não chegam a ser surpresas históricas.⁴⁶²

Ironicamente, o charme externo da China do período, com certo apelo para alguns movimentos revolucionários e marxistas desiludidos com os caminhos do socialismo soviético e europeu, era justamente o radicalismo de sua política interna e a sua introversão diplomática, traduzida na distância que Pequim mantinha, até a guinada de aproximação com os EUA de Nixon, do conflito central de poder da Guerra Fria. Na síntese de Calvocoressi, “there is always a certain grandeur about isolation. (...) Communist China made a virtue of its isolation and discounted the dangers by dwelling on a more distant future in which it would ultimately circumvent and disconfit the major powers whose hostility it had to bear in the present.”⁴⁶³

5.2 Autossuficiência, universalismo

A visão predominante entre os historiadores de que a China foi, tradicionalmente, um império autocentrado, sem maiores veleidades de projeção externa, é contestada por Toynbee. O historiador inglês refuta essa visão ao identificar no pensamento etnocêntrico da China imperial uma

⁴⁶¹ Halliday, Fred. *The Making of the Second Cold War*. Londres, Verso, 1983, pg. 160-161.

⁴⁶² Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 72.

⁴⁶³ Calvocoressi, Peter. *World Politics since 1945*. Londres, Longman, 1987 (5a edição), pg. 76.

pretensão universalista, uma vaga ideia de nação ou povo eleito. Após lembrar que o imenso território chinês se tem mantido unido sob um mesmo governo desde 221 a.C., com períodos eventuais de desunião e desordem, ele afirma que, “like the Pharaohs and the Emperors of Sumer and Akkad and the Achaemenidae and the Roman and East Roman Emperors, the Chinese Emperors regarded themselves, and were regarded by their subjects, as being the sole legitimate rulers of a “Middle Kingdom” that was, itself, the legitimate suzerain of “All that is under Heaven” (T’ien Hsia).” Para Toynbee, essa concepção do desiderato chinês, e a concretização prática dessa concepção na manutenção da unidade política da China por 2.600 anos (ou pelo menos de 221 a.C. a 1839 d.C.) deixou uma marca profunda na consciência do povo chinês. Foi com essa mentalidade que os chineses teriam atravessado o período de subordinação externa e mantido sua convicção universalista: “the Chinese people survived the ensuing century of humiliation at Western and Japanese hands, and, in the world of the late twentieth century, the Chinese are still the imperial people *par excellence*.”⁴⁶⁴ Para Toynbee, em decorrência da longa decadência chinesa nos últimos séculos, esse desejo de universalidade limitou-se a expressar-se, nos anos 1960, como pretensão a liderança ideológica quando do cisma sino-soviético: “in strictly political terms, China has now altered her claim to universality to the indirect form of claiming – as the Soviet Union also claims – to be the leading political vehicle of an ideology that, according to the doctrine of the present rulers of both Chinese and the Russian regional Empires, is the sole true faith in the world.”⁴⁶⁵

Por mais que se possam identificar elementos de universalismo na visão da China imperial ou da China comunista sob Mao Tsé-tung, a história do país é pobre em exemplos de situações em que os chineses buscaram converter outros estados à cultura chinesa ou a submetê-los a um controle político direto. Os povos tributários, por exemplo, nunca foram dignos de um trabalho de catequese política, cultural ou religiosa nem de efetiva exploração colonial. Lembra Daniel Boorstin, a propósito das expedições marítimas chinesas do período Ming, que “just as the Chinese were not traders or conquerors, so they were not crusaders. The Portuguese brought to Asia a peculiarly Western intolerance along with a ruthless determination to convert

⁴⁶⁴ Toynbee, Arnold. *A Study of History*. Londres, Thames and Hudson, 1971 (1995), pg. 443-444.

⁴⁶⁵ *Ibid.*, pg. 316.

the heathen. (...) The Chinese had quite another view of religion, a tradition of live-and-let-live.” Para o autor, “tolerância” é uma palavra fraca demais para caracterizar o “pluralismo complacente” dos exploradores chineses do período. As forças do navegador Zheng He não só não quiseram perseguir em nome de Deus os povos visitados, mas também “usaram de seus recursos para apoiar quaisquer religiões que os povos professavam.”⁴⁶⁶

Um possível paralelo, já na China comunista, dessa recusa à catequese do entorno, pode ser identificado no não-engajamento de Pequim na formação de um cinturão de Estados comunistas satélites na vizinhança imediata, ao estilo soviético. As intervenções militares da RPC no entorno foram voltadas antes para procurar assegurar direitos que os chineses julgavam históricos do que para instalar governos satélites ou aliados: a intervenção na Guerra da Coreia, a partir de 1950, para evitar a presença de forças hostis na fronteira com a Manchúria; a intervenção no Tibete, em 1950, para reincorporar um território que já havia sido controlado pela China; os conflitos com a URSS e a Índia, nos anos 1960, por conta de disputas de fronteira; ou a intervenção no Vietnã, em 1979, como reação à invasão vietnamita do Camboja. Apesar de ter sido um regime imperial poderoso em muitos momentos de sua longa história, a China pouco interveio em negócios internos de outros povos da região e quase não se valeu de uma índole proselitista tão típica de outras nações com pretensões imperiais, como a França revolucionária, a Inglaterra vitoriana e os EUA e a URSS durante a Guerra Fria.

Algum ensaio de proselitismo e liderança chinesa deu-se na África, durante os anos 1960 e 1970, com sucesso muito modesto. O propósito era o de exercer alguma influência por meio do apoio a movimentos revolucionários, em meio à retração da projeção e da militância soviética em quadro de *détente*. Como hoje, a escolha da África naquele momento como *locus* privilegiado da projeção externa chinesa decorreu tanto da extrema fragmentação política e do relativo vazio de poder no continente africano, em que nenhuma grande potência interna ou externa exerce um poder incontestado, quanto pelas potencialidades da África em termos de recursos naturais, acolhimento de trabalhadores e imigrantes chineses e votos na diplomacia multilateral. Como recorda Calvocoressi, “more broadcasting time was devoted to African listeners than even to southern Asians, but the results were disappointing for, by the time that China was ready to play a full part in world

⁴⁶⁶ Boorstin, Daniel. *The Discoverers*. New York, Vintage Books, 1985, pg. 193.

affairs, most of the nationalist movements in Africa had won power and independence and, being intent in retaining their power, were anything but insurrectionary and were suspicious of Chinese intervention in their affairs.” Para Calvocoressi, a queda de Ben Bella na Argélia, em 1965, marcou um revés importante nos esforços de projeção externa da China, equivalente à derrubada e ao massacre dos comunistas indonésios no mesmo ano.⁴⁶⁷

De maneira geral, não chegou a haver uma liderança ou ascendência comunista chinesa na África nem em qualquer outro continente. A China não logrou atrair mais do que uns poucos partidos comunistas do movimento socialista internacional, o qual, quando confrontado com a escolha, continuava a preferir Moscou a Pequim. Recorda Calvocoressi que somente os comunistas albaneses e neozelandeses mantiveram-se firmemente ao lado de Pequim: “elsewhere China caught the fancy of sundry malcontents in France or Egypt or Zanzibar, but these were countries with nationalist rather than internationalist preoccupations and with discontents which were peculiar to each of them and provided no basis for common politics.”⁴⁶⁸

5.3 Pacifismo, militarismo

Associado à discussão sobre a autossuficiência ou o universalismo na história da atuação externa da China está o tema da tradição pacífica ou militar do país. Predomina entre os historiadores a visão de que, ao longo de sua história, a civilização chinesa revelou-se, na relação com os demais povos, mais pacifista do que militarista, mais retracionista do que agressiva. Fairbank caracteriza a atuação externa da China imperial como “reasoned pacifism”, ao mesmo tempo “one of the glories of old China” e “one of its deepest weaknesses”, pela inabilidade de evitar a invasão e a conquista estrangeira. O historiador cita, como exemplo dessa atitude, o caso da dinastia Song do Sul (1127-1279), que, apesar da consciência de sua fraqueza militar e de sua atratividade cultural, recorria apenas a forças mercenárias originárias de setores marginalizados da sociedade, pelo desejo de manter a tradição de domínio civil sobre os militares: “civilian domination of the military was part of the ruling elite’s control of the state, but it left the state militarily weak.” Em tamanho e recursos militares a dinastia Song superava os povos Jin e, mais

⁴⁶⁷ Calvocoressi, Peter. *World Politics since 1945*. Londres, Longman, 1987 (5a edição), pg. 75.

⁴⁶⁸ Calvocoressi, Peter. *World Politics since 1945*. Londres, Longman, 1987 (5a edição), pg. 76.

tarde, os mongóis, mas a burocracia civil dos Song “tinha pouco gosto pela violência”, o que explicaria a derrota dos chineses diante dos invasores.⁴⁶⁹

Os historiadores que identificam um traço predominante de pacifismo na atuação externa da China imperial quase sempre o associam a uma índole quietista do Confucionismo. Ao analisar o pensamento confuciano, Will Durant diz que “its cold perfection froze the nation into a conservatism as hostile to progress as it was favorable to peace.”⁴⁷⁰ Fairbank, por sua vez, fala do profundo desdém da burocracia confuciana pelos militares: “so deep-laid was this dislike that the military were excluded from the standard Confucian list of four occupational groups or classes – scholar (*shi*), farmer (*nong*), artisan (*gong*), and merchant (*sang*).”⁴⁷¹ Os militares não eram mercedores de classificação porque os confucianos tomavam os praticantes de violência (*wu*) como seus inimigos mortais, por encarnarem a força bruta e o mal que confucianos tinham a tarefa moral de extirpar, em nome do comportamento civilizado. O recurso à força e à violência pressupunha a falta de cultura (*wen*), o atraso de uma mente incultivada. Para Confúcio, o governante deve adquirir e manter sua legitimidade por meio do exemplo e da boa conduta, não da força. A própria centralidade da civilização chinesa no mundo derivaria da superioridade de uma cultura que se sobrepõe à capacidade militar: “the early tenet of sinocentrism was that the superiority of *Zhongguo*, the Central State, in *wen* (culture and civilization) would inevitably dominate the mere military violence (*wu*) of the Inner Asian tribes.”⁴⁷²

O claro contraste entre os chineses e os “bárbaros” à volta sobre a importância da força militar estabelecia-se na própria forma de recrutamento dos soldados. O ideal clássico chinês era o de que todo camponês fosse também, ao menos em potencial, um soldado autossuficiente. Do período que vai da dinastia Qin (221-206 a.C.) à dinastia Han (206 a.C.-220 d.C.), o exército foi formado por meio do alistamento militar obrigatório: todo homem saudável deveria servir por dois anos. Na dinastia Sui (581-618) e no começo da dinastia Tang (618-907), foi usado o sistema de milícia *fubing*, pelo qual

⁴⁶⁹ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 109.

⁴⁷⁰ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 676.

⁴⁷¹ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 108.

⁴⁷² *Ibid.*, pg. 109, 111 e 112.

certas famílias, em troca de isenções de impostos, forneciam soldados e equipamentos. Já a dinastia Tang em seu final e a dinastia Song (969-1279) adotaram o sistema de arregimentação de mercenários, originários de segmentos sociais marginais. Em contraste com essa progressiva marginalização da figura do militar na China, as tribos da Ásia Central profissionalizaram progressivamente o recrutamento e passaram a valer-se de classes mais habilitadas para a guerra, como as de caçadores, nômades e cavaleiros. Como diz Fairbank, referindo-se à crescente fragilidade chinesa, que se traduziria nas invasões dos povos Jin e mongóis, “each farmer-a-soldier had been only an ideal, but each-hunter-a-soldier easily became a fact”⁴⁷³.

A rejeição confuciana tanto da guerra como da aplicação de novas tecnologias explica em parte a ironia de que a China esteve frequentemente na vanguarda mundial no que se refere ao aparecimento de vários inventos, mas raramente à frente quando se tratava de sua aplicação militar. Joseph Needham afirma, por exemplo, que a pólvora foi inventada por alquimistas chineses no século IX, mas recorda que, contra os invasores nômades do período, os chineses se limitaram a usar bombas simples e lanças em fogo. Segundo Fairbank, “this great breakthrough in military technology evidently had little significance for the classically trained Song statesmen. Here we find Confucianism slow to mount on the back of technology.”⁴⁷⁴

Além do Confucionismo, alguns historiadores identificam também no Budismo e no Taoísmo elementos que teriam contribuído para a valorização de uma índole pacifista na China. No caso do Budismo, o desprezo pelo mundo terreno e material e a ideia de renúncia e desambição estariam na origem da negação tanto da força militar como da mentalidade aquisitiva. Ao desprendimento e ao sentido de transcendência do Budismo, soma-se a passividade do Taoísmo, religião que prega a inação e a resignação ante a realidade. Não surpreende que o principal movimento rebelde de inspiração religiosa da China moderna tenha sido a Rebelião Taiping (1851-1864), que se inspirou não no Budismo ou no Taoísmo, mas num protestantismo importado que oferecia, nas palavras de Fairbank, “trumpet calls to a militant people on the march against their oppressors”.⁴⁷⁵ O Budismo e o Taoísmo, que

⁴⁷³ Ibid., pg. 121.

⁴⁷⁴ Ibid., pg. 115.

⁴⁷⁵ Ibid., pg. 208.

germinaram melhor na China talvez porque a ideia de renúncia ao ego e a desejos materiais proporcionava conforto em sociedades de difícil equilíbrio entre vastas populações e meios escassos, podem ter contribuído para o que Paul Johnson chamou de “China’s passivity and fatalistic decay”,⁴⁷⁶ que teria predominado em alguns momentos da história chinesa, como ao final do período imperial.

O exemplo histórico mais invocado pelos analistas para demonstrar a alegada atitude pacifista da China e dos chineses são as expedições marítimas de Zheng He, no período Ming, em especial a sua natureza e a sua brevidade. Muitos historiadores interrogam-se sobre as razões da recusa da China imperial a empreender um expansionismo marítimo, apesar da larga vantagem que os chineses dispunham, desde a dinastia Song (969-1279), em termos de náutica e engenharia naval. Fairbank chega a especular que a China teria tido os meios de colonizar muito cedo a Ásia e a própria Europa, numa reversão dos papéis históricos, caso tivesse havido motivação suficiente entre os chineses: “any modern-minded expansionist looking back on all this growth and creativity can imagine how Song China, left to itself, could have taken over the maritime world and reversed history by invading and colonizing Europe from Asia. Seemingly the only thing lacking was motivation and incentives.”⁴⁷⁷

Zheng He, o grande navegador chinês, era um eunuco muçulmano cujo pai havia peregrinado até Meca. Nas sete viagens que realizou, entre 1405 e 1433, Zheng He foi acompanhado por uma equipe de cerca de 70 eunucos, 180 auxiliares da área médica, 5 astrólogos, e 300 oficiais militares, que comandavam uma força de 26.800 homens. A frota de sua primeira viagem, feita de 1405 a 1407, tinha 317 navios, dos quais nada menos do que 62 eram navios-tesouro.⁴⁷⁸ As três primeiras viagens foram à Índia e a cidades na rota da Índia. A quarta foi até Hormuz, quase na Pérsia, e as últimas três foram a portos na costa leste da África, até Malindi, perto de Mombassa. O espanto dos povos visitados teria sido com o tamanho das expedições e com o seu caráter pacífico. Como diz Daniel Boorstin, “now these distant peoples, who for a thousand years had known small Chinese junks in their waters, were overwhelmed by many-stored ships, vaster than any seen before or

⁴⁷⁶ Johnson, Paul. *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 178.

⁴⁷⁷ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006.

⁴⁷⁸ A Armada espanhola de 1588, quase dois séculos depois, tinha 132 navios.

after that the Portuguese would bring their way. They must have been puzzled that so potent a navy should pretend to have no warlike mission.⁷⁴⁷⁹

As viagens tinham um propósito mais diplomático e tributário do que comercial ou colonial, um sentido mais autocongratatório do que dominador. Trocavam-se presentes, estabeleciam-se relações com povos tributários, buscavam-se informações geográficas e curiosidades científicas.⁴⁸⁰ No total, foram feitos contatos com 30 países. Para Boorstin, as viagens tornaram-se uma instituição em si, voltadas para exibir o esplendor e o poder da dinastia Ming em seu começo e para extrair tributos por meio de “técnicas ritualizadas e não-violentas de persuasão”. Os chineses não estabeleciam bases permanentes nos Estados tributários, “but hoped to make “the whole world” into voluntary admirers of the one and only center of civilization.” Tampouco pilhavam os Estados visitados nem buscavam escravos, prata, ouro ou especiarias, para não sugerir que precisavam de algo que as outras nações possuíam: “while peoples of Asia would be struck by the Portuguese power to seize, the Chinese would impress by their power to give.”⁷⁴⁸¹

O retorno de Zheng He e de sua sétima expedição, em 1433, marcou o fim das viagens. Naquele mesmo ano, foram publicados os éditos imperiais proibindo missões ao exterior.⁴⁸² Os arquivos das expedições foram destruídos pelo Vice-Presidente do Ministério da Guerra, por volta de 1479. E o comércio marítimo no exterior foi severamente limitado até 1567. Como diz Fairbank, “in the great age of sail that was just dawning around the globe, Ming China was potentially far in the lead but refused to go on.”⁷⁴⁸³ Os europeus levariam quase meio século para começar as suas expedições marítimas: somente 37 anos depois de 1433 os exploradores portugueses da costa ocidental africana chegariam à Costa do Marfim, e somente 59 anos depois Colombo partiria com suas três pequenas embarcações.⁴⁸⁴

Como as expedições de Zheng He foram a grande experiência de projeção externa da China em toda a longa história do país, para os

⁴⁷⁹ Boorstin, Daniel. *The Discoverers*. New York, Vintage Books, 1985, pg. 191.

⁴⁸⁰ Girafas, por exemplo, vistas pelos chineses como unicórnios de bom augúrio. Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 138.

⁴⁸¹ Boorstin, Daniel. *The Discoverers*. New York, Vintage Books, 1985, pg. 192.

⁴⁸² *Ibid.*, pg. 199.

⁴⁸³ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 138.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, pg. 138.

historiadores o maior dos enigmas que as cercam diz respeito às razões de sua interrupção súbita, da recusa à ambição, do desejo da China, nas palavras de Hegel, de não explorar os mares e de ficar presa aos ritmos agrícolas das suas grandes planícies.⁴⁸⁵ Jared Diamond pergunta-se por que, em lugar de interromper as viagens, os chineses não foram adiante e contornaram a África antes de Vasco da Gama, ou por que não colonizaram as Américas. Para Diamond, a resposta está nos conflitos internos da corte, na rivalidade entre os eunucos, como Zheng He, e seus muitos adversários na dinastia Ming. No longo embate do período, a derrota dos eunucos levou não somente à interrupção das navegações, mas ao desmantelamento da construção naval e à proibição de toda e qualquer forma de navegação, como se viu mais acima.⁴⁸⁶ Edward Dreyer fala da oposição dos funcionários confucianos ao comércio e ao contato com o exterior, e Ray Huang considera que a crise fiscal do período tornou inviável dar continuidade às expedições. Fairbank qualifica essas razões e agrega outras, como o ciúme dos confucianos ante o poder dos eunucos e a obsessão da dinastia Ming com a possibilidade de novos ataques dos mongóis ao norte, obsessão que levou à reconstrução e ampliação da Grande Muralha. Na visão de Fairbank, o resultado da proibição das expedições foi desastroso para o desenvolvimento chinês: “the contradiction between Ming China’s superior capacity for maritime expansion and conservative Neo-Confucian throttling of it suggests that Ming China almost purposely missed the boat of modern technological and economic development.”⁴⁸⁷

Paul Kennedy também oferece uma explicação que mistura elementos estratégicos e sociológicos e julga pertinentes as preocupações dos Ming com a vulnerabilidade ao norte: “the northern frontiers of the empire were again under some pressure from the Mongols and it may have seemed prudent to concentrate military resources in the most vulnerable area.” Para ele, o conservadorismo dos confucianos também foi determinante, ao criar uma atmosfera de “restauração” em lugar de um propósito de renovação e avanço: “a key element in China’s retreat was the sheer conservatism of the Confucian bureaucracy (...). In this

⁴⁸⁵ Citado por Spence, Jonathan, *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 136.

⁴⁸⁶ Diamond, Jared. *Guns, Germs and Steel, the Fate of Human Societies*. New York, W.W. Norton & Company, 1999, pg. 411-413.

⁴⁸⁷ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 139.

“Restoration” atmosphere, the all-important officialdom was concerned to preserve and recapture the past, not to create a brighter future based upon overseas expansion and commerce. (...) “The Mandarins’ dislike of the army (and the navy) was accompanied by a suspicion of the trader.”⁴⁸⁸

Daniel Boorstin oferece uma explicação mais estritamente econômica. Para ele, uma vez que as expedições, muito custosas, eram mais de afirmação simbólica do Império do Meio do que de efetiva coleta de tributos (muitas vezes, não mais do que rinocerontes, girafas e outros animais), financiá-las tornou-se economicamente insustentável, razão por que sofreram a oposição dos burocratas confucianos. Giovanni Arrighi sofisticava essa linha de argumentação ao revelar a inconveniência econômica do expansionismo chinês, de altos custos sem a coleta de tesouros, já que os maiores tesouros estavam na própria China e na Ásia em geral, o que explicaria o impulso posterior do expansionismo europeu. Arrighi procura contrastar a necessidade de expansão do capitalismo europeu com a perfeita conveniência do não-expansionismo para o mais avançado dos “impérios territoriais” da época, o chinês: “historically, the strongest tendency towards territorial expansion has arisen out of the seedbed of political capitalism (Europe) rather than out of the seat of the most developed and best established territorialist empire (China).”⁴⁸⁹ Essa discrepância decorreria não de diferenças de capacidades, mas de interesses francamente divergentes: “ever since Roman times Asia had been a purveyor of valued goods for the tribute-taking classes of Europe and had thereby exercised a powerful pull on Europe’s precious metals. This structural imbalance of European trade with the East created strong incentives for European governments and businesses to seek ways and means, through trade and conquest, to retrieve the purchasing power that relentlessly drained from West to East.” Em outras palavras, os benefícios que, por exemplo, Portugal ou Espanha esperavam obter pela descoberta e controle de uma rota direta para o Oriente eram incomparavelmente maiores do que os benefícios que a China poderia esperar da descoberta e controle de uma rota direta para o Ocidente: “Christopher Columbus stumbled on the Americas because he and his Castilian sponsors had treasure to retrieve in the East. Cheng Ho (Zheng He) was not so lucky because there was no treasure to retrieve in the West.”⁴⁹⁰ A decisão chinesa de não fazer o

⁴⁸⁸ Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 7-8.

⁴⁸⁹ Arrighi, Giovanni. *The Long Twentieth Century*. Londres, Verso, 1994, pg. 34.

⁴⁹⁰ *Ibid.*, pg. 35.

que os europeus fariam um século depois era perfeitamente compreensível em termos do que Arrighi chama de uma “lógica territorialista do poder”, que pesava cuidadosamente os benefícios possíveis, custos e riscos de “additional commitment of resources of state- and war-making involved in the territorial and commercial expansion of the empire.” Para Arrighi, essa contenção calculada da China do período seria o melhor exemplo histórico de um império que não caiu na armadilha do “overstretch”, conforme o conceito formulado por Paul Kennedy, ou seja, que não cedeu à tentação de expandir-se mais do que seus próprios meios ou interesses recomendariam.⁴⁹¹

O valor da interpretação de Arrighi está no fato de que dispensa explicações antropológicas, culturais ou políticas para se entender o não-expansionismo chinês naquele momento. Ao afirmar que a renúncia da China a expandir-se decorria de uma lógica econômica (da mesma maneira que a aposta no expansionismo pelos países europeus), ou seja, de uma avaliação de custos e benefícios da expansão, Arrighi nos isenta de interpretações essencialistas, como atribuir aos chineses traços culturais específicos – o pacifismo ou a introversão derivados do Confucionismo, por exemplo – e exige que cada situação seja analisada à luz dos interesses econômicos do momento. Nesse sentido, o não-expansionismo chinês do século XV não seria necessariamente uma referência ou um modelo para se analisar se a China tenderá ou não a buscar certo expansionismo (territorial ou não) no futuro, pois a conveniência da expansão (como, por exemplo, assegurar o acesso a recursos naturais não disponíveis no território chinês, preocupação que não existia na China do século XV) pode dar-se em outros momentos da história, em que os interesses chineses, e o contexto regional e mundial onde se manifestam, poderão ser diferentes.

Uma visão menos claramente branda do alegado pacifismo chinês é apresentada por Hélio Jaguaribe, para quem a China, ao longo de sua história, encerrou uma aparente contradição entre o profundo pacifismo e antimilitarismo da sua filosofia oficial e predominante – o Confucionismo – e o fato de que todas as dinastias, chinesas ou estrangeiras, foram fundadas por líderes militares. Em sua visão, um *ethos* heróico e uma tradição militar permeiam a história da China, marcada por muitas guerras, várias delas de agressão, como as de Yang-Ti (604-617), na Coreia, as incursões militares de K’ang Hsi (1662-1722) e Ch’ien Lung (1736-1799), na Ásia Central,

⁴⁹¹ Ibid., pg. 36.

com a imposição de protetorados na Mongólia, no Tibete, em Kashgar e na Coreia.⁴⁹²

Para uma história tão longa quanto a chinesa, não parece ser uma lista muito extensa de guerras de agressão, especialmente quando cotejada com as situações e os contextos em que a China deixou de adotar uma linha de atuação mais expansionista ou militarista, como na recusa ou incapacidade de estabelecer um sistema colonial no Leste e no Sudeste Asiático. Como visto anteriormente, ao longo de sua história, a China foi muito mais alvo do que agente de intervenções estrangeiras, e revelou-se frequentemente ineficaz ao tentar rechaçar os invasores. A questão a saber é se, além ou em lugar de uma suposta mentalidade antimilitarista dos chineses, o território vasto e insular da China, cercado de potências e muitos povos julgados “bárbaros”, foi *per se* um fator de retração e acomodação no espaço chinês.⁴⁹³ Nesse sentido, a relativa introversão histórica da China seria derivada tanto ou mais da sua circunstância geopolítica do que de uma alegada índole nacional pacifista, ancorada no Confucionismo ou na autoimagem de superioridade diante de um mundo indigno de conquista.

Sintomaticamente, foram as invasões e intervenções estrangeiras que provocaram uma atitude militarista na elite chinesa, seja pela necessidade de reação à agressividade externa, seja pela incorporação de uma mentalidade guerreira de povos nômades e conquistadores. A ideia de conquista, não exatamente endógena porque pouco conciliável com a ideia de autossuficiência, aparece em alguns momentos da história da China como assimilação de veleidades de conquista de outros povos. Foi o caso dos mongóis nos séculos XIII e XIV, e seria mais tarde o caso dos manchus a partir do século XVII, povos que formaram as duas dinastias estrangeiras da China – a Yuan (1280-1368) e a Qing (1644-1912). Como se os povos estrangeiros que conquistaram a China, por serem eles mesmos guerreiros e expansivos, dessem aos chineses um império de características novas, com maior interesse pela conquista externa.

Uma das grandes influências dos mongóis, que conquistaram a China e fundaram a dinastia Yuan, foi a difusão, na elite chinesa do período, de um

⁴⁹² Jaguaribe, Hélio. *Um Estudo Crítico da História*. São Paulo, Paz e Terra, 2001, Volume II, pg. 219.

⁴⁹³ O caso reverso no continente asiático seria o do Japão, país pequeno e desprovido de recursos naturais em que floresceu, do final do século XIX à Segunda Guerra Mundial, um expansionismo nacionalista e agressivo.

ethos militar que se contrapunha ao civilismo da dinastia Song (969-1279). Os mongóis estimularam no império chinês desejos de expansão porque pensavam o poder em termos militares e territoriais. A dinastia Yuan tentou conquistar o Japão, em 1274 e 1281, usando as frotas navais que a dinastia Song havia utilizado apenas para fins civis. Também procurou invadir o Vietnã, Champa (ao sul da Indochina), as ilhas Liuqiu e Java, em 1292, embora quase nunca com êxito.⁴⁹⁴ A dinastia Song, de origem Han, chinesa, tinha os meios, mas não a disposição ou o interesse na conquista; já a dinastia Yuan, de origem mongol, estrangeira, tinha a disposição e o interesse em valer-se dos meios chineses para dar curso à sua índole guerreira.

Algo semelhante ocorreu no caso da dinastia manchu, dos Qing. Como lembra Jonathan Spence, “their victory was based on the success in forming a system of military and administrative units and the nucleus of a bureaucracy long before they were ready to conquer China.”⁴⁹⁵ Para Fairbank, a vitalidade da dinastia manchu manifestou-se, no século XVIII, por meio da expansão pela Ásia interior, especialmente pela Mongólia, o Tibete e o Turquestão chinês. No começo do século XVII, antes, portanto, da conquista da China, os manchus haviam-se mobilizado para conter a expansão dos exploradores e comerciantes russos de peles, através da Sibéria e na direção do vale do Amur, ao norte da Manchúria. Após a conquista da China, tribos mongóis foram contidas por meio de arranjos administrativos feitos pelos Qing e da criação do ramo do “Chapéu Amarelo” (“Yellow Hat”) do Lamaísmo, no Tibete. Isso fez do Tibete uma peça central no controle da Mongólia e trouxe a dinastia Qing até Lhasa. Para Fairbank, à maneira do mongol Kublai Khan durante a dinastia Yuan, os líderes manchus da dinastia Qing valeram-se de certa flexibilidade religiosa para atingir objetivos políticos: usaram o Cristianismo ortodoxo para manter contatos com os russos em Pequim, o Catolicismo para lidar com os europeus que se dirigiam à corte chinesa, e a corrente amarela do Lamaísmo para melhor controlar o Tibete e a Mongólia. Os manchus conquistaram ainda o atual Xinjiang muçulmano, durante o reino do Imperador Qianlong, o que, na avaliação de Jonathan Spence, significou que o território chinês praticamente dobrou de tamanho.⁴⁹⁶ O resultado foi

⁴⁹⁴ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 122 e 124.

⁴⁹⁵ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 3.

⁴⁹⁶ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 97.

que a dinastia Qing, estrangeira, ampliou as fronteiras imperiais para além do alcance atingido pelos Ming, de etnia Han chinesa, a ponto de, como diz Fairbank, “in the end the Chinese nation of the twentieth century would have its own version of a colonial empire to deal with in Inner Asia.”⁴⁹⁷

Para além da influência dos manchus, dois processos paralelos levaram a uma progressiva militarização da China nos dois últimos séculos, um de origem externa, outro de origem interna, embora ambos estejam relacionados. O elemento externo a quebrar certa tradição de pacifismo da China foi a violência da invasão e da ocupação estrangeira, o impacto do imperialismo ocidental e japonês nos séculos XIX e XX. Alguns historiadores consideram que a extensão do trauma ainda não pode ser inteiramente medida. Para Fairbank, “the long-term foreign invasion of China proved to be a disaster so comprehensive and appalling that we are still incapable of fully describing it. Innovations like Christian missions, western education, and foreign investments became two-edged, often seen as forward steps in our long-term foreign view yet also frequently destructive of China’s contemporary well-being. At stake was an entire way of life, a civilization on a grander scale than the economics or psychology of imperialism.”⁴⁹⁸ Os traumas que vão da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), com a humilhação dos tratados desiguais, até a invasão japonesa, com massacres como o de Nanjing, cidade que expressa de modo mais completo a violência da subordinação e da falência da China, marcaram o fim de uma era de relativa inocência da nação chinesa diante do externo, o fim de uma autoimagem de superioridade e da possibilidade de pensar-se à parte do mundo, o abandono da ideia da China como uma existência própria e olímpica, como um projeto condescendente de autossuficiência.

Casado ao impacto provocado pelas intervenções e ocupações estrangeiras está o trauma da divisão interna, dos conflitos fratricidas que dividiram o país durante vários momentos de sua história contemporânea. Em contexto de desmoralização primeiro da dinastia Qing, depois do Governo republicano, ambos impotentes diante das invasões estrangeiras, o poder central chinês perdeu parte de sua legitimidade aos olhos da população e esfacelou-se, o que deflagrou um período de sucessivas rebeliões e guerras

⁴⁹⁷ Fairbank, John King. *China: A New History*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, pg. 152-153.

⁴⁹⁸ *Ibid.*, pg. 189.

civis. As rebeliões Taiping e Nian na segunda metade do século XIX e a fragmentação da China em feudos militares dos “senhores da guerra” após a Revolução de 1911 acabaram por conferir à força militar uma importância crucial como fonte do poder político. A decadência e a queda do regime imperial mostraram que a legitimidade do poder já não parecia escorar-se num mandato dos céus, que abençoava uma dinastia aparentemente benigna e autocomplacente, mas no poder das armas. T. V. Soong, o banqueiro cunhado de Chiang Kai-shek e então Ministro das Finanças, teria declarado, em 1928, que “whereas in 1911 under the monarchy China had an army of 400,000, more or less under single control, in 1928 it had eighty-four armies, eighteen independent divisions and twenty-one independent brigades, totaling over 2 million.”⁴⁹⁹ Se havia certa valorização dos meios pacíficos no passado, essa visão viu-se confrontada pela dura realidade das divisões internas e pela importância da força militar não apenas como instrumento de combate à ocupação externa, imperialista, mas como fator definidor da autoridade política do país.

Não surpreende que, para os dois líderes com papel político mais central na China do século XX – Chiang Kai-shek e Mao Tsé-tung – a força militar fosse considerada um instrumento indispensável para a conquista e a preservação do poder. Ambos sabiam que somente reunificariam o país valendo-se de recursos e ações militares, na forma, respectivamente, de exércitos tradicionais e da guerrilha. Nesse sentido, encarnavam não uma tradição de Confucionismo pacifista ou outra ideologia quietista da China imperial, e sim ideologias modernas e facilmente associáveis às ideias de engajamento, mobilização e força, como o nacionalismo e o Marxismo.⁵⁰⁰ Como afirma Jonathan Spence, “despite competing long-range goals and clashing personalities, Communists and Nationalists could agree at least on

⁴⁹⁹ Johnson, Paul. *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 200.

⁵⁰⁰ Não quer dizer que não houvesse elementos da introversão e autossuficiência chinesas em cada um deles. Chiang Kai-shek, por exemplo, resistiu, ao fim da Segunda Guerra Mundial, a um expansionismo aquisitivo, territorialista. Em conversa com Kai-shek, e como forma de compensar os benefícios dados à URSS no norte da China (na Manchúria principalmente), Roosevelt teria oferecido ao líder chinês nada menos do que a Indochina, e a resposta do fragilizado Kai-shek, que mal conseguia manter o controle sobre o território de seu país, teria sido: “It’s no help to us. We don’t want it. They are not Chinese.” Johnson, Paul. *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 443.

the need to attempt reunification of the country through a mixture of military force and social reform.”⁵⁰¹

Da mesma maneira que a Rebelião Taiping herdou muito do seu componente militante e agressivo de um protestantismo com sentido de missão,⁵⁰² também o comunismo chinês, inspirado em parte no Marxismo-Leninismo, operou por meio de um processo revolucionário com táticas de guerrilha e de um governo com forte ênfase no aspecto militar, como atestam as diversas guerras sofridas ou provocadas pela China após a Revolução de 1949. Em ambos os casos, a ideologia ocidental importada (o protestantismo, o Marxismo-Leninismo) trazia um elemento de combatividade que parecia faltar às ideologias e religiões locais. Num país em que se dizia que o poder do soberano era derivado de um mandato dos céus, não deixava de ser revolucionário ouvir Mao Tsé-tung pregar que “o poder político nasce do cano de uma arma” ou que “o principal objetivo da educação física é o heroísmo militar”.⁵⁰³

A RPC tem sido, desde a sua fundação, em 1949, fortemente marcada por confrontos militares. A ressaca da agressividade da ocupação japonesa, a ideia de contradição e conflito de classes como base do processo revolucionário, as campanhas públicas e as lutas internas ao PCC como fatores centrais de mobilização popular no período foram fontes permanentes de conflitos externos e internos, de que é exemplo a própria Revolução Cultural. Com seu espírito não-conformista, combativo, provocador, Mao Tsé-tung personificou essa nova realidade chinesa. Como ele mesmo afirmou, “as pessoas dizem que a China ama a paz. Isso é alarde. Na verdade, os chineses amam brigar. Eu pelo menos amo.”⁵⁰⁴

⁵⁰¹ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 272.

⁵⁰² Uma interessante análise da Rebelião Taiping, inclusive da sua fervorosa liderança cristã, está em Spence, Jonathan, *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 170-178.

⁵⁰³ A primeira frase, embora frequentemente repetida como evidência da valorização da força no pensamento de Mao, soa menos categórica quando se reproduz o parágrafo de onde foi extraída, em que Mao procura defender a subordinação do exército ao Partido. Na versão em inglês, ele teria dito: “Political power grows out of the barrel of the gun. Our principle is that the party commands the gun and the gun shall never be allowed to command the party.” Citado por Spence, Jonathan, *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 563. A segunda frase de Mao é citada por Johnson, Paul, *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 198.

⁵⁰⁴ A frase em inglês, citada por Paul Johnson, é a seguinte: “people say that China loves peace. That’s boasting. In fact the Chinese love struggle. I do for one.” Johnson, Paul, *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 563.

A China comunista enfrentou a então maior potência do globo, os EUA, na Guerra da Coreia, de 1950 a 1954; ocupou o Tibete em 1950; bombardeou a ilha Quemoy em 1954, 1955 e 1958; teve conflitos de fronteira com a Índia em 1959 e 1962; rompeu de maneira ruidosa com a URSS, em 1960, a ponto de enfrentar as forças soviéticas em regiões de fronteira disputadas pelos dois países, em 1969; e invadiu o Vietnã em 1979. Em tom militante e hiperbólico, a propaganda chinesa atacou o imperialismo ocidental e o “hegemonismo russo”.⁵⁰⁵ Para Paul Kennedy, este papel “proeminente” da RPC em relação ao mundo externo parece não ter derivado de uma ideologia importada, mas de uma percepção crescente de que a China estava sendo cercada pelas potências estrangeiras. Seria um exagero acusar a elite do PC de paranoia, tendo em conta o que a China havia vivido nos 150 anos antes da Revolução de 1949 e viveria já no ano seguinte à sua vitória, com o início da Guerra da Coreia, em 1950.

O balanço da ação externa da RPC no período sob Mao é, no entanto, híbrido, pois, ao lado de certa impetuosidade em termos de ativismo militar e guinadas diplomáticas, a China soube também usar de comedimento em diversas situações e contextos. A falta de empenho para estabelecer um cinturão de Estados comunistas satélites no entorno, ao estilo soviético, ou a recusa a uma ação militar em Taiwan, apesar da centralidade do tema para os chineses, ou mesmo em Hong Kong e Macau, onde não haveria maior obstáculo militar, apontam para certa prudência do ponto de vista militar e diplomático. Talvez seja impreciso dizer, como fez Peter Calvocoressi, que a China do período “pursued a policy of limited activity which fitted their limited capacities”,⁵⁰⁶ até porque, como se viu acima, não foram poucos os conflitos militares de que participou a RPC entre 1950 e 1979, a começar pela Guerra da Coreia, em que Pequim teve de enfrentar diretamente, e com relativo sucesso, os EUA. Mas mesmo levando-se em conta que as ações de Pequim não foram poucas nem tímidas quando consideradas as capacidades limitadas do país, a verdade é que a política externa do período também soube recorrer, quando necessário, a um medido pragmatismo, como na surpreendente aproximação com Washington a partir de 1971.

⁵⁰⁵ Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 418.

⁵⁰⁶ Calvocoressi, Peter. *World Politics since 1945*. Londres, Longman, 1987 (5a edição).

5.4 Diplomacia e circunstância geográfica

Os expoentes de uma diplomacia mais ativa e pragmática da RPC foram Chu En-lai e seu protegido e aliado, Deng Xiaoping. Até a sua morte, em 1976, Chu foi o responsável pelas iniciativas mais ousadas e bem sucedidas da política externa chinesa sob Mao Tsé-tung, em que se destacaram a aproximação com o Movimento dos Não-Alinhados, na Conferência de Bandung, a política de apoio a países e movimentos insurrecionais na África (Chu chegou a visitar dez países africanos entre 1963 e 1964), e a aproximação com os EUA, a partir de 1971-1972. Com a sua moderação e carisma, Chu atuou durante um período de radicalização ideológica na China que não deixava muito espaço para uma diplomacia mais pragmática.

Excetuada a aproximação com os EUA, iniciativa do mais puro realismo político, a diplomacia do período da Revolução Cultural foi a de uma indignação retórica típica de um país isolado politicamente e convencido da excepcionalidade de sua bandeira ideológica e moral. É o período de construção de um discurso que misturava a defesa do terceiro-mundismo com a afirmação de um socialismo supostamente puro, não-concessivo, após o cisma sino-soviético. Para Spence, “during the late 1960s, the leaders of the Cultural Revolution had firmly turned their backs on both the Soviet Union and the Western powers. China was to call its own resources to create a new, purified society.”⁵⁰⁷ Em 1965, Lin Biao, o Ministro da Defesa, afirmava que, da mesma maneira que os revolucionários rurais na China cercaram e sufocaram os centros urbanos em 1948 e 1949, o empobrecido Terceiro-Mundo iria cercar e sufocar as superpotências e o resto dos países capitalistas avançados, ideia que se reproduziria na tese do fim do “Campo socialista”, de Deng Xiaoping, de 1972, e na versão chinesa da “Teoria dos Três Mundos”, de Mao Tsé-tung, de 1974, segundo a qual os EUA e a URSS formavam o Primeiro Mundo, os demais países ricos, o Segundo, e os países pobres, o Terceiro. Povoada de muitas ideias e de uma difícil conciliação entre o discurso e a prática, como no caso da aproximação com os EUA, a política externa do período foi marcada por ambiguidade e imprevisibilidade. A caracterização que Paul Kennedy faz da política externa da RPC aplica-se perfeitamente ao período: “Towards the superpowers, Peking’s overall strategy has at various times comprised confrontation and armed conflict, partial

⁵⁰⁷ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 621.

accommodation, informal alignment, and a detachment bordering on disengagement, sometimes interposed with strident, angry rhetoric. As a result, China becomes all things to all nations, with many left uncertain and even anxious about its long-term intentions and directions.”⁵⁰⁸. (P)

Deng Xiaoping foi o grande idealizador do pragmatismo diplomático pós-Revolução Cultural, com a reaproximação entre a China e as potências ocidentais e o Japão, em função do interesse chinês em obter recursos financeiros e tecnológicos para o processo de modernização econômica. Como lembra Calvoceossi, comparando Deng a seu antecessor, Hua Guofeng, “while Hua advertised China’s hostility to the USSR by visiting Romania and Yugoslavia, Deng went to Tokyo and Washington. An eight-year Sino-Japanese commercial agreement concluded early in 1978 was followed by a peace treaty. Full diplomatic relations with the United States were established the same year.”⁵⁰⁹

A diplomacia chinesa pós-1978 esmerou-se em reparar os danos do período da Revolução Cultural, em que houve grande retumbância retórica mas, na prática, um acentuado processo de retração externa, simbolizado na volta a Pequim, no começo da Revolução Cultural, de todos os Embaixadores chineses no exterior, sem substituição. Ironicamente, o maior triunfo diplomático da China comunista ocorreu nesse mesmo período, com a assunção pela RPC do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em lugar de Taiwan, em 1971. Embora contasse com a ajuda do Movimento dos Não-Alinhados, costurada por Chu En-lai, a mudança na ONU não decorreu tanto da habilidade da diplomacia chinesa, mas das circunstâncias políticas de uma Guerra Fria em que o afastamento entre a URSS e a China tornou-se central para os EUA. Washington deixou de bloquear, em 1971, o acesso da RPC à cadeira permanente do Conselho de Segurança e iniciou um processo de aproximação bilateral que culminaria nas visitas dos Presidentes Nixon (1972) e Ford (1975) à China e no reatamento de relações diplomáticas em 1978.

Em sua ação externa, a China de Deng retomou, de certa maneira, uma tradição não-catequética, não-missionária da política externa chinesa, mas dessa vez com um forte elemento pragmático e realista, no sentido de buscar

⁵⁰⁸ Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 457.

⁵⁰⁹ Calvoceossi, Peter. *World Politics since 1945*. Londres, Longman, 1987 (5a edição), pg. 79.

instrumentos externos – em especial capitais e tecnologia – para o desenvolvimento chinês. Na avaliação de Will Hutton, a China vista por Deng continuaria “chinesa” e comunista, mas precisaria de uma política externa que não perturbasse um sistema internacional do qual ela queria tirar proveito.⁵¹⁰ Daí a recomendação de Deng, logo após a crise de Tiananmen, de que a China deveria “observe developments soberly, maintain our position, meet challenges calmly, hide our capacities and bide our time, remain free of ambition, never claim leadership.”⁵¹¹ Se, na China dinástica, imperial, o externo era julgado inferior e dispensável, como na formulação do Imperador Qianlong a Lord Macartney, na China de Deng, em contrapartida, o externo tornou-se crucial como fonte dos meios para a modernização econômica. O que permanecia era a ideia de que, superior ou inferior ao mundo exterior, à China não caberia tentar converter o estrangeiro, significá-lo, pelo caráter excepcional e irreproduzível da condição de ser China. Wei-Wei Zhang cita uma conversa de Deng com o Presidente de Gana, em 1985, que ilustra essa impossibilidade: “I well remember Deng telling the visiting president of Ghana, Jerry Rawlings, in September 1985: “Please don’t copy our model. If there is any experience on our part, it is to formulate policies in light of one’s own national conditions.” O autor compara essa atitude de Pequim à de Washington: “Perhaps attitude makes all the difference. China is viewed by others as modest, America as arrogant; China leads by example, America by lectures and sanctions, if not missiles.”⁵¹² A ideia da excepcionalidade da China vista pelos chineses é, de fato, distinta da ideia da excepcionalidade dos EUA vista pelos norte-americanos, já que, neste último caso, a autoimagem de superioridade serviu para justificar não apenas o isolacionismo, mas também o seu oposto, a necessidade de conversão do mundo aos valores da sociedade norte-americana. No caso dos EUA, o elemento universalizante deriva, em alguma medida, do *ethos* protestante e missionário e da estranha peculiaridade, conforme a formulação de Tucker e Hendrickson, de país que passou diretamente da condição de nação autocentrada à de superpotência: “The United States had never experienced what other nations experienced in

⁵¹⁰ Hutton, Will. *The Writing on the Wall: China and the West in the 21st Century*. Londres, Little, Brown, 2007, pg. 220.

⁵¹¹ Citado por Hutton, Will. *The Writing on the Wall: China and the West in the 21st Century*. Londres, Little, Brown, 2007, pg. 220.

⁵¹² Wei-Wei Zhang, “The Allure of the Chinese Model”, in *International Herald Tribune*, 1 de Novembro de 2006.

achieving a position of world power. It moved within a very brief period from a position of isolation to one of global leadership; it has never been a mere nation among nations.”⁵¹³

Na visão de Deng, a China deveria valer-se do que ele considerava como as duas tendências fundamentais de sua época, “a paz e o desenvolvimento” (*heping yu fazhan*). A conveniência para a China de tais tendências do mundo contemporâneo estaria no fato de que um contexto de paz permitiria ao país não apenas valer-se de um ambiente internacional favorável como fonte de capitais e mercados, mas também concentrar esforços e meios internos no processo de modernização econômica, sem maiores desvios de recursos para a construção precoce de um grande aparato militar. Sua avaliação era de que a China deveria crescer economicamente antes de se fortalecer militarmente. Comenta Paul Kennedy que, “although it has been claimed that defense expenditures can have certain commercial economic spin-offs, it seems increasingly difficult to argue against the proposition that *excessive* arms spending will hurt economic growth.”⁵¹⁴ No balanço entre segurança de curto prazo derivada do gasto militar imediato e segurança de longo prazo derivada do aumento da produtividade e do crescimento econômico do país, a China de Deng acreditava na consolidação de um mundo relativamente pacífico e estável a ponto de poder apostar na ideia de uma segurança de longo prazo derivada do fortalecimento da economia chinesa: “in Deng’s view, defense has to remain the fourth of China’s much vaunted “four modernizations” – behind agriculture, industry and science.” De 1971 a 1985, a fatia do PIB chinês voltada para os gastos militares caiu de 17,4% para 7,5%, o que, para Kennedy, era o sintoma maior do empenho chinês em concentrar esforços na modernização econômica, em contraste com a “obsessão soviética com a ‘segurança militar’”.⁵¹⁵ Não surpreende que, à diferença do período sob Mao, em que a China se viu confrontada com uma série de conflitos militares com países vizinhos, a China de Deng somente envolveu-se em um conflito militar, com o Vietnã, em 1979, quando o novo líder chinês ainda consolidava o seu poder interno.

⁵¹³ Tucker, Robert e Hendrickson, David. *The Imperial Temptation. The New World Order and America’s Purpose*. New York, Council of Foreign Relations Press, 1992, pg. 5.

⁵¹⁴ Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 444 e nota 18, à pg. 609.

⁵¹⁵ *Ibid.*, pg. 454.

A *Realpolitik* praticada pela diplomacia chinesa desde a subida ao poder de Deng Xiaoping em fins dos anos 1970 deve ser vista em três aspectos centrais: da herança de uma tradição histórica de não-intervencionismo, antes fortemente impregnada de um sentido de autossuficiência e superioridade que já não se verificava mais na RPC pós-Mao; dos interesses concretos de Pequim – não mais condicionados por princípios éticos e políticos nem por ideologias excludentes – em atrair recursos e tecnologias estrangeiras; e da desconfiança diante do intervencionismo de outras potências, do qual a China foi vítima nos dois últimos séculos, primeiro na forma de intervenções militares diretas e, mais tarde, já na própria RPC, na forma de um principismo politicamente motivado, como na crítica à não observância de direitos humanos ou à manutenção de um regime político autoritário. Esse último aspecto, da caracterização da China como vítima de potências estrangeiras, tem sido um tema recorrente do discurso diplomático chinês desde a fundação da RPC. Ao analisar a maneira como a China continua a ver-se, Paul Kennedy refere-se a uma “self-characterization as a threatened and aggrieved state”⁵¹⁶.

O discurso de uma China sob ameaça do externo reflete um histórico de intervenções estrangeiras no país, mas também uma circunstância geoestratégica muito complexa. Em contraste, por exemplo, com o quase isolamento continental dos EUA, a China é cercada por um triângulo de poder: a Rússia ao norte, a Índia ao sul, e o Japão e a Sétima Frota dos EUA a leste. Com todos os quatro países, a China já esteve em conflito militar nos últimos cento e vinte anos: com o Japão, em 1894-95, pelo controle da Coreia, e nas décadas de 1930 e 1940, em razão da invasão japonesa; com os EUA, durante a Guerra da Coreia, de 1950 a 1954, e desde então num estado de prontidão militar em torno da questão de Taiwan; com a Índia, nas escaramuças de 1959, e na invasão chinesa do nordeste indiano, em 1962; e com a Rússia/URSS, em confrontos ao longo da história, por variações de fronteira entre os dois impérios⁵¹⁷ e, mais recentemente, no conflito de fronteira em torno do Rio Ussuri, em 1969.

Para os chineses, que, na visão de Paul Kennedy, “somewhat like the Germans earlier in the (20th) century, (...) think deeply about “encirclement”

⁵¹⁶ Ibid., pg. 457.

⁵¹⁷ Sobre os conflitos de fronteira entre russos e chineses e a assinatura do Tratado de Nerchinsk, em 1689, que definiu boa parte dos contornos atuais da fronteira entre os dois países, ver Spence, Jonathan, *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 65-66.

even as they simultaneously strive to enhance their place in the global system of power”⁵¹⁸ não é exatamente confortável conviver, ao norte e ao sul, com vizinhos de peso com armas nucleares; a leste, com o maior rival dos últimos 120 anos; e, nas proximidades de seu território, com a presença de bases militares norte-americanas na Coreia do Sul, Japão, Austrália, Tajiquistão, Afeganistão, Paquistão, Tailândia, Cingapura e Guam.⁵¹⁹ Pouco ajuda, nesse sentido, dispor de um controle marítimo muito limitado a leste, em função da supremacia marítima norte-americana no Pacífico asiático, e correr o risco de estrangulamento marítimo-militar pelo fato de que a maior parte das importações de produtos essenciais ao seu desenvolvimento, como o petróleo, passa por rotas facilmente bloqueáveis, como o Estreito de Malacca, entre Indonésia e Malásia. Talvez não tenha sido por outra razão que, no século XIX, após a Partilha da África, a divisão da China em áreas de influência mostrou-se muito mais complexa e tenha atraído muitos mais candidatos ao possível espólio, não apenas pela maior atratividade da China como tesouro e mercado (vantagens econômicas que, ao lado de interesses estratégicos, atraíram a Europa e os EUA), mas também pela proximidade de duas potências que não tinham como participar da Partilha da África: o Japão e a Rússia. Tudo isso compõe um quadro de insegurança, agravado pelo fato de que, em áreas estratégicas do território chinês, como as regiões de fronteiras, vivem minorias não-Han, com culturas e histórias próprias, como os mongóis da Mongólia interior, as minorias muçulmanas do Xinjiang e os tibetanos, que compunham, na dinastia Qing, uma espécie de zona de isolamento em relação às nações vizinhas e são hoje fonte de preocupação da RPC pelos riscos de crescimento de movimentos separatistas.

De certa maneira, a inserção geoestratégica da China contemporânea lembra a da França em sua condição de potência no século XVIII, em que,

⁵¹⁸ Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 447.

⁵¹⁹ Em meio ao acordo nuclear EUA-Índia, e à proposta do então Primeiro-Ministro japonês Shinzo Abe, em meados de 2007, de uma aliança de quatro países asiáticos democráticos, que constituiriam um “Diálogo Quadrilateral” ou um “Eixo de Democracias” (EUA, Japão, Índia e Austrália), acentuaram-se os temores de Pequim ante uma “China encirclement strategy”, tradicionalmente atribuída pelo EPL aos estrategistas nos EUA de inspiração nipo-norte-americana. Após o primeiro encontro do grupo, em Manila, em maio de 2007, com reunião de altos funcionários dos quatro às margens do Fórum Regional da ASEAN, a Chancelaria chinesa apressou-se em pedir explicações individualmente a cada um dos quatro países. Dados da Embaixada do Brasil em Pequim, agosto de 2007.

além das barreiras topográficas nos limites do seu território e da vizinhança múltipla, havia uma séria dificuldade de expansão marítima, pela supremacia naval inglesa.⁵²⁰ Tal situação estratégica contrasta com a posição mais confortável de países que dispõem do que Paul Kennedy chamaria de “relatively homogeneous “front”, como os EUA e a Rússia, que desfrutariam de uma certa invulnerabilidade por não sofrerem de “ambivalências estratégicas”,⁵²¹ ou seja, por não terem de dispersar tantas forças na defesa de um território relativamente vulnerável pela circunstância geográfica.⁵²²

A complexidade do entorno chinês foi acentuada pelo armamentismo nuclear em cadeia na região, ao longo das últimas seis décadas. Se o desenvolvimento da bomba soviética foi o resultado, no contexto da Guerra Fria, da primazia norte-americana, o desenvolvimento da bomba chinesa, testada em 1964,⁵²³ resultou, por sua vez, da necessidade de desenvolver um poder dissuasório que prevenisse o eventual uso da bomba norte-americana ou soviética contra a China. A opção nuclear chinesa motivou, em boa medida, o programa indiano, que culminou na explosão de uma primeira bomba por Nova Delhi em 1974. Como reação ao projeto indiano, o Paquistão também desenvolveu seu programa de bomba nuclear, com o apoio da China. Levando-se em conta que o Japão dispõe de todas as condições técnicas para construir armamentos nucleares próprios e mísseis estratégicos

⁵²⁰ Como diz Paul Kennedy ao analisar o caso francês: “the chief strategical problem for France was that although massively strong in defensive terms, she was less well placed to carry out a decisive campaign of conquest: in each direction she was hemmed in, partly by geographical barriers, partly by the existing claims and interests of a number of great powers. (...) Every war against the maritime powers involved a certain division of French energies and attention from the continent, and thus made a successful land campaign less likely.” Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 89.

⁵²¹ Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 93.

⁵²² Outro caso é o da Inglaterra, cujas vantagens de sua inserção geográfica foram comentadas por Mahan, o teórico do poder marítimo, em seu *The Influence of Sea Power upon History*, de 1890: “if a nation be so situated that it is neither forced to defend itself by land nor induced to seek extension of its territory by way of the land, it has, by the very unity of its aim directed upon the sea, an advantage as compared with a people one of whose boundaries is continental.” Mahan, A.T. *The Influence of Sea Power upon History*, citado por Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 96.

⁵²³ Como lembra Spence, a primeira bomba chinesa recebeu o codinome “596”, em referência ao mês de junho de 1959, em que Krushev, voltando atrás da promessa anterior, informou que a URSS não daria à China um protótipo de bomba atômica. Spence, Jonathan, *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 598.

para o seu lançamento, e só não tomou a decisão política de fazê-lo por razões históricas – o trauma dos ataques nucleares e a renúncia a um militarismo agressivo –, compõe-se todo um tabuleiro complexo na região, marcado ainda pelo fato de que os EUA, a maior potência nuclear do planeta, já chegaram a ameaçar usar armamentos nucleares contra a China, durante a Guerra da Coreia e, mais tarde, em torno da questão da proteção de Taiwan.⁵²⁴

O convívio da China com potências nucleares e não-nucleares em diversos quadrantes de sua geografia torna sumamente intrincado o planejamento das suas opções e prioridades estratégicas, embora a posse de armamentos nucleares por países da região tenda, na visão de alguns autores, a favorecer a estabilidade regional. Kenneth Waltz, por exemplo, considera que a difusão de armas nucleares é, de maneira geral, um fator de prevenção de guerras, por reduzirem os incentivos ao início de conflitos que poderiam escalar para o nuclear.⁵²⁵ Esta lógica dissuasória não seria subvertida nem pela superioridade populacional da China ou da Índia, em que pese às declarações de Mao Tsé-tung ao líder italiano Togliatti, durante a Guerra da Coreia, segundo as quais a China sobreviveria a um ataque nuclear norte-americano,⁵²⁶ o que parecia expressar muito mais a sofreguidão patriótica no contexto da guerra do que uma efetiva consideração sobre o tema.

⁵²⁴ O Presidente Truman, que já havia decidido pelo uso da bomba contra o Japão, cogitou fazê-lo contra a China em duas ocasiões durante a Guerra da Coreia, em 27 de janeiro e em 18 de maio de 1952. Eisenhower, seu sucessor, chegou a transmitir a ameaça de uso da bomba aos chineses por meio do Governo indiano. Johnson, Paul. *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 451. Como contam Dimpleby e Reynolds, a hipótese de uso de bombas atômicas contra a China foi diretamente cogitada por Truman não apenas em uma reunião secreta da cúpula norte-americana, mas também numa conferência de imprensa, em 30 de novembro de 1950. Indagado por um jornalista sobre o possível uso da bomba na Guerra da Coreia, Truman afirmou que “there has always been consideration of its use” e quanto aos possíveis alvos, “it’s a matter that the military people will have to decide.” Dimpleby, David e Reynolds, David. *An Ocean Apart: the Relationship between Britain and America in the Twentieth Century*. Londres, Hodder & Stoughton, 1988, p.185. Eisenhower e Dulles cogitaram novamente o uso de armas atômicas contra a China quando dos ataques chineses à ilha de Quemoy, controladas por Taiwan, em 1955: “‘If we defend Quemoy and Matsu,’ advised Dulles, ‘we’ll have to use atomic weapons. They alone will be effective against mainland airfields.’” “To this I agreed,” recounts Eisenhower.”” Citado por Brown, Seyom. *The Faces of Power: United States Foreign Policy from Truman to Clinton*. New York, Columbia University Press, 1994, pg. 67.

⁵²⁵ Waltz, Kenneth & Sagan, Scott. *The Spread of Nuclear Weapons*. New York, Norton, 1995.

⁵²⁶ Mao teria declarado que “trezentos milhões de chineses sobreviverão, e isto será suficiente para que a raça humana continue.” Walker, Martin. *The Cold War: And the Making of the Modern World*, citado por Hobsbawn, Eric, *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 229.

Declarações à parte, a China, com os avanços de sua missilística, aproxima-se de desenvolver uma efetiva capacidade de ataque nuclear de longo alcance, que poderia servir como instrumento de dissuasão mesmo para a maior e mais distante potência nuclear, os EUA.⁵²⁷ A China já dispõe, por exemplo, de mísseis intercontinentais de base móvel capazes de atingir o território norte-americano.⁵²⁸ A dificuldade do planejamento estratégico de Pequim decorre do quadro de incerteza e de mutação no entorno, em função do possível desenvolvimento de um sistema de defesa anti-mísseis pelos EUA e da eventual nuclearização militar do Japão. Nesse contexto, a China tem defendido o desarmamento total na área nuclear, bem como a desmilitarização do espaço, o que é reiterado publicamente pelas autoridades políticas e militares do país. Durante uma visita ao Japão, em 2007, ao rebater as críticas de que o aumento dos gastos militares chineses apontaria para uma atitude não exclusivamente defensiva da China, o então Ministro da Defesa chinês, Cao Gangchuan, declarou que a China “does hold missiles and nuclear weapons. But they are for defence purposes. China wants to see total nuclear disarmament.”⁵²⁹ Em linha com a defesa do desarmamento nuclear, a China também adota oficialmente a política de nunca iniciar conflitos nucleares (“no first use policy on nuclear weapons”),⁵³⁰ da mesma maneira que chegou a advogar a política mais geral de uso apenas defensivo das forças militares, ou seja, a política declarada de não iniciar guerras de qualquer natureza: “Under

⁵²⁷ A evolução do programa nuclear e missilístico chinês pode ser resumido da seguinte maneira. Em 1960, foi lançado o primeiro míssil de curto alcance, cópia de modelo soviético; no final dos anos 60, a China já tinha desenvolvido seus próprios mísseis estratégicos de médio alcance; em 1964, a China explodiu sua primeira bomba de fissão nuclear; a segunda em maio de 1965; em 1966, a China explodiu sua primeira bomba termonuclear; em outubro de 1966, ocorreu o primeiro teste chinês de míssil guiado; em 1967, a China explodiu sua primeira bomba de hidrogênio; em 1970, a China tornou-se o quinto país a desenvolver e a lançar um satélite artificial; em 1980, foi testado um míssil balístico intercontinental (ICBM), a partir do deserto de Gobi; e em 1982, foi lançado um míssil de um submarino, um foguete com tecnologia de combustível sólido e lançamento submerso.

⁵²⁸ Segundo a revista *The Economist*, a China “is deploying six road-mobile, solid-fuelled (which means quick to launch) intercontinental DF-31s and is believed to be developing DF-31As with a longer range that could hit anywhere in America, as well as submarine-launched (so more concealable) JL-2s that could threaten much of America too.” “China’s military might: The long march to be a superpower”, in *The Economist*, 2 de agosto de 2007.

⁵²⁹ “China tells Japan it is not a threat”, Agência France Press, 30 de agosto de 2007.

⁵³⁰ A China assinou com a URSS de Gorbachev, por exemplo, um acordo de renúncia mútua de primeiro uso de armas nucleares. Gorbachev, Mikhail. *Perestroika*. Londres, William Collins, 1987, pg. 180.

China's stated policy of "active defense," it engages in war only to defend itself, although the Pentagon notes that the history of modern Chinese warfare includes cases, such as its intervention in the Korean War in 1950, in which Chinese leaders have claimed military preemption as an act of strategic defense."⁵³¹

O discurso da utilização dos recursos militares apenas para fins defensivos deverá sofrer ajustes conforme avance o processo de ascensão da China como potência. Com o crescimento dos gastos militares do país, verificado nos últimos anos, a defesa do território chinês dependerá cada vez menos da dificuldade natural, geográfica, de uma potência estrangeira vir a conquistá-lo por inteiro – como comprovado pelo insucesso japonês durante a Segunda Guerra Mundial – e cada vez mais de forças de defesa próprias e do poder dissuasório das armas nucleares. As intervenções imperialistas em território chinês ao longo do século XIX foram parciais, como as Guerras do Ópio, que atingiram a costa e grandes cidades próximas à costa. A experiência moderna que mais demonstrou a fragilidade externa da China foi a progressiva intervenção e invasão japonesa, fracassada ao cabo pela própria extensão e densidade populacional do país. Apesar da rapidez com que, a partir de 1938, o Japão tomou a costa e as principais cidades chinesas, logo ficou evidente a dificuldade de controlar e dominar todo o vasto território e sua grande população. Nas palavras de Paul Johnson, "by 1940 Japan had occupied all China's great cities, seized the modern sector of her economy, and controlled all main rail, road and river communications: yet the war was stalemated, China was unconquerable, all Japan's economic dilemmas remained – had indeed been aggravated by the effort of the China struggle. It was not a case of Japan swallowing China, as the army hotheads had predicted, but of China, in its gigantic, wallowing helplessness, swallowing Japan."⁵³²

A baixa probabilidade de que a China volte a sofrer, no futuro próximo, um conflito de conquista à maneira da ocupação manchú no século XVII ou japonesa no século XX, não elimina, no entanto, a possibilidade de conflitos localizados e limitados envolvendo outras potências, em especial em torno do controle de recursos naturais ou de questões que dizem respeito à conformação do espaço

⁵³¹ Robert Burns, "Pentagon: China Building Military Might", The Associated Press, 25 de maio de 2007.

⁵³² Johnson, Paul. *A History of the Modern World: From 1917 to the 1980s*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983, pg. 388.

chinês conforme visto por Pequim, como a eventual retomada de Taiwan, a existência de movimentos separatistas ou autonomistas no Xinjiang muçulmano ou no Tibete⁵³³ ou a definição de disputas territoriais marítimas com o Japão. Os três maiores conflitos do período da Guerra Fria – as guerras da Coreia, do Vietnã e do Afeganistão – ocorreram na vizinhança do território chinês, envolveram um das duas superpotências do período e, no primeiro caso, a própria China. Como lembra Hobsbawn, nenhum dos três conflitos chegou a escalar ao ponto de que fossem usadas armas nucleares nem foi vencido pela superpotência envolvida, uma vez que a Guerra da Coreia terminou no que se poderia chamar de um empate entre a China e os EUA, e as guerras do Vietnã e do Afeganistão foram marcadas pela derrota da superpotência.⁵³⁴

Quando se consideram os grandes objetivos da política externa chinesa – como garantir o acesso a matérias primas e recursos energéticos indispensáveis ao desenvolvimento do país ou evitar a ascensão de outra grande potência asiática que rivalize com os atuais dois maiores pólos de poder da região, Washington e Pequim –, a prioridade da ação externa do país continua a ser a retomada de Taiwan. Como consta do “Livro Branco da Defesa” da China, publicado em fins de 2006, a questão de Taiwan é considerada a mais imediata das ameaças à soberania do país. Embora a manutenção do *status quo*, sem manifestações mais explícitas de separatismo taiwanês na forma de uma declaração de independência, seja um mal menor para Pequim, a verdade é que a China busca estabelecer uma área de interdição em torno de Taiwan e a concentrar boa parte de suas forças ofensivas em frente à ilha.⁵³⁵ Ainda que a China continue a privilegiar uma

⁵³³ Como diz Calvocoressi: “The Chinese claim to regard Tibet as an integral part of China had not seriously been contested by other sovereign states, however uneasy they might have been about this extension of Chinese power.” Calvocoressi, Peter. *World Politics since 1945*. Londres, Longman, 1987 (5a edição). A falta de contestação oficial não significava neutralidade, no entanto. Como lembra Spence, referindo-se ao período que se seguiu à ocupação chinesa do Tibete, em 1950, “the apparent Chinese military victory in Tibet did not stop the insurgency there, in part because of the activities of the Central Intelligence Agency, which was training Tibetan rebels at camps in Colorado before flying them back to their homeland.” Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 587.

⁵³⁴ Como diz Eric Hobsbawn, “the expensive high-technology hardware of superpower competition proved indecisive.” Hobsbawn, Eric. *Age of Extremes – The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres, Michael Joseph, 1994, pg. 237.

⁵³⁵ Em meados de 2007, Pequim concentrava na região cerca de 900 mísseis de curto alcance – DF-11 (CSS-7) e DF-15 (CSS-6) – e 200 caças russos – Su-27 e Su-30. “China’s military might: The long march to be a superpower”, in *The Economist*, 2 de agosto de 2007.

solução não-militar para a questão, pelos laços econômicos com a ilha e pelo alto risco de que viesse a ocorrer um conflito com os EUA, o aumento dos gastos militares totais chineses guarda relação direta ou indireta com o propósito de desenvolver uma força militar capaz de vencer um conflito em torno de Taiwan, o que é particularmente delicado em contexto em que Washington e Tóquio tendem a definir a defesa da ilha como prioridade estratégica.

Os EUA começaram a usar a Sétima Frota para proteger Taiwan de um possível ataque da RPC durante a Guerra da Coreia, em 1950, por instrução do Presidente Truman. O General MacArthur disse a Chinag Kai-shek que Taiwan fazia parte da “United States island chain of air-power bases.” Em dezembro de 1954 foi assinado um acordo de defesa mútua entre os EUA e Taiwan, somente denunciado em 1979 pelos EUA, em função do restabelecimento de relações diplomáticas com a RPC. Nesse mesmo ano, o Congresso norte-americano aprovou o “Taiwan Relations Act”, que dizia ser inaceitável a retomada de Taiwan por meio da força e previa o fornecimento para Taipé de “arms of a defensive character”.⁵³⁶ A posição atual dos EUA na questão de Taiwan não é muito distinta da linha defendida um tanto sofisticadamente pelo General Marshall durante um dos encontros Acheson-Attlee no começo dos anos 50: Taiwan “was of no particular strategic importance in our hands, but it would be of disastrous importance if it were to be held by an enemy.”⁵³⁷

Como afirma Alexander Golts, um jornalista militar russo que contesta a tese corrente em Washington de que a China vem aumentando de maneira exponencial os seus gastos militares, o objetivo chinês do momento não é desenvolver uma força militar capaz de rivalizar com as forças armadas norte-americanas ou russas: “Whatever is written about their military programme, they have opted for a very restricted military build-up. The Chinese military programme has a very specific aim - the aim of demonstrating the possibility of a military solution to the Taiwan problem, and nothing more”.⁵³⁸ O próprio Pentágono reconheceu, em relatório de julho de 2005, que a capacidade

⁵³⁶ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 529, 554, 667 e 671.

⁵³⁷ Brown, Seyom. *The Faces of Power: United States Foreign Policy from Truman to Clinton*. New York, Columbia University Press, 1994, pg. 42.

⁵³⁸ “China: Ally or opponent?”, UNODC ROCA Online Database, 19 de agosto de 2007.

chinesa de projetar poder militar convencional além de sua periferia ainda é “limitada”. Segundo o relatório, a China “não ampliou seu conceito de operações” a ponto de vislumbrar um controle marítimo em águas além de Taiwan.⁵³⁹ Como lembra a revista *The Economist*, “(China’s) military budget, in hard-currency terms, is not much bigger than France’s. It remains decades away from being able to mount a credible military challenge to American pre-eminence.”⁵⁴⁰

O tom das avaliações do Pentágono já começa, no entanto, a mudar. Em relatório de maio de 2007, enviado ao Congresso norte-americano, o Pentágono afirma que o Exército chinês “was going through a “comprehensive transformation”, ou que, “although its power currently remains limited, China’s military could challenge the US some time in the future”, ou ainda que “among major and emerging powers, China had the greatest potential to compete militarily with the United States”.⁵⁴¹ São frequentes as críticas norte-americanas à alegada falta de transparência nos dados oficiais a respeito dos gastos militares da China. De qualquer modo, parece evidenciar-se um progressivo aumento dos gastos militares chineses. De acordo como o “Stockholm International Peace Research Institute”, desde 1990, os gastos chineses vêm subindo gradativamente, embora ainda se trate de um aumento moderado se confrontado com o ritmo de crescimento do país. De 1979 a 1989, o aumento anual nominal foi de 1,23%, mas, descontada a inflação do período, houve queda de 5,83% ao ano. De 1990 a 2005, o aumento anual nominal foi de 15,36% e, descontada a inflação, houve crescimento de 9,64% ao ano. A China superou o Japão, em 2006, como o país asiático que mais realiza gastos militares e já seria o quarto do mundo, com 4% dos gastos totais, atrás dos EUA (46%), Inglaterra (5%) e França (5%).⁵⁴²

Naturalmente, o horizonte de longo prazo da política externa e do desenvolvimento militar chinês não pára na retomada de Taiwan, mas sim na obtenção de uma posição mais cômoda ou protagônica no entorno asiático. Pequim sabe que, cedo ou tarde, terá de confrontar-se com a necessidade

⁵³⁹ “Aphorisms and Suspicions”, in *The Economist*, 19 de Novembro de 2005, pg. 22.

⁵⁴⁰ “America, India and the China bogey: A price too high”, in *The Economist*, 2 de agosto de 2007.

⁵⁴¹ Ibid.

⁵⁴² “As Forças Armadas chinesas: modernização, atuação internacional e oportunidade de cooperação com o Brasil”, documento preparado pela Adidância de Defesa da Embaixada do Brasil em Pequim, mimeo, 2007. pg. 7 e 8.

de superar seu papel largamente secundário no controle da costa asiática do Pacífico, o que implicará algum grau de desgaste e de acomodação com Washington. O processo de fortalecimento da Marinha chinesa nos últimos anos, por meio da valorização dos programas de construção de porta-aviões e submarinos próprios, é uma tentativa de reverter o papel secundário que as forças navais desempenharam no pensamento estratégico e no orçamento militar ao longo da história da RPC. Como diz Spence, a modernização da força naval, considerada prioritária no fim da dinastia Qing, “in the PRC was no longer considered a high priority.”⁵⁴³ Há quem considere a destruição de um satélite meteorológico em órbita por um míssil balístico chinês, em 11 de janeiro de 2007, como o gesto de afirmação militar mais importante desde as manobras chinesas realizadas em frente a Taiwan em 1995. Como a superioridade dos EUA na região do Pacífico depende de uma estratégia centrada no recurso a satélites para policiamento de vias de comércio, missões de reconhecimento, identificação de alvos e definição de rotas de tiros de mísseis, o teste de 11 de janeiro de 2007 teria sido um primeiro sinal de desafio chinês à superioridade norte-americana.⁵⁴⁴

Já não parece factível imaginar o renascimento da tradição bastante peculiar do antigo “sistema internacional” do leste asiático, que girava em torno da China, como uma tradução internacional da hierarquização típica da mentalidade confuciana. Como lembram Wint, Pritchard and Calvocoressi, “traditionally, East Asia had no system of international relations in which independent countries coexist with one another, such as was known from the earliest times in Europe, but was a system in which all lesser countries revolved like satellites around the great central structure, which was regarded by all men as central, necessary and almost unchanging. In the middle of the nineteenth century, this was still true, even though China was standing on the verge of one of the most calamitous periods of its history.”⁵⁴⁵ Uma das grandes limitações ao planejamento e à atuação externa da China tem a ver com o

⁵⁴³ Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990, pg. 561.

⁵⁴⁴ Durante a 13ª Reunião da Primeira Comissão da ONU, em painel comemorativo do 50º aniversário da era espacial e do 40º aniversário do Tratado do Espaço, em 22 de outubro de 2007, o representante chinês insinuou que o teste anti-satélite fora uma “resposta” da China à nova lei espacial norte-americana, que continha dispositivos consideravelmente mais restritivos que a versão anterior, aprovada na administração Clinton.

⁵⁴⁵ Wint, Guy; Pritchard, John & Calvocoressi, Peter. *Total War: the Causes and Courses of the Second World War. Volume II*. Londres, Penguin, 1989, pg. 5.

fato de que o sistema internacional conforme conhecemos hoje, inclusive na Ásia, foi moldado por potências ocidentais no período em que a China ainda estava subjugada e enfraquecida por potências estrangeiras, sem a menor capacidade de influenciar a sua conformação. Ironicamente, no entanto, este mesmo sistema internacional, de cuja formulação a China pouco participou, tem sido extremamente favorável, ao menos em seus aspectos de organização econômica, ao desenvolvimento acelerado da China, que pode ser considerada como um dos países que mais se têm beneficiado, por exemplo, de uma ordem econômica mundial de características liberais no que se refere à circulação de bens, serviços e capitais.⁵⁴⁶

Neste período de transição de um Estado que se considerava vitimizado por um longo histórico de intervenções externas para um novo Estado, cada vez mais poderoso do ponto de vista econômico e militar, Pequim procura conciliar um discurso defensivo que é reflexo dos traumas e das vulnerabilidades ainda existentes com ensaios de ações e iniciativas que mais se coadunam com as de uma grande potência em formação. Em que medida a ascensão chinesa, dado o cotejo entre os recursos de poder do país e a circunstância geográfica em que se insere, poderia apontar para uma projeção externa que vá além dos elementos reativos e defensivos que ainda fundamentam a atuação internacional da China, é matéria ainda sujeita a dúvidas, mas, mantida a atual progressão do crescimento chinês, é difícil imaginar uma China desempenhando o papel de antiga vítima do sistema internacional e das potências estrangeiras que o formaram. Nesse sentido, afirmações como a de Lanxin Xiang, de que a China busca apenas um lugar protegido sob a sombra – “Unlike Wilhelmine Germany, Beijing is not seeking a place in the sun, but rather a protected place in the shade”⁵⁴⁷ soam críveis nos dias de hoje, mas parecerão cada vez menos verossímeis com a continuidade da ascensão chinesa.

Esta ambiguidade do papel que a China deve desempenhar hoje e no futuro reflete-se na própria indefinição conceitual, entre os chineses, sobre a

⁵⁴⁶ Como diz Henrique Altemani de Oliveira, a China e também a Índia “apresentam igualmente tendência de aproveitamento pragmático das regras vigentes para busca de ampliação de capacidades econômicas e/ou de poder.” Oliveira, Henrique Altemani. “China e Índia”, mimeo, p.2, II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Rio de Janeiro, 5 e 6 de novembro de 2007.

⁵⁴⁷ Xiang, Lanxin. “China’s Eurasian Experiment”, in *Survival*, vol.46, n.2, Summer 2004, pg. 117.

natureza da ascensão internacional do país. Inicialmente, o Governo chinês promoveu a ideia de que a China estava em processo de “ascensão pacífica” (*heping jueqi*), expressão apresentada originalmente por Zheng Bijian, Presidente do “China Reform Forum”, em seminário em 2003. O conceito foi formalmente adotado pelo Governo e pelo PCC em novembro de 2003, mas logo passou a receber críticas de setores opostos na China (os moderados e os nacionalistas), pelos sinais errados que a expressão emitia tanto no sentido de revelar pretensões de supremacia chinesa e de alarmar os demais países (a ideia de ascensão), quanto no sentido oposto de limitar as opções de ação externa de Pequim a meios exclusivamente não-militares (a atitude pacífica), em contexto em que o recurso à força não poderia ser descartado de antemão em situações como a da soberania sobre Taiwan.⁵⁴⁸ Em abril de 2004, o conceito de “ascensão pacífica” foi descartado pelo Governo, que recuperou o conceito de “peaceful development”, de Deng Xiaoping, mencionado anteriormente.

Apesar da substituição dos conceitos, o sentido da ação externa chinesa continuava o mesmo, o de aproveitar as condições oferecidas pelo sistema internacional em termos de acesso a mercados, bens, tecnologias e capitais para promover o desenvolvimento do país. Como diz Avery Goldstein, “Even though the “peaceful rise” label diminished in prominence, Beijing continued to embrace the central argument its advocates had presented – that China’s strategy would facilitate the country’s rise as a great power through a protracted program of ambitious economic development requiring a relaxed international environment. (...) Critics could identify its shortcomings; they could not, however, come up with a more appealing alternative.”⁵⁴⁹

A atual ascensão da China como potência deve ser vista como processo gradual de fortalecimento da autonomia e da segurança da China. Da mesma maneira que, segundo a estratégia do Governo chinês e do PCC, o crescimento econômico foi privilegiado em detrimento de gastos militares muito elevados como forma de obter maior segurança de longo prazo, também a diplomacia chinesa parece investir na maior participação em organizações multilaterais e em acordos comerciais como forma de garantir maior acesso a mercados e recursos financeiros que garantam a continuidade do alto crescimento

⁵⁴⁸ Goldstein, Avery. *Rising to the Challenge: China’s Grand Strategy and International Security*. Stanford, Stanford University Press, 2005, pg. 38.

⁵⁴⁹ *Ibid.*, pg. 192 e 193.

econômico chinês e permitam, futuramente, maior capacidade de autonomia e independência da China. Como diz Paul Kennedy, a entrada da China no Banco Mundial, no FMI, no GATT/OMC e no Banco de Desenvolvimento Asiático “are not so much indications of Peking’s joining the “free world” as they are of its hard-nosed calculation that it may be better to gain access to foreign markets, and to long-term loans, via international bodies than through unilateral “deals” with a Great Power or private banks. In other words, such moves protect China’s status and independence.”⁵⁵⁰

Enquanto sofre o dilema sobre o papel internacional que se atribui, a China começa a projetar, graças ao acelerado desenvolvimento econômico e a uma diplomacia cada vez mais ativa, seu poder econômico e político não apenas em sua esfera de influência mais imediata e natural, o Sudeste Asiático e a Ásia Central, mas também e subsidiariamente em regiões que tendem a desempenhar papel importante no suprimento de recursos naturais e energéticos para o crescimento chinês, como a África. Ao lado de aspectos mais defensivos da ascensão da China como potência – como a consolidação do poder sobre regiões em que persistem, em maior ou menor grau, riscos de separatismo, como o Tibete e o Xinjiang –, convivem aspirações de maior alcance, como a reincorporação de Taiwan, a montagem de uma estrutura de acesso marítimo que reduza a dependência chinesa do escoamento via Mar da China Oriental e Mar da China Meridional (como os projetos de acesso ao Mar da Arábia e da Baía de Bengala por meio de ligações terrestres via Paquistão e Mianmar), ou a construção de uma força marítima capaz, senão de neutralizar, ao menos de oferecer alguma resistência à vasta supremacia norte-americana no Pacífico. Na verdade, a China moderna vive uma espécie de refundação da sua posição no mundo. O saldo dos séculos XIX e XX, marcados pela humilhação externa, pela fragmentação interna e pela incorporação de ideias e tecnologias do mundo ocidental, inclusive o Marxismo-Leninismo, talvez tenha mudado de vez a antiga face relativamente autocrática e antimilitarista da China. Poucos países sofreram tanto por conta de sua fragilidade militar e de sua inépcia política, e a China não parece mais disposta a desempenhar o mesmo papel de subordinação e fraqueza que lhe coube nos últimos duzentos anos.

⁵⁵⁰ Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 456.

Conclusão

“Certain subtle qualities of it are hidden from us in translation: we do not see the picturesque written characters, each a monosyllable, and yet expressing a complex idea; we do not see the lines, running from top to bottom and from right to left; we do not catch the meter and the rhyme, which adhere with proud rigidity to ancient precedents and laws; we do not hear the tones – the flats and sharps – that give a beat to Chinese verse; at least half the art of the Far Eastern poet is lost when he is read by what we should call a “foreigner” (...)”

Will Durant⁵⁵¹

Os problemas econômicos, sociais e políticos que a China enfrenta hoje têm o tamanho nada modesto do país. Não bastasse o desafio permanente de sobrevivência da maior população do planeta em território com baixa proporção de terras agricultáveis, o crescimento econômico acelerado das três últimas décadas, embora tenha permitido multiplicar por nove o produto chinês, gerou dificuldades novas, que, na visão de muitos analistas, lançam

⁵⁵¹ Durant, Will. *The Story of Civilization. Volume I: Our Oriental Heritage*. New York, MJF Books, 1935, pg. 711-712.

dúvidas sérias sobre a continuidade do processo de desenvolvimento do país. São muitos os problemas da China de hoje, que os mais céticos invocam quando se trata de argumentar que as bases do desenvolvimento chinês são precárias: aumento da desigualdade sócio-econômica numa sociedade outrora relativamente igualitária pela não-aplicação do princípio da primogenitura na transferência da propriedade rural; crescente disparidade entre a cidade e o campo, entre regiões costeiras e interioranas; crescimento econômico fundamentado em boa medida nas altas taxas de investimento e no comércio exterior, com baixa participação do consumo interno; danos graves ao meio ambiente e escassez de recursos fundamentais, como água potável; alta intensividade do consumo energético e dependência de suprimentos externos de energia; sistema financeiro com percentual elevado de insolvência; ineficiência de grande parte do setor estatal da economia; e corrupção em larga escala.

Por maiores que sejam os desafios da China de hoje, examiná-los contra o pano de fundo do que foi a China nos últimos dois séculos, vulnerável externamente, dividida internamente, permite relativizar a dimensão das dificuldades atuais. Após atravessar, do começo do século XIX até o fim da Revolução Cultural, um longo período de turbulência política que se caracterizou por frequentes conflitos civis e intervenções estrangeiras, a ponto de colocar em risco a própria existência do país, a China inaugurou, desde o final dos anos 1970, um período que combina uma relativa calma político-institucional com rápido crescimento econômico, o que, em maior ou menor medida, perdura já por três décadas, algo sem paralelo na China desde o último reinado mais sereno da dinastia Qing, o de Qianlong, na segunda metade do século XVIII, quando os EUA estavam sendo criados e a França fazia a sua revolução. É justamente a excepcionalidade, na história contemporânea do país, dessa combinação recente entre estabilidade política e êxito econômico que faz indagar se a China teria finalmente embarcado em uma trajetória sustentada de desenvolvimento em que uma institucionalização maior dos processos políticos e o sucesso das políticas econômicas passaram a alimentar-se reciprocamente.

Uma das hipóteses apresentadas neste trabalho foi a de que a profunda crise vivida pela China ao longo de todo o período examinado tinha uma natureza fundamentalmente política, pela dificuldade do Estado chinês de operar a transição do regime dinástico para o republicano e de fazer frente à tarefa hercúlea de governar um país de população e dimensões continentais,

em contexto de dissolução da autoimagem da China como centro do mundo e do sistema imperial-dinástico como expressão da vontade dos céus. Numa avaliação dos recursos humanos e materiais e, sobretudo, da história e do legado de uma civilização muito sofisticada na China, o que surpreende não é a velocidade do desenvolvimento recente do país, mas o fato de que sua história contemporânea foi marcada por frequentes convulsões de natureza política, pelo atraso econômico e pela vulnerabilidade externa. Se a China reúne alguns dos atributos fundamentais que podem, em teoria, ajudar um país a desenvolver-se e a ascender como potência internacional – vasto território, riqueza de recursos, grande população –, o processo de decadência material e simbólica vivido pelo país desde a dinastia Ming (1368-1644) e, mais particularmente, desde o começo do século XIX, pareceu estar intimamente relacionado à aguda instabilidade política do período: à inépcia dos últimos imperadores da dinastia Qing (1644-1912), aos conflitos civis entre as lideranças republicanas desde a Revolução de 1911 e ao voluntarismo e ao espírito de revolução permanente do PCC sob Mao Tsé-Tung.

Como dito anteriormente, o enigma da China continua a ser o de modos, não o de recursos, o de construção de uma ordem política estável, não o de potencialidades materiais. Conforme se evidenciou ao longo das três últimas décadas – pontuadas por somente uma crise política mais séria, de proporções não mais do que moderadas para os padrões chineses, a crise de Tiananmen – o requisito fundamental para o desenvolvimento da China é o de manter, por um período minimamente longo e contínuo, um grau razoável de previsibilidade política e institucional. Procurou-se mostrar que, do ponto de vista material, embora haja fragilidades na área de ciência e tecnologia, insuficiência na oferta interna de recursos energéticos e deterioração das condições ambientais, com altos custos humanos e mesmo econômicos, estariam dadas hoje as condições para a continuidade do desenvolvimento chinês, provavelmente não no ritmo inédito das três últimas décadas, mas ao menos a taxas de crescimento superiores à média mundial. Mais do que as dificuldades específicas em termos de acesso a recursos e a fatores de produção, ou do que os danos ambientais do desenvolvimento, o principal desafio material à manutenção do crescimento chinês está relacionado mais estritamente, como no caso do Japão pós-*boom*, nos anos 1990, às vulnerabilidades do modelo econômico e à qualidade da própria gestão da economia chinesa, em particular à necessidade de fazer a transição de uma economia ainda fundamentada no investimento e nas exportações para uma

economia baseada no consumo interno. A crise de 2008-2009 da economia internacional, com seus efeitos em termos de redução da demanda nos maiores mercados para as exportações da China, pode ter sido, nesse sentido, um fator de aceleração da mudança para um modelo econômico mais fundamentado no consumo dos chineses.

A China terá de ajustar a velocidade de seu crescimento aos gargalos econômicos, tecnológicos, energéticos e ambientais que se mostrarem constrangedores ao desenvolvimento, mas sua situação em começos do século XXI não parece muito distinta, por exemplo, da situação da Inglaterra de começos do século XIX, em que a deterioração das condições de vida de parte da população em decorrência de grandes transformações internas – mudanças no sistema de produção, êxodo rural, poluição dos centros urbanos, agravamento da desigualdade econômica e social – por mais grave que tenha sido, não chegou a inviabilizar a ascensão do país. A capacidade de mobilização e vocalização das queixas por parte dos segmentos perdedores no desenvolvimento da China ainda é relativamente limitada pelo controle que o PCC continua a exercer sobre a vida política no país em geral.

Os fatores que levaram às graves crises chinesas dos últimos séculos, como a erosão da legitimidade do poder central e a sua fragilização diante de potências colonialistas e movimentos insurrecionais, não se verificam na China de hoje. O PCC, principal responsável pela restauração da unidade do país e pelo restabelecimento de um orgulho nacional ferido pela ocupação japonesa, tem-se mostrado moderadamente capaz de promover mudanças tópicas no sistema político e em sua própria composição, a ponto de conseguir manter-se no poder por meio de uma mistura de adesão espontânea de parte da população chinesa e de coerção sobre os setores que ousam questionar o seu monopólio do poder. Talvez por sofrer um dilema de identidade por conta do abandono, na prática, do projeto de construção de uma sociedade comunista, o PCC soube, desde o final dos anos 1970, incorporar uma pequena dose de pluralismo ao sistema político, com a realização de eleições em âmbito local, a valorização do mérito e da tecnocracia no preenchimento de algumas funções públicas, a atração de setores sociais antes marginalizados, como os empresários, e a institucionalização de um sistema de sucessão e de renovação das lideranças por meio do estabelecimento de idades máximas para o exercício dos cargos. Isso ajudou a conferir-lhe, aos olhos de parte da sociedade chinesa, maior grau de legitimidade política e maior habilidade para enfrentar os problemas do país.

A liderança do PCC tem sido capaz de manter-se no poder pelo êxito de uma estratégia de crescimento econômico acelerado e de uma gradual projeção internacional da China, política que se reveste de um discurso nacionalista moderado que atende às necessidades simbólicas de um povo traumatizado pela história recente. O receio da população chinesa de que uma quebra do regime político coloque em risco as conquistas econômicas e sociais obtidas no período sob Mao Tsé-tung e na era reformista que se seguiu é um claro fator inibidor de correntes e movimentos sociais que ousam questionar o *status quo* político, ainda marcado pelo autoritarismo. A longa tradição confuciana de valorização da hierarquia na família e na política, em detrimento das ideias de dissenso e de multiplicidade de interesses, e a imagem historicamente idealizada de um passado chinês de autocracias bem-sucedidas pela proeza de alimentar e administrar a maior população do mundo não favorecem o desenvolvimento de um espírito mais abrangente de contestação à ordem estabelecida. Os esforços do PCC no sentido de renovar-se ideologicamente, com a incorporação de elementos tradicionais do pensamento chinês, como o Confucionismo, e de pluralizar-se por meio da cooptação de segmentos sociais potencialmente mais críticos ao regime, como os estudantes universitários, contribuem igualmente para o sucesso da estratégia do Partido de reformar para não mudar, ou seja, para o propósito de promover mudanças administrativas, sucessórias e eleitorais de escopo limitado que tornem prescindível alterar o essencial, a hegemonia do PCC no quadro político chinês.

Também a política externa chinesa e a imagem de uma China cada vez mais influente e respeitada no mundo ajudam a fortalecer o PCC. Pequim passou a desempenhar uma papel internacional mais vocal e ativo e a preparar-se para atuar como uma grande potência. Em contraste com a interação desastrosa da China com as potências ocidentais e o Japão no século XIX e na primeira metade do século XX, e com uma história prévia marcada muitas vezes pelo isolamento e pelas relações hierárquicas entre o “Império do Meio” e o entorno de povos bárbaros e tributários, a China emergiu, nas três últimas décadas, como um ator internacional cada vez mais pragmático, autônomo e protagônico no entorno asiático. A anterior rejeição do internacional, decorrente do trauma das ocupações e dos tratados desiguais impostos por potências imperialistas, deu lugar, nos últimos anos, a um ativismo diplomático de múltiplas frentes, por meio do qual Pequim passou a integrar novas organizações internacionais, como a OMC, a protagonizar o lançamento de

iniciativas regionais próprias, como a Cúpula Sino-Africana e a Organização para Cooperação de Xangai, e a praticar uma política agressiva de aproximação bilateral com países de alguns continentes, especialmente de regiões ricas em recursos naturais e energéticos, como a África e a América Latina.

Não deixa de ser complexo, no entanto, o atual processo de projeção internacional da China, por duas razões principalmente. A primeira é a dificuldade que Pequim tem e terá de identificar o seu papel e o seu lugar no mundo, em função da coexistência na mentalidade chinesa da imagem idealizada do antigo “Império do Meio”, autocentrado e superior ao mundo, e da imagem traumática da nação enfraquecida e humilhada pela violência das intervenções estrangeiras. O discurso diplomático chinês ainda combina, de um lado, ressonâncias de uma tradição dinástica de ensimesmamento pacífico e, de outro, uma visão desencantada do mundo, pela vitimização do país e pela natureza da sua experiência republicana, em que a autoridade política se definiu sempre pela força da arma, dentro do país ou na relação com o estrangeiro. Uma segunda razão diz respeito aos graves dilemas estratégicos que a China enfrenta por conta de sua inserção geopolítica. Embora também seja um país de dimensões continentais, a China não pode beneficiar-se, como o Brasil ou os EUA, da comodidade da distância de outras potências nem da segurança de uma plataforma continental indisputada. Espremida ao norte e ao sul por duas potências nucleares – Rússia e Índia – e a leste por seu maior rival histórico, o Japão, e pela supremacia naval dos EUA, a China ainda parece ter como objetivo estratégico primordial a reconquista de Taiwan e a invulnerabilidade de um território continental salpicado por minorias nacionais em áreas próximas às fronteiras.

O horizonte de longo prazo da política externa e do desenvolvimento militar chinês vai além, no entanto, da afirmação da soberania chinesa sobre o seu próprio território, e sobre Taiwan inclusive. Central para a China é o propósito de alcançar uma posição mais cômoda e mais desenvolvida na interação com o entorno asiático. O Governo chinês tem a consciência de que, mais cedo ou mais tarde, terá de confrontar-se com a necessidade de superar seu papel largamente secundário no controle da costa do Pacífico, o que implicará algum grau de acomodação e de conflito com Washington. A Pequim não interessa, no entanto, pelo menos não a curto e a médio prazo, uma política de confrontação com os EUA e com os países desenvolvidos de maneira geral. Embora não tenha participado de sua criação, a China tem

sido uma das maiores beneficiárias da atual configuração econômica do sistema internacional, inclusive do significativo acesso aos mercados norte-americano e europeu. Em boa medida, o país aposta na continuidade do desenvolvimento nacional nos moldes atuais, com considerável grau de integração na economia mundial, com o objetivo de fortalecer-se economicamente para ganhar maior autonomia política, maior invulnerabilidade estratégica e maior influência no sistema internacional.

Justamente o que a China não logrou alcançar nos dois últimos séculos – desenvolvimento econômico e independência política –, com um alto custo em termos materiais e simbólicos, é o que o país parece mais almejar agora em seu processo de reascensão internacional.



Bibliografia

Adidância de Defesa da Embaixada do Brasil em Pequim. “As Forças Armadas chinesas: modernização, atuação internacional e oportunidade de cooperação com o Brasil,” mimeo, 2007.

Anderson, Benedict. *Imagined communities*. Londres: Verso, 1983.

Arendt, Hannah. *The origins of totalitarianism*. Londres: André Deutsch, 1986.

Arrighi, Giovanni. *The long twentieth century*. Londres: Verso, 1994.

Barraclough, Geoffrey. *An introduction to contemporary history*. New York: Penguin Books, 1987 [1964].

Blackburn, Robin (org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Brodsgaard, Joan. *The Chinese Communist Party in Reform*. New York: Routledge, 2005.

Boorstin, Daniel. *The discoverers*. New York: Vintage Books, 1985.

Braudel, Fernand. *A history of civilizations*. New York: Penguin Books, 1993 [1987].

Brown, Seyom. *The faces of power: United States foreign policy from Truman to Clinton*. New York: Columbia University Press, 1994.

Calvocoressi, Peter. *World politics since 1945*. 5ª ed. Londres: Longman, 1987.

Chen, Jie. *Popular political support in urban China*. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 2004.

Cody, Edward. "China's leader puts faith in religious: Hu sees growing spiritual ranks as helpful in achieving social goals". *Washington Post Foreign Service*. Washington, USA, 20 de janeiro de 2008.

Confucius. *The Analects*. Londres: Penguin Classics, 1979.

CSIS & IIE. *China: the Balance Sheet*, BBS Publications, New York, 2006.

Deng, Yong & Wang, Fei-Ling. *China rising: power and motivation in Chinese foreign policy*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

Diamond, Jared. *Guns, germs and steel: the fate of human societies*. New York: W.W. Norton & Company, 1999.

Dimbleby, David e Reynolds, David. *An ocean apart: the relationship between Britain and America in the twentieth century*. Londres: Hodder & Stoughton, 1988.

Ding, X. L. *The decline of communism in China: legitimacy crisis, 1977-1989*. New York: Cambridge University Press, 1994.

Dobb, Maurice. *Socialist planning: some problems*. Londres: Lawrence & Wishart, 1970.

Dragonomics. "China quarterly economic outlook", Segundo Quadrimestre, 2007.
Druon, J. C. "A política externa de 1815 a 1870". In: Néré, Jacques. *História contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Durant, Will. *The story of civilization*. Volume I: Our oriental heritage. New York: MJF Books, 1935.

Economy, Elizabeth. *The river runs black: the environmental challenge to China's future*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

Fairbank, John King. *China: a new history*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

Feuerwerker, Albert. "Chinese Economic History in Comparative Perspective". In: Ropp, Paul (ed.). *Heritage of China: contemporary perspectives on Chinese civilization*. Berkely: University of California Press, 1990.

Galbraith, John Kenneth. *A journey through economic time*. Boston: Houghton Mifflin, 1994.

Gellner, Ernest. *Nations and nationalism*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

Gilley, Bruce. *China's Democratic Future: How It Will Happen and Where It Will Lead*. New York, Columbia University Press, 2005.

Goldman, Merle. "Epilogue: China at the start of the twenty-first century". In: Fairbank, John King. *China: a new history*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

Goldman, Merle. "The Post-Mao Reform Era". In: Fairbank, John King. *China: a new history*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

Goldstein, Avery. *Rising to the challenge: China's grand strategy and international security*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

Gorbachev, Mikhail. *Perestroika*. Londres: William Collins, 1987.

Grenville, J. A. S. *A world history of the 20th century*. Volume I: Western dominance 1900-1945. Londres: Fontana Press, 1989.

Halliday, Fred. *The Making of the Second Cold War*. Londres, Verso, 1983.

Hall, John. *Power & liberties: the causes and consequences of the rise of the West*. London: Penguin Books, 1986.

Hobsbawn Eric. *On the edge of the new century*. New York: The New Press, 1999.

Hobsbawn, Eric. “Marx e História”. In: *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Hobsbawn, Eric. *Age of extremes – the short twentieth century, 1914-1991*. Londres: Michael Joseph, 1994.

Hobsbawn, Eric. “Renascendo das cinzas”. In: Blackburn, Robin (org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Hu, Chi-His (Hu Chi-His), “Mao Zedong, 1893-1976, Rapport sur l’enquête menée dans le Hunan à propos du mouvement paysan”, in: *Dictionnaire des Oeuvres Politiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1989, pg. 514.

Huntington, Samuel P. “America’s Changing Strategic Interests”. *Survival*, volume XXXIII, nº 1, Jan.-Feb. 1991.

Hutchings, Graham. *Modern China: a guide to a century of change*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

Hutton, Will. *The Writing on the Wall: China and the West in the 21st Century*. London, Little, Brown, 2007.

Jaguaribe, Hélio. *Um estudo crítico da história*. Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Ji, Liu. “The Reform of Chinese Political System”. *Address to the Europe-China Fórum*, Irlanda, 5 de setembro de 2003.

Jiang Lin, “A ponte para a sustentabilidade”. Conselho Empresarial Brasil-China, *Carta da China*, n.26, 27 de março de 2007.

Johnson, Paul. *A history of the modern world: from 1917 to the 1980s*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1983.

Kaplan, Morton. "Variants of Six Models of the International System". In: Rosenau, James (ed.). *International politics and foreign policy*. New York: Free Press, 1969.

Kennedy, Paul. *The rise and fall of the great powers*. Londres: Unwin Hyman, 1988.

Kiernan, Victor. "History". In: *Marx: the first 100 years*. Oxford: Fontana, 1983.

Kiernan, Victor. "War". In: *A dictionary of Marxist thought*. Oxford: Blackwell, 1983.

Kissinger, Henry. "EUA não resolverão crise sozinhos". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 de Janeiro de 2009.

Kissinger, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.

Kroeber, Arthur, "Inovação: todo o errado" palestra no painel "Caracterização da competitividade asiática". "II Conferência Internacional: Desafios Emergentes", 17 de abril de 2007.

Lao Tzu. *Tao Te Ching*. Londres: Penguin Books, 1963.

Li, Cheng. *China's leaders: The new generation*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2001.

Lieberthal, Kenneth. "China's Political Reforms: A Net Assessment" *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 476, 1984, pg. 19-34.

MacFarquhar, Roderick. "Demolition man". *New York Review of Books*, 27 Mar. 1997.

Mackinder, H. J. "The Geographical Pivot of History", comentado por Kennedy, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. Londres, Unwin Hyman, 1988, pg. 196.

McDonald, Joe. “China’s trade surplus surges to record”, in AP Business Writer, 11 de janeiro de 2008.

McLellan, David, “Politics”. In: *Marx: the First 100 Years*. Oxford: Fontana, 1983.

Montaigne, Michel de. *Les essais*. Paris: Le Livre de Poche, 2001 (1595).

Moore, Jr, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. New York, Penguin Books, 1966, pg. 196.

Naughton, Barry. *The Chinese Economy: Transition and Growth*. Cambridge, MIT Press, 2007.

Needham, Joseph. *Science and civilization in China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1954.

Oliveira, Amaury Banhos Porto de. “A China desponta como alternativa”, mimeo, pg. 2, sem data.

Oliveira, Amaury Banhos Porto de. “Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.46 (1), 2003.

Oliveira, Henrique Altemani. “China e Índia”, mimeo, p.2, II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Rio de Janeiro, 5 e 6 de novembro de 2007.

Olson, Mancur. *The Rise and Decline of Nations*. New Have, Yale University Press, 1982.

Oskenberg, Michel. “The China Journal”, Camberra, n.45, 2001.

Perry, Elizabeth J. e Goldman, Merle (eds.), *Grassroots Political Reform in Contemporary China*. Cambridge, Harvard Contemporary China Series, 2007.

Pfaff, William. “China: The pretend superpower”. *Tribune Media Services Sunday*, Aug. 26, 2007.

- Pilger, John. *Distant voices*. Londres: Vintage Books, 1993.
- Robert Burns, “Pentagon: China Building Military Might”, The Associated Press, 25 de maio de 2007.
- Santos Neves, Miguel. “A China como potência global emergente: vulnerabilidade, tensões e desafios”, in *Política Externa*, volume 15, n.1, junho/julho/agosto de 2006.
- Schram, Stuart (ed.), *Foundations and Limits of State Power in China*. Hong Kong, The Chinese University Press, 1987.
- Schram, Stuart. “Mao Tsé-Tung”. *A dictionary of Marxist thought*. Oxford: Blackwell, 1983.
- Schumacher, E. F. *Small is beautiful: economics as if people mattered*. New York: Harper & Row, 1973.
- Schumpeter, *The theory of economic development : an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle*. New York, OUP, 1961.
- Shirk, Susan L., China: *Fragile Superpower*. Oxford, Oxford University Press, 2007.
- Spence, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York, Norton, 1990.
- Tong, Tiger. “China on track to become world’s largest exporter”. *Bangkok Post*, Jan. 19 2008.
- Toynbee, Arnold. *A study of History*. Londres: Thames and Hudson, 1995 (1971).
- Tucker, Robert e Hendrickson, David. *The imperial temptaion*. The New World Order and America’s Purpose. New York, Council of Foreign Relations Press, 1992.
- Veblen, Thorstein. *Theory of business enterprise*. New York: Mentor Books, 1958.

Waltz, Kenneth & Sagan, Scott. *The Spread of Nuclear Weapons*. New York, Norton, 1995.

Weber, Max, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1985.

Zhang, Xudong. *Intellectual Politics in Post-Tiananmen China*. Social Text Series, Vol. 16. Durham: Duke University Press, 1998.

Zhao, Hongwei. *Political regime of contemporary China*. Lanham: University Press of America, 2002.

Zhang, Wei-Wei. "The Allure of the Chinese Model". *International Herald Tribune*, Nov. 1 2006.

Wight, Martin. *Power Politics*. London, Royal Institute of International Affairs, 1946.

Wint, Guy; Pritchard, John & Calvocoressi, Peter. *Total war: the causes and courses of the Second World War*. Volume II. Londres: Penguin Books, 1989.

Wong, John; Zheng, Yongnian (eds.). *China's post-Jiang leadership succession: problems and perspectives*. River Edge, NJ: World Scientific, 2002.

Xiang, Lanxin. "China's Eurasian Experiment". *Survival*, v. 46, n° 2, Summer 2004, p. 115.

Xiaoping, Deng. "On the Reform of the System of Party and State Leadership". reunião do Politburo do Comitê Central do PCC, em agosto de 1980. In: *Selected Works of Deng Xiaoping (1975-1982)*. Pequim, Foreign Language Press, 1994.

Xiaoping, Deng, "Respect Knowledge, Respect Trained Personnel", 24 de maio de 1977. In: *Selected Works of Deng Xiaoping (1975-1982)*. Pequim, Foreign Language Press, 1994.



<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>